



HAL
open science

O silenciamento discursivo das cafeicultoras no sul de Minas Gerais

Sheilla Maria Resende

► **To cite this version:**

Sheilla Maria Resende. O silenciamento discursivo das cafeicultoras no sul de Minas Gerais. Linguistics. Université de Picardie Jules Verne; Universidade estadual de Campinas (Brésil), 2022. Portuguese. NNT: 2022AMIE0079 . tel-04125698

HAL Id: tel-04125698

<https://theses.hal.science/tel-04125698>

Submitted on 12 Jun 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

SHEILLA MARIA RESENDE

**O SILENCIAMENTO DISCURSIVO DAS CAFEICULTORAS
NO SUL DE MINAS GERAIS**

**CAMPINAS
2022**

SHEILLA MARIA RESENDE

**O SILENCIAMENTO DISCURSIVO DAS CAFEICULTORAS
NO SUL DE MINAS GERAIS**

**Tese apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Doutora em
Linguística, no âmbito do Acordo de
Cotutela firmado entre a Unicamp e a
Université de Picardie Jules Verne.**

**Orientadores: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana
Prof. Dr. Thierry Guilbert**

**Este trabalho corresponde à versão final da
tese defendida pela aluna Sheilla Maria
Resende e orientada pela Profa. Mónica G.
Zoppi Fontana e pelo Prof. Thierry Guilbert**

**CAMPINAS
2022**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

R311s Resende, Sheilla Maria, 1985-
O silenciamento discursivo das cafeicultoras no Sul de Minas Gerais /
Sheilla Maria Resende. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Mónica Graciela Zoppi Fontana.

Coorientador: Thierry Guilbert.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

Em cotutela com: Université de Picardie Jules Verne.

1. Discurso. 2. Enunciação. I. Zoppi-Fontana, Mónica, 1961-. II. Guilbert,
Thierry, 1961-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Le silenciement discursif des caféicultrices du Sud de l'État de
Minas Gerais

Palavras-chave em inglês:

Discourse

Enunciation

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Mónica Graciela Zoppi Fontana [Orientador]

Marie-Anne Paveau

Luciana Nogueira

Natacha Souillard

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Data de defesa: 29-07-2022

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8134-386X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2168285192483979>



BANCA EXAMINADORA:

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Thierry Guilbert

Marie-Anne Paveau

Luciana Nogueira

Natacha Souillard

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

**IEL/UNICAMP
2022**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós-Graduação do IEL.

Les places ont une mémoire. Elles se rappellent qu'on les a quittées, elles gardent l'empreinte des êtres qui les ont occupées. Elles ne se laissent pas abandonner aussi facilement ; tout départ leur est une trahison. Quant à celles que nous avons prises et que, parfois, nous savons tenir, elles savent aussi d'où leur viennent leurs occupants.e.s. Autant tenir compte de la mémoire et du savoir des places.

(Marie-Anne Paveau, Discours de place, origine, genre, libération, *In* : Rede de afetos em discurso : Uma homenagem a Mónica Zoppi Fontana)

À memória de Maria Custódia Oliveira, a Dinha, quem, já velhinha, me levava à escola a pé, subindo e descendo as ladeiras que o sul de Minas Gerais bem conhece.

À Mónica Graciela Zoppi-Fontana, mulher-luz, que transformou a vida da minha filha porque transformou a minha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, André Gustavo Soares, e à minha filha Lavínia Resende Soares. André é o maior apoiador da minha carreira acadêmica, desde o início da minha graduação em Letras, quando começamos a namorar. Ele é meu parceiro e meu melhor amigo. Minha filha Lavínia é minha companheira de aventuras desde que veio a este mundo, quando eu tinha 17 anos. Frequentou universidades comigo desde muito pequena. Dividimos durante meu período de doutoramento em Amiens, na França, um período de descobertas e de cuidado: eu cuidei dela e ela cuidou de mim.

Agradeço aos meus orientadores Mónica Graciela Zoppi-Fontana e Thierry Guilbert. Este trabalho de doutoramento é o resultado do que aprendi com eles no decorrer dos últimos 4 anos. Com muita simplicidade e sabedoria, Mónica e Thierry me conduziram de forma acolhedora, respeitosa e exigente. O universo me foi de uma generosidade imensa ao colocar os dois em meu caminho a uma só vez.

Agradeço às professoras Marie-Anne Paveau, Natacha Souillard e Luciana Nogueira e ao professor Sóstenes Ericson por ter aceitado compor as bancas de qualificação e defesa pelas quais passei, fazendo contribuições indispensáveis para o desenrolar do meu trabalho.

Agradeço ao professor Fernando Teixeira da Silva, do IFCH- UNICAMP, e a seu orientando Júlio Capelupi, que me acolheram tão bem na disciplina sobre trabalho rural no Brasil República. Agradeço-os também por terem me apresentado aos textos de Verena Stolcke, cujo olhar, embora filiado à Antropologia, me inspirou muito no tratamento da fala das cafeicultoras.

Agradeço ao Cláudio Platero, que sempre com disposição, boa vontade e eficiência me ajudou com a burocracia administrativa.

Je remercie les amis français Orianne, Jérôme, Zèlie, Hubert, Mathéo, Nathalie. Ils ont contribué pour que notre séjour en France soit le plus doux, le plus beau.

Je remercie Marlo Guilbert et Thierry Guilbert de nouveau, pour notre belle balade en Haute Normandie. Je m'en souviendrai toute ma vie avec chaud au cœur.

Agradeço aos amigos brasileiros Sirleidy, Allysson, Moisés, Fernanda, Jacob. Nossa amizade foi um combustível para minha caminhada.

Agradeço Helga, Viviane e Alessandro por oportunizar meu contato com várias cafeicultoras e por acreditar e apoiar meu trabalho.

Agradeço às cafeicultoras depoentes, por terem aceitado compartilhar publicamente suas experiências.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigada.

Un grand merci.

RESUMO

Esta tese tem como problemática a ausência das narrativas das cafeicultoras do Sul de Minas Gerais no discurso hegemônico sobre a agricultura no Brasil, a saber: o do agronegócio. A partir dessa problemática foram estabelecidas duas hipóteses: (i) de que essa ausência enunciativa seria a resultante de um processo histórico de silenciamento sofrido por essas mulheres, e de que (ii) esse silenciamento poderia ser semanticamente descrito. A disciplina em que esta pesquisa se insere é a Análise do Discurso de viés materialista (PÊCHEUX, 1969, 1975a, 1990; ORLANDI, 2007) em articulação com teorias enunciativas (BENVENISTE, 1966, 1970). O corpus de análise foi misto, constituído por um *corpus* de arquivo: a Revista Folha Rural, da cooperativa de café mineira COOXUPÉ, e um *corpus* experimental, composto por falas de cafeicultoras do Sul de Minas. Os resultados mostram dois tipos de silenciamento sofrido por essas mulheres: um de ordem econômica e um de ordem cultural. As análises apontam para um lugar de enunciação para as cafeicultoras que se desenvolve no seio da família, cuja estrutura é patriarcal, e que, ainda assim, representa, para essas mulheres, uma unidade de trabalho e cooperação.

Palavras-chave: Discurso; enunciação; silenciamento; cafeicultoras; lugar de enunciação.

ABSTRACT

This thesis deals with the absence of the narratives of female coffee workers from the South of Minas Gerais in the hegemonic discourse on agriculture in Brazil, namely: that of agribusiness. From this problematic, two hypotheses have been established: (i) that this enunciative absence would be the result of a historical process of silencing suffered by these women, and that (ii) this silencing process could be described semantically. The discipline in which this research lays is the Materialist Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1969, 1975a, 1990, ORLANDI, 2007) in connection with enunciative theories (BENVENISTE, 1966, 1970). The *corpus* of analysis is mixed, composed by a *corpus* of archives: the Journal Folha Rural, institutional media of the coffee cooperative of Minas Gerais COOXUPÉ, and an experimental *corpus*, composed of narratives of female coffee workers from southern Minas. The results show two types of silencing processes suffered by these women: economic (practiced by agribusiness) and cultural (practiced by patriarchy). Moreover, the analyzes show a place of enunciation for these female workers that develops within the family, whose structure is patriarchal, and which, however, represents for these women a unit of work and cooperation.

Keywords: Discourse; enonciation; silencing; female coffee workers; place of enonciation.

RÉSUMÉ

Cette thèse a comme objet l'absence des récits des caféicultrices du sud du Minas Gerais dans le discours hégémonique sur l'agriculture au Brésil, à savoir : celui de l'agrobusiness. A partir de cette problématique, deux hypothèses ont été établies : (i) que cette absence énonciative serait le résultat d'un processus historique de silencement subi par ces femmes, et que (ii) ce silence pourrait être décrit sémantiquement. La discipline dans laquelle s'insère cette recherche est l'Analyse du Discours matérialiste (PÊCHEUX, 1969, 1975a, 1990, ORLANDI, 2007) en lien avec des théories énonciatives (BENVENISTE, 1966, 1970). Le *corpus* d'analyse est mixte, composé d'un *corpus* d'archives : le Journal Folha Rural, média institutionnel de la coopérative de café du Minas Gerais COOXUPÉ, et d'un *corpus* expérimental, composé de récits de caféicultrices du sud du Minas. Les résultats montrent deux types de silencement subis par ces femmes : économique (pratiqué par l'agro-industrie) et culturel (pratiqué par le patriarcat). D'ailleurs, les analyses montrent une place d'énonciation pour les caféicultrices qui se développe au sein de la famille, dont la structure est patriarcale, et qui, cependant, représente, pour ces femmes, une unité de travail et de coopération.

Mots-clés: Discours; énonciation; silencement; caféicultrices; place d'énonciation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O mito continuísta empírico-subjetivista de M. Pêcheux (1975a, p. 115).....	45
Figura 2: Formações discursivas e formação ideológica.....	60
Figura 3: Formações discursivas	62
Figura 4: Modelo da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver (1949)	77
Figura 5: Le schéma informationnel	78
Figura 6: Esquema da comunicação de Roman Jakobson.....	79
Figura 7: Formações imaginárias (a): dos interlocutores	90
Figura 8: Formações imaginárias (a): do referente	91
Figura 9: Esquema n: proposta pecheutiana para uma semântica do discurso.....	107
Figura 10: Mapa das regiões de Minas Gerais	119
Figura 11: Família de camponeses em meio à lavoura de café em época de florada. Município: Nova Resende, MG. Setembro de 2020.....	120
Figura 12: Testemunhos na edição 747 da FR	138
Figura 13: Publicidade da provedora de internet HughesNet.....	142
Figura 14: Família de agricultores	144
Figura 15: Depoimento na edição 475 da FR.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Seções da Folha Rural.....	100
Quadro 2: Manchetes das edições 474 a 484 da Folha Rural.....	101
Quadro 3: Manchetes da FR analisadas	123

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Área média das lavouras de café nas mesorregiões pesquisadas111

SUMÁRIO

PREFÁCIO	18
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – DISCURSO E SILÊNCIO: NOSSO GESTO DE INTERPRETAÇÃO..	23
1.1 Ancoragem epistemológica	28
1.1.1 O silêncio: estatuto	28
1.1.2 O materialismo	30
1.1.3. Forma-sujeito do discurso	34
1.1.4. Memória	35
1.1.5. Condições de produção.....	36
1.2 As formas do silêncio, de Eni Orlandi	36
1.2.1 Silêncio fundante	37
1.2.2 Silêncio político.....	40
1.2.2.1 Silêncio constitutivo – silenciamento.....	42
1.2.2.1.1 O mito de Procusto no conto “A carta roubada”, de Edgar Allan Poe.....	45
1.2.2.1.2 A eficácia da evidência.....	47
1.2.2.1.3 Modalidades de identificação	48
1.2.2.2 Silêncio local – censura	51
1.3 Pressuposição, não dito, implícito, silêncio	51
1.4 Formação discursiva, interdiscurso, memória discursiva	56
1.4.1 Formações discursivas e pré-construído: língua, discurso e a concepção de um estatuto político para as pressuposições.....	56
1.4.2 O pré-construído que se move entre as formações discursivas: o interdiscurso	60
1.4.3. Repetição, estabilização e recriação de um estado de relações sócio-políticas à dominante: a memória discursiva.....	65
Síntese e apontamentos	68
CAPÍTULO II - ENUNCIÇÃO, SUJEITO, DISCURSO	71
2.1 O lugar da enunciação na semântica materialista do discurso	71
2.2 Memória, atualização e sujeitos de linguagem.....	72
2.3 O discurso: lugar de resistência	75
2.3.1 O esquema da comunicação de Roman Jakobson	76
2.3.1.1 Os embrayeurs	81
2.2.2. A subjetividade na linguagem por Émile Benveniste.....	83
2.2.2.1 O aparelho formal de enunciação (AFE).....	85

2.2.3 Sujeito, circunstância e condições de produção: enunciação e discurso	89
2.2.4 O lugar de enunciação, de Mónica G. Zoppi-Fontana.....	91
Síntese e apontamentos	96
CAPÍTULO III – CORPUS E METODO	97
3.1 Apresentação do <i>corpus</i> de trabalho.....	97
3.1.1 A Folha Rural	97
3.1.1.1 Organização da Folha Rural	100
3.1.2. A voz das cafeicultoras.....	102
3.1.2.1 As entrevistas.....	103
3.1.2.2 Os depoimentos	104
3.2 Descrição e discussão do método.....	104
3.2.1 Uma pesquisa qualitativa.....	105
3.2.2 ...E de entremeio.....	108
3.3 Procedimentos.....	109
CAPÍTULO IV – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA	110
4.1. Café e agronegócio.....	110
4.1.1 Overview	110
4.1.2 Breve percurso histórico do café no Brasil.....	111
4.1.3 Grandes cultivos comerciais e os primórdios do que viria a ser o agronegócio brasileiro	113
4.2 Agronegócio e a modernização rural no Brasil	114
4.2.1 Agronegócio e neoliberalismo.....	116
4.3 Cafeicultura paulista, cafeicultura (sul) mineira.....	118
CAPÍTULO V – A MÍDIA INSTITUCIONAL FOLHA RURAL (FR).....	122
5.1 A imbricação cafeicultura e agronegócio na FR.....	123
5.2 Silenciamento e ventriloquia do discurso do outro	125
5.2.1. Institucionalização, verbos <i>dicendi</i> e legitimidade performativa: a agricultura familiar silenciada pelo agronegócio.....	125
5.2.2 Quem pode falar o quê? Não legitimidade enunciativa, reiteração do mesmo e o silenciamento do trabalho produtivo das cafeicultoras.....	132
5.2.2.1 Fala relatada e reiteração de papéis sociais	134
5.2.2.2 Testemunhos, imagens, anedotas e identidades.....	137
5.3 Discurso direto e silenciamento dissimulado.....	147
5.4 O protagonismo das mulheres na cafeicultura viabilizado por um projeto da COOXUPÉ: análise de uma reportagem sobre o projeto “Flores do Café”	150

Síntese e apontamentos	154
CAPÍTULO VI- O LUGAR DAS CAFEICULTORAS	156
6.1 As falas das cafeicultoras do Sul de Minas e suas regularidades	156
6.1.1 A predicação do locutor.....	156
6.1.2 A fala especializada.....	160
6.1.3 A coletividade da enunciação.....	162
6.2 Memória do trabalho livre (colonato), família, papéis de gênero: que lugar para as cafeicultoras?	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS	170
APENDICE	177

PREFÁCIO

A problemática de que trata esta tese (a saber: a ausência de narrativas de cafeicultoras no discurso do agronegócio cafeeiro a despeito de sua participação efetiva no cultivo do grão) foi por mim observada há mais de uma década.

Em 2010, estudante de Agronomia na Universidade Federal de Lavras (UFLA), no último ano de curso, tive a oportunidade de fazer um estágio de nove meses em uma cooperativa de café, a COOPERVITAE, situada no município de Nova Resende, cerca de 230 quilômetros distante do município de Lavras, onde eu nasci e morava à época.

Ao longo do período de estágio, pude não somente observar, mas também vivenciar uma amostra da forma como se organiza socialmente a cafeicultura no Sul de Minas Gerais, importante região no cultivo do café no Brasil e no mundo. Eu trabalhava junto aos cooperados no espaço da cooperativa e junto às suas esposas, mães, filhos durante as visitas a suas propriedades. O envolvimento das esposas, das mães com o cultivo do café se confundia, ou melhor, constituía a vida dessas mulheres.

A jovem estudante de Agronomia que fui naquela época guardou um questionamento: Como será ter um trabalho que se executa sem um distanciamento da vida íntima, privada? Agora, acrescento: Será que esse estatuto de trabalho para essas mulheres- trivial, se quisermos, porque fundido às demais dimensões da vida- é tributário de sua invisibilidade como cafeicultoras?

Decorridos sete anos, em 2017, já na trajetória acadêmica como linguista, recupero esse questionamento guardado para escrever o projeto de doutoramento que deu origem a esta tese. Reformulada a pergunta para o campo da Linguística, a resposta passa necessariamente por escutar a voz dessas mulheres: o que suas narrativas dizem sobre seu modo de ser, sobre sua identidade, sobre o café, sobre o seu lugar na cafeicultura?

INTRODUÇÃO

“Coffee is the second commodity after oil in terms of pecuniary value in world trade. About half of the world’s population are people who work in agriculture and over a half are women” (STOLCKE, 1988, p. xiii). No Brasil, o cultivo de café remonta à primeira metade do século XVIII. A esta época já cultivado em monocultura, em grandes latifúndios, com mão-de-obra escravizada, a reorganização da produção agrícola décadas antes e após o desmonte da escravidão mercantil no país (1888) impactou e reconfigurou a produção cafeeira local. O colonato, sistema de trabalho juridicamente livre, a que fazendeiros de café recorreram prevendo o fim da escravidão e buscando encontrar uma outra forma eficiente de exploração do trabalho, significou historicamente uma transição para o trabalho assalariado no campo.

Na década que antecede o período Brasil República e nas décadas subsequentes, notadamente dos anos 1880 a 1960, uma elite cafeeira paulista protagoniza a cena política do país e o modo como se organiza a produção de café a nível de campo tem grande impacto nas relações sociais e de trabalho de um país de forte tradição agrária. O café é o produto agrícola que financia a industrialização do Brasil e é um dos produtos chave para o processo de modernização da agricultura, que tem início no país na década de 1950, no Governo do Presidente Getúlio Vargas. Atualmente, o país lidera a produção desta commodity, registrando, para a safra de 2020-2021, a produção de 48,8 milhões de sacas de 60 kg de café, cifra que representa aproximadamente 30% da produção mundial do grão, segundo dados da EMBRAPA. Neste cenário, o estado de Minas Gerais, localizado no sudeste do país, lidera a produção cafeeira, seguido pelos estados do Espírito Santo e de São Paulo, tendo Minas Gerais contribuído com 21,45 milhões de sacas de café para a safra mencionada.

Dentre as regiões mineiras produtoras de café, uma das que mais se destaca é o Sul de Minas. Com um cultivo predominantemente familiar¹, as mulheres têm papel importante no cultivo do grão nessa região, entretanto a presença de suas narrativas nos discursos hegemônicos sobre a cafeicultura é ainda tímida, senão inexistente. Esta contradição constitui a problemática desta pesquisa. Desta problemática, trabalhamos com a hipótese de que (i) a ausência das cafeeiras nos discursos hegemônicos sobre a cafeicultura sul mineira seria a

¹ A Lei 11.326 dispõe que é considerado “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (SENADO, 2006).

resultante de um processo histórico de silenciamento sofrido por essas mulheres, e de que (ii) esse silenciamento poderia ser semanticamente descrito.

A disciplina em que se insere este trabalho é a Análise do Discurso e, para dar conta da problemática e da testagem da hipótese explicitadas logo acima, o conceito de silenciamento é central. Este conceito é trazido da maneira como o coloca a linguista brasileira Eni P. Orlandi (2007), filiada teoricamente à Análise do Discurso de viés materialista proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux em textos das décadas de 60 e 70 (1969, 1975a, 1990²). Para dar conta da descrição deste silenciamento, conceitos do campo dos estudos enunciativos serão também mobilizados em articulação com aqueles da Análise do Discurso, já que esta articulação permite desprender a noção de sujeito de uma perspectiva biológica ou psicológica, e tratá-lo como sujeito de linguagem em suas práticas enunciativo-discursivas.

Entendendo que o discurso hegemônico sobre a agricultura no Brasil, e mais especificamente sobre a cafeicultura, seria o discurso do agronegócio, dada a maneira como se institucionaliza no país a produção cafeeira, apresentamos como *corpus* de pesquisa: (i) 12 (doze) edições da revista agropecuária *Folha Rural*, tomada como representativa do discurso do agronegócio do café sul mineiro; (ii) 21 (vinte e um) depoimentos de cafeeiras do Sul de Minas.

Dadas a problemática e as perguntas de pesquisa, bem como explicitados o quadro teórico e disciplinar em que elas se inserem e o *corpus* de pesquisa, foi estabelecido como objetivo geral: descrever o silenciamento a que as cafeeiras estariam submetidas, mostrando seu efeito sobre os processos de subjetivação e identificação; e como objetivos específicos: (i) demonstrar a validade e a produtividade da noção de silenciamento junto aos estudos da linguagem para responder a questões atuais que tocam a problemática de gênero; (ii) descrever os efeitos de determinações históricas sobre as cafeeiras a partir de suas práticas de linguagem; (iii) mostrar a relevância da análise de práticas enunciativas para lançar luz sobre processos de identificação dessas mulheres.

Este trabalho está organizado, num plano mais amplo, em três partes: uma teórica, composta por dois capítulos; uma de explicitação da metodologia e do *corpus* de trabalho e de descrição das condições históricas de produção do discurso do agronegócio para a cafeicultura no Brasil, composta também por dois capítulos; e uma de análise, que corresponde aos dois capítulos finais, totalizando 6 capítulos. Segue abaixo breve descrição destes:

² Esta referência é do livro *L'inquiétude du discours*, em que a pesquisadora francesa Denise Maldidier apresenta e aprecia os trabalhos do filósofo M. Pêcheux à luz de suas condições de produção e de recepção.

No capítulo I, intitulado “Discurso e silêncio”, explicitamos nossa ancoragem teórica e epistêmica, para, em seguida, apresentarmos e discutirmos categorias caras à Análise do Discurso materialista e importantes para a proposta de descrição discursiva do silêncio feita pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi, a saber: forma-sujeito do discurso, pré-construído, memória, interdiscurso, condições de produção. Apresentamos e discutimos também essa proposta de descrição do silêncio, apoiando-nos notadamente no livro “As formas do silêncio”, de E. Orlandi. As noções de silêncio fundante e silêncio político e suas formas da maneira como propostas pela linguista são contempladas na discussão em diálogo com as formas de não-dito: pressuposição e implícito.

No capítulo II, intitulado “Enunciação, sujeito, discurso”, fazemos uma apresentação de teorias enunciativas tendo como fio condutor a evolução da noção de língua e a contemplação do sujeito em circunstância na descrição do sentido. Do “esquema da comunicação” de Roman Jakobson e do “Aparelho Formal de Enunciação” de Émile Benveniste até a noção de lugar de enunciação de Mónica Zoppi Fontana, visamos mostrar a importância das noções dialéticas de atualização e memória, a propósito do sujeito que enuncia e de seu lugar de enunciação, para lançar luz sobre as posições-sujeito historicamente silenciadas e para escutar as vozes advindas dessas posições. O tema da tese é justamente mostrar a maneira como o sujeito de discurso se define e a maneira como ele é definido por discursos (o da Folha Rural imbricado ao do agronegócio).

O capítulo III (“*Corpus* e método”) se ocupa da apresentação da metodologia de trabalho e do *corpus* de pesquisa. São apresentados, portanto, nosso *corpus* de arquivo: a revista institucional Folha Rural, e nosso *corpus* experimental: os depoimentos das cafeicultoras. São indicados, ainda, os procedimentos de análise que realizamos.

O capítulo IV (“Condições de produção e institucionalização da cafeicultura brasileira”) tem um forte viés histórico, já que traz um percurso temporal do estatuto político, social e econômico da cafeicultura no Brasil, mais especificamente, da cafeicultura do Sudeste do país, chegando até a cafeicultura sul mineira. Este capítulo é de leitura fundamental para compreensão plena das análises que empreendemos nos capítulos V e VI, porque constitui um aspecto essencial para a descrição de processos discursivos na Análise do Discurso materialista: a contemplação das condições históricas de produção do discurso na descrição do sentido.

No capítulo V, intitulado “A mídia institucional Folha Rural”, procedemos à análise da Folha Rural, tomada por nós como representante do discurso do agronegócio. São elencadas as regularidades do discurso da FR e descritos os processos de produção de sentido que se dão

através delas. Mobilizando nossa categoria-chave: o silenciamento, mostramos como ele se dá a propósito desse discurso de mídia alinhado ao agronegócio.

No VI e último capítulo, igualmente analítico, intitulado “O lugar das cafeicultoras” procedemos à análise da fala das cafeicultoras, que compõe nosso *corpus* experimental. A partir da indicação e análise das regularidades presentes nas falas dessas mulheres, chegamos a uma possível memória que sustenta a relação dessas mulheres com o trabalho no cultivo do café, bem como acreditamos ter conseguido chegar ao lugar a partir de onde elas enunciam, e pudemos, então, ouvi-las.

Finalizando o trabalho, passamos às “Considerações finais”, onde retomamos nossa hipótese e os resultados obtidos, e fazemos apontamentos no sentido de refletir junto com outros pesquisadores o trinômio *mulher, família e trabalho rural*.

CAPÍTULO I – DISCURSO E SILÊNCIO: NOSSO GESTO DE INTERPRETAÇÃO

«Ce n'est pas l'Homme qui produit les connaissances scientifiques, ce sont *les hommes*, en société et dans l'histoire, c'est-à-dire *l'activité humaine sociale et historique*»³
(PÊCHEUX, *Les Vérités de La Palice*, 1975, p. 170, grifos do autor)

Para apresentar a ancoragem teórica e epistemológica desta pesquisa, gostaríamos de recuperar o que diz Eni Orlandi sobre sujeitos e interpretação. A linguista diz da injunção à interpretação (ORLANDI, 2007). Estamos no mundo, precisamos conhecê-lo, e, ao conhecê-lo, o interpretamos, e, ao interpretarmos, o conhecemos. Neste sentido, Roman Jakobson, em *Essais de Linguistique Générale: Les fondations du langage* (1963, p. 26) já mostrava que: “Dès qu’il y a interprétation émerge le principe de complémentarité, promouvant l’interaction de l’instrument de l’observation et la chose observée.” A Ciência, ou melhor, o discurso científico, é mais uma forma de que dispõem os sujeitos em sua busca permanente para conhecer o mundo. O discurso científico também é lugar desta interpretação. A Ciência não se produz a si própria. Ela também não é produzida por sujeitos apartados da posição de onde falamos, embora se apresentem através de elementos linguísticos que anulam ou minimizam essas marcações subjetivas, espaço-temporais. Esses elementos linguísticos são fundamentais para dissimular a objetividade do discurso científico. Essa dissimulação concorre para linearizar tensões pontuais ou históricas, porque contribui para mascarar relações de conflito entre os sujeitos, o Estado, as sociedades, enfim, o político no curso da história.

Em *Les vérités de La Palice* (1975, p. 70), M. Pêcheux, ao apresentar seu lugar epistemológico no fazer científico, se engaja em uma discussão com o que ele vai chamar de “formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo”, a saber: o realismo metafísico e o empirismo lógico. O realismo metafísico se dá na esteira de Platão, lido e interpretado por Santo Agostinho, no século XIII. Esta corrente filosófica defende uma ontologia, isto é, o estudo daquilo que é, da essência das coisas, as quais se encontrariam fora do mundo material. Para Santo Agostinho, esta essência é passível de ser captada pela observação humana orientada pelo pensamento racional e pela espiritualidade (no sentido cristão do termo):

³ “Não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são *os homens*, em sociedade e na história, ou seja, é a *atividade humana social e histórica*.” (tradução nossa).

As coisas criadas, na medida em que recebem sua forma e seu ser do Criador, tornam-se vestígios de Deus porque participam das ideias divinas. O que Agostinho mostra, afinal, é que todas as coisas criadas possuem uma dependência ontológica em relação a Deus, porque são a própria realização da ordem racional de Deus no universo (FERNANDES, 2007).

O empirismo lógico, que tem como representante expressivo David Hume, defende que só é possível conhecer através da experiência, e que a ferramenta para analisar a ciência seria a lógica matemática (RANSANZ, 1985). O conhecimento concebido por este viés teria um caráter de validade universal, conforme mostra Ransanz (RANSANZ, 1985, p. 273):

Dado que solo se utilizaban métodos lógicos, se pretendia que los resultados del análisis tuvieran aplicación o validez generales, por ejemplo, acerca de la estructura de toda teoría científica, la forma lógica de toda explicación, el carácter lógico de las leyes [...] etcétera.

Para Pêcheux (1975a, p. 68):

Les théories empiristes de la connaissance, aussi bien que les théories réalistes, semblent avoir intérêt à oublier l'existence des disciplines scientifiques historiquement constituées, au profit d'une théorie universelle des idées, qu'elle prenne la forme réaliste d'un réseau universel et a priori de notions ou la forme empiriste d'une procédure administrative applicable à l'univers pensé comme un ensemble de faits, objets, événements ou actes .

Em publicação de 1985, Ransanz argumenta na mesma direção de Pêcheux a respeito do empirismo lógico especificamente:

De esta manera se conformó una concepción de la ciencia que a pesar de su enorme riqueza creativa, rigor, sistematicidad y coherencia, terminó por chocar con sus propias limitaciones. El afán de estos filósofos de aplicar un formalismo lógico demasiado rígido y limitado, su epistemología basada en un empirismo demasiado estrecho -que les llevó a postular la existencia de una base empírica común a todas las ciencias y la existencia de un lenguaje observacional puro-, su eliminación de los aspectos dinámicos e históricos del conocimiento científico y su ignorancia de la dimensión concreta, real; de la práctica científica con todos los aspectos pragmáticos y extra-teóricos que involucra, los llevó a construir una imagen bastante distorsionada de la ciencia. La imagen era distorsionada en tanto que resultó una imagen muy idealizada, ahistórica, simplista y rígidamente formalizada (RANSANZ, 1985, p. 274).

Este esquecimento da existência de disciplinas científicas historicamente constituídas pelas teorias acima, para o autor, não se dá por um acaso da história: elas são feitas para tal, à proveito da “necessidade cega” (ENGELS, apud PÊCHEUX, 1975a, p. 69) de um estado histórico de ignorância. Ora, para Pêcheux (PÊCHEUX, 1975a, p. 69, grifos do autor):

La découverte fondamentale du marxisme-léninisme consiste précisément à reconnaître que l'effet de cette nécessité ne se limite pas à la « nature » et à ses lois, mais englobe les conditions mêmes dans lesquelles l'« homme » comme partie de la nature entre en rapport avec celle-ci, c'est-à-dire les *forces productives* et les *rappports de production* qui déterminent l'histoire des « sociétés humaines », avec la lutte de classes qui leur correspond, et les forces matérielles qui se trouvent ainsi mises en jeu, depuis le début de cette histoire.

A partir dessa discussão, M. Pêcheux indica as três teses fundamentais do materialismo:

- (a) le monde 'extérieur' matériel existe (objet réel, concret-réel)
- (b) la connaissance objective de ce monde est produite dans le développement historique des disciplines scientifiques (objet de connaissance, concret de pensée, concept)
- c) la connaissance objective est indépendante du sujet (PÊCHEUX, 1975a, p. 70).

Em outras palavras, o autor afirma que os sujeitos conhecem o mundo exterior (que existe, e é independente do sujeito) a partir de uma interpretação que já lhes é fornecida a priori, e para a qual concorrem as disciplinas científicas, já que elas procedem ao enquadramento deste mundo exterior através de conceitos. Neste sentido, para que haja um “conhecimento objetivo” das coisas e estados de coisas no mundo, têm lugar processos históricos de legitimação e deslegitimação, disputas pelo sentido de palavras e expressões, enfim a relação do homem com o seu entorno. A estabilização desses processos estaria na base do fenômeno linguístico, discursivo e psicanalítico de universalização do dizer, em que a experiência singular de um sujeito em dado espaço e em dado tempo é extrapolada para todos os sujeitos em quaisquer espaços e tempos, implicando a subsunção do sujeito ao objeto interpretado e descrito por ele. Mostraremos o funcionamento deste fenômeno mais adiante, da maneira como o propõe M. Pêcheux (1975a). Neste quadro epistemológico, sentidos fixados historicamente e dados a conhecer a partir de uma linguagem que se quer ao máximo referencial caracterizariam o discurso científico:

O uso científico da linguagem, o que Pêcheux chama de “discursividades de primeiro tipo”, estes “universos discursivos considerados como logicamente estabilizados”, os quais “pressupõem um fechamento metalinguístico da situação de interpretação, na qual o sujeito é suposto a operar por meio de estratégias cognitivas, sob a base de instruções fornecidas pela informação de que ele dispõe” (GUILBERT, 2021a, p. 244).

Linguisticamente, o que temos como efeito da combinação entre sentido fixado e linguagem referencial é de uma correspondência unívoca entre o que é da ordem da língua e o

que é da ordem da exterioridade⁴ do mundo externo que ela nomeia. Contando com um aparato cognitivo em que a linguagem não somente intermedia a nossa relação com o mundo, mas concorre para configurar a maneira como o concebemos, está posto o efeito que os sentidos na sua contradição constitutiva têm sobre os processos de subjetivação de sujeitos não somente de linguagem, mas também ideológicos, pelo fato mesmo de serem constituídos na relação da língua com a história.

Neste sentido, Guilbert (2021a), apresentando aspectos comuns entre os estudos de Pêcheux e de Bakhtin e Volochinov, mostra como o conceito semiótico de signo consiste para os últimos autores em materialidade da língua e materialidade da ideologia, simultaneamente (1977, apud GUILBERT, 2021a). E esta materialização se daria no sujeito e através dele. Estes autores defendem que, antes mesmo de ter uma consciência individual, os sujeitos desenvolvem uma consciência coletiva, que é, ela mesma, “remplie des signes”, e que o próprio do signo é ser ideológico:

Un produit idéologique appartient à une réalité (naturelle ou sociale), comme n’importe quel corps physique, instrument de production ou produit de consommation, mais de surcroît, contrairement à eux, il reflète ou réfracte une autre réalité qui lui est extérieure. Tout ce qui est idéologique possède un *réfèrent* et renvoie à quelque chose qui se situe hors de lui. En d’autres termes, tout ce qui est idéologique est un signe. Sans signes, point d’idéologie. Un corps physique ne vaut qu’en tant que lui-même, il ne signifie rien mais coïncide entièrement avec sa nature propre. Il n’est pas, dans ce cas, question d’idéologie. Cependant tout corps physique peut être perçu comme un symbole (...) » (1977, p. 25, APUD Guilbert, 2021a)

Compreendendo o signo como o encontro entre sujeito e mundo exterior através da consciência, Bakhtin e Volochinov autorizam dizer que é a linguagem que faz os sujeitos. Émile Benveniste (1966, p. 85), por sua vez, afirma que “le langage n’est que symbolisme”, chegando, em seguida, ao simbolismo linguístico:

C’est qu’il est appris, il est coextensif à acquisition que l’homme fait du monde et de l’intelligence, avec lesquels il finit par s’unifier. Il s’ensuit que les principaux de ces symboles et leur syntaxe ne se séparent pas pour lui des choses et de l’expérience qu’il en prend ; il doit s’en rendre maître à mesure qu’il les découvre comme réalités.

Para Pêcheux, o homem é também um sujeito de linguagem, ou melhor, um sujeito de práticas de linguagem, que esquece, a nível do inconsciente, que é sujeito ideológico.

⁴ Para a AD, a exterioridade diz a respeito do real da história. Não é “O mundo”, mas o mundo já interpretado e atravessado pelos processos históricos e pelas práticas dos sujeitos.

Dizendo de outro modo, este sujeito do discurso pecheutiano se constitui pela língua como sujeito ideológico.

Processos históricos para fixar um sentido a despeito de outros sentidos possíveis produziram evidências desse direcionamento ideológico que, conforme exposto acima, é constitutivo do dizer, e que se encontra inscrito em todas as práticas dos sujeitos. Esses processos de estabilização se dão, contudo, deixando marcas, as quais são para o analista uma oportunidade de chegar aos processos discursivos que tornaram possível a estabilização de um sentido e não de outros, isto é, à indicação da orientação ideológica trabalhada historicamente na fixação de um sentido. Da obra intelectual e militante de Pêcheux podemos inferir que o discurso científico, por contar com um estatuto de peso e legitimidade nas sociedades modernas, teria importante papel político no questionamento das verdades formuladas e postas a circular por outros discursos com este mesmo estatuto privilegiado. Nesta direção, o apagamento do político que caracterizaria a forma do discurso científico não seria somente produtivo, mas antes essencial para manter um determinado estado de coisas. Ao cabo, sob efeito de objetividade, o discurso científico forja relações de causa e consequência como se as descrevesse. O que o quadro teórico para uma semântica discursiva de Michel Pêcheux faz, finalmente, é permitir colocar em questão até mesmo os axiomas sobre os quais se fundam esta ou aquela teoria científica.

No que tange às disciplinas linguísticas e em especial a Linguística em termos de análise semântica do sentido dos enunciados, Pêcheux (1975a, p. 58) argumenta que esta se dá no “círculo ideológico sistema e sujeito-falante”. Para o filósofo:

La linguistique actuelle conçoit spontanément le champ du langage comme distribué sur un axe dont les deux pôles seraient respectivement l'ensemble des énoncés scientifiques d'une part, et la conversation (ou le langage quotidien) d'autre part. Ajoutons que la philosophie spontanée qui domine aujourd'hui les recherches en linguistique présuppose que cette distribution s'effectue sur un continuum allant du sensible à l'intelligible ou, si l'on préfère, des situations aux propriétés [...].

Qu'est-ce qui peut déterminer cette étrange circularité qui s'effectue sous les apparences d'un développement ? “La question se pose”, comme on dit (PÊCHEUX, 1975a, p. 58).

Isto posto, nosso gesto sobre uma materialidade linguística sobre a qual terão lugar as análises se dá por meio de questões colocadas por pesquisadores que são sujeitos em seu respectivo espaço-tempo. Já dizia Saussure (1916): o olhar faz o objeto. E este olhar é tributário do lugar social e histórico do pesquisador. Assim, a cada movimento interpretativo sobre o

corpus que elegemos como de análise estamos necessariamente falando a partir de um lugar na história. Um lugar afetado por contradições políticas e constituído pelas relações desiguais de força que têm lugar historicamente.

Neste sentido, Eni Orlandi (2015, p. 24) pontua que:

Toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue. [...] A leitura mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há essa chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

É desta posição epistemológica materialista no campo científico que tomamos como objeto o silenciamento das cafeicultoras no Sul de Minas Gerais. O que desejamos fazer é trazer descrições não de formas da língua, mas de funcionamentos discursivos a partir de uma semântica que compreende o sentido como tendo um estatuto histórico. Ao fixar este objeto, estamos propondo um pressuposto e um posto. O pressuposto é de que existe um discurso sobre a agricultura no Brasil, pois é a este domínio que a designação “cafeicultoras” envia. O posto a ser demonstrado é o de que, neste discurso, as cafeicultoras estão ausentes como lugar de enunciação, figurando como objeto desse mesmo discurso. Acreditamos que a produtividade da filiação a um quadro materialista de análise do discurso reside em dois aspectos: (1) um político: na possibilidade de que, ao demonstrarmos que há silenciamentos sendo praticados, seja possível indicar quem o pratica, e de que forma o faz; (2) um teórico e epistêmico: demonstrando a riqueza de um trabalho de entremeio, que mobiliza outras disciplinas senão a Linguística (a História, a Sociologia, a Psicanálise) para explicar problemas sociais atuais, compreendendo, a partir do ponto de vista materialista, a disciplinarização como uma relação dialética.

1.1 Ancoragem epistemológica

1.1.1 O silêncio: estatuto

Trazemos como posto a ausência de um lugar legítimo de enunciação das cafeicultoras no discurso sobre a agricultura no Brasil. Este posto fundamenta-se na observação da falta de espaço público para a fala, as narrativas, o discurso das cafeicultoras no Sul de Minas

Gerais. O que nossa abordagem -a partir da Análise do Discurso- nos coloca à disposição para descrever essa falta é o conceito de silêncio, categoria teórica desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2007), e que nos dará oportunidade, emprestando as palavras da autora: “de caminhar entre o dizer e o não dizer” (ORLANDI, 2007, p. 11). O silêncio é categoria-chave de nosso trabalho, para Orlandi, é ele que permite o movimento, a possibilidade, o vir-a-ser, afinal, a linguagem empurra o “não lugar” para o “nada”. Este “nada” se multiplica em sentidos: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam” (ORLANDI, 2007, p. 47).

De início, é necessário apontar o deslocamento proposto por E. Orlandi para trabalhar o silêncio: como matéria significativa por excelência. O silêncio não é o nada, ou o vazio da língua, ele é constitutivo do sentido. Segundo a autora, só é possível compreender o silêncio para além de uma definição negativa (o que ele não é) em relação à linguagem sobretudo verbal se considerarmos o sentido em sua historicidade, se tomarmos em conta seus processos de produção e estabilização. Trata-se, afinal, de saber o que o silêncio é, e “não podemos observá-lo senão por seus efeitos (retóricos, políticos) e pelos muitos modos de constituição da significação” (ORLANDI, 2007, p. 46).

Tomamos a língua como materialidade constituída e sustentada por uma memória histórica de disputa entre calar e poder dizer. Através dessas materialidades discursivas, que, por sua vez, têm como base material a língua, jogam, portanto, tensões históricas entre sujeitos, Estado, instituições. Silenciar e dizer são movimentos imanentes a essas tensões. Ora, o funcionamento da memória em relação ao que pode e deve ser dito diz a respeito do discurso. No que toca nosso objeto de trabalho: o silenciamento das cafeicultoras no Sul de Minas, seria interessante conhecer aquilo que estaria sendo silenciado enquanto se diz; quais seriam os movimentos que configuram esse silenciamento; que lugares sociais, quais instituições estariam concorrendo para a estabilização de certos sentidos a despeito de outros: “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política” (ORLANDI, 2007, p. 53).

Eni Orlandi (2007), defendendo o estatuto constitutivo do silêncio em relação à linguagem, e retomando as noções de interdiscurso (PÊCHEUX, 1975a) e de memória discursiva (COURTINE, 1981; PÊCHEUX apud MALDIDIER, 1990), desenvolve um dispositivo teórico e analítico que permite proceder à descrição dos processos de semantização do discurso atravessado pelo silenciamento. Neste quadro, o que é dito no enunciado é colocado

em relação com o que não é dito e com um já-dito histórico que se movimenta, se ressignifica, deixando, contudo, traços que determinam sujeito e sentido no curso da história. Assim,

Le silence en relation avec l'interdiscours désigne le fait que derrière les paroles qu'un sujet assume comme siennes, l'analyste peut reconstruire les paroles déjà dites par d'autres, qui fondent son discours dans la mesure où tout discours prend appui sur d'autres discours, même lorsqu'il ne les évoque pas explicitement (BRANCA-ROSOFF⁵, 1996, apud ZOPPI-FONTANA; RESENDE, 2021)

1.1.2 O materialismo

Eni Orlandi (2007), ao contemplar o silêncio e suas formas como fenômenos constitutivos da significação, dá consequência ao quadro teórico do discurso proposto por Michel Pêcheux nos anos 70 na França, e desenvolve um dispositivo teórico e analítico que permite trazer à tona o que não está na descrição da língua, mas que se presentifica pela ausência na memória histórica.

Um trabalho interdisciplinar com o silêncio a partir dessa dupla condição material: da língua, na história, se torna possível na Linguística enquanto disciplina na medida em que dois deslocamentos fundamentais são propostos por Pêcheux (1975a): (1) o tratamento da ideologia não com o estatuto de ideia (a que sua etimologia mesma remete), mas de materialidade, cuja realização se dá graças à interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia através da língua (ALTHUSSER, 1970); (2) o tratamento do sujeito não em sua existência psicofisiológica (um sujeito volitivo, intencional), mas como efeito: sujeito de uma prática, sujeito já efeito dessa interpelação ideológica, que significa de determinado lugar na memória do dizer, isto é, de uma posição-sujeito. Esse deslocamento proposto por M. Pêcheux oportunizou, à época, um afastamento de uma posição científica idealista de tratar o problema do sentido na língua: seja o realismo metafísico, seja o empirismo lógico, correntes de pensamento com as quais o filósofo dialoga explicitamente em *Les vérités de La Palice* (1975a) e já explicitadas mais acima.

Analisar o funcionamento do silêncio nos processos de identificação e subjetivação que constituem as cafeicultoras como sujeitos na contradição dos discursos do agronegócio e da agricultura familiar no quadro teórico e epistemológico que viemos explicitando permite

⁵ Ver BRANCA-ROSOFF, Sonia. *Eni Pulcinelli-Orlandi: Les formes du silence. Dans le mouvement du sens. Langage et société*, n. 77, p.101-105, 1996.

lançar luz sobre o papel que a língua, como base material dos processos discursivos, joga na reprodução dos sentidos estabilizados pelo discurso do agronegócio no Brasil.

Isso posto, fica claro que consideramos logo de largada que há dois discursos em relação antagônica na agricultura brasileira: o discurso do agronegócio e o discurso da agricultura familiar. No caso da cafeicultura sul mineira, uma contradição a ser observada é que se trata de uma atividade realizada sobretudo por famílias, e famílias socioeconomicamente modestas, no entanto, é o discurso do agronegócio que detém a hegemonia de propor e fazer circular sentidos para a atividade.

Para fins da argumentação que estamos empreendendo, vale ressaltar que o discurso do agronegócio brasileiro apoia-se sobre um trabalho simbólico maniqueísta fundamental para linearizar tensões: as noções de fracasso e sucesso, incompetência e competência, coadjuvantes e protagonistas na produção de cultivos de grande interesse comercial, em que se encontra o café. Neste contexto de linearizações via estabelecimento de dicotomias, o que determinaria a inclusão de trabalhadoras e trabalhadores rurais em uma ou outra dessas categorias antagônicas seria uma vontade subjetivo-individual.

Nesse sentido, Silva (2015, p. 174) mostra que para o agricultor “não se trata [...] de ter garantidas pelo Estado as condições necessárias a uma vida digna no campo. [...] De fato, a responsabilidade de ‘ter renda’ é do agricultor familiar, e para tal, ele precisa incorporar a função de ‘empreendedor familiar rural’”, o que do contrário atestará sua incompetência gerencial no processo produtivo, tendo em vista que a administração da propriedade é sua atribuição.

Ora, a vontade, a capacidade, a competência subjetivo-individual são fortes marcas do discurso neoliberal, que se encontra imbricado ao discurso do agronegócio brasileiro, e que têm efeitos sobre as identidades dos sujeitos, sendo estes, portanto, um efeito sujeito específico que se produz no interior de um processo discursivo que se dá junto ao discurso do agronegócio.

A delimitação teórica do conceito de sujeito na Análise do Discurso, trabalhada por Pêcheux (1975a) à maneira althusseriana⁶ permite compreender, em vez de uma noção de subjetividade como origem ou ponto de partida, um sujeito como sendo efeito: o efeito ideológico sujeito, que funciona graças ao “esquecimento n. 1” de Pêcheux: a ilusão do sujeito epistêmico, que se acredita na origem mesma do dizer e do sentido. O autor propõe também o

⁶ “La catégorie de sujet est constitutive de toute idéologie, mais en même temps et aussitôt nous ajoutons que la catégorie de sujet n’est constitutive de toute idéologie, qu’en tant que toute idéologie a pour fonction (qui la définit) de “constituer” les individus concrets en sujets. C’est dans ce jeu de double constitution qu’existe le fonctionnement de toute idéologie, l’idéologie n’étant rien que son fonctionnement dans les formes matérielles de l’existence de ce fonctionnement” (ALTHUSSER, 1970, p. 46).

“esquecimento n. 2”, de ordem enunciativa: a paráfrase, em que o sujeito já interpelado ideologicamente crê na literalidade da língua e das formulações que ele enuncia. Estes esquecimentos serão melhor explicitados adiante.

Os esquecimentos de M. Pêcheux (1975a) são noções herdeiras da concepção de ideologia em Althusser (1970), de quem o filósofo está inspirado fortemente na proposição de seu quadro teórico de uma semântica do discurso. Há, em Althusser, três considerações fundamentais sobre a ideologia, que devem ser recuperadas: (i) a ideologia não existe a não ser no mundo social, (ii) a ideologia é a condição da vida social, (iii) as práticas sociais são lugar de reprodução da ideologia dominante e também um espaço no interior do qual se dá a contradição e o antagonismo de classe. Vejamos como o próprio autor o diz:

Toute formation sociale relève d'un mode de production dominant.

Toute formation sociale doit, en même temps qu'elle produit, et pour pouvoir produire, reproduire les conditions de sa production .

Toute idéologie a pour fonction (qui la définit) de 'constituer' les individus en sujets.

L'idéologie (...) “fonctionne” de telle sorte qu'elle “recrute” des sujets parmi les individus (elle les recrute tous), ou ‘transforme’ les individus en sujets (elle les transforme tous) par cette opération très précise que nous appelons “l'interpellation” (ALTHUSSER, 1970, p. 113).

No quadro teórico do discurso de M. Pêcheux trabalham juntas a ilusão da constituição do sujeito e a ilusão da constituição do sentido, o que garante a eficácia máxima da ideologia e a reprodução (com falhas e contradições) das condições de dominação via o sujeito ele mesmo em suas práticas sociais. O filósofo nos contempla, então, com uma proposta teórica não subjetivista da subjetividade, “designando os processos de ‘imposição-dissimulação’ que constituem o sujeito ‘colocando-o em cena’ (significando *aquilo que ele é*) e dissimulando no mesmo instante este ‘colocar em cena’ (este *assujeitamento*) pela ilusão da autonomia constitutiva do sujeito” (PÊCHEUX, 1975a, p. 122, grifos do autor, tradução nossa).

Por seu turno, o estatuto material dessa ideologia que interpela o indivíduo em sujeito existe sob a forma de:

“Formações ideológicas” (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que a uma só vez possuem uma característica “regional” e comportam as posições de classe: os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo em que “a maneira de se servir deles”- seu “sentido”, isto é, sua orientação, isto é, os interesses de classe que eles servem (PÊCHEUX, 1975a, p. 130).

Essas formações ideológicas (doravante FI) são compreendidas, portanto, em um complexo de relações hierárquicas: desiguais, de subordinação. Trata-se do “todo complexo a dominante”, lugar de disputa e contradição. Já a “maneira de se servir” dos objetos ideológicos – seu sentido- desemboca em uma categoria teórico-analítica chave que vai oportunizar tratar a problemática do sentido contemplando a ideologia em sua materialidade: as formações discursivas, doravante FD. As FD são componentes das FI e determinam “‘*o que pode e deve ser dito*’ dentro de uma FI dada, ou seja, a partir de uma dada posição dentro de uma conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes” (PÊCHEUX, 1975a, p. 144, grifo do autor, tradução nossa).

Aqui temos a categoria fundamental para tratar os processos de produção de sentido e para a compreensão do silêncio a que nos propomos. Se, de um lado, temos um sujeito que, afetado pelo esquecimento, formula paráfrases de já-ditos históricos acreditando-se na origem delas, o quadro teórico a que nos filiamos nos permite proceder a descrições que rompam com esse efeito de literalidade do dizer. Efetivamente, a noção de FD oportuniza contemplar o sentido em sua relação entre base (linguística) e processo (discursivo), condição fundamental para tratá-lo em sua historicidade. Isto equivale a dizer que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (ou seja, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas) (PÊCHEUX, 1975a, p. 144).

Voltaremos a essa discussão no desenrolar da discussão teórica no tópico 2 deste capítulo.

Finalmente, ao entender como sendo consequência do agir ou do não agir das cafeicultoras a incompetência, o fracasso, e sua posição coadjuvante na cafeicultura sul mineira, estaríamos sob o “efeito Münchhausen”, de que fala Pêcheux. Em *Les Vérités de La Palice*, o autor utiliza como exemplo o protagonista de uma série de narrativas de aventuras fantásticas: o Barão alemão Karl Friedrich Hieronymus von Münchhausen, e mais precisamente a aventura em que o Barão, se afundando em um pântano, consegue salvar a si e a seu cavalo puxando a si próprio pelos cabelos para chegar à margem oposta deste pântano. Propondo uma metáfora com o conto fantástico, Pêcheux categoriza como uma ilusão ou uma quimera o efeito da interpelação dos indivíduos em sujeito pela ideologia, o efeito Münchhausen: o de colocar o

sujeito na origem do sujeito, tratando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1975a).

1.1.3. Forma-sujeito do discurso

O sujeito de M. Pêcheux (1975a) é um sujeito da e na enunciação, isto é, é sujeito de práticas enunciativas, no seio das quais ele é concebido, porque sujeito de linguagem. Compreender o sujeito deste modo faz mover o cursor que, outrora apontado para um sujeito empírico, para uma existência psicofisiológica (que se reconhece enquanto tal, que diz de si, que escolhe dizer uma coisa e não outra), esquece as condições materiais de constituição desta existência mesma, já interpelada ideologicamente. Em Pêcheux, não seria possível, por exemplo, trabalhar falseamento ou produção ou alienação ideológica, pois a ideologia já estaria lá funcionando através do sujeito, servindo como base de produção de sentido para o sujeito em sua relação com a língua. Dizer deste sujeito, neste campo a que nos filiamos, é, portanto, trabalhá-lo na enunciação, já efeito das Formações Ideológicas (FI), as quais, conforme apontado acima, não são tomadas como algo da ordem das ideias, são, ao contrário, compreendidas em sua materialidade.

A materialização dessas formações, por seu turno, se dá sob a forma de rituais enunciativos, que podem apresentar falhas, o que consiste em terreno fértil para o analista do discurso. Na disputa pela dominância neste arranjo desigual e contraditório das FI jogam relações de subordinação, de aliança, de sobredeterminação. Esta dinâmica produz efeitos sobre as FD, lugar mesmo onde se inscreve o sujeito na posição-sujeito. Retomemos M. Pêcheux (2009, p. 150):

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da identidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma [...], enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.

Temos, portanto, uma semântica que contempla os processos históricos que constituem o sujeito, materializados em suas práticas. Deste modo, a categoria teórica forma-sujeito em Pêcheux (1975a) – introduzida por Althusser (1970) – permite conceber o sujeito em sua existência histórica. Daí temos a oportunidade de lançar luz sobre os processos

históricos que, a uma só vez, trabalhariam a evidência do papel secundário atribuído às cafeicultoras e interditariam processos para romper com esta condição.

1.1.4. Memória

A descrição dos processos de silenciamento tendo como base material a língua é possível graças à noção de memória discursiva, cujo estatuto é social, e que deve ser compreendida como um todo complexo pré-existente e exterior ao organismo humano é “constituée par des séries de tissus d’indices lisibles, constituant un corps socio-historique de traces” (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 1990, p. 286). Ora, esse todo complexo pré-existente e exterior aos indivíduos, o qual limita e outorga as possibilidades de interpretação das sequências discursivas pelos sujeitos, sinaliza justamente seu assujeitamento ideológico (PAVEAU, 2017). Deste modo, como bem o pontua Jean-Marie Marandin (2014 [1994]), um deslocamento é produzido: o que outrora seria concebido como a resultante da intenção do sujeito em condições pragmáticas de interação, é agora parte constitutiva da produção de sentidos sobre e para esse sujeito num emaranhado de sentidos sócio historicamente concebidos, regido por relações dinâmicas de forças contraditórias, conforme discutido acima. Dizendo de outro modo, trata-se de “conceber a eficácia própria à linguagem, quer dizer, uma eficácia que não possa ser atribuída à ação ou às intenções de um locutor. Ela [a teoria do discurso] se apresenta como fundadora de uma pragmática não subjetiva” (MARANDIN, p. 138). Ao conhecermos a teoria do discurso, podemos perceber que ela predica a linguagem como o poder: linguagem é poder. “Ce qui se joue à l’intérieur même du langage est une lutte sociale et idéologique. Gagner la bataille des indices de valeur sociale, c’est gagner la bataille idéologique” (GUILBERT, 2021b).

Finalmente, partilhamos com J. J. Courtine (1994, p. 10) a noção de que “le langage est le tissu de la mémoire”, isto é, “sa modalité d’existence historique essentielle”. Consequentemente, é possível descrever as operações discursivas que organizam não somente a série do repetível, mas também o apagamento e o esquecimento dos espaços de memória que constituem uma regularização discursiva, segundo “a lei da série do lisível” (ZOPPI-FONTANA; RESENDE, 2021). A noção de memória discursiva, portanto, permite-nos pensar o silêncio não pelo que ele não é em relação à linguagem (ORLANDI, 2007), mas pela maneira como ele constitui historicamente o sentido e o sujeito.

1.1.5. Condições de produção

Descrever as condições de produção do discurso é procedimento metodológico fundamental no estudo dos efeitos do silêncio e suas formas. As condições de produção do discurso são suas circunstâncias de produção tanto imediatas quanto históricas.

D. Malidier (1990, p. 111) nos ajuda a compreender a partir da obra de Pêcheux que a descrição das condições de produção de um discurso dado é suposta pelo estudo do processo de produção desse discurso, sendo este processo compreendido como “l’ensemble de mécanismes formels qui produisent un discours de type donné, dans des “circonstances” données”. O que este estudo vai supor efetivamente é uma descrição da ligação entre as condições de produção imediatas do discurso e o seu processo histórico de significação. Afinal, este trabalho está inscrito em um quadro teórico em que:

Os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que de estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2015, p. 28).

A descrição das circunstâncias de produção de um discurso, bem como a descrição da relação entre esta e o processo histórico de produção de sentido para este discurso é fundamental para dar a conhecer tanto sua estabilização quanto sua transformação. Nesta direção, Malidier (1990, p.110) diz que:

En termes empruntés à la logique, on peut dire que la normalité locale qui contrôle la production d’un type de discours donné concerne non seulement la nature des prédicats qui sont attribués à un sujet, mais aussi les transformations que ces prédicats subissent au fil du discours et qui conduisent celui-ci vers sa fin, aux deux sens du mot.

1.2 As formas do silêncio, de Eni Orlandi

É bem plausível que a glória da vida esteja sempre à disposição de todos nós, porém oculta dos nossos olhos, distante, nas profundezas. Mas ela está lá e não é hostil, nem arisca, nem surda. Basta chamá-la com a palavra certa, com o nome certo, que ela vem. Essa é a essência da magia, que não cria nada, mas invoca. (KAFKA, 1921).

Branca-Rosoff (1996, p. 105), em resenha do livro “Formas do silêncio” de Eni Orlandi, afirma que a obra “vient à l’heure comme une ‘injonction’ faite à la linguistique de se soucier de ce qui la borde”. Com efeito, ao propor um quadro teórico e analítico para análise dos processos de silenciamento, de sorte que o estatuto deste seja concebido a partir do que ele é nos processos de significação, e não do que ele não é ou deixa de ser em relação à língua, Orlandi mexe (Branca-Rosoff, *ibid.*) toda uma tradição linguística que repousa sobre uma vontade antes intrinsecamente humana do que exclusiva dos pesquisadores que se ocupam do problema do sentido na linguagem: a vontade de descrever para prever, para controlar. A este propósito, as condições que se colocam para os pesquisadores no terreno da Linguística enquanto disciplina, sob efeito dos recortes de Saussure, exigem que seja eliminado o “elemento incerto, subjetivo, não-classificável” (BENVENISTE, 1966, p. 11, tradução nossa). Acrescentamos: o que é da ordem da contingência, do interdito, do não-formulado, do contraditório. É neste sentido que E. Orlandi (2007, p. 44) propõe pensar o silêncio como um “esforço contra a hegemonia do formalismo”.

O silêncio da forma como proposto por Eni Orlandi tem como próprio o escape à certeza e, por isso mesmo, é condição de possibilidade do sentido, “é materialidade significante por excelência, antes de qualquer corte simbólico imposto pela língua” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 188). É este o estatuto da categoria silêncio fundador, constitutivo dos processos de produção de sentido, a partir do qual podemos trabalhar com o silêncio político: o dizer uma coisa para não deixar dizer outra e o fazer calar. Debruçamo-nos sobre a apresentação destas formas do silêncio nos tópicos a seguir.

1.2.1 Silêncio fundante

A primeira forma do silêncio que nos apresenta Eni Orlandi é o silêncio fundador, matéria significante por excelência dos processos de produção de sentido (p. 68), condição mesma para o movimento deste. Descrever esta forma parece tocar na inquietação e no desconforto colocados por um trabalho acerca de um objeto não passível de ser lido na sua discrição, ao contrário, que deve ser compreendido como algo da ordem do possível necessário às mudanças do sujeito e do sentido no tempo e no espaço. Realizar um trabalho sobre este silêncio de estatuto fundador é tocar na “não coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a nomeação sobrepõe- a que concerne ao geral, ao finito, ao discreto dos signos, e a que concerne ao singular, ao infinito, ao contínuo das “coisas” (AUTHIER-REVUZ,

2014, p. 261). A necessidade dos sujeitos de estar sob o efeito de unidade e completude entre estas duas ordens heterogêneas de que fala Authier-Revuz: o infinito das coisas, o finito da língua, se encontra refletida nos diversos movimentos feitos no campo da Linguística pós-saussuriana, em que as descrições, ao incidirem sobre o formulado, o sistemático e o regular excluem o que é da ordem da contingência, do interdito, do não-formulável, do não-sentido.

Efetivamente, um trabalho científico com o silêncio na Linguística é desafiador porque coloca em xeque o modo como o estruturalismo define a língua: enquanto sistema de signos, isto é, em sua descrição. Neste sentido, bem nos lembra Émile Benveniste (1966, p. 83) que “le propre du langage est de n’exprimer que ce qu’il est possible d’exprimer. Ceci n’est pas une tautologie. Un langage est d’abord une catégorisation, une création d’objets et de relations entre ces objets”.

A semântica do silêncio de Eni Orlandi não trata de determinismos ou relativismos. Em relação à língua, trata-se da falha constitutiva; em relação ao discurso, trata-se da ideologia, do interdiscurso, da contradição. Os conceitos de língua e silêncio se opõem em E. Orlandi: o silêncio é antes de qualquer língua; a língua já traz o sentido para a ordem do simbólico, do corte, do discreto, isto é, a língua não faz silêncio, pois ela se define pelo seu real, que é a impossibilidade de tudo dizer. Há sentido porque há silêncio recortado pela língua em condições históricas específicas.

Então, como contemplar em uma descrição semântica o que está de fora porque recortado pela língua? Recuperando, justamente, esta ausência, em um plano que é de uma outra ordem: das relações sociais, das disputas pelo dizer e pelos sentidos dos dizeres no curso de uma história fabricada pelos sujeitos de linguagem e através desta linguagem. É o silêncio, “intervalo pleno de possíveis que separa duas palavras proferidas: a espera, o mais rico e o mais frágil de todos os estados” (BUSSET, 1984, apud ORLANDI, 2007, p. 68) que funda literalmente a possibilidade dessa disputa pela materialização do sentido na língua, por sua inclusão no recorte da significação.

Sobre este silêncio enquanto “intervalo pleno de possíveis”, consideremos recorte abaixo, que fizemos do artigo “Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)”, de Clifford A. Welch (2016), o qual nos é valioso para a descrição das condições de produção históricas dos sentidos para a agricultura e seus modos de produção no Brasil:

De acordo com Vargas (1938, p. 28), centenas de milhares de brasileiros viviam nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam”. O que parecia ser em Vargas, no entanto,

era a ênfase colocada sobre a automotivação dos camponeses, responsável, segundo sua perspectiva, pelo atraso na produção rural. Vargas (*ibid.*, p. 29) propôs medidas para “despertar-lhes, em suma, o interesse, **incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia**”, mediante intervenções patrocinadas pelo Estado (WELCH, 2016, p. 85, grifos nossos).

As palavras de Vargas reportadas por Welch denunciam o silêncio institucional sobre os trabalhadores rurais, isto é, a existência de um estado de coisas para o qual ainda não havia sido reclamado ou atribuído institucionalmente um sentido. A distância não apenas geográfica mas simbólica entre esses trabalhadores rurais e o poder público está assinalada na sequência “centenas de milhares de brasileiros **viviam nos sertões** sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público **apenas** através dos impostos extorsivos que pagam”. É na própria descrição da língua que se marca, a uma só vez, a existência e o silêncio deste estado de coisas: *centenas de milhares de brasileiros viviam*. O emprego do pretérito imperfeito significa (i) a duração no tempo deste silêncio institucional, cuja (ii) interrupção de duração se dá a conhecer naquela enunciação, em 1938. O adjunto adverbial de lugar, *nos sertões*, marca a distância entre a localização geográfica oficial de exercício do poder presidencial em 38, a cidade do Rio de Janeiro, e os “sertões”, nome genérico que designa as regiões áridas do Nordeste brasileiro. Um outro efeito é produzido ao se predicar essas “centenas de milhares de brasileiros” afastados da ação do poder público com o adjunto adverbial “nos sertões”: a exclusão de outras centenas de milhares de brasileiros trabalhadores rurais esquecidas pelo Estado e vivendo em outras regiões do país. Isso já é o discurso fazendo a língua significar na história. A modalização via advérbio *apenas*, finalmente, corrobora o silêncio do Estado em relação aos trabalhadores rurais no que toca o trabalho desempenhado por eles. A sequência *incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia*, por seu turno, marca na língua a contradição daquele discurso: a existência dos trabalhadores rurais é dada a conhecer institucionalmente (é retirada de um estado de silêncio), entretanto o trabalho desses sujeitos continua esquecido, porque excluído das categorias “atividade” e “economia”, via verbo em forma nominal: *incutindo*, isto é. *introduzindo, suscitando* “hábitos de atividade e economia”. Admite-se, pelo verbo, a condição de inexistência desses hábitos nos trabalhadores rurais. Haverá disputa histórica pelos sentidos de trabalho, o que é possível porque há sempre um estado de coisas latente a ser recortado pela língua:

É nessa perspectiva que consideramos a linguagem como categorização do silêncio, isto é, ela é a gregaridade, a possibilidade de segmentação, ou melhor, o recorte da significação em unidades discretas. Entretanto, uma vez recortado, o silêncio permanece sempre a ser ainda dito. Se o silêncio não

tivesse um sentido em si mesmo, uma vez categorizado, esse sentido seria definitivo. A língua extenuar-se-ia na usura das palavras, tornar-se-ia pura convenção (ORLANDI, 2007, p. 71).

Expomos esta breve análise para ilustrar o potencial analítico do conceito de silêncio constitutivo de silêncio fundante. Do modo como entendemos a proposta de E. Orlandi, essa categoria representa um “pulo do gato”, já que nos permite lançar mão de uma chave analítica que contempla posições sociais historicamente destituídas de um lugar legítimo de enunciação.

O silêncio fundante significa, portanto, os deslocamentos do sujeito na ordem do discurso, fundando, desta maneira, o que é da ordem do possível: a possibilidade sempre presente de significar, e de fazê-lo diferentemente do que outrora fora marcado pela discricção, ou pela impossibilidade da língua, uma de suas categorias, já que, junto com o silêncio fundante, ou melhor, por causa dele, a língua tem sentido.

1.2.2 Silêncio político

As duas formas diferentes de existência do silêncio - o silêncio fundante e o silêncio político- estão teoricamente imbricadas, mas não devem ser confundidas no plano analítico, conforme pontua ORLANDI (2007, p. 75):

Se a detecção do funcionamento do silêncio fundador é mais difícil [...], a detecção dos efeitos da política do silêncio é bem mais fácil e nós veremos que podemos:

- a) Explicitar a política do silêncio inscrita em um fato de linguagem [...];
- b) Consequentemente pôr em relevo o modo de funcionamento do silêncio fundador.

Os dois funcionamentos do silêncio político são chamados por Orlandi silêncio constitutivo (silenciamento) e silêncio local (censura). Ambos dizem a respeito de práticas de silenciamento na enunciação, que resta inscrito no enunciado. Recupera-se, através da materialidade discursiva, a memória coletiva que sustenta a compreensão daquele dizer. Isto é, recuperam-se os processos históricos através dos quais certos sentidos são legitimados, estabilizados, tornados evidentes, enquanto outros são sobrepostos, interditados, sufocados, postos em silêncio. Há, de um lado, o impossível de dizer que constitui o real da língua, e, de outro, a produção histórica de silenciamentos, o que já configura processos discursivos, que podem ser analisados a partir das marcas linguísticas deixadas e referidas às condições de produção desse discurso. O discurso, portanto, porta as marcas dessa *mise en silence*, e aponta

para coisas e estados de coisas ainda não reclamados para a significação pública e legítima. Deste modo, podemos ver justamente a imbricação teórica das formas silêncio fundante e silêncio político, mas não uma assimilação de uma forma pela outra na análise. Uma descrição mobilizando as categorias dos silêncios políticos permite lançar luz sobre as relações sociais e políticas de força que concorrem para sustentar a evidência de um sentido que já existe e circula com legitimidade. Vamos nos valer aqui de uma metáfora feita a partir da ideia de movimentação cognitiva para processamento de uma informação: a que se dá no sentido *top-down*, isto é, do que já foi dado aos sujeitos a conhecer através da língua, e que concorre para a formação de sua identidade. Por outro lado, uma descrição que reclame a categoria silêncio fundante está apontando para um vir a ser, para uma possibilidade, observada não em um dizer legitimado, ou em disputa por legitimação, mas nas coisas e estados de coisas que este dizer não contempla, e que fundam o contínuo que permite a existência mesma desse possível: um movimento *bottom-up*, em que se alcança o que ainda não foi dado a conhecer aos sujeitos e que pode vir a ser marcado na descrição da língua. Em suma, partimos do caráter constitutivamente silenciador da língua para chegarmos a contemplar e compreender o silêncio, que é fenômeno da ordem não captável das coisas, como condição e possibilidade de sentidos e de subjetividades.

No que toca essas diferentes direções para as quais apontam os silêncios de Eni Orlandi que viemos discutindo, Zoppi-Fontana (2017), dialogando com a noção de silêncio fundante de Orlandi, argumenta que conceber o silêncio como “sempre-já possibilidade de sentido, antes de qualquer corte simbólico imposto pela língua [...]” permite pensar “não só a dominação (como o silenciamento e a censura), mas a resistência, como movimento dos sujeitos pelos sentidos” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 189). Silenciamento e censura, categorias que discutiremos neste tópico, são funcionamentos políticos do silêncio, e, conforme o diz Zoppi-Fontana em trecho citado logo acima, são formas que tocam as relações sociais de dominação. Isto posto, o que se tem é que ao mobilizarmos as formas políticas do silêncio para uma descrição dos processos de significação, torna-se possível apontar quem/o que pratica este processo de pôr em silêncio. E, ao fazê-lo, estamos lançando luz sobre as condições sociais diversas e desiguais do direito à formulação e à circulação dos dizeres, e, conseqüentemente, à sua escuta.

1.2.2.1 Silêncio constitutivo – silenciamento

Na abordagem da noção de silenciamento é importante trazer M. Pêcheux (1975a) e os esquecimentos, de estatuto constitutivo, a partir dos quais são produzidos, a uma só vez, sentidos e sujeitos. Retomemos estes esquecimentos, no que tange suas respectivas naturezas: (1) a ilusão do sujeito epistêmico, através da qual o sujeito se concebe na origem de si ou como causa de si próprio: “Pour vous comme pour moi, la catégorie de sujet est une “évidence” première (les évidences sont toujours premières: il est clair que vous et moi sommes des sujets (libres, moraux, etc))” (PÊCHEUX, 1975a, p. 137); e (2) a ilusão da transparência da língua, como se esta fizesse correspondência às coisas e estados de coisas no mundo, e da qual o sujeito se vale para “comunicar”⁷, sob um efeito de liberdade que se dá na ordem da enunciação:

Comme toutes les évidences, y compris celles qui font qu’un mot “désigne une chose” ou “possède une signification”, donc y compris les évidences de la “transparence du langage”, cette “évidence” que vous et moi sommes des sujets - et que ça ne fait pas problème- est un effet idéologique : l’effet idéologique élémentaire. (PÊCHEUX, 1975a, p. 137).

Nas citações trazidas, Pêcheux aponta para o funcionamento de evidências através de esquecimentos: o sujeito na ilusão de liberdade acredita na literalidade da língua. É este o lugar político do esquecimento, cuja existência precede aquela do sujeito de linguagem, e que se realiza através dele em suas práticas sociais ao longo da história.

No que concerne à questão das evidências: “para bem lembrar é preciso muito esquecer”, lembra Lilia Schwarcz (1993, p. 179). O silenciamento constitutivo diz justamente a esse respeito: “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito [...]. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos.” (ORLANDI, 2007, p. 73) Estes sentidos possíveis se tornam, então, esquecidos, porque silenciados. O efeito material e social destes esquecimentos é a invisibilidade de determinados posições sociais ocupadas pelos sujeitos, de lugares de onde não se deixa dizer, ou que se deixa

⁷ Trabalhar com a noção de “comunicação” é implicar um estatuto de instrumento à língua, ou melhor, à linguagem. Neste sentido, Benveniste (1966, p. 259) bem lembra que “parler d’instrument, c’est mettre en opposition l’homme et la nature. La pioche, la flèche, la roue ne sont pas dans la nature. Ce sont des fabrications. Le langage est dans la nature de l’homme, qui ne l’a pas fabriqué. Nous sommes toujours enclins à cette imagination naïve d’une période où un homme complet se découvrirait un semblable, également complet, et entre eux, peu à peu, le langage s’élaborerait. C’est là pure fiction. Nous n’atteignons jamais l’homme séparé du langage et nous ne le voyons jamais l’inventant. Nous n’atteignons jamais l’homme réduit à lui-même et s’ingéniant à concevoir l’existence de l’autre. C’est un homme parlant que nous trouvons dans le monde, un homme parlant à un autre homme, et le langage enseigne la définition même de l’homme.»

dizer, mas que se deslegitima a circulação desse dito. Assim se constituem e se instituem as evidências: através de repetições (“para bem lembrar”) que calam sentidos (“é preciso muito esquecer”), e cuja reprodução se dá através dos sujeitos e por causa deles, constituídos, por seu turno, também por esquecimentos. Se o próprio do funcionamento da língua é recortar, o próprio do funcionamento do sujeito é ser constituído como efeito dos esquecimentos.

Um exemplo que Orlandi fornece (2007, p. 74) do silenciamento constitutivo é a designação “Nova República”, no Brasil:

Atribuída ao regime que seguiu a ditadura militar. Ao nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos tido antes é uma ditadura (ORLANDI, 1987, 2007). Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras.

Traremos, para fins da investigação em curso, um outro exemplo que toca igualmente nos efeitos de sentido de uma designação tomada em relação à sua historicidade: o nome “trabalhador”. Uma circulação social da noção de “trabalho” atrelada a “salário” no contexto brasileiro, sobretudo urbano, do início do século XX, acabou por contribuir para o apagamento e a linearização do modo como são ditas na enunciação as relações complexas que se davam entre grandes proprietários de lavouras cafeeiras e famílias de trabalhadores rurais em termos de força produtiva (STOLCKE, 1986; GARCIA; PALMEIRA, 2001). Essas famílias, que trabalhavam no cultivo de interesse comercial e no cultivo de alimentos nessas propriedades, não tinham seu trabalho medido ou concebido somente em termos de salário, ou melhor dizendo, de salário monetário, mas através de outras práticas e costumes estruturantes das relações hierárquicas entre fazendeiros e famílias de trabalhadores rurais na lavoura cafeeira, como, por exemplo, o colonato, cuja longevidade se explica em grande medida exatamente pela “flexibilidade” das relações entre os fazendeiros e seus colonos e empregados e, portanto, pelas diferentes formas de significar o trabalho dos camponeses nas fazendas, em que o salário monetário era apenas uma delas, e que não era devido às mulheres, mas aos homens, chefes da família (STOLCKE, 1986; GARCIA; PALMEIRA, 2001).

Uma materialização da contradição que porta a designação “trabalhador”, no que toca os camponeses, é a existência do nome “lavrador” (DEZEMONE, 2009) para designar “trabalhador do campo”, conforme definição do Dicionário Oxford: “LAVRADOR. adjetivo substantivo masculino. 1. que ou que lavra terra própria ou de outrem. 2. diz-se de ou proprietário de terras lavradas.” Se há dois nomes para referir “trabalho”, cuja diferença é

supostamente devida ao espaço onde ele praticado (urbano ou rural), sabemos que há outras distinções além de uma mera questão espacial. Deste modo, temos aí marcas na materialidade da língua da disputa pelo sentido do que seja “trabalho”, bem como do silenciamento praticado pela concepção de trabalhador atrelada ao salário e ao urbano no Brasil notadamente na primeira metade do século XX e à divisão sexual do trabalho em uma formação social patriarcal.

O silenciamento diz a respeito da disputa pelo dizer e pelos sentidos desse dizer dentro do todo social de relações assimétricas a que estão submetidos os sujeitos. Neste cenário de disputa, determinados lugares de dizer se legitimam e sofrem historicamente um processo de universalização, o que apaga suas marcas enquanto um sentido de determinado lugar enunciativo, passando a representar o sentido, de caráter universal, cujo lugar de produção é, portanto, apagado. São estes os sentidos “bem lembrados”, bem como os sujeitos inscritos neste lugar.

Em relação a este movimento para a universalização de um sentido através de processos históricos de legitimação de lugares de dizer é pertinente trazer o mito continuísta empírico-subjetivista de M. Pêcheux (1975a), já indicado no primeiro tópico deste capítulo. O mito versa sobre o efeito de subsunção sujeito-objeto nos movimentos de disputa pelo poder no curso da história:

Os funcionamentos discursivos trabalhados por Pêcheux através da figura do mito se referem principalmente ao efeito de apagamento da descontinuidade epistemológica entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico. O autor descreve esse mito através de uma tabela na qual aparecem representadas as diferentes “cenas do conhecimento”, começando pela relação imediata do eu (sujeito singular) com o concreto (objetos sensíveis) em uma situação discreta (vejo/ aqui /agora), para passar por diversos movimentos de abstração que permitem na segunda cena uma discrepância suturada pela identificação intersubjetiva (eu /tu; aqui/agora/passado/em outro lugar; vejo/disseste); na terceira cena subsumir as tomadas individuais em um espaço de apagamento da individualidade que permite a generalização do senso comum (disseram-me <eles/x>/ passado/ em outro lugar); para culminar na última cena do apagamento de toda subjetividade, produzindo a sobreposição de objeto e sujeito de conhecimento no regime da indeterminação universal (qualquer um/ sempre/ em todo lugar) enquanto garantia do conhecimento verdadeiro (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 258).

Abaixo o quadro emprestado de Catherine Fuchs por M. Pêcheux (1975a, p. 115) mostrando as “etapas” do movimento de universalização de lugares de significar apresentadas acima por Zoppi-Fontana (2003):

Figura 1: O mito continuísta empírico-subjetivista de M. Pêcheux (1975a, p. 115)

	1 origine	2 décalage	3 généralisation	4 universalisation
catégories lógico- grammaticales de référence	je voir présent ici	tu/je dire passé ailleurs/ici	il, x/je dire passé ailleurs/ici	tout sujet (chacun, qui que ce soit) penser toujours patout
forme de base de l'énoncé	(je dis que) je vois ceci	tu m'as dit que...	on m'a dit que... on a constate que...	il est vrai que...

Fonte: PÊCHEUX, 1975a.

Do sujeito em sua experiência singular aqui e agora (coluna 1: origine) à universalização (coluna 4) de um modo de conhecer via processos de apagamento das marcas de subjetividade de onde se deu a conhecer a coisa desta maneira, vemos funcionar sobre a forma-sujeito do discurso, apresentada em tópico precedente, as injunções deste lugar de significar sobre os processos de identificação dos sujeitos. Ajuntamos, neste ponto, três aspectos para pensar sobre o modo de funcionamento do mito continuísta empírico-subjetivista pecheutiano: (1) o mito grego da Cama de Procusto, e (2) a eficácia da evidência (GUILBERT, 2011, PÊCHEUX, 1969, 1975a), (3) os movimentos de identificação dos sujeitos da enunciação, já efeito de um processo de identificação (PÊCHEUX, 1975a). Estes aspectos são fundamentais para a compreensão dos processos históricos de legitimação de um sentido a despeito de outros, bem como da longevidade do apagamento de suas contradições.

1.2.2.1.1 O mito de Procusto no conto “A carta roubada”, de Edgar Allan Poe

No conto “A carta roubada”, de Edgar Allan Poe, o narrador-personagem menciona o mito de Procusto para explicar o funcionamento da evidência. Algumas palavras sobre a narrativa: em Paris, a Rainha é pega em flagrante pelo Ministro ao receber uma carta do amante. O Ministro consegue tomar para si esta carta, e a utiliza para chantagear a Rainha. Buscando dar um basta à situação, ela recorre ao delegado para tomar a carta de volta, a qual se encontrava

nos aposentos do Ministro. No entanto, ele não consegue recuperá-la, pois investiga seu paradeiro dentro de um quadro procedimental pré-estabelecido de busca, exatamente do modo como ele faria para quaisquer outros casos de procura de objetos. Por seu lado, o Ministro, para escondê-la, a deixa evidente, em uma caixinha de cartas na sala, juntamente com outras cartas. A evidência escapa ao delegado porque ele buscava um esconderijo propriamente dito. Assim o diz seu quadro de investigação e assim ele o fez: buscou conformar a investigação em curso ao seu modo de concebê-la de acordo com outras experiências parecidas. Da maneira como consta no conto:

As medidas [empregadas pelo delegado] eram boas em seu gênero e foram bem executadas: seu defeito residia em serem inaplicáveis ao caso e ao homem em questão. Um certo conjunto de recursos engenhosos é, para o delegado, uma espécie de leito de Procusto, ao qual procura adaptar à força todos os seus planos (POE, 2003, p. 6)

Na mitologia grega, Procusto era um homem que vivia à beira da estrada. Ele tinha duas camas: uma muito pequena, outra muito grande. Os passantes eram convidados a ser seus hóspedes, e a fim de que coubessem todos nas únicas duas camas de que dispunha, Procusto alongava os de pequena estatura e encurtava os de grande estatura a fim de que pudessem caber nas duas camas que tinha. Procusto conformava os não conformes em relação ao tamanho das suas camas. Aí está uma boa metáfora para ilustrar os efeitos da universalização histórica do sentido na identidade dos sujeitos: tornar conforme, afinal, trata-se de uma ação – normalizar. Movimento que institui ao mesmo tempo o quadro de legibilidade para o não estar conforme⁸: o que está fora da norma. Efetivamente, o delegado não encontra a carta porque ela está conforme o quadro esperado (num porta-cartas, na sala do Ministro), e a carta que ele buscava não poderia estar tão evidente...

De forma análoga ao conto “A carta roubada”, os processos sócio-históricos de conformação que se dão sobre a forma-sujeito têm seu funcionamento apoiado nas evidências, e estas, por seu turno, são efeitos dos movimentos de subsunção que forjam uma homogeneidade da maneira como as coisas e estados de coisas são significadas pelos sujeitos, que são diversos no seu modo de ser e estar no mundo. É este estado de coisas tornado evidente que configura o que seja o normal: “C’est le normal qui est premier et c’est la norme qui s’en déduit, ou c’est à partir de cette étude des normalités que la norme se fixe et joue son rôle opératoire” (FOUCAULT, 1978, p. 65). Isto é, primeiro um acordo social sobre o que seja o

⁸ Zoppi-Fontana (2003, p. 257) aponta “a contradição constitutiva dos processos de universalização no funcionamento da forma-sujeito de direito, que ao mesmo tempo em que constroem a imagem de um TODOS homogêneo e sem falha, produzem como resíduo um outro exterior, a partir de cuja exclusão se define o todos.

normal, para que, então, tenha lugar um processo de estabilização deste estado de coisas, que se torna, finalmente, uma norma, finalmente, uma norma de comportamento, a cama de Procusto, à qual devem se adequar os sujeitos.

1.2.2.1.2 A eficácia da evidência

Sobre a força da evidência, Guilbert (2013, p. 141-142) argumenta que:

La langue anglaise oppose utilement *evident*, c'est-à-dire “preuve juridique et/ou philosophique incontestable”, à *obviousness* “opinion” et surtout à *self-evident* “auto-probant”. Le paradoxe de l'évidence (non questionnée) est justement que, grâce à son aspect auto-probant, le cela-va-de-soi du langage naturel confère au discours une certitude qui *s'apparente* à celle de l'évidence questionnée de la philosophie et/ou du juridique : la certitude apodictique (ce qui ne peut pas être autre chose que ce qu'il est). [...] dans une situation *ordinaire*, la certitude de l'évidence n'est pas moins forte que l'évidence questionnée l'est pour les philosophes. Il semble au contraire qu'elle *se présente* comme beaucoup plus probante parce qu'elle repose sur la croyance et sur le partage de cette croyance.

O trecho “ce qui ne peut pas être autre chose de ce qu'il est” envia ao sentimento de certeza que produz a evidência, o qual, por sua vez, envia ao esquecimento nº 1 de Pêcheux, trazido em seção anterior, o qual “couvre très exactement le fonctionnement du sujet du discours dans la formation discursive qui le domine, et que là réside précisément sa ‘liberté’ du sujet parlant” (PÊCHEUX, 1975a, p. 161). Está aqui sinalizada a certeza da evidência, funcionando graças ao esquecimento do sujeito do discurso em suas práticas enunciativas de que ele já fora *a priori* restrito a significar dentro da formação discursiva que o domina. Com efeito, este sujeito está já capturado nas malhas das evidências trabalhadas historicamente via repetição parafrástica em termos de processos de legitimação social. O movimento que o sujeito acredita fazer é parte do jogo ideológico a que ele está submetido, e é fundamental para sua eficácia. Trata-se de um efeito de “liberdade” que se dá a nível da enunciação sobre o sujeito do discurso: aquele que o faz acreditar escolher, selecionar, “à l'intérieur de la formation discursive qui le domine [...] tel énoncé, forme ou séquence, et non pas tel autre qui pourtant est dans le champ de ce qui pourrait le reformuler dans la formation discursive considérée” (PÊCHEUX, 1975a, p. 159)

O silenciamento praticado por lugares dominantes de produção e circulação de enunciados é constitutivo da significação e funciona via evidência, cuja eficácia se dá graças não somente ao efeito de literalidade de uma certeza (“*ce qui ne peut pas être autre chose que*

ce qu'il est") nos processos históricos de significação, mas também porque interpelam o sujeito do discurso, constituindo seus processos de subjetivação, ou seja, a configuração de sua identidade.

1.2.2.1.3 Modalidades de identificação

Em *Les Vérités de la Palice* (1975), M. Pêcheux propõe três modalidades de identificação dos sujeitos em relação às práticas políticas e científicas: (1) de identificação; (2) de desidentificação e de (3) contra-identificação. A proposta dessas modalidades repousa no entendimento de que são as determinações históricas configuradas como posições-sujeito no interior de uma FD que constituem as práticas enunciativas de um sujeito.

Antes de explicitar essas três modalidades, vale ressaltar que os dois primeiros dizem dos movimentos de um sujeito da ordem da enunciação, o locutor, em relação a um sujeito da ordem do discurso, o sujeito universal. Esta categoria descritiva diz justamente sobre o que expusemos mais acima: trata-se de uma posição-sujeito tornada hegemônica no curso da história, cujos processos de legitimação se deram e se dão graças do apagamento das marcas de onde os sujeitos que se inscrevem neste lugar interpretam. O que funciona nas modalidades de identificação é uma relação do sujeito de enunciação, enquanto ego imaginário, com uma posição sujeito no interior da FD que o domina. Propomos uma analogia para este funcionamento. Esta FD tornada dominante seria o Procusto da mitologia grega. É em função de seu molde que se dá a conformação dos sujeitos da enunciação.

(1) *Identificação*. A primeira modalidade trata de um redobramento da interpelação ideológica: o sujeito da enunciação reduplica os processos históricos que o constituem. Por exemplo, no enunciado, “sou machista com muito orgulho” ou “tinha que ser mulher”, a nível da formulação, o sujeito da enunciação produz, reproduz e deixa marcas da identificação com o sujeito universal dessa FD, que o sobredetermina: “l'interdiscours détermine la formation discursive à laquelle s'identifie le sujet dans son discours et le sujet subit aveuglement cette détermination, c'est-à-dire qu'il en réalise les effets 'en toute liberté'”. É este o “bom sujeito” de Pêcheux. Encontra-se nesta modalidade de identificação a eficácia máxima da evidência: acreditando ser livre em suas práticas de linguagem, o sujeito legitima o outro que o submete.

(2) *Contraidentificação*. A segunda modalidade não se dá no interior das evidências, embora ainda tomada por elas. Trata-se do sujeito que, em suas práticas de linguagem, na enunciação, recusa o sujeito universal da FD que o domina, se coloca contra ele,

o põe em questão, a partir de uma tomada de posição. Este “mau sujeito”, como o chama Pêcheux, consegue tomar um recuo em relação ao outro que o domina, entretanto ainda joga com as cartas dadas por este outro. Trata-se de um movimento de contraidentificação, de lutas e resistências produzidas no interior das evidências de uma mesma FD. Não temos, nesta modalidade, uma reprodução dos lugares hegemônicos que conformam os sujeitos, isto é, temos um questionamento da norma. Neste movimento de contraidentificação rasgaduras são postas sobre essa malha de evidências na enunciação. Essas rasgaduras podem durar, podem crescer, aumentar, e dar a conhecer lugares sociais historicamente silenciados.

(3) *Desidentificação*. Esta terceira modalidade se dá sobre a forma-sujeito do discurso. As outras duas modalidades caracterizam o movimento de um locutor em relação a um sujeito universal que o determina no interior de uma FD, seja submetendo-se a ele, seja resistindo a essa sobredeterminação, no pleno exercício de uma liberdade do sujeito falante ou um poder de escolha individual dissimulados, isto é, como efeito materializado na enunciação. A DESidentificação, por seu turno, se refere ao movimento do sujeito de linguagem em uma outra ordem: em sua forma histórica. Este movimento seria possível não a partir da vontade de um sujeito pragmático que deseja sair do quadro de relações de poder que o determina, mas graças a uma reconfiguração desse quadro, o que permitiria uma reorganização dessas relações, e que oportunizariam, deste modo, novos lugares sociais de produção de sentidos. Outrora silenciados, lugares sociais agora significados diferentemente, porque em outras condições de produção, podem vir à tona e disputar legitimidade a partir de processos de identificação do locutor, isto é, graças a novos dispositivos de produção de identidades que se dão e que produzem efeito na enunciação. Para Pêcheux, “cet effet de désidentification se réalise paradoxalement par un processus subjectif d’appropriation des concepts scientifiques et d’identification aux organisations politiques ‘de type nouveau’” (1975a, p. 200). Nesta citação, M. Pêcheux está argumentando sobre o papel importante -senão fundamental- de uma revolução⁹ para oferecer condições para que sujeitos obliterados sócio historicamente produzam novos sentidos para as posições sociais que ocupam e possam se identificar nestes

⁹ Este tom revolucionário marxista-leninista com que Pêcheux propõe seu quadro teórico para uma semântica do discurso, bem como as bases de mesmo viés que fundam seu quadro teórico, faz com que ele seja esquecido na França já ao final da década de 70. Este processo de obliteração era sabido por ele, que buscou parcerias para uma reorganização de sua proposta intelectual. A título de exemplo dessa tentativa de reorganização, Conein, Guilhaumou e Maldidier, no artigo chamado “L’analyse du discours comme contexte épistémologique”, lançado em 1984 na Revista *Mots*, mostram que “Dans la crise ouverte qui marque le champ de l’analyse de discours dès la fin des années 1970, le colloque ‘Matérialités discursives’ (avril 1980) représente un tournant vers de nouvelles ouvertures et de nouvelles rencontres. M. Pêcheux s’engage dans la création d’un nouvel espace de discussion et de travail collectif. Choix décisif d’une manière de travailler où chacun apporte sa marque, où chaque texte reflète une discussion” (GUILHAUMOU; MALDIDIÉ, 1984, p. 25).

novos lugares. Desta maneira, o filósofo está asserindo a relevância de se mostrar que o discurso científico não está livre de orientação ideológica e de que é possível fazer política através deste discurso. Dizendo de outro modo, valendo-se da condição legitimada de circulação do discurso científico, para o filósofo, um trabalho político-científico seria necessário para um movimento de deslocamento e reorganização das relações hierárquicas estruturantes não somente das relações, mas das subjetividades.

Sobre o efeito da primeira e segunda modalidades de identificação do sujeito na enunciação, diremos, emprestando a categoria de Watzlawick (1972), retomada por Guilbert (2013), que se trata do paradoxo como uma *double contrainte* (“*double-bind*”). Uma primeira *contrainte* seria aquela que se dá sobre a forma sujeito, o “dar as cartas do jogo”¹⁰; uma segunda, sobre o sujeito na enunciação, o qual, de posse das cartas dadas pelo outro, que o submete, “joga com elas”. O efeito *double contrainte*, conforme aponta Watzlawick (1972), é paralisante, e barra a possibilidade de movimento dos sujeitos e dos sentidos. Gostamos da metáfora da placa (retrato na rodovia) onde está escrito “ignore este sinal” (“*Ignore this sign*” – WATZLAWICK, 1972, p. 226) para ilustrar este efeito de *double contrainte* do paradoxo que caracteriza justamente o modo de funcionamento da evidência sobre os sujeitos de linguagem: o “ignore este sinal” funciona justamente porque lido.

Para finalizar este tópico sobre silenciamento, é importante reter que a proposta de uma relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e os esquecimentos, tal qual o faz Pêcheux (1975a) em seu quadro teórico do discurso, oportunizou que Orlandi pudesse desenvolver procedimentos que permitam trabalhar sujeitos e sentidos em sua relação contraditória com aquilo que se dá a conhecer dentro de um regime de distribuição desigual do direito a dizer e à circulação dos ditos constituídos neste lugar de enunciação. Portanto, o que temos à disposição como analistas de discurso ao lançarmos mão da noção de silenciamento é uma categoria teórica que permite vislumbrar a propósito dos sujeitos de linguagem, via processos de identificação, os movimentos históricos de produção de sentidos e identidades, espaço onde são produzidas e reproduzidas as evidências trabalhadas sobre muitos esquecimentos e que também constitui as brechas dos rituais enunciativos que abrem para a possibilidade de transformação. É este o lugar material e o estatuto político do silenciamento e de suas práticas. Na não coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a língua dissimula a subsunção, o infinito das coisas e o finito dos signos, encontra-se estruturalmente constituído o sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2014).

¹⁰ Watzlawick (1972) diz também que esta primeira *contrainte* pode estar inscrita no contexto e não precisar ser lembrada, exatamente como o Esquecimento n. 1 de M. Pêcheux (1975).

1.2.2.2 Silêncio local – censura

Eni Orlandi (2007) concebe a noção de censura como algo da ordem do discurso, que vai tocar no movimento dos sujeitos em relação com as formações discursivas em disputa e, finalmente, concorrer para os processos de identificação que se dão sobre a forma sujeito do discurso. Esta é a outra categoria teórica que vislumbra o estatuto político do silêncio.

Nesta direção, Martin (2009) parece dizer justamente do “risco” dos movimentos possíveis dos sujeitos nos limites das formações discursivas quando pontua que “dans les sociétés libérales modernes, la censure était le moyen de prévenir le scandale, c’est-à-dire la rupture éclatante, symboliquement coûteuse et politiquement dangereuse, de l’ordre existante” (MARTIN, 2009, p. 68).

À diferença do silenciamento, que tem estatuto constitutivo, a censura é categoria teórica que tem lugar a nível da formulação, visto que, conforme dito logo acima, toca na relação do sujeito com aquilo que ele enuncia. Por isso a noção de silêncio local: a censura atua no aqui e no agora do sujeito de linguagem em sua prática enunciativa, seja (1) interditando diretamente a circulação do dito, para, deste modo, produzir efeitos igualmente de interdição ao dizer, caso dos exemplos que nos fornece Eni Orlandi (2007) dentro do quadro de práticas da ditadura militar no Brasil, seja (2) evitando indiretamente esta circulação, porque, uma vez postos a circular, certos dizeres seriam deslegitimados, o que vai produzir o efeito de que “não há lugar para este discurso”, e, portanto, de que não há lugar para os sujeitos que se identificam com este dizer, de modo que, para conseguir enunciar e não ter seu dizer deslegitimado, o sujeito tem de construir um outro lugar, para ser ‘ouvido’, para significar” (ORLANDI, 2007, p. 105).

Efetivamente, porque identidade é movimento, a censura atua pontualmente sobre ela, “impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelos quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor” (ORLANDI, 2007, p. 104). É este risco que a ordem existente quer evitar: o risco da ruptura vibrante, simbolicamente custosa e politicamente perigosa (MARTIN, *op. cit.*).

1.3 Pressuposição, não dito, implícito, silêncio

Apresentamos, neste tópico, uma discussão sobre as noções de implícito e de silêncio, no sentido de apontar as consequências teóricas e metodológicas de se trabalhar com esta noção e não com aquela. Tomamos a noção de implícito no sentido pragmático do termo e

como uma das formas de um não-dito, e o silêncio como categoria semântica fundante dos processos de significação, num movimento de esforço epistemológico contra a hegemonia do formalismo (ORLANDI, 2007), que, tributário de uma compreensão do fazer científico aos moldes positivistas, visa à proposição de modelos explicativos que deem conta de fenômenos linguísticos em termos de descrição e previsão. Entretanto, a natureza contínua, infinita do silêncio vai de encontro a este gesto de descrever para prever.

O silêncio fundante proposto por E. Orlandi (2007), conforme exposto mais acima, é matriz da significação. Pensar o silêncio com este estatuto é trabalhar com o que é da ordem da contingência, com o que escapa ao esforço de sistematização, porque sempre da ordem da possibilidade. Com efeito:

Quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas* formais, mas *pistas, traços*. É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra, fugazmente [...]. Mesmo se o silêncio está sempre lá, ele é efêmero em face do homem, no que diz respeito à sua observação. Assim, sem teoria não se atinge o seu modo de existência e de funcionamento na significação (ORLANDI, 2007, p. 46, grifos da autora).

Não o definimos [o silêncio] negativamente em relação à linguagem (o que ele *não é*), mas em sua relação *constitutiva* com a significação (o que ele *é*). (ORLANDI, 2007, p. 42, grifos da autora).

Para Zoppi-Fontana (2011, p. 75):

Orlandi nos leva a não reduzir a contingência histórica ao estatuto de uma ocorrência possível subordinada a um impossível necessário, que funcionaria como sua causa. Ou dito de outro modo, nos orienta a não reduzir o real da história ao real da língua [...].

[...] se o real da língua se funda em um impossível, o real da história se funda no possível, isto é, não há necessidade nem impossibilidade que estruture *a priori* os processos históricos. A articulação destas duas ordens materiais irreduzíveis no seu funcionamento sobredetermina conjuntamente os processos de produção de sentido e do sujeito [...].

Sendo o silêncio “reduzido do possível, do múltiplo”, ele “permite o movimento do sujeito”. Assim, a partir da definição de silêncio fundador podemos pensar não só a dominação (como silenciamento e censura), mas a resistência, como movimento dos sujeitos pelos sentidos (silêncio fundador).

A categoria teórica silêncio fundante traz o silêncio como o próprio da significação: estar no silêncio é estar no sentido (*ibid*). Ele não é ausência, e não deve ser referido em relação a uma falta, apontando, deste modo, para uma supremacia daquilo que se formula ou que é possível de ser formulado. O silêncio fundante é a condição mesma da produção de sentido; é a ordem do sentido que precede ao corte produzido pela ordem simbólica da língua.

Por outro lado, a noção de não-dito traz na própria designação a referência e a posição central reservada à linguagem, à formulação (negar é pressupor a existência: há algo que deixou de ser dito). Com efeito, e contrariamente ao funcionamento do silêncio, o implícito (uma das formas do não-dito) é aquilo que dizemos ao não dizer, isto é, trata-se daquilo que já está fixado pelas convenções sociais, e que é possível de ser recuperado via contexto imediato ou histórico de interpretação: um epifenômeno, conforme argumenta Eni Orlandi (2007). Um epifenômeno é um produto accidental, acessório, de um processo, de um fenômeno essencial sobre o qual não tem efeitos próprios. Ora, para Orlandi (2007, p. 45), “o implícito é já um subproduto desse trabalho do silêncio, um efeito particular dessa relação mais de fundo e constitutiva. O implícito é o resto visível dessa relação. É um seu resíduo [...]”

No campo da Pragmática, a noção de implicatura vai dizer a respeito seja das implicaturas convencionais, seja das implicaturas conversacionais (GRICE, 1982). As duas categorias apontam para um trabalho com a pressuposição, a qual, do ponto de vista linguístico, significa trazer para a sentença conteúdos semânticos que não estão explicitados, formulados, materializados na língua. Esses conteúdos são do campo das exterioridades à língua, que não são ditas, mas estão ali, produzindo sentido.

No que tange às pressuposições, elas colocam problema para as epistemes que se propõem a tratar do fenômeno da significação a despeito dos sujeitos. Neste sentido, no quadro da semântica lógico-formal, Frege (1978) já apontava, no final do século XIX, para o “defeito das línguas naturais”, que é justamente o de pressupor, isto é, dar à existência aquilo que não existe no mundo, criar referentes metalinguísticos. Para Frege, este defeito faz com que essas línguas naturais não sirvam ao fim de “fazer ciência”:

As linguagens têm o defeito de originar expressões que, por sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto [...]. Este equívoco surge de uma imperfeição da linguagem. [...] O abuso demagógico se apoia facilmente sobre isto, talvez mais facilmente do que sobre a ambiguidade das palavras. “A vontade do povo” pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão” (FREGE 1978, p. 75).

Frege observou, ainda, que não somente estruturas da língua como nomes próprios, descrições definidas e sentenças simples (expressão nominal + predicação) e subordinadas produzem pressuposições, porque supõem referências, mas também o fazem verbos, a exemplo dos verbos *dicendi* e dos performativos.

Voltando às implicaturas da Pragmática, tanto as convencionais quanto as conversacionais discutidas por Grice (1982) se encontram no campo do implícito, são, portanto,

da mesma ordem do pressuposto, das exterioridades produzindo sentido na interação. Ambas enviam a conteúdos comunicativos não explicitados, mas elas têm explicações distintas. A implicatura convencional toca a compreensão de conteúdos semânticos não explicitados através de convenções linguísticas, como, por exemplo, os verbos que produzem pressuposições, como em “Paulo parou de fumar”, exemplo trazido por Oswald Ducrot (1984, p. 33). As implicaturas conversacionais, por seu lado, surgem a partir de comportamentos em uma interação. Comportamentos do falante regidos por princípios racionais que orientam a interação verbal. No quadro teórico dos implícitos proposto por Grice, o ouvinte interpreta o dito e o implícito, sendo que, embora a convenção linguística se presentifique, o que guia essa interpretação é a intenção do falante. Nesta episteme, Grice não deseja propor uma explicação nem empírica nem funcionalista para a comunicação, mas sim comportamental: o comportamento humano racional intencional.

Neste quadro, o foco será não mais as convenções a propósito da língua, mas dos comportamentos linguísticos das comunidades de falantes, movidos, em primeira instância, por uma intenção de significar *x* dizendo *y* dentro de um quadro de comunicação, de interação, cuja assunção primeira é uma cooperação mútua entre falante e ouvinte. Estes compreendidos a partir de um funcionamento psicologicista, dado que a intenção de significar é tomada como um dos pilares da significação¹¹.

Dentro deste quadro teórico que viemos discutindo, Orlandi (2007) lembra que a pressuposição trabalhada no quadro da Pragmática via implícito seria o resto visível de um trabalho de significação já recortado pelo silêncio: um epifenômeno. Dizendo de outro modo, o implícito seria o produto de um processo, de movimentos sócio-históricos contraditórios dos sujeitos de linguagem em sua relação com o poder dizer e com o poder fazer circular esse dizer. Movimentos estes que são estruturantes dos processos de significação, e que não são apreensíveis via intenção do sujeito falante de decodificar uma mensagem, uma vez que se trata de movimentos que estruturam os processos de significação e que são estruturantes de subjetividades: eles se dão sobre a forma sujeito do discurso e não em um quadro de aplicação de teorias psicologicistas do sujeito epistêmico. Nesta direção, D. Malidier aponta que os universos discursivos considerados como logicamente estáveis constituem espaço privilegiado para aplicação desse tipo de teoria, já que:

¹¹ Grice (1957, p. 386) em seu artigo “Meaning” aponta este lugar central da intenção para a significação: “I do not hope to solve any philosophical puzzles about intending, but I do want briefly to argue that no special difficulties are raised by my use of the word ‘intention’ in connection with meaning”.

La manipulation d'objets logico-mathématiques, l'usage de concepts scientifiques ou technologiques dans une situation "opératoire" présupposent une clôture métalinguistique de la situation d'interprétation dans laquelle le sujet est supposé opérer au moyen de stratégies cognitives, sur la base des instructions fournies par l'information dont il dispose. [...] La position cognitiviste suppose en effet l'existence d'un ensemble structuré d'opérations localisées dans le sujet, et capable de construire de sens adéquat d'une séquence donnée, en référence à l'univers discursif logiquement stable dont elle est supposé relever. Le sujet épistémique "comprend" une séquence dès lors qu'il est en mesure, à partir de la littéralité de cette séquence, d'effectuer les présuppositions, inférences, implications, etc., adéquates à l'espace logique d'inscription de cette séquence. En d'autres termes, la littéralité de la séquence (la série de ses marques linguistiques) est considérée comme un ensemble de traces d'opérations de nature logique renvoyant à du non-dit logiquement reconstituable (MALDIDIER, 1990, p. 287).

Nesta citação, Maldidier aponta justamente para o funcionamento de um não dito enquanto epifenômeno, conforme discutido logo acima. As pressuposições, as inferências, as implicações adequadas num espaço lógico de interação que emergem das sequências "a decodificar" são já recorte do sentido trabalhado historicamente: "le non-dit de la séquence n'est donc pas reconstituable sur la base d'opérations logiques internes, il renvoie ici à du déjà dit, du dit ailleurs" (MALDIDIER, 1990, p. 289). Os conteúdos semânticos a ser implicados são sentidos já permitidos.

Exposto isso, queremos mostrar que um trabalho com o silêncio no quadro teórico a que nos filiamos faz deslocar o cursor da compreensão dos processos de significação da intenção de um sujeito falante cognitivamente capaz de significar em uma comunidade de fala, e contempla a historicidade do sentido ("*ce qui parle avant et ailleurs*", de P. Henry, 1975), trazendo-a na descrição semântica não somente do silêncio em relação ao que foi formulado, mas também em relação aos já ditos. Desta maneira, uma luz pode ser lançada sobre movimentos históricos de disputa pela emergência e estabilização de sentidos ainda não formulados, ou de circulação não legitimada, ou de circulação tímida e restrita a certos espaços sociais. Desta maneira, o político pode vir a ser contemplado na descrição semântica a partir não de seu poder asserido na descrição da língua, mas, antes, a partir da sua condição de possibilidade.

Para concluir esta seção, que trouxemos para ajudar na compreensão da vantagem epistemológica de se trabalhar com o silêncio e suas formas em um quadro teórico e analítico que oportuniza a descrição dos processos de silenciamento, explicitemos as consequências desta ancoragem. Consequência teórica: discursivização das condições de produção dos sentidos a partir da *mise en relation* entre o formulado e o não formulado à luz de um trabalho ideológico histórico sobre os sentidos e sujeitos (assim não é possível deixar de fora a relação

contraditória entre sujeitos, Estado, língua no curso da história). Consequência metodológica: um trabalho analítico sobre o processo, não sobre o produto, mobilizando a noção de interdiscurso e memória discursiva (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 1990; COURTINE, 1994) para recuperar o sentido e o não-sentido em sua historicidade. Temos, portanto, a oportunidade metodológica e o desafio mesmo do analista de discurso: escapar da malha das evidências que nos fazem tomar como da ordem da causa, o que já é efeito.

1.4 Formação discursiva, interdiscurso, memória discursiva

Neste tópico, abordaremos um conjunto de categorias caras à Análise do Discurso e a semântica do silêncio de Eni Orlandi: as noções de formação discursiva (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971; PÊCHEUX, 1975a; FOUCAULT, 1969), de interdiscurso (PÊCHEUX, 1975) e de memória discursiva (COURTINE, 1994; PÊCHEUX, 1990).

1.4.1 Formações discursivas e pré-construído: língua, discurso e a concepção de um estatuto político para as pressuposições

Trouxemos mais acima a menção que Frege (1978, p. 75) faz a um “abuso demagógico” apoiado fortemente sobre a produção de pressuposições, as quais seriam um “defeito” das línguas naturais. O matemático já apontava à sua época toda uma problemática sobre a qual se desdobrariam discussões científicas no campo das semânticas de diversas epistemes no século XX: o estatuto das exterioridades num quadro teórico e analítico que pretenda dar conta do fenômeno da significação. Compreendemos como exterioridades as relações sócio-históricas que não só participam, mas constituem o sentido, e que podem ser analisadas e descritas metodologicamente no quadro teórico ao qual nos filiamos.

Começaremos pela categoria pré-construído, a qual, como aponta Paveau (2017, p. 2), “a fait fortune dans le champ des Linguistiques TDI (Texte, Discours, Interaction)”, e que é “l’objet de plusieurs emplois et d’utilisations à différents niveaux, ce qui fait d’elle une notion éminemment plastique”.

No artigo “Constructions relatives et articulations discursives”, de 1975, Paul Henry traz a possibilidade de substituição tanto paradigmática quanto sintagmática não apenas como procedimento de que se valem linguistas e gramáticos para a descrição de fenômenos de linguagem, mas como ela mesma um fenômeno que concorre para a produção de referentes. Ora, o autor parece apontar para o que inquietava Frege algumas décadas antes: as

pressuposições fabricadas pela língua. P. Henry mostra que essas pressuposições podem ser fabricadas não apenas por verbos *dicendi*, nomeações e categorias sintáticas que as equivalem, mas também pela relação entre os elementos linguísticos no sintagma. Sua principal tese é de que relações sintáticas podem materializar um efeito de pré-construído, mas não é a forma linguística a origem desse efeito, mas sua marca formal. Para Henry, é o funcionamento da ideologia que se materializa no discurso a partir das relações de paráfrase ou substituição, inteiramente determinadas pelos processos históricos que delimitam as FD no interdiscurso.

À propósito das relativas – as orações subordinadas adjetivas restritivas e explicativas (ou apositivas) –, Henry argumenta sobre a dificuldade teórica e prática de se oferecer descrições que deem conta da problemática da determinação. Seja na Lógica de Port Royal seja na teoria gerativista de Noam Chomsky, o sentido de substantivos e adjetivos em relação contígua no sintagma parece não conseguir ser contemplado sem objeções nem recorrendo às exterioridades sob uma perspectiva referencialista com as “choses” e “manières des choses”, conforme o fazem os gramáticos de Port Royal, nem a partir de modelos distribucionais de combinação que pretendem simular a intuição de um falante nativo racional, como no modelo gerativista chomskyano. O autor se coloca, então, o desafio de trabalhar a determinação fora de uma perspectiva referencialista ou de uma perspectiva que busque descrever a linguagem através de uma semântica universal concebida via falante nativo, trazendo-a, para tanto, para uma abordagem dentro de um quadro semântico que pressuponha um outro estatuto para o falante, e, deste modo, uma outra noção para discurso, diferente da noção de fala. A partir de um estudo de Milner sobre uma das características da referencialidade – a de “accepter des substituts synonymiques” (HENRY, 1975, p. 88), sendo que, por substitutos sinônimos, Milner entende “une expression qui puisse être considérée comme une définition de type dictionnaire, c'est-à-dire une définition qui se veut non contextuelle” (HENRY, 1975, p. 88) –, Henry coloca as seguintes hipóteses: (a) a referencialidade é efeito de sentido produzido pela possibilidade de substituição, ou (b) a possibilidade de substituição é efeito da referencialidade considerada como uma característica da unidade linguística. Apostando na primeira hipótese, o autor propõe um deslocamento teórico que permite trabalhar conjuntamente o que é da ordem da língua (a sintaxe) e o que é da ordem do discurso (a paráfrase) via processos de significação. Ora, as relações de substituição não podem ser quaisquer umas para dizer quaisquer coisas. Citando Pêcheux e Fuchs (1973), Henry defende que a relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente implicado por este efeito:

L'effet de sens n'est pas dans les unités mais dans leur rapport et c'est, dans autres termes, la substituabilité de l'unité qui constituerait l'objet du discours en objet extérieur au discours précisément parce qu'il est susceptible d'y être figuré par des formes différentes de celle qui l'y représente sans que le sens du discours soit modifié [...] c'est la substituabilité d'une unité dans un discours donné que lui confère dans ce discours un caractère référentiel et non le fait qu'on puisse définir hors contexte la classe des êtres susceptibles d'être désignés par cette unité (HENRY, 1975, p. 89).

Não se trata, portanto, de uma predicação extensional fregeana (1978) de um objeto, mas de um efeito resultante de operações sintáticas que significam, porque constituintes e constituídas através de processos discursivos.

Resta dar a conhecer a natureza dessa paráfrase, fundamental para projetar para o exterior da língua o que é da ordem do discurso. A paráfrase, assevera Henry (1975, p. 89), é categoria discursiva, visto que ela remete à noção de “formation discursive en tant que détermination de ce qui peut, dans une conjoncture donnée et à partir d'une position donnée, être substitué à une unité donnée”.

O autor continua a apontar as consequências da proposta de uma natureza constitutiva da relação entre unidades linguísticas e significação, e, ao fazê-lo, sustentar um quadro epistemológico de trabalho com a língua e o discurso:

[...] Les substituts possibles d'une unité ne peuvent pas être définis de manière non contextuelle en un double sens, à la fois hors du discours où elle apparaît et sans tenir compte de ce que la ou les formations discursives qui peuvent déterminer les relations de paraphrase effectives, par lesquelles le sens du discours peut être matériellement produit, sont liées aux formations idéologiques dont elles représentent un des aspects de la matérialité (HENRY, 1975, p. 89).

As formações ideológicas: “Constituent [...] un ensemble complexe de d'attitudes qui ne sont ni 'individuelles' ni 'universelles', mais se rapportent plus ou moins directement à des *positions de classes* en conflit les unes par rapport aux autres (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 102, grifos dos autores). E completam:

Ainsi définies comportent nécessairement [...] une ou plusieurs formations discursives interreliées, qui déterminent ce qui peut et doit être dit [...] à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu'il ne s'agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 148).

Efetivamente, os discursos concretos, isto é, as sequências discursivas sofrem dupla determinação, uma a nível da língua, pela engendramento sintático, outra a nível do discurso pela filiação às formações discursivas:

Nous posons que tout discours “concret” est doublement déterminé, d’une part par des formations idéologiques qui rapportent ce discours à des formations discursives définies, d’autre part pour l’autonomie relative de la langue, mais nous posons qu’il n’est pas possible de tracer *a priori* une ligne de démarcation entre ce qui relègue de l’une ou de l’autre de ces déterminations. [...] La langue étant, pour reprendre les termes de Pêcheux et Fuchs (1973), le lieu matériel où se réalisent les effets de sens, la détermination est toujours présente et elle s’exerce sous la forme de ce que les linguistes appellent des règles syntaxiques (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 95).

A materialidade da língua portando constitutivamente a ideologia via sintaxe. Deste modo, Henry desloca as noções de discurso, em outras tradições linguísticas e filosóficas sobreposto à noção de fala, e de falante intencional, porque, ao usar a língua, lugar material onde se realizam efeitos de sentido de determinação (Pêcheux et Fuchs, 1973), o sujeito fala a partir de determinações postas por formações ideológicas no seio das quais ele enuncia. O discurso é, portanto, efeito de sentido, produzido e produzindo a materialidade da ideologia:

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível já que sujeito e sentido se constituem mutuamente pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos) (ORLANDI, 2007, p. 20).

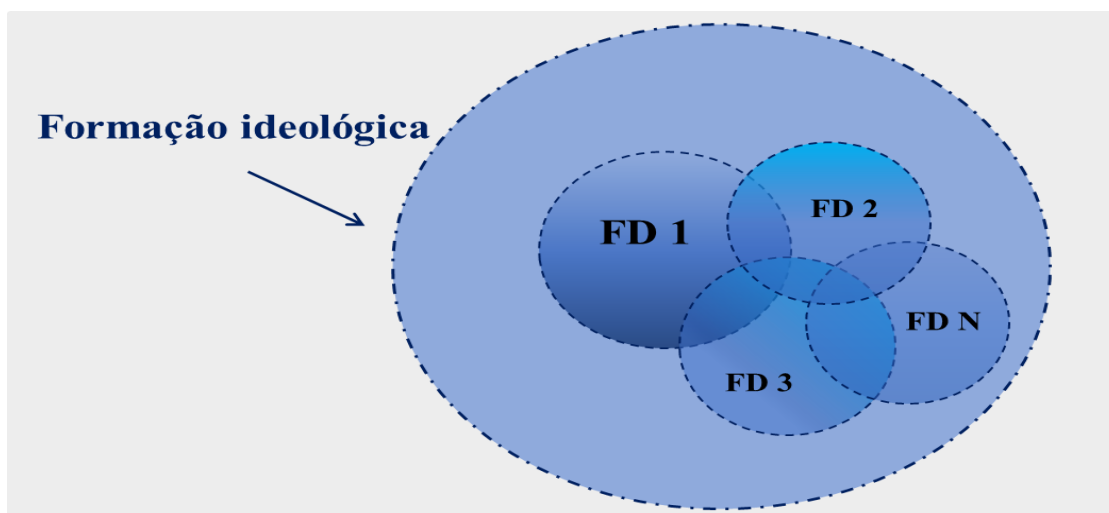
E o sujeito não é único, nem anterior a esse discurso. Via Lacan, Pêcheux afirma que o efeito-sujeito se dá na cadeia significante. Para Pêcheux (1975a), é a interpelação ideológica e os processos de identificação aí implicados, com suas falhas, que constituem o sujeito, a partir da relação material entre língua e inconsciente. A anterioridade do sujeito é, portanto, efeito, para o qual concorrem as relações inter-sequência discursivas que, por jogar necessariamente sobre as relações intra-sequência, trabalha, graças à autonomia relativa da língua, “l’effet subjectif d’antériorité, d’implicitement admis, etc, que nous avons désigné ailleurs sous le terme préconstruit” (HENRY, 1975, p. 97).

Sob efeito de anterioridade – esquecimento n. 2 de Pêcheux (1973, 1975a) –, o sujeito formula e interpreta aquilo que é produzido em outro lugar, admitindo ou não o conteúdo que este outro põe a circular. Estas determinações são configuradas pelas formações ideológicas, através das formações discursivas. O sujeito está submetido a este efeito porque é

falante de uma língua (esquecimento n. 1 de Pêcheux), e porque a língua, em sua autonomia relativa, trabalha a presença deste outro através das combinações sintáticas. Combinação que não representa somente procedimento descritivo para o linguista, o gramático ou o filósofo, mas que significa ela mesma. Com efeito, o encaixe sintático serve a dissimular no intra-discurso um pré-construído: “ce qui renvoie à une construction antérieure, extérieure, en tout cas indépendante, par opposition à ce qui est ‘construit’ par l’énoncé” (PÊCHEUX, 1975a, p. 193).

A noção de formação discursiva é, portanto, fundamental no quadro de uma semântica do discurso, na medida em que ela oportuniza um elo entre língua (intra-sequência) e discurso (inter-sequências) e cujo estatuto é político: as formações discursivas são o aspecto material da ideologia.

Figura 2: Formações discursivas e formação ideológica



Fonte: Elaborado por Thierry Guilbert, em notas de aula (2021).

Com efeito, como bem aponta Orlandi (2007) em citação que trouxemos mais acima, efeitos de sentido não são produzidos do nada ou aleatoriamente, eles advêm das relações entre as formações discursivas, nas quais se inscrevem os sujeitos, que significam nelas e através delas.

1.4.2 O pré-construído que se move entre as formações discursivas: o interdiscurso

No tópico anterior, mostramos como o problema da determinação foi discutido por Paul Henry em artigo publicado no número 37 do periódico francês *Langages*, em 1975, a

propósito das orações adjetivas restritivas e explicativas. Em diálogo com outros pesquisadores franceses, que buscavam à época estudar o problema da significação na língua com vistas a contemplar o político, notadamente Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, Henry traz a categoria formações discursivas para dizer do lugar da determinação do sentido. Noção teórica que envia, por seu turno, a uma outra categoria: as formações ideológicas. As formações discursivas estão inscritas em determinados campos ideológicos, e, por funcionarem via materialidade da língua, são elas mesmas uma forma de materialização da ideologia. Foi preciso, então, explicitar como seria este estatuto material conferido às FD num quadro de uma semântica discursiva em curso de implementação. Neste sentido, M. Pêcheux, editor do volume 37 de *Langages*, assim o diz na introdução da publicação:

Le domaine de la sémantique ne saurait être conçu comme faisant purement et simplement partie de la linguistique en tant qu'étude scientifique de la langue : l'idée d'une sémantique intra-linguistique, reposant sur une logique universelle, ahistorique (objective ou subjective), n'est pas seulement théoriquement discutable, elle est aussi [...] la sorte de difficultés linguistiques malaisément surmontables. D'où le tracé d'une séparation entre linguistique et sémantique discursive, c'est-à-dire déterminée historiquement par rapports idéologiques inhérents à une formation sociale donnée (PÊCHEUX, 1975b, p. 3).

A categoria discurso concebida como efeito de sentido advindo das relações entre as FD tornou possível trazer a língua como base material dos processos discursivos de produção de sentido. Isto não significa, contudo, que a materialidade do discurso se reduza à sua dimensão linguística, pois há materialidade histórica, ponto central da teorização de M. Pêcheux. Deste modo, língua e história são contempladas concomitantemente através da noção de paráfrase. Existe uma espécie de cola, de ligamento, de lastro que permite que diferentes enunciados signifiquem do mesmo modo, e que enunciados iguais signifiquem diferentemente. Este lastro é justamente o que é da ordem relacional, e que funciona como marca das relações de dominância entre as FD no interdiscurso, apagando ou naturalizando as contradições graças à saturação da sintaxe, que oportuniza a concatenação de unidades linguísticas cujo sentido não se limitaria nem a um cálculo lógico de predicções, nem a um quadro distribucional de combinações possíveis em dada língua natural. Este lastro de sentido, que é da ordem das relações entre FD, é dissimulado na e através da completude do eixo sintagmático. O sujeito, por ser falante, enuncia, então, aquilo que foi produzido em outro lugar, antes dele. Ora, ao dizer de lastro de sentido, estamos falando a respeito do que sustenta não somente as relações intra-sequenciais no discurso, ou seja, aquelas em relação num mesmo enunciado ou em

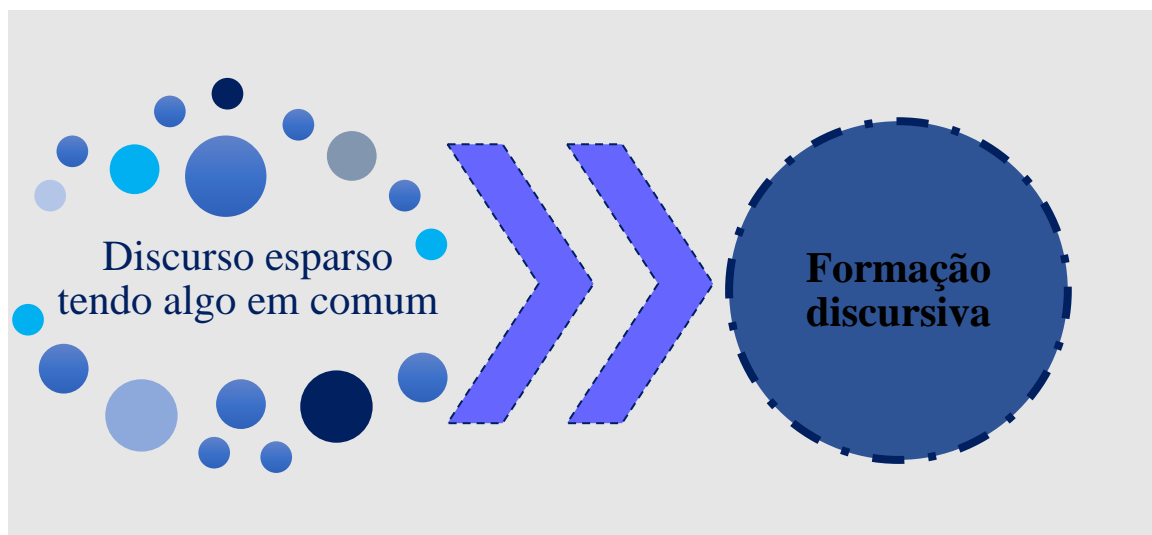
enunciados próximos, mas particularmente as relações inter-sequenciais. Debruçaremos-nos, nesta seção, sobre a noção de interdiscurso.

De início, é importante trazer a noção de formação discursiva elaborada por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969). Tratando de textos escritos, o autor coloca que

Dans le cas où on pourrait décrire, entre un certain nombre d'énoncés, un pareil système de dispersion, dans le cas où entre les objets, les types d'énonciation, les concepts, les choix thématiques, on pourrait définir une régularité (un ordre, des corrélations, des positions et des fonctionnements, des transformations), on dira, pour convention, qu'on a affaire à une formation discursive (FOUCAULT, 1969, p. 63).

Deste modo, Foucault aponta para o fato de que há discursos que se materializam de forma esparsa em maior ou menor grau, mas que têm qualquer coisa em comum uns com outros, de sorte a permitir um conjunto possível de ser definido graças a regularidades que podem ser de diferentes naturezas: sintática (*un ordre, des corrélations, des positions*) ou discursiva (*des fonctionnements, des transformations*).

Figura 3: Formações discursivas



Fonte: Elaborado por Thierry Guilbert, em notas de aula (2021).

Maingueneau (2001), discorrendo sobre uma “dupla paternidade” do conceito de formação discursiva, observa que embora tenha formulado e mobilizado essa noção em sua obra (1969), Foucault não se reclama na *Análise do Discurso*, e o valor mesmo do conceito em *Arqueologia do Saber* é difícil de ser fixado, já que se movimenta no decorrer da obra. Para Maingueneau (2001, p. 88):

On oscille constamment entre une interprétation en termes de “système” et de “règles” et une autre en termes de “dispersion”. C’est ainsi qu’au chapitre II de son livre (“Les formations discursives”), Foucault semble obéir à deux injonctions contradictoires : travailler sur des systèmes, ou au contraire défaire toute unité.

Já no artigo *La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours*, escrito por Claudine Haroche, Paul Henry e Michel Pêcheux, publicado em 1971 na revista *Langages*, em edição de homenagem à Émile Benveniste, o conceito de formação discursiva aparece claro. Embora já mencionados trechos desta definição mais acima, a explicitaremos novamente:

Les formations idéologiques ainsi définies comportent nécessairement, comme une de leurs composantes, une ou plusieurs formations discursives interreliées, qui déterminent ce qui peut et doit être dit (articulé sous la forme d'une harangue, d'un sermon, d'un pamphlet, d'un exposé, d'un programme, etc.) à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée : le point essentiel ici est *qu'il ne s'agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent* (HAROCHE ; HENRY ; PÊCHEUX, 1971, p. 102, grifos dos autores)

Dando consequência ao trabalho com as FD, em 1975, Pêcheux (1975, p. 226) diz que “tout critère purement linguistique (c’est-à-dire de type morphosyntaxique) est strictement insuffisant pour caractériser les processus [discursifs] inhérents à une formation discursive”. Neste ponto, conforme observa Paveau (2017a), seria preciso tornar a categoria teórica formação discursiva mais operável para dar conta da amarração que se pretendia fazer entre o que é da ordem da materialidade discreta da língua (notadamente a nível sintático) e o que é da ordem do efeito fluido dos processos discursivos¹². Então aparece o interdiscurso para designar “l’espace discursif et idéologique dans lequel se déploient les formations discursives en fonction des rapports de domination, subordination, contradiction” (GUILHAUMOU, 2005, p. 106). Dizendo de outro modo, seria preciso que o político da língua do modo como proposto via formações discursivas pudesse ser mobilizado de sorte a dar a ver, a partir do intradiscurso (da ordem do concreto) aquilo que sustentava sua significação (da ordem do fenômeno).

Para falar de político da língua é importante trazer a noção de forma material proposta por Eni Orlandi (2007), citada por Dias (2011, p.12):

Para Orlandi (2007), a forma material “se distingue da forma empírica e da forma abstrata. A forma material seria essa que é simplesmente um elemento de uma rede, de um sistema. E a forma empírica é essa que você usa, ou seja,

¹² Para J. Guilhaumou (2005, p. 102), a noção de formação discursiva em *Análise do Discurso* “resta mais um campo de estudos e questionamentos do que uma “noção teoricamente estabelecida””.

essa que corresponde já a uma realidade que já é resultado de um processo e a forma material é o processo, é a que está ali, é ela enquanto processo.

Ao tratar a forma material é possível desmanchar a evidência, a transparência do sentido produzida pela relação imaginária com a linguagem e fazer aparecer “a materialidade do discurso”, ou seja, a relação da língua com a exterioridade que a constitui.

Este político inscrito na língua e através dela seria a parte não visível do *iceberg* da produção do sentido. Nesta direção, Pêcheux (1969, p. 29, grifos do autor) argumenta que

Nous dirons donc que la série des *surfaces* discursives Dx_1, \dots, D_xn constitue une *trace* du processus de production Δx du discours Dx , c'est-à-dire la « structure profonde » commune à Dx_1, \dots, D_xn . Notre entreprise consiste donc à remonter de ces « effets de surface » à la structure invisible qui les détermine : ce n'est qu'ensuite qu'une théorie générale des processus de production discursifs deviendra réalisable, en tant que *théorie de la variation réglée des “structures profondes”*.

Outras tradições linguísticas com as quais está dialogando Pêcheux não contemplariam essas estruturas profundas, notadamente uma linguística estrutural herdeira de Saussure na Europa, e uma linguística fundada sobre um sistema de regras que regeria o comportamento dos falantes, tal qual propõe a gramática gerativa de Chomsky (PÊCHEUX, 1969).

Vale ressaltar ainda que a categoria interdiscurso foi fundamental para sustentar o deslocamento do estatuto de sujeito proposto no quadro teórico do discurso de M. Pêcheux. Ora, é graças à operacionalidade da relação entre língua (intradiscurso) e discurso (processos de substituição, paráfrase, sinonímia numa formação discursiva dada) que é possível conceber um sujeito do discurso, distinto de um sujeito falante¹³, que mobiliza a língua para comunicar. É sobre essas duas dimensões de naturezas distintas que se “*développent les processus discursifs, et non pas en tant qu'expression d'une pure pensée, d'une pure activité cognitive, etc., qui utiliserait 'accidentellement' les systèmes linguistiques*” (PÊCHEUX, 1975, p. 82, grifos do autor). Vejamos.

Pêcheux (1975, p. 146) caracteriza o interdiscurso como sendo o “todo complexo a dominante das FD”, regido por relações assimétricas, de contradição e subordinação, as quais regem igualmente as Formações Ideológicas no interior e através das quais esse efeito é produzido. Essas relações contraditórias que caracterizam o funcionamento do interdiscurso são dissimuladas junto às FD, graças a um sujeito de linguagem constituído pelos esquecimentos 1 e 2, que expusemos mais acima quando discutimos o silêncio e suas formas. Essa dissimulação,

¹³ Para a Análise do Discurso, este sujeito falante é já efeito de processos discursivos que se dão *sobre* ele. Este deslocamento foi possível graças aos “empréstimos” que toma Pêcheux de Louis Althusser (1970) para sustentar os esquecimentos 1 e 2 como constitutivos dos sujeitos.

por ser turno, é feita através de encaixes sintáticos, os quais, graças a uma autonomia relativa da língua, mascara os pré-construídos via fenômeno de correferência, isto é, o discurso reportando a ele próprio. Fenômeno interdiscursivo que se dá na materialidade das sequências discursivas, o intradiscurso: “ce que je dis maintenant, par rapport à ce que j’ai dit *avant* et à ce que je dirai *après* [...] qui assurent ce qu’on peut appeler le “fil du discours”, en tant que discours d’un sujet.” (PÊCHEUX, 1975, p. 151, grifos do autor).

Daí temos as duas dimensões do interdiscurso descritas por Pêcheux (1975.): o (1) pré-construído, que tem estatuto político, e que trabalha o par determinação-dominância sobre o sujeito do discurso, graças ao (2) discurso transversal, que “intercala e atravessa o dizer, complementam/ transversalizam-no”, e faz funcionar, a uma só vez, um passado e uma projeção de futuro no aqui e agora da enunciação via forma-sujeito do discurso.

1.4.3. Repetição, estabilização e recriação de um estado de relações sócio-políticas à dominante: a memória discursiva

No número 17 da Revista *Langages*, Paul Henry (1975) já observava o entrave para mobilizar teoricamente a noção de memória no quadro teórico de análise do discurso em vias de proposição à época:

Quand nous disons que la production d’un sens d’une séquence discursive repose sur la possibilité de rapporter cette séquence à une formation discursive, il est bien évident que nous ne voulons pas dire que dans la lecture d’un texte, il serait nécessaire de le confronter matériellement avec un autre texte. C’est là un problème d’analyse du discours. Pour le reste, ce n’est pas le lieu de développer ici ce point, mais disons simplement que le processus fait intervenir ce qu’on appelle la « mémoire » et que si l’on ne veut pas s’en tenir à cette notion vague, il faudrait chercher une réponse plus satisfaisante à cette question dans l’analyse des rapports entre l’idéologie, l’inconscient et le langage (HENRY, 1975, p. 96).

Aqui temos novamente a questão de utilizar o conceito de formações discursivas, decisivo para a descrição das condições de produção do discurso. É importante notar também o seguinte trecho da citação: “il est bien évident que nous ne voulons pas dire que dans la lecture d’un texte, il serait nécessaire de le confronter matériellement avec un autre texte ». Este fragmento indica a diferença entre os conceitos memória e intertextualidade- que coloca em confronto textos e frases comuns.

Enquanto a noção de interdiscurso aparece formulada e discutida por M. Pêcheux (1975) – no período intelectual do filósofo ao qual Denise Maldidier (1990) chama de “Le

temps des grandes constructions” – a metáfora da “linguagem como tecido da memória” vai aparecer em artigo de Jean-Jacques Courtine¹⁴, publicado também na revista *Langages*, em edição de 1981. No texto em questão, Courtine se coloca em diálogo com o quadro teórico do discurso a que se propõe Pêcheux, já que este quadro representaria uma das vias¹⁵ de aproximação entre Linguística e História. O ponto de encontro entre as duas disciplinas seria justamente através da mobilização da memória, compreendida como tendo um estatuto social e histórico. Trazemos abaixo alguns trechos deste artigo de Courtine que ajudam a vislumbrar a natureza imbricada de uma memória coletiva e da língua:

Que la mémoire collective soit saisie au sein des milieux sociaux où elle se constitue et qu'elle soude, famille, groupes religieux, classes sociales, ou bien qu'elle soit analysée dans les formes individuelles du rêve et de l'aphasie, c'est toujours le langage qui est, pour Halbwachs, de façon explicite ou implicite, au cœur des processus de mémoire : “Les conventions verbales constituent donc le cadre à la fois le plus élémentaire et le plus stable de la mémoire collective” (COURTINE, 1981, p. 5).

Il convient de distinguer langue grammaticale [...], et langue empirique, où il faut introduire l'historicité et ses discontinuités temporelles, les sujets parlants et leurs interactions langagières (COURTINE, 1981, p. 8).

Quels autres lieux de mémoire pour les mots que les mots eux-mêmes? (NORA, apud COURTINE, 1981, p. 10).

Le langage est le tissu de la mémoire, c'est-à-dire sa modalité d'existence essentielle- qui ne voit qu'une telle question s'adresse directement aux sciences du langage ? Qu'elle réclame l'analyse des modes d'existence matériels, langagiers de la mémoire collective dans l'ordre du discours ? (NORA, apud COURTINE, 1981, p. 10).

A compreensão da língua como lugar de materialização de uma memória cujo estatuto é sócio-histórico é um modo de contemplar a presença do outro, de outras vozes, de outras narrativas da forma mais eficaz quanto possível: nas práticas dos sujeitos. Temos aqui ponto de encontro entre a categoria interdiscurso de Pêcheux (1975) e a categoria memória formulada por Courtine (1981). Para este autor, o próprio da memória é ser lacunar, isto é, é carregar ausências constitutivas. Estas lacunas poderiam ser recuperadas pelo analista a partir

¹⁴ Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans le science du langage, *Langages*, n. 114

¹⁵ A outra via seria representada por uma história da linguística.

de traços materializados na língua. O interdiscurso aponta para esse corpo de traços que dá liga a uma sequência discursiva e que significa anteriormente e exteriormente ao sujeito. A memória compreende, neste cenário, este todo complexo de traços que se movimentam: estabilizando-se, desaparecendo, sendo assimilados, sendo disputados na história. Este movimento se dá sobre um real histórico, recortando fragmentos deste real, porque interpretando-o. Resta conhecer o que permanece como um estado de coisas propriamente dito e que permite o movimento dos sentidos históricos, porque esquecido, porque sobreposto, porque apagado, porque no silêncio, porque silenciado. Não seria possível propor a noção de silêncio fundante, de ordem filosófica, e de silêncios políticos no campo de uma Linguística a limites fixados pelas consequências do corte de Saussure, pois real da língua e real da história pertencem a ordens distintas. Foi necessário um diálogo intelectual e político para a fundação de uma semântica do discurso na França, e suas leituras e consequências no Brasil, para que, em diálogo com a história, pudéssemos, nós, linguistas, descrever as operações discursivas que organizam a retomada, a repetição, as diferentes formas de remissão à uma memória, mas também o esquecimento dos espaços de memória que são constitutivos das regularidades discursivas, segundo “a lei da série do legível” (ZOPPI-FONTANA; RESENDE, 2021).

SÍNTESE E APONTAMENTOS

Neste primeiro capítulo, expusemos a ancoragem teórica e epistemológica desta pesquisa. Apresentamos, num primeiro momento, o estatuto do silêncio com o qual trabalhamos, para, em seguida, apresentar a episteme sobre a qual o silêncio e suas formas empreendida pela linguista brasileira Eni Orlandi se desdobra: o materialismo histórico. Trata-se de compreender o silêncio não apenas como elemento estruturante da língua, mas como condição mesma para que ela signifique o mesmo ou signifique diferentemente dentro de uma conjuntura histórica dada. Conjuntura essa que não é apenas pano de fundo ou mero contexto sobre o qual se desdobram acontecimentos protagonizados por indivíduos, mas que é determinante na produção de sentidos e subjetividades. Dizendo de outro modo, é graças a uma disciplina de entremeio para tratar a problemática do sentido que podemos recuperar os “vazios”, os apagamentos, os silenciamentos praticados sobre sentidos e sujeitos no curso da história. É este o estatuto do sentido com o qual trabalhamos: um sentido histórico, compreendido como efeito ideológico.

Expusemos, em seguida, o quadro teórico de Eni Orlandi, nos demorando mais e buscando dar ênfase à forma do silêncio que é cara para este trabalho: o silêncio constitutivo ou silenciamento. Através desta categoria teórica, juntamente com o conceito de memória discursiva, é possível descrever, tendo como forma material a língua na concepção saussuriana do termo, os processos históricos que sustentam a evidência de um sentido sobre o apagamento de tantos outros, passando pela identificação dos agentes sociais, históricos e políticos que praticam este silenciamento.

No tópico que se segue, em que são trazidas as noções de implícito e de silêncio para uma comparação teórica e epistemológica, quisemos mostrar que o que se encontra no campo do que se pode implicitar já é efeito desses processos históricos de disputa por legitimação e hegemonia. Neste sentido, Eni Orlandi (2007) argumenta que o silêncio é o não dito literalmente excluído. Este silêncio não se encontra à disposição dos falantes em interação, porque fora historicamente excluído desta possibilidade. O que preenche os não ditos são sentidos já formulados ou formuláveis. O silêncio é de outra ordem: é real da história ainda não reclamado para a significação nas práticas enunciativas sócio historicamente legitimadas. Assim sendo, uma chave analítica apoiada no conceito pragmático de implícito não permite chegar ao silêncio, dado que sentidos a ser implicitados são sentidos já formuláveis.

A exposição que se segue à confrontação implícito e silêncio porta sobre categorias fundantes do quadro teórico do discurso de Michel Pêcheux (1971, 1975a): formação discursiva

e interdiscurso, até chegar à noção de memória proposta por Jean-Jacques Courtine, na década de 80 na França. Neste ponto, valem alguns apontamentos sobre a noção de formação discursiva.

Jean-Marie Marandin (2014) levanta uma questão fundamental para o programa de trabalho teórico e epistemológico desenvolvido por Pêcheux no que tange a articulação entre língua (cf. tradição saussuriana) e discurso: dado que a noção de valor é indissociável da noção de sistema, “qual o sistema em que tomam valor as expressões em relação de substituição”? (MARANDIN, 2014, p. 129) Podemos observar claramente no artigo de 1971, *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*, escrito por P. Henry, C. Haroche e M. Pêcheux, que a categoria teórica que vai responder a essa pergunta que coloca Marandin é a de formação discursiva. Este conceito de “dupla paternidade” (MAINGUENEAU, 2011), isto é, trabalhado teoricamente por dois filósofos (M. Foucault e M. Pêcheux) é o que permite que este desloque o quadro saussuriano a partir da distinção entre valor e significação. Valor se daria no sistema, significação se daria nas formações discursivas. Se Saussure supera uma relação entre nome e objeto, constante das ciências da linguagem, ao propor uma relação entre conceito e imagem acústica, que emana do sistema da língua, fundando, então, a Linguística como disciplina, Pêcheux vai trabalhar o limite deste sistema (a frase), e trazer a significação concebida a nível da língua e do discurso. Benveniste (1966) já ponderava este limite ao apontar que a frase é composta de signos, mas não é ela mesma um signo. Vejamos como a noção de valor no sistema da língua é deslocada para a noção de significação junto às formações discursivas à propósito da frase:

De même que le jeu des oppositions entre phonèmes détermine l’ensemble des traits phonétiques ayant une valeur distinctive phonologique, c’est le jeu des oppositions entre unités significatives qui fixe l’ensemble des éléments de signification qui peuvent être manifestés [...] (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 99).

A unidade significativa que permite o jogo de oposições na ordem da língua é o sistema. As unidades significativas que permitem este jogo na ordem do discurso são as formações discursivas. Aliás, estes conceitos: de sistema, de formação discursiva, não só permitem este jogo da diferença, mas o determinam (“qui peuvent être manifestés”).

Admitamos, junto com Henry, Haroche e Pêcheux, que as combinações possíveis para este jogo, do nível fonético ao nível da frase não se esgotam: “on pose que l’ensemble des unités significatives, en tant que groupement d’éléments de signification, n’épuise pas la

combinatoire de ses éléments” (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 99). Em outras palavras: o todo não é a soma das partes. Então:

Tout discours comporterait une part de « bruit sémantique » puisque, compte tenu des disponibilités lexicales, chaque unité en tant que groupement est susceptible d’introduire des éléments de signification non essentiels ou redondants par rapport à la manifestation globale de la signification de discours en question. Du même coup, on peut aussi expliquer l’existence de plusieurs « plans de lecture » correspondants à plusieurs enchaînements possibles d’éléments de signification pris dans chaque groupement (*ibid.*, grifos nossos).

Parece-nos que este ruído semântico e estes diversos planos de leitura são possíveis se admitirmos que há um silêncio fundante, materialidade significativa por excelência, anterior à descrição da língua e garantindo a sua condição de significar:

L’existence de ce “bruit sémantique” et de la pluralité des “plans de lecture » représenterait le décalage existant entre l’univers immanent de la signification (celui des éléments de signification) et son univers manifesté (celui des groupements d’éléments manifestés par les unités signifiantes) (HENRY; HAROCHE; PÊCHEUX, 1971, p. 99).

CAPÍTULO II- ENUNCIÇÃO, SUJEITO, DISCURSO

“Eu sou eu e a minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim”
(Ortega y Gasset, *Meditações do Quixote*, 1967)

2.1 O lugar da enunciação na semântica materialista do discurso

No capítulo anterior, apresentamos o quadro teórico para uma semântica do discurso na episteme materialista da maneira como o propõe Michel Pêcheux na França nos anos 70. Este segundo capítulo teórico é dedicado à apresentação de estudos enunciativos, na medida em que eles se encontram intimamente relacionados, ou melhor, imbricados, com a teoria do discurso materialista. Isso por duas razões imediatas: (1) o sujeito de Pêcheux é um sujeito da enunciação; (2) é deste lugar enunciativo que é possível contemplar os movimentos de identidade de um sujeito atravessado pela memória das circunstâncias que o constituem.

No artigo intitulado *Où va l'analyse de discours: autour de la notion de formation discursive*, publicado em 2005 no periódico francês *Marges Linguistiques*, Jacques Guilhaumou argumenta, a propósito da noção de formação discursiva, a necessidade da análise do discurso poder contemplar o sujeito histórico e sua movimentação potencialmente inventiva e criativa tendo a língua como lugar de observação, em lugar de servir como uma “caixa de ferramentas” para a descrição de processos discursivos. Vejamos trechos do artigo para percebermos como o autor organiza sua argumentação neste sentido:

L'analyse du discours ne peut faire l'économie d'une approche de la société critique, basée sur le potentiel réflexif des acteurs historiques présent dans les énoncés attestés, sans prendre le risque de négliger les conditions langagières de possibilité d'émergence des faits socio-historiques (GUILHAUMOU, 2005, p. 100).

Ne convient-il pas plutôt de s'intéresser, en analyse du discours, aux conditions langagières de production des concepts qui permettent d'appréhender l'ensemble d'une réalité sociale par la médiation de la langue comme fait matériel, contexte et ressource? (GUILHAUMOU, 2005, p. 102).

Apresentando o modo como dois dicionários de conceitos da AD¹⁶ trazem a noção de atualização, Guilhaumou aponta a diferença de valoração deste conceito de formação discursiva entre os autores dos dicionários, num aspecto crucial: a estabilidade ou não do conceito, como segue:

Un exemple parlant est celui de l'entrée Actualisation présente dans les deux dictionnaires. Pour Dominique Maingueneau, cette notion sert à désigner « la conversion, dans chaque prise de parole, du système linguistique en énoncé singulier ». Et il ajoute significativement : « mais sa valeur reste instable ». C'est en effet cette instabilité de la catégorie d'actualisation qui en fait, pour lui, une notion d'un intérêt limité dans son effort de constitution d'un ensemble de catégories stables de l'analyste du discours. Après avoir situé cette notion du côté de la praxématique, il précise qu'elle a « l'inconvénient de se trouver au cœur des sujets les plus controversés de la réflexion contemporaine sur le langage » !!! A contrario, les auteurs de *Termes et concepts pour l'analyse du discours* désignent tout l'intérêt de la notion d'actualisation définie comme ce qui permet de « passer des potentialités de la langue à la réalité du discours », inscrivant ainsi l'analyse de discours dans une perspective dynamique qui pose en permanence la question de la continuité/discontinuité entre la langue et le discours (GUILHAUMOU, 2005, p. 100).

Apresentada na citação acima a noção de atualização (“ce qui permet de passer des potentialités de la langue à la réalité du discours”), é este conceito que irá balizar a discussão teórica deste capítulo. A atualização parece ser uma categoria enunciativa fundamental para que não somente façamos uma descrição dos processos discursivos que silenciariam as cafeicultoras, numa espécie de ode às formações discursivas dominantes na agricultura brasileira, a saber: a FD do agronegócio e a FD do neoliberalismo, mas também que possamos descrever o modo como essas mulheres organizam a realidade em que vivem nas atualizações que elas fazem dessas circunstâncias, e portanto de si, através da língua.

2.2 Memória, atualização e sujeitos de linguagem

Le langage re-produit la réalité. Cela est à entendre de la manière la plus littérale : la réalité est produite à nouveau par le truchement du langage. Celui qui parle fait renaître par son discours l'événement et son expérience de l'événement.

Émile Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale I* (1966, p. 25).

¹⁶ Os dicionários são : *Dictionnaire de l'analyse du discours*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2002, Seuil) e *Termes et concepts pour l'analyse du discours : une approche praxématique*, de Catherine Détrie, Paul Siblot e Bertrand Verine (2001, Honoré Champion)

Este tópico traz um quadro mais largo, ou um plano de fundo, para pensar uma articulação da Análise do Discurso com uma semântica da enunciação da maneira como a compreendemos.

Os estudos enunciativos, assim como os estudos pragmáticos, supõem um sujeito empírico em suas práticas concretas de linguagem, de tomada da palavra, com a importante diferença de que, para uma descrição semântica enunciativa, o aqui e o agora, bem como o próprio sujeito que fala, ou melhor, que enuncia, são elementos constitutivos do sentido, enquanto que para uma descrição pragmática o sentido é o próprio uso que se faz da língua, o qual se dá ancorado em convenções, em acordos sociais.

É precisamente na compreensão de que Saussure, ao descrever a língua como sistema de signos e a palavra como uma utilização pessoal da língua, recorta um elemento fundamental para a descrição do sentido: os sujeitos em seus respectivos aqui e agora, é que reside o potencial descritivo dos estudos enunciativos e destes em relação com a Análise do Discurso materialista. Isto na medida em que o sujeito para ambas as disciplinas é um sujeito de práticas- e de práticas de linguagem. As representações temporal-espaciais, assim como as representações de si e do outro que os sujeitos colocam em cena ao enunciar, isto é, ao colocar a língua em funcionamento (BENVENISTE, 1970), permitem contemplar o modo como uma memória construída coletivamente no curso da história se torna presente através destes sujeitos e se presentifica também configurando suas identidades e o modo de se ver o outro. Uma vez que esta pesquisa traz na linha de frente o papel exercido pelas relações e papéis de gênero na agricultura, e precisamente na cafeicultura mineira, acreditamos ser fundamental lançar luz sobre essas representações históricas projetadas na e através do discurso pelos sujeitos que vivem e que trabalham no espaço rural. Com efeito, parece-nos claro que temos uma possível emergência de um lugar de enunciação nos processos discursivos nos quais as cafeicultoras se constituem enquanto sujeitos. Cafeicultoras são mulheres e trabalhadoras rurais.

A noção de trabalho é central nos estudos de Marx e nos epistemes que deles se inspiram. Trabalho, classe e consciência de classe, devemos ajuntar. Neste sentido, seria possível contemplar sujeitos e memória em sua materialidade atualíssima, na descrição da língua em funcionamento. Nesta direção, muito bem argumenta V. Stolcke (1988, p. xvii), ao dizer que:

The class consciousness of today's workers is not just a reflection of present material conditions but is also informed by that class specific memories. Class consciousness is a historical phenomenon not only because it is subject to change but also because memories of forms of exploitation, grievances and

hopes in the past form an inextricable part of today's sense of self-worth, class consciousness and struggles.

Se admitirmos este lugar importante que uma memória histórica exerce sobre os sujeitos (do senso de valor de si próprio às lutas e consciência de classe), admitimos igualmente o caráter material desta categoria, que se atualiza porque estes sujeitos se constituem como tal em suas práticas do dia a dia. Para elucidar este papel da memória, segue, abaixo, fragmento da fala de uma das cafeicultoras informantes desta pesquisa. Seu nome é Lúcia:

Gente, eu sou a Lúcia, esposa do Adão. Sempre... Eu nasci da cidade de Divino. E casei, e hoje tô na luta, né. Comecei com dezessete anos, hoje tenho cinquenta e cinco. Graças a Deus não tenho nada a reclamar. E vou indo até quando Deus quiser. Junto mexendo com café, na luta, sempre com Deus na frente. Nós vamos vencer essa luta difícil, mas com Deus nós vamos vencer. Gente, a gente acha que é difícil, mas não é. Quand/nós sempre trabalhou de de empregado, hoje nós mora em cima da terra que nós trabalhou de empregado e graças a Deus temos muito que agradecer [...]

Concebendo a memória como sendo este lugar material realizado através da língua, estamos igualmente assumindo um caráter não instrumental para esta. Para muito além de servir a comunicar, a língua serve a configurar as subjetividades e, constitui, portanto, lugar privilegiado para observar tanto a estabilidade quanto a emergência de formas diferentes de estar e de ser, diferentes da que as que uma memória de classe contribuiu para constituir, conforme podemos observar na fala da nossa informante, a cafeicultora Bruna:

Sou a Bruna Carolina da Silva, tenho vinte e um anos, sou brasileira e moro na Fazenda do Baú [...]. E, no ano de dois mil e dezenove começamos a produção de café especial, colhendo esse café manual, seletivo aqui na lavoura, levando para o terreiro, lavando ele, jogando no terreiro suspenso [...] Após isso, ele é torrado, moído e vendido em embalagens com uma válvula para permanecer essa qualidade desse café, e assim gerando renda familiar e sustentabilidade aqui no campo. É o café especial da Bruna. [...] Sabemos o quanto é difícil uma mulher estar na cafeicultura [pausa]. Este é um ramo totalmente masculino né, e que agora aos poucos vamos mudando isto aí, e vamos entrando nesse ramo.

A presença marcante de trabalho e de protagonismo é uma constante nas falas de Lúcia e de Bruna, bem como nas das demais informantes. Cada uma falando à sua maneira, parece haver uma marca enunciativa comum: o dizer de si e de seu trabalho a partir de um “a gente” ou de um “nós”, que vale buscar na memória de trabalho dessa classe de trabalhadores,

os cafeicultores e cafeicultoras, a que remete. Voltaremos neste ponto no capítulo de análise das falas das cafeicultoras. No tópico seguinte, será feita uma discussão a respeito da objeção ao estatuto instrumental da língua. O “esquema da comunicação” do linguista russo Roman Jakobson (1963) também será apresentado com foco nas críticas feitas por colegas a este esquema, notadamente no que tange às noções de emissor, de receptor e de mensagem, constantes do esquema como elementos da comunicação. A condução desta discussão visa à demonstração da importância dos estudos enunciativos em diálogo com uma análise do discurso que não se quer somente uma caixa de ferramentas para descrever processos de compreensão do mundo já fixados socialmente, já formatando sujeitos, no sentido literal da expressão; e que também não se quer ingênua na compreensão dos sujeitos como entidades livres, volitivas e intencionais, capazes de agir no mundo independentemente da realidade material que os cerca e que os constitui. Há espaço para a inventividade e a criatividade do ser humano em situação, e a enunciação é espaço privilegiado para dar a conhecer este universo ora de mesmice ora de emancipação.

2.3 O discurso: lugar de resistência

Enfin le langage est le symbolisme le plus économique [...] voyons ce que devient la même histoire [celle de la création du monde] quand elle se réalise dans le récit, suite de petits bruits vocaux qui s'évanouissent sitôt émis, sitôt perçus, mais toute l'âme s'en exalte, et les générations le répètent, et chaque fois que la parole déploie l'événement, chaque fois le monde recommence. Aucun pouvoir n'égalera jamais celui-là, qui fait tant avec si peu. Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale I*, 1966, p. 29).

No livro *Problemas de Linguística Geral* (1966), o linguista francês Émile Benveniste traz uma reflexão interessante sobre a concepção de linguagem¹⁷ como instrumento. Ele argumenta que tratar a linguagem como um instrumento é aceitar a dicotomia homem-natureza e entender que há uma ordem: a de que foi o homem quem criou a linguagem. Nas palavras do autor:

Parler d'instrument, c'est mettre en opposition l'homme et la nature. Ce sont des fabrications. Le langage est dans la nature de l'homme, qui ne l'a pas fabriqué. [...] Nous n'atteignons jamais l'homme séparé du langage et nous ne le voyons jamais l'inventant. [...] C'est un homme parlant que nous trouvons dans le monde, un homme parlant à un autre homme, et le langage enseigne la définition même de l'homme (BENVENISTE, 1966, p. 259).

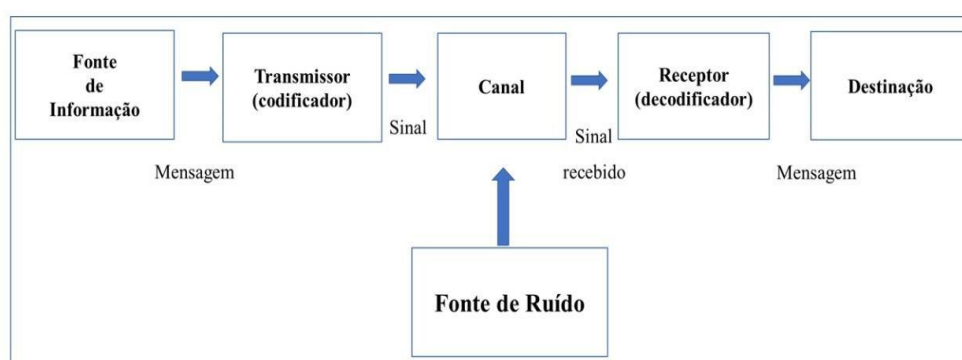
¹⁷ Émile Benveniste emprega tanto o conceito de língua quanto de linguagem em *Problèmes de Linguistique Générale* (1966). O conceito de língua deve ser entendido como a língua à moda de Saussure, isto é, sob uma perspectiva formal e sistemática: a língua como sistema de signos. O conceito de linguagem compreende fenômenos de significação que se dão a partir da língua e de outros sistemas semióticos.

palavras de Bezerra (2020), os autores deixam claro o recorte epistemológico que querem propor:

O problema fundamental da comunicação é reproduzir em um ponto exatamente ou aproximadamente uma mensagem selecionada em outro ponto. Frequentemente as mensagens têm significado; isto é, elas se referem ou são correlacionadas a algum sistema com certas entidades físicas ou conceituais. Esses aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema de engenharia (SHANNON; WEAVER, 1964, p. 31 apud Bezerra, 2020, p. 187 grifos nossos).

Segue abaixo o modelo proposto por Shannon e Weaver:

Figura 4: Modelo da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver (1949)



Fonte: Adaptado por Inazawa e Batista (2012).

Esse modelo se opõe ao esquema behaviorista na medida em que comporta as seguintes críticas a ele: (i) o interesse deste recai sobre as manifestações externas aos sujeitos; (ii) o sujeito é compreendido como uma “tábula rasa”; (iii) há somente um sujeito; (iv) não há a noção de antecipação. Ora, a questão a ser respondida neste recorte é: como medir o comportamento humano? E, sendo a linguagem uma componente deste comportamento, seria válido transpor as categorias estímulo-resposta para lidar com questões colocadas no campo dos estudos linguísticos.

Contudo, vale ressaltar que, como claramente o dizem Shannon e Weaver, aspectos semânticos não são relevantes para o modelo de comunicação que eles, matemáticos, estão propondo. Com efeito, eles não estão interessados na qualidade da mensagem, e sim na quantidade de informação que ela carrega. Para os autores, essa informação pode ser codificada por uma sequência de elementos mínimos e binários, os bits. Mas o que é, afinal, uma “informação”? Segundo Aristóteles, a noção de informação teria um duplo sentido, seria “uma novidade” ou “uma aquisição de conhecimento”. Uma definição aponta para a coisa em si em relação ao sujeito, a outra aponta para o ato para obtê-la, do que deduzimos: a informação

consistiria no ato de se informar. Para Jakobson (2003 [1963], p. 28), “L’instrument principal de la communication porteuse d’information, c’est le langage”. A partir desta definição, observa-se que a noção de informação para o linguista é próxima do entendimento estático¹⁹ do conceito à maneira de Aristóteles: a informação seria o conteúdo semântico veiculado pela linguagem. Jakobson está sobremaneira interessado neste conteúdo semântico que a noção de funções da linguagem dentro de seu quadro teórico é tributária desta noção. Efetivamente, a mensagem é o centro da proposta de R. Jakobson para um quadro teórico operacional da comunicação humana. É possível notar uma forte inspiração da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver também na elaboração do conceito de “mensagem”. Para os estudos da linguagem que Jakobson realiza, a mensagem seria a sequência de elementos mínimos, neste caso, elementos de linguagem, a ser decodificados pelo destinatário.

Na citação imediatamente acima, indicamos em negrito a formulação de Shannon e Weaver em que está fundado o esquema da comunicação de Jakobson. Diferentemente da engenharia, aspectos semânticos da comunicação constituem um problema para a teoria de comunicação do linguista. Vejamos, a seguir, uma representação geral do elemento central do esquema da comunicação de Jakobson (a mensagem) e dos elementos laterais (o emissor e o receptor).

Figura 5: Le schéma informationnel



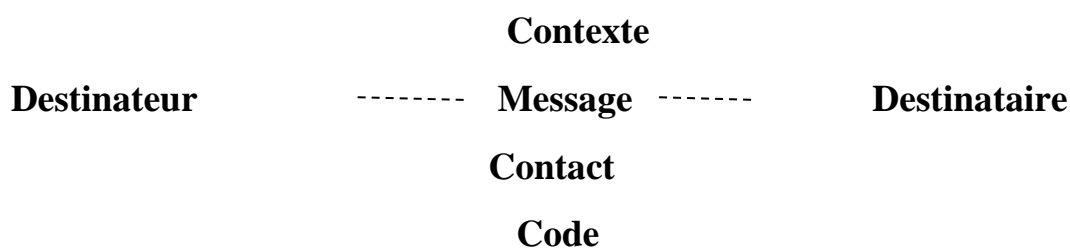
Fonte: Jakobson (2003 [1963]).

O conceito de mensagem já foi definido mais acima. Emissor e receptor são elementos da comunicação, que constituem, respectivamente, o “ponto” onde a mensagem é

¹⁹ Em *Essais de Linguistique Générale* (1963), Roman Jakobson afirma categoricamente seu interesse em trabalhar com conceitos menos ambíguos e mais operacionais no campo dos estudos da linguagem. Ele argumenta, por exemplo, que as noções de “código” e de “mensagem” são “muito mais claras, muitos menos ambíguas e muito mais operacionais” (p. 32, tradução nossa) que o que era oferecido pela Ciência da Linguagem à época. Talvez este seja um viés interpretativo para a preferência do autor de trabalhar com conceitos mais, digamos, “estáticos”. Contudo, Jakobson jamais esteve alheio à problemática relacionada ao sentido em situações concretas de uso da língua.

produzida e o “ponto” onde ela será “decodificada”. Esta decodificação, isto é, o acesso propriamente dito ao conteúdo semântico da mensagem, só se realiza se o receptor conhecer o código no qual a mensagem foi encriptada. Aspecto importante a ter em conta: uma primeira objeção a um modelo aplicado à comunicação humana é a de que as palavras são sempre ditas por pessoas, e por pessoas em um momento dado e em uma situação dada. Considerando esta objeção, Jakobson procede à ancoragem de seu esquema de comunicação em um contexto. É este o afastamento que ele faz em relação à Saussure. A noção de contexto, então, ocupa também lugar importante na teoria de Jakobson. Trabalhar com a linguagem em ato constitui ainda uma das importantes características dos estudos linguísticos pós-estruturalistas. Contemplando a noção de contexto, o esquema de Jakobson se desdobra da seguinte maneira:

Figura 6: Esquema da comunicação de Roman Jakobson



Fonte: Jakobson (2003 [1963]).

A questão enunciativa da teoria da comunicação de Jakobson é precisamente a ancoragem. Uma vez ancorado em uma situação única e pontual de prática de linguagem, o centro da produção de sentido se torna não mais a mensagem e seu conteúdo informativo, mas sim o sujeito falante em situação. Então a problemática semântica está posta, e toca não somente o conceito de mensagem, mas também as noções de emissor e receptor e sua relação com a mensagem e seu conteúdo semântico propriamente dito. Jakobson não está alheio à essa problemática:

Mais le problème essentiel pour l’analyse du discours²⁰ est celui du code commun à l’émetteur et au receveur et sous-jacent à l’échange des messages. Toute communication serait impossible en l’absence d’un certain répertoire de “**possibilités préconçues**” ou de “**représentations préfabriquées**” (JAKOBSON, 2003 [1963], p. 31, negritos nossos).

²⁰ A análise de discurso a que se refere Jakobson não é a análise de discurso materialista que funda teoricamente esta pesquisa. Este discurso de que ele fala seria algo como “a língua em uso”, concepção comum aos estudos enunciativos que surgem na década de 1960.

Essas “possibilidades pré-concebidas” ou de “representações pré-fabricadas” configuram um problema semântico para o esquema da comunicação do linguista. Ora, fatos de natureza semântica que concorrem para a produção de sentido e que têm lugar fora do sistema abstrato da língua ou fora da situação imediata da língua em uso costumam de fato colocar questões para os estudiosos, pois, então, é necessário buscar categorias que deem conta de descrever esses fatos da maneira como eles produzem sentido na interação. O matemático Frege já se deu conta deles e da problemática que eles colocam ainda no século XIX, de que ele conclui que as línguas naturais não servem a fazer ciências pois elas veiculam conteúdos semânticos não formulados²¹. Jakobson, por sua vez, prefere recortar estes fatos em proveito de operar com conceitos “bem definidos, mensuráveis e analisáveis, do que substituí-los por termos novos, mais uma vez suficientemente vagos, tais como o de *common core* (“núcleo comum”)” (JAKOBSON, 2003 [1963], p. 32). O desejo de clareza e operacionalidade do esquema da comunicação de Jakobson, fortemente inspirado, senão transposto e adaptado da teoria matemática da comunicação, torna-o objeto de crítica pelos seus pares, notadamente no que concerne (i) o caráter transparente e unívoco da mensagem, (ii) a superficialidade e estaticidade dos conceitos emissor e receptor, (iii) a condição estática também do contexto, que entra como um dos elementos da comunicação. As críticas, vale pontuar, são referentes ao esquema da maneira como ele é proposto, e não ao pesquisador Roman Jakobson²².

Michel Pêcheux, em seu trabalho de 1969, *Analyse Automatique du Discours*, Pêcheux dialoga explicitamente com o trabalho de R. Jakobson. Primeiramente, Pêcheux propõe a substituição da noção de *mensagem* pela noção de *discurso* da maneira como ele compreende esta última. Isto porque, segundo ele, o termo discurso não se trata necessariamente da transmissão de uma mensagem entre A e B, e sim de um “efeito de sentido” entre os pontos A e B. Em seguida, a crítica do filósofo recai sobre as categorias emissor e receptor. Estes seriam seres sociais, deste modo seria necessário levar em consideração os lugares imaginários que eles ocupam²³ e que são projetados na enunciação. Lugares estes determinados historicamente por seu lugar na sociedade. Nas palavras de Pêcheux (1969, p. 18):

²¹ Conforme brevemente indicado no capítulo I desta tese.

²² Jakobson é um pesquisador que muito fez para avançar os estudos da linguagem. Sua obra compreende trabalhos na fonologia, linguagem das crianças, afasias, a linguagem poética. O esquema da comunicação, é, portanto, uma de suas contribuições. No Brasil, seu esquema da comunicação constitui o currículo da Educação Básica, sendo conteúdo obrigatório para os alunos da primeira série do Ensino Médio. A grande circulação de seu esquema, recortado de suas condições de produção, contribuíram a produzir uma vulgata de sua teoria.

²³ Louis Althusser (1970) em sua redefinição do conceito de ideologia diz que ela visa a nos atribuir um lugar na sociedade. Lugar imaginário, uma crença. Ver discussão a este respeito no capítulo 1.

Il est bien clair [...] que les éléments A et B désignent autre chose que la présence physique d'organismes humains individuels. Si ce que nous avons dit précédemment a un sens, il en résulte que A et B désignent des places déterminées dans la structure d'une formation sociale, places dont la sociologie peut décrire le faisceau de traits objectifs caractéristiques [...].

Finalmente, Pêcheux postula que o esquema da comunicação de Jakobson não toma em consideração nem a antecipação que os envolvidos na comunicação fazem uns dos outros (e que é tributária das posições imaginárias ocupadas por eles) nem a maneira como estes lugares comparecem no ato de comunicação, nem as condições de produção do discurso. A noção de contexto em Jakobson não deve ser confundida com as condições de produção ao modo de Pêcheux. Para Jakobson, o contexto é o “onde” e o “quando” da comunicação, para Pêcheux essas circunstâncias são uma parte das condições de produção do discurso, uma parte mais imediata desta produção. Há outras circunstâncias, as históricas, que são constitutivas do sentido, assim como as condições imediatas. Apesar das críticas ao seu esquema da comunicação, de que ele seria suficientemente estruturalista, Jakobson avança no sentido de trazer para os estudos linguísticos à época o sujeito em situação concreta de uso da língua. Ele o faz, contudo, indiretamente, ao trazer a noção de contexto, e não por colocar os elementos emissor e receptor. Conforme vimos, essas categorias são transposições dos pontos de transmissão da mensagem, da maneira como o compreendem Shannon e Weaver (1949) em sua teoria matemática da comunicação, para representações humanas destes pontos. Não há aspectos sociais, antropológicos ou psicanalíticos na representação destas categorias em Jakobson. O que permite um avanço no percurso de trazer o sujeito em suas práticas de linguagem é a problematização que o linguista dos conceitos de mensagem e de código, o que vai levar à constatação de que existe algo entre o sistema abstrato de signos que caracteriza a língua em Saussure e a materialidade da mensagem em uma situação comunicativa concreta. Esta dimensão é a do ato da língua em funcionamento propriamente dito, e o que faz apontar para esta dimensão são os *embrayeurs* (*shifters*), que Jakobson chama de estruturas duplas, porque ora servem como objeto de emprego, ora servem como objeto de referência.

2.3.1.1 Os embrayeurs

A noção de *embrayeurs* em Roman Jakobson é a mais interessante no que diz respeito à relação entre o sujeito e a realidade através da língua em ato. Dissemos mais acima que o linguista trouxe para seu esquema o elemento contexto, e que este foi um dos afastamentos em relação aos estudos saussurianos. Embora estático, e também chamado de referente

(nomenclatura que traz uma ambiguidade para o conceito), trazer a situação de uso da palavra para os estudos da linguagem caracterizou uma abordagem linguística pós-estruturalista. A constatação da existência de um “funcionamento duplo” dos *embrayeurs* faz necessariamente com que a noção de contexto ora estática no esquema da comunicação passe a ser parte da comunicação mesma. Efetivamente, ao caracterizar os *embrayeurs* e outros funcionamentos linguísticos como estruturas duplas, Jakobson indica o funcionamento reflexivo da linguagem humana, a qual tem como propriedade apontar para si própria e para uma realidade imediata aos participantes projetada na enunciação (língua em ato), a qual só é possível descrever recuperando as condições desta enunciação ou os “*éléments vécus hic et nunc par le sujet parlant*” (JAKOBSON, 1963, p. 176). Este funcionamento duplo, segundo Jakobson, é próprio de dois elementos que compõem sua teoria da comunicação e de sua combinação: o código e a mensagem.

Os *embrayeurs* tocam precisamente a combinação C/M, cuja mensagem não pode ser recuperada através do código a menos que se recupere as circunstâncias de produção desta mensagem. Estamos falando aqui dos dêiticos de pessoa, de lugar e de tempo, os quais possuem categorias próprias dentro das respectivas línguas, para designá-los. Esta relação de imbricação do código (língua) à mensagem (conteúdo semântico a que envia a língua) que passa necessariamente pela atividade de linguagem que as pessoas realizam para ser compreendida, isto é, que remete a uma exterioridade que é constitutiva desta mensagem, é complexa²⁴ e parece deixar claro definitivamente que o recorte de Saussure deixa de fora um elemento fundamental que constitui o sentido: o sujeito, e que a vulgata do esquema da comunicação de R. Jakobson também deixa para trás. Para Jakobson, os *embrayeurs* são símbolos-índices. Recuperando essas noções de Peirce, o linguista mostra que essas estruturas linguísticas funcionam a uma só vez como símbolos e como índices. Para Peirce, um símbolo está associado a um objeto por uma regra acordada coletivamente, enquanto o índice encontra-se numa relação existencial com aquilo que ele indica. Dizendo de outro modo, os *embrayeurs*, estruturas linguísticas, materializam na enunciação a existência de entidades as quais só é possível recuperar enquanto sujeitos ou objetos daquele discurso ao se fazer remissão à situação real que concebeu esta existência. Ao fazê-lo, o que temos é que há uma entidade linguística e uma entidade real (extralinguística) imbricadas no ato de dizer, e cujo sentido só é possível de ser recuperado e descrito se admitirmos que existem duas dimensões de realização da língua: de sua forma e de seu uso (BENVENISTE, 1966).

²⁴ Neste sentido, Jakobson argumenta os pronomes contam entre as aquisições de linguagem mais tardias pelas crianças e entre as primeiras a ser perdidas no caso das afasias (1963, p. 180)

2.2.2. A subjetividade na linguagem por Émile Benveniste

Mostramos no tópico precedente um recorte da teoria da comunicação de Roman Jakobson, a saber: seu esquema de comunicação, com vistas a recuperar o avanço que os estudos do linguista permitiram fazer em relação a uma concepção de linguagem como portadora de informação. Embora Jakobson trabalhe com uma concepção instrumentalista da linguagem, o pesquisador não estava alheio nem à problemática das representações dos papéis sociais que as pessoas fazem quando enunciam nem ao caráter complexo e reflexivo da linguagem humana no que diz respeito ao seu funcionamento duplo, metalinguístico no sentido de apontar o caráter circular de algumas estruturas linguísticas que acabam por indicar a existência de uma realidade indicada e indexada na língua, e que se torna, então, a uma só vez, um referente advindo de uma exterioridade e um referente interno concebido naquela tomada da palavra pelos seres humanos envolvidos na comunicação enquanto prática de linguagem: os *embrayeurs*.

Émile Benveniste, no livro *Problèmes de Linguistique Générale II*, publicado em 1966, defende a presença do sujeito na linguagem precisamente a partir de dois aspectos já levantados por R. Jakobson. Enquanto este, por uma escolha teórica e metodológica, deixa de lado aspectos extralinguísticos (notadamente as “possibilidades pré-concebidas” ou as “representações pré-fabricadas”) em favor de uma descrição linguística mais objetiva e operacional, Benveniste vai deixar, digamos, o caminho aberto para o trabalho com essas exterioridades, pela Análise do Discurso materialista, inclusive, a partir de uma categoria cara aos estudos enunciativos e discursivos: o locutor. Os *embrayeurs* de R. Jakobson serão também estudados por Benveniste: a dêixis da linguagem, de que nos interessa notadamente os dêíticos de pessoa. Herdeiro da tradição linguística saussuriana, Benveniste compreende a língua como sistema abstrato de signos²⁵ e é sobre esta concepção que ele avança sua discussão sobre a necessidade de contemplar o sujeito na descrição linguística. Nesta direção, um primeiro avanço que o linguista faz em relação ao quadro teórico de Saussure é propor a diferença entre uso da forma da língua e uso da língua propriamente dita. A partir daí, Benveniste vai argumentar de forma incisiva para os benefícios de se olhar para a língua em funcionamento, e de perceber que é um sujeito que a coloca a funcionar, e é quem configura, portanto, o seu centro de referência interno. O sujeito em E. Benveniste é central para a descrição do sentido.

²⁵ “La langue est forme, non substance, et [...] les unités de la langue ne peuvent se définir que par leurs relations” (BENVENISTE, 1966, p. 93). “[...] la langue étant posée comme système, d’en analyser la *structure*. Chaque système, étant formé d’unités qui se conditionnent mutuellement, se distingue des autres systèmes par l’agencement qui en constitue la structure” (BENVENISTE, 1966, p. 96, grifos do autor).

Para Benveniste, a propriedade “evidente” da língua de servir a comunicar, isto é, de servir como instrumento de comunicação, merece ser questionada. O autor argumenta que o comportamento da linguagem de, através de um pedido, uma ordem, um questionamento, provocar um comportamento no interlocutor, permite que ela seja estudada em termos behavioristas de estímulo-resposta. Para Benveniste, este comportamento da linguagem, entretanto, não seria devido à linguagem propriamente dita enquanto faculdade humana, e sim ao discurso. Nas palavras do autor: “le discours est le langage en action, et nécessairement entre partenaires” (BENVENISTE, 1966, p. 258). É a partir deste entendimento de discurso que o autor concebe um dispositivo teórico de enunciação. O discurso tendo, nesta concepção, um caráter pragmático, no sentido mesmo de “o que se faz quando se diz”. Contudo, embora apareçam formulações como “provocar um comportamento no interlocutor”, o que remete à força ilocucionária de Austin (2018 [1962]), bem como à noção de linguagem em ação, o sujeito que Benveniste propõe é distinto do sujeito pragmático. Em lugar de uma entidade única e unívoca, em um quadro teórico e epistemológico em que a linguagem é aquilo que ela serve a fazer de acordo com convenções, o sujeito de É. Benveniste é uma projeção feita na enunciação através de um locutor, entidade do discurso. Este exercício de subjetividade se dá na e através da língua, e da língua em uso. É este quadro teórico que traz a noção de agenciamento com que desejamos trabalhar. Neste quadro, a língua “est instrument à agencer le monde et la société, elle s’applique à un monde considéré comme ‘réel’ et reflète un monde ‘réel’” (BENVENISTE, 1966, p. 82). O agenciamento do mundo e da sociedade, por sua vez, tem lugar no sujeito em suas práticas de linguagem, quando utiliza a língua e constitui sua subjetividade. Está posto um estatuto de língua que permite dizer que esta constitui um belo observatório do funcionamento da sociedade, dos sujeitos e de suas transformações ao longo dos tempos. Embora o conceito de discurso para uma semântica materialista do discurso seja diverso do discurso para Benveniste, ele bebe desta concepção, porque o sujeito de Pêcheux, é sujeito de práticas de linguagem, e é no seio dessas práticas que se dão transformações. Há outros pontos de aproximação entre uma semântica da enunciação do modo como a propõe É. Benveniste e a semântica do discurso de M. Pêcheux. Elas serão apontadas nos tópicos seguintes, que tratam de explicitar a relação sujeito, língua e ação no Aparelho Formal da Enunciação, proposto por Benveniste.

2.2.2.1 O aparelho formal de enunciação (AFE)

Para a teoria enunciativa de É. Benveniste, assim como para os estudos enunciativos de modo geral, somente uma descrição da situação, ou do quadro enunciativo, permite conhecer a significação. E a materialidade a partir da qual este quadro poderá ser recuperado é o enunciado. Este sendo, então, materialidade linguística da enunciação. Se quiséssemos fazer uma aproximação da noção de enunciado à noção de mensagem em R. Jakobson, poder-se-ia dizer que o enunciado é uma mensagem que comporta nela mesmos traços dos demais elementos da comunicação (do emissor, receptor, canal, código e referente). Dizendo de outra forma, através do enunciado, a linguagem guarda as características da enunciação. Portanto, assim como a mensagem no Esquema da Comunicação de Jakobson, o enunciado tem lugar central nos estudos enunciativos, pois é dele que serão recuperados os índices da situação em que ele foi concebido. E este é o fenômeno da reflexividade, propriedade das línguas naturais. São esses traços recuperáveis, esses índices, que constituem o objeto de uma teoria enunciativa.

O AFE de Benveniste vai trazer categorias que permitam descrever a significação a partir dos índices de pessoa, tempo e espaço deixados no enunciado. Para Paul Ricœur (2006, p. 1067-1072):

Alors même que le système est intemporel, l'instance de discours est un événement évanouissant: c'est dans cette instance de discours que le langage fait référence au sujet parlant par le moyen de certains "indicateurs" (je, tu, il), et qu'il fait référence à la réalité par le jeu complexe du sujet et du prédicat [...] ainsi l'œuvre de Benveniste contribue à la révision du principe saussurien de l'opposition entre langue et parole, même réinterprété en termes de code et de message sous l'influence de la théorie de l'information.

No AFE, a língua é colocada em funcionamento através de um ato individual, singular e não-reiterável de atualização da língua praticado a todo momento pelas pessoas. A língua, ora uma virtualidade, é materializada através deste ato, cujo produto é o enunciado. Do que retiramos que não há língua sem os sujeitos, que conferem a ela um estatuto material. Efetivamente, mobilizar uma teoria enunciativa é privilegiar na descrição a relação do sujeito com a língua enquanto ele a utiliza e a relação do sujeito com outros sujeitos e com a realidade extralinguística (através dos dêiticos, que permitem usar a função referencial).

Em sua proposta teórica, Benveniste desdobra um sujeito único e unívoco, de existência psicofisiológica, e distingue sujeito de locutor, recebendo aquele este estatuto de sujeito pela sua capacidade de projetar um locutor ao enunciar. O locutor é entidade do discurso

e é para onde apontam os índices de primeira pessoa deixados no enunciado. O locutor, para Benveniste, é o centro de organização referencial, isto é, a cada vez que um sujeito coloca a língua em funcionamento o que se dá é uma atualização, uma re-organização deste centro de referências. Temos, portanto, que no quadro benvenistiano de enunciação o enunciado ocupa posição central na descrição, pois é através dele e nele que se faz a entrada na significação; o locutor, por seu turno, é o centro da organização desta descrição. São potentes essas balizas de uma semântica da enunciação na medida em que elas oportunizam a compreensão da produção de sentido a partir das projeções do locutor na enunciação. Ora, se há um locutor pressuposto, há a situação deste locutor no mundo, e estes dois: locutor e situação estão projetados na língua em uso, no discurso. Em diálogo com a AD materialista, seria possível recuperar historicamente o lugar social dessas projeções e observar o seu funcionamento sobre e através dos sujeitos.

Há dois aspectos importantes que foram mencionados no parágrafo acima e que merecem explicitação. Primeiramente, o locutor, centro de referência da enunciação, se constitui como tal a partir da relação que ele estabelece com o outro. Nas palavras de Benveniste, desde que o sujeito se projeta como locutor, “il implante l’autre en face de lui, quel que soit le degré de présence qu’il attribue à cet autre (BENVENISTE, 1966, p. 14). Ora, a enunciação é ação “entre partenaires” (BENVENISTE, 1966, p. 14), a se compreender parceiros tanto interlocutores concretos em situação quanto como o outro presente nas representações que o locutor projeta de si e na maneira como ele organiza a realidade atualizada na enunciação. Efetivamente, Benveniste fornece ferramentas para recuperar os índices sobre a maneira como o sujeito que enuncia constrói sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo, e é este aspecto é caro para este trabalho. A subjetividade benvenistiana se caracteriza por (a) ser exercida na e pela enunciação e (b) ser determinada pelo estatuto de “pessoa”. Ora, os pronomes pessoais são caros para a teoria de Benveniste. Para ele, os pronomes pessoais não remetem a conceitos nem a indivíduos. O *eu* tem estatuto exclusivamente languageiro e designa o *eu* do discurso.

Este *eu*, por seu turno, é constituído e instituído em relação a um *tu*. É graças a um sujeito que se projeta como locutor *eu* na enunciação em relação a um *tu* que se organizam os demais indivíduos linguísticos de Benveniste, a saber: os dêiticos de tempo, de lugar, bem como os objetos referidos na organização tempo-espacial do locutor (RESENDE; GUILBERT; 2021, p. 420).

Em segundo lugar, a referência, isto é, o objeto projetado na enunciação, à maneira de organização do locutor. Vale ressaltar que a noção de referência aqui apresentada não se confunde com as coisas presentes em um mundo sensível, trata-se de representações deste

mundo. Ora, assim sendo, a cada vez que o sujeito enuncia, este universo referencial é reorganizado, é predicado.

Colocando em relação estes dois aspectos explicitados, para Benveniste, a terceira pessoa do discurso não tem estatuto de “pessoa”, trata-se de uma “não-pessoa”, uma vez que ela é objeto de que se fala e não a quem se fala, e esta condição pode ser verificada pelo critério de substituibilidade bem como se se coloca à prova a força performativa de uma sentença que apresente “ele/ela” como sujeito (“ele disse que fará a tarefa” em oposição a “eu farei a tarefa”). Dizendo de outro modo, enquanto a pessoa “eu” é centro de organização da realidade referida no discurso e a pessoa “tu” é constitutivo deste “eu” (“como parceiro imediato na comunhão fática a que se lançam na enunciação, mas, antes disso, como alguém que *eu* toma por contraste, *para* e *no* momento em que toma consciência de si²⁶” (RESENDE; GUILBERT; 2021, p. 421, grifos dos autores), o “ele”, a não pessoa, é aquilo de que se fala, é representação situada, projetada no discurso.

Para ilustrar uma descrição enunciativa a propósito das noções de locutor, pessoa, não pessoa, referente e objeto de discurso, segue, abaixo, recorte do depoimento da cafeicultora Dona Lúcia, que compõe o corpus desta pesquisa. A análise que segue é recorte de artigo de nossa autoria publicado em 2021²⁷, e será apresentada no capítulo 4, que porta sobre a análise da fala das cafeicultoras.

- [Dona Lúcia]: Gente, eu sou a Lúcia, esposa do Adão. Sempre... Eu nasci da cidade de Divino. E casei, e hoje tô na luta, né. Comecei com dezessete anos, hoje tenho cinquenta e cinco. Graças a Deus não tenho nada a reclamar. E vou indo até quando Deus quiser. Junto mexendo com café, na luta, sempre com Deus na frente. Nós vamos vencer essa luta difícil, mas com Deus nós vamos vencer.

[Silêncio]

- [Viviane]: Vamo lá.

- [Dona Lúcia]: Gente, a gente acha que é difícil, mas não é. Nós sempre trabalhou de empregado, hoje nós mora em cima da terra que nós trabalhou de empregado e graças a Deus temos muito que agradecer porque ...

[Silêncio]

- [Viviane]: Ó, vamos lá.

²⁶ “Les symboles-index, et en particulier les pronoms personnels, que la tradition de Humboldt concevait comme appartenant au stratum le plus élémentaire et le plus primitif du langage, sont au contraire une catégorie complexe où code et message se chevauchent. C’est pourquoi les pronoms comptent parmi les acquisitions les plus tardives du langage enfantin et parmi les premières pertes de l’aphasie. Si nous observons que même les linguistes ont eu des difficultés à définir la significations générale du terme « je » (ou « tu »), qui signifie la même fonction intermittente de différents sujets, il est tout à fait compréhensible un enfant qui a appris à s’identifier à son nom propre ne s’habitue pas aisément à des termes aussi aliénables que les pronoms personnels [...] » (JAKOBSON, 1963, p. 180)

²⁷ RESENDE, Sheilla Maria ; GUILBERT, Thierry. A voz das cafeicultoras do Sul de Minas à luz do Aparelho Formal de Enunciação de Émile Benveniste. *In:* : ZOPPI-FONTANA, Mónica G.; BIZIAK, Jacob dos Santos (Org.) **Mulheres em Discurso**: Lugares de Enunciação e corpos em disputa. Campinas: Editora Pontes, 2021.

- [Adão, marido de Dona Lúcia]: A Dona Lúcia deu uma engasgada, não conseguiu nem falar, que a emoção é muito grande, mas pra mim também é um grande prazer tá aqui produzindo café, a coisa que aprendi desde novo, mexer com café. Trabalhei muito em terra dos outros, hoje sou dono das minhas próprias lavouras e pra mim é um prazer muito grande tá sempre aprendendo com meus próprios companheiros e minhas companheiras que tá me ensinando cada vez mexer com mais [...]

Uma marca enunciativa do depoimento de Dona Lúcia, até o momento em que ela consegue falar, é uma enunciação coletiva. Após se apresentar, como esposa do Adão, como nascida na cidade de Divino, o que se segue é essa enunciação coletiva sobre seu trabalho com o café (“junto mexendo com café”, “nós vamos vencer essa luta difícil”, “nós sempre trabalhou de empregado”, “temos muito que agradecer”). O exercício de subjetividade exercido pela cafeicultora na tomada da palavra tem lugar através de um locutor “eu” que divide a cena enunciativa com outros, convidando-os a uma comunhão enunciativa, e asserindo sua participação no trabalho com o café. Estes outros sujeitos com quem o locutor compartilha o trabalho na cafeicultura é sua família: marido, filhos, pais. Trata-se da projeção de papéis sociais e de uma representação de trabalho lançada no discurso a partir de um recorte da realidade feito por um sujeito em prática enunciativa extraordinária: conceder um depoimento para uma pesquisa com cafeicultoras. Quando o marido, Adão, toma a palavra para si, um novo centro de referência é organizado. Vale ressaltar que Adão começa sua fala fazendo de Dona Lúcia uma não-pessoa, pois ele fala dela na terceira pessoa, citando seu nome. Com efeito, há um outro sujeito projetando um locutor, que, por seu turno, tem como marca enunciativa uma enunciação em primeira pessoa (“pra mim também é um grande prazer tá aqui produzindo café”, “a coisa que aprendi desde novo”, “Trabalhei muito em terra dos outros”, “hoje sou dono das minhas próprias lavouras”). Nota-se que o objeto principal do depoimento é mantido: o trabalho na cafeicultura, contudo o recorte e a construção deste objeto são distintos nas falas de Dona Lúcia e de Seu Adão. Esta forma diversa de recortar uma realidade que é comum a ambos é manifesta na enunciação através das marcas enunciativas, mas não só. Ela também está representada na tomada da palavra em si. Adão, ao falar por Dona Lúcia, retira-a da condição de exercício da subjetividade benvenistiana, e ela passa de pessoa-centro da organização referencial a não pessoa, a objeto de que se fala. Nesta nova representação da realidade, Dona Lúcia também não aparece no trabalho com o café enunciado por Seu Adão. Interrompe-se, deste modo, um discurso da cafeicultora Dona Lúcia, e, ao fazê-lo, perde-se o curso da construção simbólica de um referente à sua maneira: o trabalho na cafeicultura, dando lugar à construção atualizada pelo marido para o mesmo referente.

2.2.3 Sujeito, circunstância e condições de produção: enunciação e discurso

Émile Benveniste, ao propor uma semântica da enunciação (1966, 1970), não estava alheio às circunstâncias, digamos mais largas, da produção de enunciados. Com efeito, ao conceber a língua como uma virtualidade, até que um locutor a coloque em funcionamento, está pressuposto este locutor e literalmente posta sua condição no mundo (BENVENISTE, 1966). O artigo de nossa autoria citado no tópico anterior busca lançar luz sobre o efeito dessa condição do locutor no mundo projetada na língua em funcionamento. Para tanto, propusemos um diálogo teórico com a noção de condições de produção, e mais especificamente com o conceito de formações imaginárias de Michel Pêcheux, da maneira como ele o apresenta em seu texto de 1969²⁸.

Denise Maldidier (1990), apresentando os textos de Pêcheux, observa que as “condições” de produção são uma reformulação da noção descritiva de “circunstâncias” de um discurso. É importante ressaltar que o discurso para Benveniste e para Pêcheux são noções distintas. Enquanto que para aquele o discurso é a enunciação, isto é, a realização da língua por um locutor, para este o discurso é efeito de sentido entre interlocutores. As condições de produção do discurso em Pêcheux é categoria herdada do marxismo e:

Il s’agit d’une tentative pour caractériser dans les termes d’une théorie sociale, les éléments du schéma de la communication de Jakobson. La référence aux conditions de production désignait la conception centrale du discours *déterminé* par un “extérieur”, comme on disait alors pour évoquer tout ce qui, hormis la langue, fait qu’un discours soit ce qu’il est : le tissu historico-social qui le constitue. (MALDIDIER, 1990, p. 15, grifos da autora).

Neste sentido, Resende e Guilbert (2021, p. 421) apontam que:

Em *Analyse Automatique du Discours* (1969, p. 16), Michel Pêcheux se coloca em discussão com os pares a respeito dos esquemas em competição para a descrição extrínseca do comportamento linguístico, a saber: um esquema reacional (esquema do estímulo-resposta ou estímulo-organismo-resposta), cujo modelo mais representativo é o de B. F. Skinner, e um esquema informacional (esquema emissor-mensagem-receptor), notadamente da maneira como proposto por R. Jakobson. E é em relação a este último que Pêcheux realiza dois deslocamentos fundamentais. Primeiro deslocamento: conceber a mensagem de que trata R. Jakobson [...] não como transmissão de informação, mas como efeito de sentido entre interlocutores. Segundo deslocamento: emissor e receptor, A e B, neste mesmo esquema, não designariam “a presença física dos organismos individuais” (ibid., p. 18), e sim posições, lugares representados nos processos discursivos onde eles são colocados em jogo.

²⁸ Analyse automatique du discours, 1969.

Neste ponto pode ser notado um encontro profícuo entre uma semântica da enunciação e uma semântica do discurso em termos de descrição linguística, na medida em que esse encontro autoriza analisar a forma como sujeitos em enunciação colocam em cena a uma só vez dois conceitos aparentemente contraditórios e caros a esta pesquisa: atualização e memória. O determinismo de uma memória social e histórica joga em cada tomada da palavra, juntamente com a possibilidade de criatividade dos sujeitos e do aparecimento de novas formas de exercício de subjetividade, ainda não presentes ou estabilizadas nesta memória social. Memória e atualidade estão presentes em toda enunciação porque um locutor, em exercício de subjetividade através da linguagem, organiza o universo discursivo que está sendo colocado em funcionamento naquele momento singular e único. Neste exercício, o locutor se projeta a si e o faz diante de um tu (ainda que este tu não esteja presente nas circunstâncias enunciativas imediatas), e projeta um tu da maneira como ele o concebe para si. Os objetos de que ele fala também são projeções imaginárias, não individuais, mas determinadas por um trajeto de memória social que é aprendido pelo sujeito à medida em que conhece o mundo, necessariamente através da linguagem. O jogo de imagens em cena proposto por Pêcheux, em 1969, então, permite um trabalho com o que há de histórico e social na língua, e que fora deixado para trás no corte saussuriano²⁹.

Seguem os quadros com as formações imaginárias de Pêcheux:

Figura 7: Formações imaginárias (a): dos interlocutores

Expression désignant les formations imaginaires	Signification de l'expression	Question implicite dont la << réponse >> sous-tend la formation imaginaire correspondante
A {	$I_A(A)$	Image de la place de A pour le sujet placé en A. << Qui suis-je pour lui parler ainsi? >>
	$I_A(B)$	Image de la place de B pour le sujet placé en A. << Qui est-il pour que je lui parle ainsi? >>
B {	$I_B(B)$	Image de la place de B pour le sujet placé en B. << Qui suis-je pour qu'il me parle ainsi? >>
	$I_B(A)$	Image de la place de A pour le sujet placé en B. << Qui est-il pour qu'il me parle ainsi? >>

Fonte: Pêcheux (1969).

²⁹ D. Maldidier (1990) prudentemente observa que é preciso dissipar a seguinte ideia que pode ser deduzida de uma semântica discursiva da maneira como a propõe M. Pêcheux: “de que a língua como realidade autônoma desaparece, e que a linguística deve ceder o espaço ao materialismo histórico e que a gramática ela mesma “na realidade” não é nada além de uma questão de classe” (p. 149).

Figura 8: Formações imaginárias (a): do referente

	Expression désignant les formations imaginaires	Signification de l'expression	Question implicite dont la << réponse >> sous-tend la formation imaginaire
<i>A</i>	$I_A(R)$	<< Point de vue >> de <i>A</i> sur <i>R</i> .	<< De quoi lui parlé-je ainsi? >>
<i>B</i>	$I_B(R)$	<< Point de vue >> de <i>A</i> sur <i>R</i> .	<< De quoi me parle-t-il ainsi? >>

Fonte: Pêcheux (1969).

A natureza da “pergunta implícita” que o autor indica na quarta coluna é social, e tal proposta teórica de descrição das formações imaginárias tem consequências metodológicas que consistem em descrever as condições de produção largas, sócio-históricas, dos enunciados, para sustentar a descrição linguística e fundamentar os processos discursivos³⁰ que têm lugar para a produção de sentido.

Com esta exposição de uma interrelação entre enunciação e discurso, quisemos elucidar que é do jogo de representações em funcionamento e realizadas na enunciação é que “é na enunciação, finalmente, que reside a possibilidade de significar diferentemente, movidos os centros de referência e, portanto, o jogo de representações em questão” (RESENDE; GUILBERT, 2021, p. 423).

Ao se contemplar a língua em uso nas práticas cotidianas de linguagem são abertas possibilidades de se lançar luz sobre o que os sujeitos de linguagem projetam na cena enunciativa e o modo como essas projeções estão fundadas numa memória histórica e reguladas pelas condições materiais imediatas de interlocução.

2.2.4 O lugar de enunciação, de Mónica G. Zoppi-Fontana

A noção de lugar de fala tem estado em voga junto aos movimentos militantes feministas, interseccionais, antirracistas e outros. Tendo circulado amplamente no Brasil com o trabalho da filósofa brasileira Djamila Ribeiro³¹, o lugar de fala da filósofa, ancorado em base

³⁰ A noção de processos discursivos foi apresentada no capítulo I desta tese.

³¹ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

epistemológica antropológica, é possível de ser concebido a partir da noção de *feminist standpoint*, argumenta Ribeiro (2007). A *standpoint theory* “refere-se a **experiências historicamente compartilhadas** e baseadas em grupos. Grupos têm um **grau de continuidade ao longo do tempo** de tal modo que **as realidades de grupo transcendem as experiências individuais**. [...]” (COLLINS, apud RIBEIRO, 2007, p. 35, grifos nossos). Neste sentido, o lugar de fala de D. Ribeiro diz respeito a sujeitos que enunciam experiências comuns, resultantes do pertencimento a um mesmo lugar social. O lugar de fala compreende, portanto, a relação entre um dizer, um lugar e um indivíduo que ocupa esse lugar. A noção de lugar de fala confere à fala um estatuto social, embora enunciada por um indivíduo. Este conceito adquire um caráter reivindicativo junto aos movimentos e agentes sociais em disputa, pois, experiências comuns, consequências da ocupação de determinados lugares sociais, autorizam ou interdita o acesso a certos espaços, e, ao cabo, ao exercício pleno da cidadania. Embora atado a outras bases epistemológicas, a noção de lugar de fala passa pela enunciação, pelos sujeitos em suas práticas cotidianas de linguagem.

Nesta direção, vale retomar que uma semântica da enunciação reflete sobre o sentido tendo na sua relação com a língua e o sujeito numa acepção não psicologizante do termo. Os agenciamentos enunciativos são produzidos no acontecimento enunciativo, isto é, na relação entre o que é dito (enunciado) e o dizer (o acontecimento enunciativo) e o espaço de enunciação. Dizendo de outro modo, os enunciados têm uma relação constitutiva com a enunciação. É neste ponto que é pertinente pensar em efeito do lugar de onde se fala, ou melhor, de onde se enuncia, sobre o significado do enunciado. A partir da análise de um dito em relação ao acontecimento de dizer, é possível recuperar os lugares sociais de produção deste enunciado e descrever a representação de subjetividade que se dá nestes lugares. É pensando como analista do discurso em diálogo com uma semântica da enunciação de tradição francesa (com Émile Benveniste e Oswald Ducrot) e seus desdobramentos no Brasil com a semântica do acontecimento, proposta pelo linguista Eduardo Guimarães³², que Mónica Zoppi-Fontana propõe, na década de 90, o conceito de lugar de enunciação, caro a esta pesquisa.

O lugar de enunciação, observa Zoppi-Fontana (1999), toca a ambiguidade do sintagma “O poder de enunciar” em seu duplo sentido: possibilidade do dizer, de estatuto social

³² Para Guimarães (2018, p. 11), “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. Inscrevo minha posição numa linha de filiações próximas que passa por Benveniste (1970), em “O Aparelho Formal da Enunciação”, para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento, e por Ducrot (1984), em “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, para quem a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado. Para mim, a questão é como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isso a um locutor, a uma centralidade do sujeito.

e histórico, e eficácia do dizer, de estatuto pragmático. Ora, o lugar social ocupado pelo sujeito que enuncia e que se representa como locutor nessa enunciação é determinado historicamente, e é dessa determinação que parte a distribuição de direitos e interdições ao dizer aos grupos que ocupam esse lugar. A eficácia desse dizer, por sua vez, também é tributária deste lugar social, que é representado no acontecimento enunciativo pelo agenciamento da figura do alocutor-x, a partir da inscrição em uma posição-sujeito a partir da qual se produz a enunciação.

Para exemplificar o funcionamento da ambiguidade do “poder de enunciar”, que Zoppi-Fontana aponta, segue o excerto abaixo, parte de nosso corpus de trabalho, e que será retomado no capítulo V. O excerto foi publicado na Edição 481 da Revista Folha Rural:

Já pela categoria “Naturals”, tipo natural em que o modo de preparo é via seca, juízes analisaram 40 amostras³³. O café cultivado por Maria do Carmo Andrade, na Fazenda Paraíso, em Carmo do Paranaíba, no Cerrado Mineiro, foi o campeão com 93,26 pontos. Ismael José de Andrade³⁴ foi quem recebeu o troféu. “O prêmio é o coroamento de uma vida de trabalho e dedicação minha, da minha família e de todos os envolvidos, muita gente que acredita no café e no potencial dele. É também uma grande responsabilidade. Estou muito feliz”, afirmou.

O protagonismo masculino na cafeicultura, o qual será apresentado e discutido em capítulo subsequente, é o que confere lastro social e histórico para que, em E4, a cafeicultora Maria do Carmo Andrade, apesar de produtora de um café vencedor em um concurso de qualidade, como a própria reportagem assere (E4: *O café cultivado por Maria do Carmo Andrade*), não receba ela mesma o troféu da competição. Quem o faz é o esposo: *Ismael José de Andrade foi quem recebeu o troféu*. A evidência deste protagonismo legitimado e socialmente estabilizado está presente não somente no recebimento do troféu pelo marido, isto é, na ordem pragmática da situação, mas também nas marcas dêiticas de sua enunciação: “*O prêmio é o coroamento de uma vida de trabalho e dedicação **minha**, da **minha** família e de todos os envolvidos [...] **Estou** muito feliz*”. A legitimidade para enunciar em primeira pessoa do singular, *eu*, provém do lugar social ocupado por este homem: protagonista da cafeicultura, chefe da família, condição recuperada e perpetuada pelas reportagens analisadas. O papel da cafeicultora fica, neste cenário, diluído na categoria “família”, a qual pertence ao “eu” que enuncia (**minha** família), e que sucede no eixo sintagmático a também “**minha** vida de trabalho e dedicação”. E a cafeicultora é, neste movimento, destituída da posição de sujeito (que produziu o café vencedor em uma das categorias do concurso) à posição de objeto: ela é

³³ Amostras de café.

³⁴ Ismael é marido de Maria do Carmo, e aparece a seu lado na imagem fotográfica que acompanha o excerto.

referida, falada sobre, por um “eu” legítimo naquela e através daquela enunciação. O protagonismo masculino na cafeicultura no Sul de Minas está inscrito na língua em uso: na enunciação. A possibilidade, a eficácia e a legitimidade de um dizer encontram-se imbricadas e são atualizadas e perpetuadas nas práticas enunciativas dos sujeitos, num movimento de alimentação mútua, de que a língua constitui uma evidência.

A categoria trazida por Zoppi-Fontana para dar conta da descrição dos processos históricos de determinação das possibilidades ou não do dizer é o interdiscurso, de M. Pêcheux, já explicitado no capítulo anterior. Nas palavras da linguista (1999, p. 16): “a afirmação teórica da determinação dos funcionamentos enunciativos pelo interdiscurso, o que leva a estabelecer uma relação necessária de um lugar de enunciação [...] com as posições-sujeito³⁵ que o definem e das quais é uma dimensão constitutiva.” A problemática do lugar de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 16, grifos nossos) “poderia resumir-se como uma reflexão sobre a **divisão social do direito de enunciar** e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos de produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade”.

Olhando para o problema que motiva esta pesquisa- recuperando-o: a ausência das cafeicultoras e de suas narrativas no discurso do agronegócio no Brasil-, parece pertinente mobilizar o conceito de lugar de enunciação porque, conforme indica nossa hipótese de pesquisa, (i) esta ausência seria tributária da divisão social do direito de enunciar que Zoppi-Fontana menciona, (ii) o lugar de enunciação enquanto dispositivo de subjetivação é afetado, pois, por práticas históricas de silenciamento que se dão sobre determinados grupos sociais, neste caso, sobre mulheres que trabalham no campo, e, mais especificamente, sobre cafeicultoras do Sul de Minas. Neste sentido, M. Zoppi-Fontana (1999, p. 23) assevera que:

³⁵ A noção de posição-sujeito é o desdobramento teórico da noção de forma-sujeito de M. Pêcheux (1975), de autoria de Eni Orlandi (2015). Citamos M. Zoppi-Fontana (1999, p. 22), quem explicita a movimentação teórica de E. Orlandi na compreensão das dimensões dos processos de interpelação do sujeito, herança do materialismo histórico pecheutiano na proposição das bases epistemológicas da Análise do Discurso: “Orlandi reconhece dois movimentos nesse processo (de constituição do sujeito do discurso): Em um primeiro momento, temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. Ou seja, se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. [...] Em um segundo momento teórico, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação é agora o Estado, com suas instituições e suas relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação [...]. Uma vez interpelado pela ideologia em sujeito, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta”. É em relação a esse segundo movimento que Zoppi-Fontana concebe o lugar de enunciação.

O funcionamento do silêncio afeta os processos de constituição do sentido e do sujeito (Orlandi, 1992), o que implica considerar a maneira pela qual as posições de sujeito são afetadas pelo silêncio. A interdição ou ausência de um lugar de enunciação definido em relação a uma determinada posição de sujeito pode ser explicada pelo funcionamento do silêncio sobre esta posição, produzindo o esvaziamento, a dessignificação (Orlandi, 1999b) ou mesmo a interdição dos sentidos produzidos a partir dela.

Se, por um lado, o conceito de lugar de enunciação é produtivo para descrever o modo como o silenciamento afeta os sujeitos a partir de uma análise das marcas linguísticas de sua enunciação, ele é igualmente ou ainda mais produtivo para dar a conhecer a resistência dos sujeitos afetados pelo silenciamento em suas práticas enunciativas quando eles podem ser ouvidos. Essa escuta leva a conhecer outros e novos espaços de subjetivação: historicamente esquecidos, marginalizados, obscurecidos.

O lugar de enunciação de Mónica Zoppi-Fontana vem ao encontro, digamos, do mote que subjaz este trabalho: a língua como lugar de agência. O lugar de enunciação escancara teórica e analiticamente a importância de se poder falar e de, então, tornar visíveis as condições imediatas e históricas de produção desta fala.

SÍNTESE E APONTAMENTOS

Este capítulo teórico, focado nas teorias enunciativas, teve como objetivo mostrar categorias importantes deste campo disciplinar na medida em que elas trouxeram a possibilidade de trabalho com as noções de memória e atualização no campo do discurso, isto é, na descrição de processos discursivos. Através das teorias enunciativas foi possível ter o pontapé inicial para contemplar o sujeito e o contexto na descrição do sentido para além de uma concepção psicologicista daquele e pragmática deste. Foi por essa razão que decidimos trazer do início essas teorias, para dar a conhecer melhor a articulação produtiva entre estudos enunciativos e estudos do discurso.

Neste sentido, foram trazidos para essa discussão teórica alguns dos autores precursores do que hoje conhecemos como teorias enunciativas, a saber: Roman Jakobson, Émile Benveniste. Notadamente a partir dos estudos desses pesquisadores, quisemos mostrar a evolução e o potencial analítico de lançar mão de categorias enunciativas para contemplar a importância da tomada da palavra pelos sujeitos e o efeito das condições materiais de produção na enunciação dos sujeitos e em seus processos de subjetivação: atualização e memória. Esses dois conceitos, se dialéticos, são também contraditórios: a criatividade da enunciação *vs* as determinações de uma memória histórica. É necessário pensá-los juntos porque é desta maneira que eles jogam em cada tomada de palavra.

Chegando até a proposta teórica e analítica de lugar de enunciação da linguista argentina Mónica Zoppi-Fontana, argumentamos que esse conceito é importante para lançar luz sobre subjetividades historicamente silenciadas e para oportunizar a escuta dessas vozes: se dizer os agentes praticantes de silenciamentos é importante, mais importante ainda é contemplar as vozes e sujeitos historicamente silenciados por eles.

CAPITULO III – CORPUS E METODO

Pendant des millénaires, l'homme a été un chasseur. Au cours de ses innombrables chasses, il a appris à reconstituer les formes et les déplacements de proies invisibles à partir d'empreintes laissées dans la boue, de branches cassées, d'excréments, de touffes de poils, de plumes arrachées, d'odeurs confinées. Il a appris à sentir, à enregistrer, à interpréter et à classer des traces infinitésimales comme les filets de bave.

(Carlo Ginzburg, *Signe, Traces, Pistes : Racines d'un paradigme de l'indice*, 1980, p. 9)

3.1 Apresentação do *corpus* de trabalho

O *corpus* utilizado nesta pesquisa é misto: há um *corpus* de arquivo e um *corpus* experimental. O *corpus* de arquivo corresponde a um ano de publicação mensal do jornal institucional Folha Rural, assinado pela cooperativa de café mineira COOXUPÉ, e tomado por nós como representante do agronegócio, uma vez que se trata de um discurso sobre a cafeicultura que repousa sobre a ideia de máxima produtividade, passando pela utilização de tecnologias de cultivo e de mecanização da lavoura. A Folha Rural é uma mídia institucional que projeta a cafeicultura como cultivo comercial de base³⁶ notadamente para exportação. O *corpus* experimental, por sua vez, corresponde a vinte e uma entrevistas e depoimentos com cafeicultoras da região do Sul de Minas Gerais, Brasil, coletados para fins desta pesquisa. Este *corpus* representa a voz das cafeicultoras não mediada institucionalmente.

Nos tópicos a seguir serão descritas estes dois *corpus* de trabalho.

3.1.1 A Folha Rural

Foram coletadas e reunidas doze edições da publicação mensal Folha Rural (FR), de responsabilidade da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, mais conhecida como COOXUPÉ. Esta cooperativa tem sede no município de Guaxupé, localizado no sul do

³⁶ Trata-se de um *commodity*. Este termo vem do campo da economia e designa um produto de base, uma matéria-prima, cujo preço é determinado pela relação oferta e demanda.

estado de Minas Gerais, e é a maior cooperativa de café do Brasil³⁷. A COOXUPÉ conta, de acordo com o texto “Quem somos”, no sítio online da instituição,³⁸ com mais de 15 mil cooperados, sendo 95% deles pequenos produtores sob regime jurídico de agricultura familiar. Sua posição geográfica estratégica, que permite receber café dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, primeiro e terceiro maior estado produtor do grão, respectivamente, é decisiva para este estatuto de maior cooperativa de café brasileira. Este estatuto de maior cooperativa de café do Brasil fez com que escolhêssemos a Folha Rural da COOXUPÉ como mídia institucional para constituir nosso *corpus* de arquivo.

O alcance da cooperativa em termos de recebimento de café produzido por seus cooperados é importante, bem como a magnitude dos empreendimentos derivados dessa atividade principal de recolhimento e negociação de café:

A cooperativa recebe café produzido em mais de 200 municípios de sua área de ação, localizada no Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo). Pensando na diversificação de seus negócios, a COOXUPÉ também possui projetos como torrefação própria, auxílio na comercialização e produção de milho, fábrica de rações, laboratório para análise do solo, geoprocessamento, entre outros investimentos. Além disso, a cooperativa vem, ao longo dos anos, ampliando o mercado como o de cafés especiais e certificados. Atualmente, a COOXUPÉ é composta por 37 unidades de negócios, sendo: a matriz (em Guaxupé), núcleos, filiais, unidades avançadas e o escritório de exportação em Santos. A cooperativa ainda possui armazéns e o Complexo Industrial Japy, empreendimento logístico de última geração (COOXUPÉ, 2022, on-line).

Essa robustez operacional faz com que pensemos na lucratividade da cooperativa, que, embora regida judicialmente por um Estatuto Social, comum a todas as cooperativas brasileiras, funciona como uma empresa, a qual exerce substancial influência sobre a atividade cafeeira local. A COOXUPÉ seria, portanto, uma cooperativa do ponto de vista jurídico e legislativo, e uma empresa, do ponto de vista operacional, com seus *negócios*, *ampliando o mercado*, composta por *unidades de negócios* e por um *empreendimento logístico de última geração*.

O financiamento da Folha Rural como mídia institucional oficial da COOXUPÉ é proveniente do Fundo Geral da cooperativa (contabilizado a cada Balanço Geral, de periodicidade anual, em que são confrontadas as receitas e despesas), e, mais propriamente, da categoria Fundo para Desenvolvimento.

³⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/maior-cooperativa-de-cafe-do-brasil-bate-recorde-de-faturamento-em-2020.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2018

³⁸ Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

A FR representa não somente um veículo para fazer circular, dar a conhecer e relembrar os produtos, serviços e ações da COOXUPÉ, mas também como uma forma de publicidade em si mesma, já que se trata de uma mídia organizada e financeiramente mantida pela própria instituição.

Segundo o Estatuto Social da cooperativa, um dos principais objetivos táticos da COOXUPÉ no que tange à comercialização de café, é “adotar marca de comércio devidamente registrada para produtos recebidos e/ou industrializados e assegurar sua promoção mediante publicidade e/ou propaganda compatíveis”. A Folha Rural é uma das formas dessa “publicidade compatível”, conforme teremos oportunidade de mostrar no curso deste trabalho.

O público-alvo principal da FR assumido hipoteticamente seria produtores e produtoras de café já cooperados e cooperados em potencial bem como empresários do setor cafeeiro.

As edições que compõem o *corpus* compreendem o período de março de 2018 a fevereiro de 2019, totalizando 11 exemplares, dado que as edições dos meses de dezembro de 2018 e de janeiro de 2019 foram publicadas em uma única edição. Este intervalo de tempo corresponde, em termos de tratos culturais, ao fim dos cuidados com o solo e com a planta do café para a safra de 2017-2018, até o fim dos cuidados para a safra seguinte, de 2018-2019. Cabe destacar que a safra cafeeira de 2017-2018 correspondeu, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a 61,7 milhões de sacas beneficiadas, o que significa uma produção recorde do grão em todo o histórico de produção de café no Brasil até aquele momento, motivo pelo qual escolhemos este período (CONAB, 2018). Contamos, portanto, com um ano de publicações de uma mídia institucional realizada e posta a circular pela maior cooperativa de café do Brasil, no período que compreende a maior safra cafeeira até então.

A Folha Rural está disponível em dois formatos: a versão impressa, disponível gratuitamente na sede da COOXUPÉ, bem como em suas Unidades, presentes em Minas Gerais e também na região do Vale do Rio Pardo, no estado de São Paulo, e a versão digital, disponível no sítio institucional da cooperativa na rubrica “Notícias”³⁹. As onze edições que constituem nosso *corpus* de arquivo nos foram disponibilizadas em formato PDF pelo funcionário responsável pelo setor de gestão de comunicação e marketing da COOXUPÉ em março de 2019.

³⁹ <https://www.cooxupe.com.br/folharural/>

3.1.1.1 Organização da Folha Rural

A Folha Rural se apresenta dividida em seções, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Seções da Folha Rural

	Ed. 474, ano 48, mar. 2018		Ed. 475, ano 48, abr. 2018		Ed. 476, ano 48, mai. 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Visitas
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Falecimentos
4	Momento de negócios	4	Água é vida	4	Cooperado em foco
5	Melhorias para o dia a dia	5	Balcão de vendas	5	Caminho certo
6	Gestão de qualidade	6	Indicadores	6	Aprendizado
7	Destaques	7	Dia a dia no campo	7	Balcão de vendas
8	Balcão de vendas	8	Clima	8	Indicadores
9	Novidade quentinha			9	Dia a dia no campo
10	Indicadores			10	Mais segurança
11	Dia a dia no campo			11	Clima
12	Clima				

	Ed. 477, ano 48, jun. 2018		Ed. 478, ano 48, jul. 2018		Ed. 479, ano 48, ago. 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Visitas
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Falecimentos
4	Preservar é preciso	4	No topo!	4	Marca forte
5	Conhecimento garantido	5	Qualidade do café!	5	História de sucesso
6	Entre as maiores	6	Menino de ouro!	6	O melhor do mundo!
7	Fique ligado!	7	Notícia CNC	7	Falando de café!
8	Falando em café!	8	Café do Brasil para o mundo	8	Balcão de vendas
9	Balcão de vendas	9	Balcão de vendas	9	Informações na palma da mão
10	Saúde	10	Saúde	10	Indicadores
11	Notícias CNC ⁴⁰	11	Indicadores	11	Dia a dia no campo
12	Medalha de ouro	12	Dia a dia no campo	12	Clima
13	Indicadores	13	Clima		
14	Dia a dia no campo				
15	De olho na qualidade				
16	Clima				

⁴⁰ Conselho Nacional do Café. Ver: <https://cncafe.com.br/>.

	Ed. 480, ano 48, set. 2018		Ed. 481, ano 48, out. 2018		Ed. 482, ano 48, nov/dez 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Mais agilidade
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Balanco geral!
4	A nação do café!	4	Os melhores do mundo!	4	Visitas
5	Um toque feminino!	5	Meio ambiente!	5	Falecimentos
6	Nosso café no mundo!	6	Notícia CNC	6	Notícia CNC
7	Notícia CNC	7	Saúde	7	Um bom café acompanha grandes histórias
8	Balcão de vendas	8	Balcão de vendas	8	Em casa
9	Agro de batom!	9	Informação importante!	9	Receitas
10	Indicadores	10	Cooperado de olho no mercado	10	Meio ambiente
11	Dia a dia no campo	11	Indicadores	11	Reconhecimento
12	Clima	12	Dia a dia no campo	12	Vem aí!
		13	Clima	13	Indicadores
				14	Balcão de vendas
				15	Dia a dia no campo
				16	Clima

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme mostram as tabelas, o número de seções da revista é de 8 a 16. Dentre elas, aparecem em todas as edições as seções seguintes: *Palavra do presidente*, *Visitas*, *Falecimentos*, *Balcão de vendas*, *Indicadores*, *Dia a dia no campo*, *Clima*, e é recorrente, aparecendo em 5 das 11 edições, a seção Notícias CNC. As demais seções são variáveis e dependem das atualidades em relação à cadeia cafeeira.

O quadro abaixo mostra as manchetes de cada edição:

Quadro 2: Manchetes das edições 474 a 484 da Folha Rural

Edição n.	Mês/Ano	Manchete
474	Março 2018	R\$ 29,4 milhões vão para o bolso dos cooperados ⁴¹ da Cooxupé
475	Abril 2018	Estrutura de última geração para o cooperado
476	Mai 2018	Abertura oficial da colheita na área de ação da Cooxupé é anunciada em unidade demonstrativa
477	Junho 2018	Cooxupé recebe intercâmbio Agrobrazil e apresenta seu café para embaixadas de cinco países

⁴¹ A Folha Rural utiliza o masculino genérico.

478	Julho 2018	93% do café recebido e classificado desta safra apresenta fina qualidade
479	Agosto 2018	Cooxupé estabelece sua identidade corporativa pautada pela qualidade
480	Setembro 2018	Cooxupé e SMC recebem etapa internacional do Cup of Excellence
481	Outubro 2018	Mercado internacional conhece os melhores cafés especiais brasileiros
482	Novembro/Dezembro 2018	Sistema implantado pela Cooxupé traz mais agilidade para você cooperado durante compras nas lojas da cooperativa
483	Janeiro 2019	FEMAGRI 2019: tecnologia digital gerando valor à cafeicultura
484	Fevereiro 2019	FEMAGRI 2019 recebe mais de 30 mil visitantes e movimenta negócios na cafeicultura brasileira

3.1.2. A voz das cafeicultoras⁴²

As falas de vinte e uma cafeicultoras do sul de Minas Gerais foram coletadas e registradas, seja sob a forma de depoimentos seja sob a forma de entrevistas. Todas as depoentes fizeram sua contribuição voluntariamente e consentiram a divulgação de seus dados para fins científicos. Trata-se de pequenas produtoras de café, isto equivale a dizer que, em termos jurídicos, essas mulheres detêm sozinhas ou em compartilhamento com a família a posse de terras de até cinquenta hectares⁴³. O acesso a essas cafeicultoras se deu graças ao intermédio de Helga Andrade, de Viviane dos Santos e de Alessandro e Aline Baquião. Helga é barista e educadora rural, especialista em cafés especiais; Viviane é cafeicultora e atua informalmente mobilizando e motivando outras cafeicultoras; Alessandro é presidente de uma cooperativa de café: a COOPERVITAE, localizada no município de Nova Resende, Minas Gerais, e próxima à COOXUPÉ; Aline é cafeicultora, e também atua informalmente mobilizando e encorajando outras cafeicultoras. O papel desses intermediadores foi fundamental para o acesso às cafeicultoras e às suas falas. Trata-se de pessoas com quem elas já mantinham uma relação profissional e/ ou profissional, e com quem elas estabelecem um vínculo de confiança. O material foi coletado entre novembro de 2019 e junho de 2020, e encontra-se registrado em arquivos digitais e em diário de campo.

⁴² A autorização para coleta, utilização e divulgação dos dados está registrada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), processo n. 15570619.9.0000.8142

⁴³ Cf. Lei 11.428, de 2006.

3.1.2.1 As entrevistas

As cafeicultoras foram entrevistadas pela pesquisadora em suas propriedades mediante agendamento. Não se tratou de uma sequência de perguntas e respostas, a que corresponderia, portanto, um revezamento constante de turnos de fala. As cafeicultoras foram convidadas a falar sobre suas atividades em suas propriedades, e, partir desta demanda, uma conversa teve lugar, de sorte a fazer com que as mulheres ocupassem o maior tempo de fala possível. Quanto ao registro dessas falas, ele se deu de três formas, conforme preferiram as entrevistadas: (a) registro vocal, (b) registro audiovisual, (c) notas manuais em diário de campo. As entrevistas foram realizadas em 2018 e 2019.

Dois aspectos devem ser explicitados no que concerne a entrevista como forma de recolher a fala de alguém: (i) em termos pragmáticos, a formalidade instaurada a partir de um “contrato de comunicação” estabelecido entre pesquisadora e entrevistada. Uma entrevista é diferente de uma conversa em relação a um ponto fundamental: trata-se de um face à face com finalidade (SANDRÉ, 2013, p. 35). Um quadro comunicativo formal assim posto já impõe limitações sobre os participantes, trata-se, neste sentido, de “un échange soumis à un certain nombre de contraintes” (SANDRÉ, 2013, p. 35), sendo de três tipos: (i) quadro de participação e papel (o entrevistador que conduz a entrevista/ o entrevistado que se submete e tenta se conformar às expectativas do entrevistador); (ii) quadro espaço-temporal (lugar da entrevista e tempo concedido para tal); (iii) finalidade daquela fala (conceder um depoimento “interessante”, as temáticas em maior ou menor grau impostas, prioridade à fala do entrevistado etc)” (SANDRÉ, 2013, p. 37-40).

Este primeiro aspecto diz a respeito justamente do paradoxo do observador levantado por Labov: “Labov a justement insisté sur le paradoxe de l’observateur qui vise à restituer des éléments au plus près de la réalité vécue alors que cette réalité doit être soumise à l’artificiel de l’observation systématique” (MOUCHON, 1985, on-line); (ii) o impacto da superveniência de situações e elementos não previstos para este quadro comunicativo. No que concerne à coleta de entrevistas com as cafeicultoras, o quadro formal instaurado de troca com a pesquisadora nas propriedades dessas mulheres convocou a presença dos maridos e companheiros, que intervinham na interação, tomando para si turnos de fala, fato superveniente e nada trivial quando se trata de uma investigação do silenciamento de cafeicultoras e de seu trabalho. Estes dois aspectos fizeram com que repensássemos formas de coletar a fala dessas mulheres, tanto oportunizando uma situação comunicativa menos formal, impondo, deste modo, menos limitações, quanto garantindo a coleta da fala das cafeicultoras propriamente

ditas, sem a intervenção de outros locutores. Esta foi uma maneira encontrada para diminuir não somente o impacto da superveniência de situações não previstas, mas também o paradoxo do observador, de Labov, mencionado logo acima, e consistiu no registro dos depoimentos no momento mais conveniente às cafeicultoras na forma de (i) video-selfies ou (ii) vídeos registrados por terceiros.

3.1.2.2 Os depoimentos

Vinte e um depoimentos de cafeicultoras foram coletados em 2019 e 2020 e registrados em arquivos digitais audiovisuais. Esses depoimentos foram recolhidos por ocasião de encontros de formação e educação rural promovidos pela COOPERVITAE ou diretamente na propriedade das cooperadas pela pesquisadora e também pelos intermediadores.

As cafeicultoras foram convidadas a gravar vídeos de 2 a 5 minutos em que elas contassem suas experiências com o cultivo do café. Foi pedido que elas organizassem sua fala em função das palavras-chave seguintes: “café”, “escola”, “prazeres”, “dificuldades”. A escolha dessas palavras foi feita visando obter dessas mulheres uma narrativa que dissesse a respeito da sua relação com a cafeicultura, do seu percurso na educação básica e nos prazeres e dificuldades acionando memórias afetivas a partir dessas duas primeiras palavras-chave. Isso porque assumimos que analisar o silenciamento das cafeicultoras é olhar necessariamente para uma possível falta de oportunidade de escolarização e formação que pode ter pesado sobre elas por serem mulheres, por viverem na zona rural, e, portanto, por estarem ainda mais fortemente submetidas aos papéis de gênero: ser esposa, ser mãe.

Os vídeos poderiam ser gravados por elas mesmas, em formato vídeo-selfie, ou por terceiros.

3.2 Descrição e discussão do método

A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa e interdisciplinar e repousa no dispositivo para análise do discurso proposto por Michel Pêcheux (1969, 1975), e desenvolvido de forma profícua e consequente no Brasil por Eni Puccinelli Orlandi (2007), quem propõe, a partir daquele, uma semantização do silêncio. Uma análise contrastiva do *corpora* de trabalho desta pesquisa também terá lugar, e, neste ponto, apostamos no potencial da comparação entre uma análise do discurso de uma mídia institucional sobre a cafeicultura sul mineira, a Folha Rural, e um discurso não mediado institucionalmente, da maneira como formulado oralmente

por mulheres cafeicultoras da mesma região, em um mesmo recorte temporal. No que tange o potencial de uma análise contrastiva, ou comparativa, estamos de acordo com Guilbert (2011), que argumenta que:

D'un point de vue épistémologique, permettre la comparabilité dans la constitution des corpus, c'est-à-dire « faire des corpus qui se complètent les uns les autres et dont les conclusions peuvent être comparées », c'est éviter que « les conclusions que l'on en tire [soient] parfois limitées » et c'est conférer un peu d'originalité à l'approche d'une question tout en apportant une contribution à la réflexion collective (Honoré 2002, p. 112).

Nas seções que seguem traremos uma breve discussão sobre o caráter qualitativo e interdisciplinar que funda este trabalho.

3.2.1 Uma pesquisa qualitativa

Um estatuto qualitativo ou interpretativo para as pesquisas em Análise do Discurso se dá não apenas em relação às categorias teóricas e analíticas selecionadas pelo pesquisador para dar conta da descrição dos processos discursivos que observa, ou dos procedimentos de análise engendrados para dar conta deste processo, mas, antes, é esta interpretação que funda a pergunta de pesquisa formulada pelo analista. Já dizia Saussure (2016 [1916], p. 71, grifos nossos):

D'autres sciences opèrent sur des objets donnés d'avance et qu'on peut considérer ensuite à différents points de vue ; dans notre domaine, rien de semblable. [...] Bien loin que l'objet précède le point de vue, on dirait que **c'est le point de vue qui crée l'objet**, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres.

Isso posto, observado um fenômeno no mundo, qual seja: a contradição entre a prática de uma cafeicultura sul mineira notadamente sob o modo de agricultura familiar, de que participam, portanto, mães, filhas, esposas, enfim, mulheres, e a ausência da voz dessas mulheres nos discursos legitimados da cadeia de produção do café, a categoria teórica e analítica que nos pareceu consequente para lançar luz sobre este fenômeno foi a noção de *silenciamento*. No movimento de formulação de hipótese assumimos, em primeiro lugar, que há um descompasso entre os discursos legitimados que versam sobre as práticas de cultivo do café e essas práticas propriamente ditas em relação a um aspecto em particular: a participação das mulheres na cafeicultura; em segundo lugar, assumimos que este descompasso se dá por

razões sociais, históricas e ideológicas, em que o papel das mulheres esteve por longo tempo distante das atividades produtivas, relegadas às tarefas domésticas; assumimos, a seguir, que uma análise linguística pode lançar luz sobre este fenômeno, na medida em que o quadro teórico sobre o qual repouse essa análise suponha um sentido histórico; e assumimos, finalmente, que a Análise do Discurso via categorias descritivas *silenciamento*, *memória*, *contradição* pode contribuir para as reflexões acerca deste fenômeno de descompasso. Notemos que estas assunções entre fenômeno observável e etapas de formulação da pergunta de pesquisa já se dão mediadas pelo quadro teórico que fundamenta esta pesquisa. Neste sentido, Eni Orlandi, em *Princípios e Procedimentos* (2015, p. 26, grifos nossos), mostra que:

O dispositivo teórico, que objetiva **mediar o movimento entre a descrição e a interpretação**, sustenta-se em princípios gerais da Análise de Discurso enquanto uma forma de conhecimento com seus conceitos e método. Ele se mantém inalterado, segundo a teoria do discurso, na construção dos diferentes dispositivos analíticos.

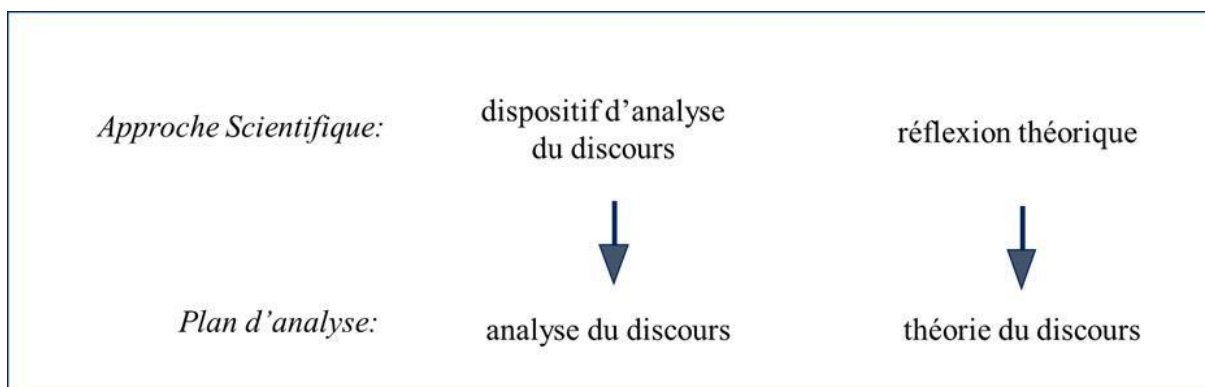
Se o quadro teórico da Análise do Discurso se mantém, os conceitos e os procedimentos de que lança mão o pesquisador para analisar o material recolhido em função da pergunta de pesquisa variam em função desta, e constituem, deste modo, o recorte do trabalho, sempre tributário da pergunta de pesquisa e da hipótese que se deseja submeter à verificação num movimento interpretativo- de *aller-et-retour* da pergunta de pesquisa ao *corpus*- que é o próprio do método em AD. Para retomar a citação de Saussure trazida mais acima: se em outras áreas do conhecimento existe uma ilusão de um objeto apriorístico, sujeito às controvérsias advindas de seu escrutínio a depender da disciplina no seio da qual se deu a análise deste objeto, no caso do objeto *linguagem*, devido à sua natureza heteróclita, essa ilusão de “captura” de um objeto apriorístico pelo fazer científico se desfaz mais facilmente. O objeto é a própria língua, i. é., não há distância entre o alvo da observação do pesquisador- este objeto- e a materialidade que o descreve- a língua. Fazer de um fenômeno observável um objeto de estudo na Linguística já é uma tomada de posição, um primeiro gesto para a concepção de um projeto de pesquisa. Este gesto já recorta este objeto, e privilegia uma reflexão a despeito de outras⁴⁴. A título de exemplo para comparação, consideremos o que usualmente se toma como objeto na Agronomia: propriedades químicas e físicas do solo, morfologia e fisiologia das plantas,

⁴⁴ A este respeito Henry, Haroche e Pêcheux (1971, p. 7) levantam um ponto interessante sobre os trabalhos junto à sociolinguística, sobretudo anglófona: “Mise à part qu'un certain nombre de ces travaux semblent avoir eu pour objectif réel de démontrer le caractère soi-disant primaire du langage des “classes inférieures” [...] le simple fait de poser le problème en termes de différenciation de la langue privilégie les aspects phonologiques, syntaxiques ou morphologiques au détriment des aspects sémantiques”.

controle de insetos e patógenos, melhoramento genético e por aí vai. Em se tratando de cultivos de interesse comercial, o máximo valor obtido da relação produção/ área plantada é o *a priori* destas pesquisas, qualquer que seja o objeto. O que podem se seguir são controvérsias em relação ao método utilizado, à interpretação que faz o pesquisador dos dados empíricos obtidos, às condições de experimentação, pois estes objetos se encontram suficientemente à distância do pesquisador que o toma como tal. Daí emerge o efeito do objeto homogêneo “pronto” a ser observado pela razão humana. Em se tratando da linguagem-objeto do fazer científico, o que há como *a priori* é seu estatuto heteróclito (SAUSSURE, 2016 [1916]), porque a linguagem é constitutiva do ser humano. Será preciso, então, recortar este objeto, para buscar dar conta de uma ou de algumas das dimensões de sua heterogeneidade. O que a Análise do Discurso da maneira como desenvolvida por M. Pêcheux notadamente da década de 70 na França vai mostrar é, de um lado epistemológico, o estatuto opaco (político e ideológico) da relação entre as ciências e seus objetos, quebrando esta ilusão de uma relação direta entre o fazer científico e os fenômenos a serem descritos, e, por um lado teórico e analítico, dar a conhecer a incompletude inerente a cada disciplina que constitui as áreas do conhecimento, o que teve como consequência um realce sobre a importância de uma disciplina de entremeio. Dizendo de outro modo, a AD está posta para questionar os pressupostos teóricos da Linguística, Sociolinguística e Semântica Linguística, além de outras disciplinas como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, as quais se sustentam em uma noção central de sujeito uno.

No que concerne o quadro para uma semântica do discurso desenvolvido por Pêcheux, T. Guilbert (2010, evocando D. Malidier, 1990) pontua que: “o discurso e a reflexão teórica de que ele é objeto – como “nó” e objeto não empírico- se desdobra sobre um “duplo plano”. Este duplo plano é esquematizado por Guilbert da maneira como segue abaixo:

Figura 9: Esquema n: proposta pecheutiana para uma semântica do discurso



Fonte: Guilbert (2010).

Guilbert (2010) argumenta que a aba do dispositivo analítico desenvolvido por Pêcheux foi privilegiada em relação à aba da teoria do discurso proposta pelo filósofo. Enquanto esta foi sofrendo um processo de esquecimento a partir do final da década de 70 na França⁴⁵, aquele inspirou fortemente as Análises do Discurso e uma Análise de Discurso junto a outras disciplinas, notadamente por autorizar uma abordagem interdisciplinar para descrever fenômenos de língua, mas que não se esgotam nela. Estamos de acordo com o linguista quando ele afirma que a AD se apresenta como um dispositivo de pesquisa e um método heurístico e interpretativo. Acreditamos pertinente ajuntar: na medida em que ela realizou epistemologicamente a possibilidade de um diálogo crítico com outras disciplinas para dar conta de problemas complexos tendo como objeto os processos discursivos cuja base material é a *língua*. Neste sentido, E. Orlandi (2015, p. 26, grifos nossos), ao versar sobre os princípios e procedimentos na AD, pontua que:

Feita a análise, e tendo compreendido o processo discursivo, os resultados vão estar disponíveis para que o analista os interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu. Nesse momento é crucial a maneira como ele construiu seu dispositivo analítico pois depende muito dele o alcance de suas conclusões. Desfeita a ilusão de transparência da linguagem [...], a analista retoma sobre sua questão inicial. Ela está assim no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, ela retoma, gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise à compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico: o da própria Análise do Discurso, se for o caso, ou o da Linguística, mas também o da Política, da Sociologia, da Antropologia, etc. [...]. Todos esses elementos [...] tudo isso constitui o dispositivo analítico construído pelo analista. Daí deriva, penso eu, a riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, **sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente**, no jogo que se estabelece entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que o correspondem.

3.2.2 ...E de entremeio

Essa oportunidade que traz a Análise do Discurso de significar teoricamente as diferenças, como argumenta E. Orlandi logo acima, confere à disciplina um caráter dinâmico, sempre em re-construção. Por ser uma disciplina de entremeio, uma vez que fundada no entrecruzamento entre Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, é oportunizado um trabalho analítico que se dá sobre *traços* revelados na materialidade da língua, indo no sentido de recuperar o todo dinâmico de que esses traços seriam *feitos*. Efetivamente, “lorsque les

⁴⁵ Sobre o esquecimento da obra de Pêcheux na França, ver Courtine (1991) e Guilbert (2010).

causes ne sont pas reproductibles, il ne reste qu'à les induire des effets" (GINZBURG, 1980). Ora, conforme discutiremos no Capítulo I, uma análise da *significação* posta em relação a *formações discursivas*, em lugar de uma análise do *valor* dos signos por diferença no *sistema da língua*, tal qual postula o recorte saussuriano (1916), permite deslocar os limites teóricos de uma Linguística tomada enquanto disciplina do conhecimento, sendo justamente constituída por ela (MARANDIN, 2014). A recuperação de traços linguísticos que nos permitiriam descrever um complexo funcionamento social e político pelo qual os sujeitos estão constituídos e através do qual se significam só é possível a partir da tomada do sentido sob um estatuto histórico.

Acreditamos que neste ponto reside a maior vantagem do trabalho com o quadro teórico e com o dispositivo analítico da AD, constitutivamente e declaradamente interpretativo e de entremeio: a renúncia a uma descrição linguística que se quer universal e apartada do olhar do pesquisador em favor de uma descrição particularizante, recortada pelo olhar do pesquisador, para buscar lançar luz sobre o funcionamento dos sentidos numa organização social dada, em dado lugar, em dado momento.

Finalmente, o quadro teórico e analítico para Análise do Discurso proposto por M. Pêcheux parece assumir cientificamente o paradigma indiciário de que trata C. Ginzburg (1980, p. 11): “derrière ce paradigme indiciel ou divinatoire, on entrevoit le geste probablement le plus ancien de l’histoire intellectuelle du genre humain: celui du chasseur accroupi dans la boue qui scrute les traces d’une proie.”

3.3 Procedimentos

Dado nosso *corpus* de trabalho, o desenvolvimento da análise se dá da seguinte maneira:

- ✓ Recuperação das regularidades linguísticas presentes no corpus;
- ✓ Descrição linguística dessas regularidades;
- ✓ Interpretação desses traços em função da pergunta de pesquisa e à luz dos dispositivos teórico e analítico engendrados;
- ✓ Retomada da hipótese para confrontação com as descrições feitas, no sentido de portar uma conclusão sobre a problemática que constitui o objeto da pesquisa.

CAPÍTULO IV – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Esta ligação da terra e do seu homem às instituições não é, todavia, fato novo ou destacado na história dos povos. É quase constante histórica. A vida brasileira, tão marcada pelas mutações políticas e pelas estruturas de ciclos revolucionários que se abrem e se completam na passagem dos dias, traz em suas instituições o selo de igual influência.

(Dep. Fernando Ferrari em Sessão de 2 de maio de 1960 da Câmara Legislativa)

Este capítulo se ocupa da descrição das condições de produção em que a cafeicultura no Brasil ganha força e importância como produto de exportação e se institucionaliza no país. Registros da Conab dão conta de que pés de café (que tem sua origem na África) já eram encontrados no Brasil desde o século XVIII. É somente ao final do século XIX, contudo, que este cultivo irá adquirir grandes proporções tanto em termos de área cultivada quanto em participação política das elites cafeeiras sobretudo paulistas nos rumos da ação do Estado no Brasil República.

4.1. Café e agronegócio

4.1.1 Overview

O café é a terceira bebida mais consumida no mundo, ficando atrás da água e do chá. Neste cenário de demanda global pela bebida, o Brasil ocupa a primeira posição como produtor de café, notadamente do tipo arábica, seguido por Vietnã, com produção sobretudo de café tipo conilon, e Colômbia, também com café arábica. Esta posição privilegiada do Brasil como maior produtor mundial da bebida se mantém há mais de 150 anos.

Dados do ano de 2020 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) mostram que o estado de Minas Gerais se mantém como maior produtor nacional de café, seguido por Espírito Santo e São Paulo. A produção em sacas de 60kg da safra 2019-2020 foi registrada em 61,62 milhões, dentre as quais 33,46 sacas de café mineiro. A Tabela 1 mostra a distribuição da produção de café por região do estado de Minas Gerais, com destaque para a região sul/sudoeste mineira:

Tabela 1: Área média das lavouras de café nas mesorregiões pesquisadas

Mesorregião	Área média das lavouras (ha)
Oeste de Minas	25,06
Zona da Mata	27,81
Sul/Sudeste	31,96
Campo das Vertentes	41,25
Triângulo/ Alto Paranaíba	67,79
Total	-

Font: Dados coletados em pesquisa de campo, pela EPAMIG, em 2008.

A principal característica topográfica do cultivo do café na região do Sul de Minas é a instalação da cultura em terrenos acidentados, com altitude média de 850 metros (EMATER, 2020). A geomorfologia da região oferece, por um lado, condições edafoclimáticas ideais para implantação e desenvolvimento da cultura, e, por outro lado, freia sua mecanização. Esta característica geomorfológica, associada à rentabilidade sazonal da atividade, forneceu condições favoráveis para a prática da cafeicultura, principalmente no regime de agricultura familiar⁴⁶. Este cenário configura a produção de café do Sul de Minas Gerais, conhecido como Café das Montanhas (PEDINI, 2013).

4.1.2 Breve percurso histórico do café no Brasil

A planta do café chega ao Brasil no século XVIII. Embora haja registros que deem conta deste cultivo em regime de monocultura, com tratos empregados por mão-de-obra escravizada nesta época, é a partir da virada do século XIX para o século XX que a cafeicultura ganha uma “nova configuração”. Neste sentido, para Stolcke e Hall (1983), um processo de desmonte da escravidão, verificado desde meados do século XIX, culminando na Lei Áurea de 1888, fez com que fazendeiros de café do estado de São Paulo experimentassem formas de trabalho livre, o que permitiu que, ao cabo, a transição do tipo de mão-de-obra empregado nos cultivos comerciais de exportação tivesse lugar de forma a não comprometer a produção agrícola em questão. Ainda de acordo com Stolcke e Hall (1983), uma alta mundial na demanda

⁴⁶ De acordo com a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (REVOGADA); III- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo [...]; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

por café, que se dá na mesma época, e uma expansão do cultivo do grão no Oeste paulista, devido ao declínio da produção no Vale do Paraíba, são elementos que concorrem para esta “nova configuração” da produção cafeeira, em que a introdução do trabalho livre antes do trabalho assalariado é fator fundamental. Voltaremos neste ponto mais adiante, no capítulo de análise da fala das cafeicultoras.

Somados estes fatores: alta na demanda mundial pelo grão do café, expansão do cultivo do grão no Oeste paulista e a questão da transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra de trabalhadores livres, “entre 1890 e 1907, a produção cafeeira em São Paulo quintuplicou. O estado se tornou o principal produtor de café do país, e o Brasil se tornou o principal fornecedor do grão para o mercado mundial, posição essa que ambos manteriam até os anos 50” (STOLCKE, 1986, p. 53). De cultivo para consumo doméstico local a maior produto agrícola de exportação, a cultura do café vai conhecer, a partir desta época, forte apoio do Estado via aparato jurídico.

Stolcke (1986) mostra que a primeira intervenção jurídica sobre a cafeicultura acontece em 1902, e visava a reduzir o plantio de novos pés de café, já que uma crescente de implantação de novas lavouras fora observada até a década de 1890. A medida oficial se deu no sentido de regular a relação oferta e demanda e manter os altos lucros com o comércio do grão. A autora argumenta que não se sabe da eficiência da medida, mas que a maneira como Antônio Prado a qualificava – “antieconômica” e “antiliberal” – refletia a opinião de outros fazendeiros como ele. Se a taxação por novos pés de café desfavorecia certos fazendeiros, o imposto era vantajoso para aqueles que já tinham lavouras estabelecidas. As incertezas deste imposto somadas à alta produção esperada para a safra de 1906:

Finalmente produziu o primeiro programa de subsídio aos preços, aprovado na Convenção de Taubaté entre os principais estados produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sob o acordo, com o auxílio de uma emissão de dinheiro respaldada por um empréstimo estrangeiro, garantido por um imposto de exportação sobre cada saca do café, o governo do Estado de São Paulo concordava em comprar os excedentes e estabilizar os preços (STOLCKEE, 1986, p. 60).

De acordo com o Consórcio Pesquisa Café⁴⁷, de 1927 a 2010, somam 157 as leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções e instruções normativas que versam sobre

⁴⁷ “O Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café – nome síntese Consórcio Pesquisa Café – foi criado por meio do Termo de Constituição celebrado em 1997 (DOU de 14/3/97 – Seção 3), e seu Conselho Diretor é constituído pelos dirigentes máximos das seguintes instituições: Embrapa; EPAMIG; Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

a produção cafeeira⁴⁸. Regulamentos que vão desde medidas protetivas, como, por exemplo, o Decreto n. 19.688⁴⁹, de 1931, que dispõe sobre a compra de café excedente pelo Estado com vistas a controlar seu preço no mercado, até a concepção de instituições ligadas à cadeia produtiva cafeeira, caso da Lei n. 1.779⁵⁰, de 1952, que determina a criação do Instituto Brasileiro de Café, o IBC, órgão que “controlou minuciosamente os mecanismos de mercado interno e foi um ator do mercado internacional até os anos de 1990” e cuja pesquisa científica “estava subordinada a interesses de elites profissionais de grandes plantadores” (GARCIA e PALMEIRA, 2001, p. 54, 71). É deste modo, e neste intervalo de tempo tomado (fins do século XIX a meados do século XX), que o café se consolida como cultivo comercial de exportação devidamente institucionalizado e legitimado no Brasil, tendo o estado de São Paulo como, digamos, um “berço” para a configuração da lavoura cafeeira tal e qual ela é significada atualmente.

4.1.3 Grandes cultivos comerciais e os primórdios do que viria a ser o agronegócio brasileiro

Para Garcia e Palmeira (2001), podemos pensar em complexos agroindustriais desde o início da colonização do Brasil, já que eram praticadas todas as etapas de produção agrícola dentro das grandes propriedades fundiárias, sob o controle do grande fazendeiro e seus mandatários, sendo destinado àquele o lucro advindo deste sistema de produção, como foi o caso do cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, por exemplo. Os mesmos autores apontam ainda que:

Até meados do século XX **predominou a associação entre capital fundiário, agrícola e industrial**: quem comanda o processo de trabalho exerce seu mando tanto na esfera agrícola como na industrial; é do conjunto de suas atividades que provém seu lucro. A agroindústria moderna, implantada no momento da industrialização do Brasil [...] supõe que o investimento esteja concentrado em empresa industrial que implanta uma rede constante de fornecedores de bens agrícolas de qualidade estabelecida em parâmetros bem

(MAPA); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Federal de Lavras (UFLA); e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/apresentacao>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁴⁸ Esta relação está disponível nos anexos deste trabalho.

⁴⁹ Decreto n. 19.688, de 16-05-1931: “Manda adquirir, por compra., o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do estoque, comprado pelo Estado de São Paulo, por força do empréstimo de * : 20.000.000”. (CÂMARA LEGISLATIVA, 1931)

⁵⁰ Lei n. 1.779, art. 1o : “O Instituto Brasileiro do Café (I. B. C.), entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, destina-se a realizar, através das diretrizes constantes desta lei, a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro” (CÂMARA LEGISLATIVA, 1952).

definidos (J. Winkinson, 1996). **A empresa industrial subordina as unidades agrícolas às suas exigências, mas não concentra o processo de trabalho agrícola em suas mãos.** O termo agroindústria conhece, portanto, uma modificação de seu significado quando referido às unidades implantadas desde finais do século XIX (como as usinas de cana-de-açúcar) ou às fábricas urbanas criadas na segunda metade do século XX ([...] como Perdigão e Sadia) (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 44, grifos nossos).

O café é um grande cultivo comercial, institucionalizado e legitimado tomando como matriz de significação grandes fazendeiros, detentores de grandes propriedades, sob um regime de significação de “grande empresa industrial”, que subordina pequenas unidades produtivas do grão, como as famílias, por exemplo. Ora, se o agronegócio surge, notadamente na década de 1960 no Brasil, como categoria ou conceito para nomear a “integração da agricultura aos setores industriais de fornecimento de insumos, de um lado, e de processamento e distribuição da produção, de outro” (EMBRAPA ACRE, 1999), no Brasil, esse estado de coisas remonta aos primórdios da colonização. A recriação deste regime assimétrico de imbricação entre os diversos processos, práticas e sujeitos implicados na produção de cultivos comerciais tem lugar de maneira institucionalizada no país.

4.2 Agronegócio e a modernização rural no Brasil

É um anacronismo empregar a designação agronegócio no Brasil antes da década de 1960. Se remonta aos tempos da colonização um sistema de cultivo e processamento agrícola concentrado em grandes propriedades autônomas, o termo agronegócio, que atrela *agricultura* e *economia*, via racionalização da produção e de seus custos, é categoria relativamente recente. Em períodos anteriores à década mencionada, as designações “fazendeiro” e “latifundiário” remetiam à personificação deste modo de relação com a terra, e notadamente a segunda já carregava uma pecha, porque materializava a hegemonia do poder fundiário no país, assim como os conflitos que ela aglutinava⁵¹.

⁵¹ O Deputado Fernando Ferrari, em discurso em sessão na Câmara Legislativa em maio de 1960, já formula o que nos parece um processo de construção de identidade por diferença entre fazendeiros e camponeses (ou trabalhadores rurais): “Se a casa do fazendeiro é de tijolo e coberta de telhas, a do vaqueiro e do agregado é, geralmente, de terra batida, de taipa ou de sopapo, coberto com sapê ou folhas de buriti. Na construção desses habitáculos de taipa, o material empregado limita-se àquilo que a natureza pode oferecer: madeira para sustentação, inclusive das paredes, cujo arcabouço é constituído pelo entrelaçamento de varas, cipós para amarração, em substituição aos pregos, capins em lugar de telhas e argila de mistura ao excremento de bovinos na falta de tijolos” (Anais da Câmara dos Deputados, 1960, p. 568).

Segundo Mendonça (2015), a designação *agronegócio* (*agribusiness*) aparece em 1957, com a publicação da obra *A concept of agribusiness*, de John Davis e Ray Goldberg, da School of Business Administration, de Harvard. Para a autora:

A publicação traz como premissa central a ideia de que o campo estaria passando por grandes transformações a partir de uma “revolução tecnológica”, tendo como base o “progresso científico” utilizado na agricultura. Sob essa perspectiva seria necessário formular políticas públicas de apoio à grande exploração agrícola diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição de alimentos e fibras (MENDONÇA, 2015, p. 376).

Ora, uma suposta “racionalização da agricultura” ensejando um “progresso” aparece no cenário brasileiro com vistas não só a dar conta das transformações pelas quais passava o meio rural no Brasil, mas, sobretudo, para fazer alavancar este espaço (“obsoleto”, “atrasado”, “em retrocesso”), também funcionou como uma espécie de mote que fundou o discurso da modernização do campo no país, a qual teve lugar a partir da década de 1950, experimentando um auge nas regiões Sudeste e Sul nos anos 1960, e se expandindo para as demais regiões a partir da década de 1970 (TEIXEIRA, 2005). Neste contexto, Garcia e Palmeira (2001, p. 73, grifos nossos) argumentam que, durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985):

Toda a ênfase na elaboração de concepções do futuro do mundo rural foi depositada na noção de *empresa rural*⁵² (definida pelo Estatuto da Terra) ou, numa versão mais recente, na modernização do complexo industrial (CAI). A modernização técnica implicada pela mecanização, uso de adubos químicos e sementes e matrizes selecionadas supôs que o atrativo para a difusão dessas inovações fosse uma política de crédito subsidiado. [...] Mesmo os mais adeptos mais ferrenhos do complexo agroindustrial admitem hoje que **o processo de transformação do campo brasileiro pode conhecer caminhos diferenciados** (cf. R. Abramovay, 1991).

Sobre este movimento de modernização, Teixeira (2005, p. 21, grifos nossos) aponta algumas de suas contradições:

A modernização trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, **se apresentou de maneira excludente**, beneficiando apenas **parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural**. Além disso, causou grandes impactos

⁵² O termo “empresa rural” envia à reflexão de Foucault em relação ao neoliberalismo: a empresa e a competição devem ser colocadas no centro do projeto de sociedade, cada indivíduo deve se tornar um empreendedor.

ambientais em razão do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários, além de contribuir para o desemprego no campo e consequente êxodo rural.

Se a produção agrícola brasileira encontra o agronegócio como uma panaceia para o “atraso rural brasileiro”, sobre a qual são já admitidas as contradições, é este discurso que ainda confere lastro de memória à agricultura praticada no país, em que a matriz de significação para o cultivo de gêneros comerciais em grandes propriedades se estende seja para o cultivo de alimentos, seja para plantações comerciais igualmente, mas praticadas sob outro regime de produção, a saber: a agricultura familiar. Neste ponto, levantamos uma hipótese a ser verificada ao longo das análises que esta pesquisa traz: **os processos discursivos que concorrem para a estabilização de uma memória em detrimento de outras podem ser descritos, e, para tal descrição, é necessário tomar em conta a mediação institucional indispensável para essa legitimação.**

4.2.1 Agronegócio e neoliberalismo

Apresentamos acima a maneira como a cafeicultura vai se consagrando como cultivo comercial de exportação desde fins do século XIX no Brasil. Os movimentos de legitimação não apenas do produto agrícola enquanto cultivo comercial de importante interesse econômico, mas de seu modo de organização, conta com forte apoio do Estado. Apoio dado, num primeiro momento, através de leis que, para além de regulamentar, protegem os lucros advindos da atividade; e, num segundo momento, por meio da criação de órgãos, tais como o Instituto Brasileiro do Café, que tratam de garantir, em outras instâncias (científica, de mercado), o interesse das elites cafeeiras. Com a presença estatal tendo sido fundamental para a estabilização da cafeicultura brasileira, e para o desenvolvimento agroindustrial deste e de outros cultivos comerciais, “a maior difusão do que se entende por agronegócio responde ao período de adoção do neoliberalismo enquanto modelo econômico que orientou governos no Brasil” (SILVA LIMA, 2019). Nesse sentido, o dito par de opostos político-ideológicos “Estado x Indivíduo, Livre Mercado, Empresa” não só não são opostos, como um está funcionando pelo outro. Conforme Foucault (2004 [1979]): para o neoliberalismo, o Estado é colocado a serviço do mercado e das empresas, notadamente pelas leis que ele instaura. Sendo este funcionamento o próprio da política neoliberal.

Ao tratar das “evidências” liberais a ser desconstruídas, Guilbert (2011, p. 16-19) argumenta que a noção mesma de “livre mercado” é um mito. O neoliberalismo, uma vez

descrito pelos discursos teóricos como defensor da empresa livre e do mercado contra o intervencionismo do Estado, o qual seria “um freio ao mercado privado, o único produtor verdadeiro de riquezas, de bem-estar e até de democracia” (GUILBERT, 2011, p. 15), não saberia existir sem este Estado de que ele quereria se ver livre, no sentido pleno da expressão. Ora, diz Guilbert (2011, p. 17):

Selon Niels Filgstein, même les “entreprises en réseau” de la Silicon Valley ont besoin de l’État, ne serait-ce que pour former leurs futurs ingénieurs: [...] cette antienne [du libre marché] ne correspond en rien à la réalité du fonctionnement de l’économie états-unienne. En Amérique comme en Europe, l’État et les entreprises sont intimement liés et la capacité relative des économies capitalistes à créer richesses, revenus, bien et services dépend directement de ce lien.

Com efeito, o subsídio estatal à modernização rural via agronegócio foi fundamental e se deu apoiado sobre um discurso que:

Vem imbuído da unidade de um setor que defende este modelo de desenvolvimento como um sinônimo de sucesso e geração de riqueza, a partir de **uma visão empresarial** de um **desenvolvimento rural** que depende **da ação individual na propriedade privada**⁵³. O “moderno” (Bruno, 1997, p.6), neste caso, significa produzir e se reproduzir por meio de uma agricultura submetida às regras do capital, **onde o lucro é o objetivo principal da produção. Qualquer alternativa tende a ser desqualificada.** Para manutenção deste modelo, **que precisa de mediações por meio de representações institucionais e políticas**, tudo pode ser justificado [...] (SILVA LIMA, p. 3, grifos nossos).

Esta visão empresarial, peculiar às práticas neoliberais, é "appliquée à l’ensemble des activités humaines, une vision qui “tend à subordonner toute chose à ses dimensions “strictements économiques” ou la baptiser tout simplement “économisme” » (GUILBERT, 2011, p. 14). Nesta chave de leitura econômica de todas as dimensões da vida em sociedade, o lucro seria não somente resultado da eficácia de práticas corretamente desempenhadas por indivíduos, mas igualmente sintoma dessa efetividade. A palavra “eficácia” é ela também importante categoria da política neoliberal:

Directement liée au rôle hégémonique des mathématiques dans l’économie, elle réactive “la poursuite individuelle et sans contrainte du profit” de la doctrine libérale et se traduit concrètement par une exigence de rentabilité à

⁵³ Mais uma vez a reflexão de Foucault (2004 [1979]) vis-à-vis o neoliberalismo é pertinente: a empresa pelo indivíduo, o indivíduo pela empresa.

court terme qui produit des effets sociaux et écologiques directs (GUILBERT, 2011, p. 20).

Retomando a corrida pela “modernização” do campo no Brasil, podemos perceber, então, um efeito social importante e direto do funcionamento da agricultura aos moldes e discursos neoliberais, com o Estado a serviço da economia: a obliteração e marginalização histórica de formas de cultivo que não se dão sob a doutrina “empresa rural” e dos sujeitos que as praticam.

4.3 Cafeicultura paulista, cafeicultura (sul) mineira

O café entra em Minas no início do século XVIII via Caminho Novo, na Zona da Mata, rota criada estrategicamente para transporte do ouro. É no século XIX, contudo, que ele conhece expansão na então província mineira, uma vez que o cultivo da planta veio a substituir a exploração das minas de ouro e pedras preciosas. A região da Zona da Mata representava a região mais rica do estado até início do século XX por conta da cafeicultura, até que a robusta produção cafeeira paulista, com vantagens de transporte até os portos, traz o estado de São Paulo “para as cabeças” da produção de café (MOREIRA, 2007). O mesmo autor aponta que, nesta época, grandes cafeicultores mineiros compraram terras férteis, notadamente no oeste paulista (MOREIRA, 2007).

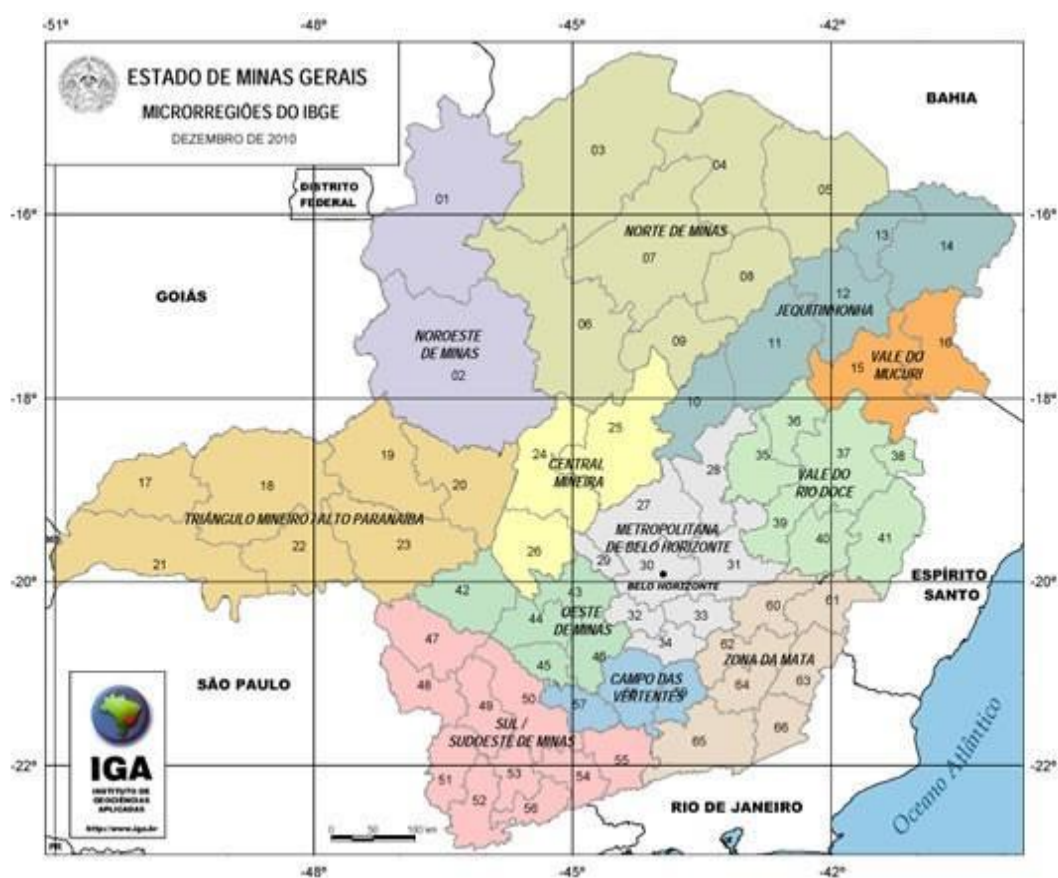
Neste mesmo período, que compreende o final do século XIX até a segunda metade do século XX, à pujança de dados sobre a cafeicultura paulista se contrapõe a escassez de informações sobre a cafeicultura mineira. É na década de 1970 que a produção de café em Minas Gerais ganha destaque, devido a três fatores de ordens distintas: (1) a firme adesão mineira ao Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), (2) à incorporação de extensas áreas do Cerrado mineiro à produção agrícola⁵⁴ e (3) a ocorrência de geadas de grandes proporções em importantes regiões cafeeiras dos estados de São Paulo e do Paraná na década de 1970 (SIMÕES; PELEGRINI, 2010). Os períodos anteriores à década de 70, “provavelmente por não apresentarem uma dinâmica intensa em comparação com outras áreas produtoras, foram pouco estudados. O que se visualiza,

⁵⁴ Esta incorporação só foi possível através da implementação de tecnologias de adequação de acidez do solo, bem como de aspectos nutricionais, às exigências dos cultivos comerciais de interesse, no caso, a planta do café. Movimentos como este já apontam para um funcionamento em curso de um complexo agroindustrial cafeeiro, em que estão correlacionados e são interdependentes em relação assimétrica todas as unidades que compõem a cadeia produtiva cafeeira.

portanto, é um vazio de quase 150 anos na historiografia cafeeira mineira” (FILETTO; ALENCAR, 2001, p. 2).

No período que se segue à década de 1970, a região sul mineira experimenta crescimento e destaque na produção de café. Um dos fatores fundamentais para este crescimento foi a posição geográfica da região, o que favoreceu um escoamento da produção pelo Porto de Santos (*ibid*). O mapa abaixo serve a ilustrar a localização privilegiada no Sul de Minas no que toca a rota para escoamento da produção.

Figura 10: Mapa das regiões de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2020.

Por seu lado, o fator para o destaque do café sul mineiro foi a qualidade, oportunizada pelas condições climáticas e geomorfológica da região (clima mais ameno, relevo acidentado), que favorecem a produção de grãos que alcançam maturidade de forma mais uniforme, o que resulta em cafés de bebidas mais finas. A foto abaixo ilustra um cenário típico da produção cafeeira no Sul de Minas: pés de café plantados em morros e cultivados por famílias.

Figura 11: Família de camponeses em meio à lavoura de café em época de florada. Município: Nova Resende, MG. Setembro de 2020



Fonte: Arquivo da pesquisa.⁵⁵

A este respeito, Romero e Romero (1997, p. 126, apud FILLETO; ALENCAR, 2001, p. 7) argumentam que:

Da minha viagem pela porção sul de Minas, tirei a vantagem de ficar convencido e poder expor como axioma que os lugares em que não chegar a ação da geada, embora sofram o inverno, são os mais próprios para café; porque havendo aí a queda de toda a folhagem em um tempo dado (na entrada do inverno), e havendo a brotação e a floração em um só tempo (princípio da primavera), vê-se que a maturidade do fruto também vem em um só tempo; e por isso não só facilita a colheita por ser feita em uma só vez, como também especializa o aroma do café por ser colhido todo maduro; o que não acontece nos lugares mais quentes e úmidos onde reina quase constantemente primavera. [...] Não está longe o futuro, em que será por todos reconhecido que os lugares mais próprios para a plantação de café, são os climas de temperado para frio, onde sente-se a passagem das estações.

Filetto e Alencar (2001) versam que a este período pós década de 70 corresponde a formação de um complexo agroindustrial do café sul mineiro. A partir de então há um empenho institucional no sentido de produzir tecnologias para a atividade econômica, mas não apenas isso. A atuação de organismos relacionados à pesquisa e à extensão, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), criada em

⁵⁵ Todas as imagens que constam neste trabalho foram cedidas de livre e espontânea vontade, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (processo n. 15570619.9.0000.8142).

1948, e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), criada em 1974, e de universidades, como a Universidade Federal de Lavras (UFLA), criada em 1908, se é sobremaneira importante para o desenvolvimento e produção de biotecnologias para o cultivo cafeeiro com vistas ao aumento da produtividade e da qualidade, também é fundamental para a produção e a estabilização de uma memória da produção cafeeira nesta região. Neste sentido, para Garcia e Palmeira (2001, p. 71), é importante mencionar:

A criação de universidades públicas em todo território brasileiro e de instituições especializadas na pesquisa de biotecnologias, como a Embrapa, ou em sua difusão, como a Emater. Esses organismos contribuíram para a profissionalização de cientistas das mais variadas disciplinas, as ciências sociais foram tão beneficiadas quanto as “ciências da terra” e as biológicas, e assim se forjaram instrumentos para imprimir novos rumos às transformações do mundo rural.

Efetivamente, ao mesmo tempo em que trabalha sobre o desenvolvimento da cafeicultura sul mineira, essas instituições trabalham a legitimação e a estabilidade referencial da atividade, i. é: há uma cafeicultura sul mineira, e ela é importante para a produção de café brasileira. Estamos falando de produção de memória legitimada institucionalmente e da ação do Estado como instância legitimadora de discursos de saber e de poder.

CAPÍTULO V – A MÍDIA INSTITUCIONAL FOLHA RURAL (FR)

Com a cafeicultura como tradição familiar, herdada de outras gerações, [Sérgio] diz que não imaginava chegar tão longe em uma avaliação rigorosa como a do concurso. Ao lado de familiares, há quatro anos Sérgio “despertou” para o mercado de cafês especiais. “Comecei a focar mais no mercado e investir em infraestrutura, como na melhoria do terreiro, secador e manejo”, conta.

(Folha Rural, edição 481)

A Folha Rural (FR) é uma mídia assinada pela maior cooperativa exportadora de café do mundo, a COOXUPÉ, ou seja, um suporte para difusão de informações que servem à comunicação institucional da cooperativa. Gomez e Trinquencoste (1993) asseveram que este tipo de comunicação tem lugar quando a empresa dá a conhecer e põe a circular, para alvos internos e externos a ela mesma, seu sistema de valores, seu ideal, sua integração no tecido econômico e social que configura seu entorno. Dizendo de outro modo, quando a empresa é, a uma só vez, sujeito e objeto daquilo que é dito.

Burger (2013, p. 8), em obra dedicada a uma discussão sobre a análise linguística de discursos midiáticos, argumenta que “[...] s’agissant des médias, on conçoit mal comment se passer d’une analyse langagière⁵⁶ quelle qu’en soit la teneur, puisque les pratiques des médias consistent largement en des pratiques discursives, sans bien sûr se confondre avec elles”. Posta uma possível má concepção de como transitar entre uma análise linguística e uma análise discursiva, é importante deixar claro que entendemos a Folha Rural como suporte de um discurso institucional que intervém nas relações sociais e nos processos de identificação dos sujeitos⁵⁷, funcionando como espaço legitimado de regularização de uma memória discursiva. Sobre a importância da investigação do funcionamento de um discurso institucional, B. Mariani (1999, p. 49) mostra que:

O lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar (institucional ou não) deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo de formações discursivas em relação, e constitutivas de um momento histórico. Dito de outra maneira, uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma formação discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentido.

⁵⁶ Uma “analyse langagière” não escolhe entre análise linguística e análise discursiva. O termo compreende ambas, a exemplo de uma análise semiológica.

⁵⁷ A este respeito, McLuhan (1976) bem observa que, no que concerne as mídias, primeiro “nous forgeons nos outils puis nos outils nous forgent”.

É este seu estatuto no discurso: espaço de regularização de uma memória discursiva regulada por uma formação discursiva dominante, o que oportuniza trabalhar o efeito político dessa comunicação institucional, qual seja, aquele decorrente:

D'un processus de **cadrage** réalisé par et dans des énoncés métadiscursifs, ceci afin d'opérer un « **lissage** » **dont l'objectif est de gommer l'hétérogénéité et la dimension politique** dans la communication institutionnelle [...] (OGER; OLLIVIER-YANIV, 2006, p. 64, grifos nossos).

5.1 A imbricação cafeicultura e agronegócio na FR

Tomemos as manchetes das onze publicações⁵⁸ da FR analisadas:

Quadro 3: Manchetes da FR analisadas

Edição n.	Mês/Ano	Manchete
474	Mar 2018	R\$ 29,4 milhões vão para o bolso dos cooperados da Cooxupé
475	Abr 2018	Estrutura de última geração para o cooperado
476	Mai 2018	Abertura oficial da colheita na área de ação da Cooxupé é anunciada em unidade demonstrativa
477	Jun 2018	Cooxupé recebe intercâmbio Agrobrazil e apresenta seu café para embaixadas de cinco países
478	Jul 2018	93% do café recebido e classificado desta safra apresenta fina qualidade
479	Ago 2018	Cooxupé estabelece sua identidade corporativa pautada pela qualidade
480	Set 2018	Cooxupé e SMC ⁵⁹ recebem etapa internacional do <i>Cup of Excellence</i>
481	Out 2018	Mercado internacional conhece os melhores cafés especiais brasileiros
482	Nov/Dez 2018	Sistema implantado pela Cooxupé traz mais agilidade para você cooperado durante compras nas lojas da cooperativa
483	Jan 2019	FEMAGRI ⁶⁰ 2019: tecnologia digital gerando valor à cafeicultura
484	Fev 2019	FEMAGRI 2019 recebe mais de 30 mil visitantes e movimenta negócios na cafeicultura brasileira

Fonte: Elaborado pela autora.

⁵⁸ As publicações são mensais, correspondentes a março de 2018 a fevereiro de 2019, sendo que as edições de novembro e dezembro de 2018 foram condensadas e publicadas em um único volume, conforme mostra a tabela acima.

⁵⁹ SMC Specialty Coffees, empresa criada pela COOXUPÉ em 2009, “para enaltecer o talento e o esforço que os cafeicultores fazem para alcançar a excelência” (SMC Specialty Coffees). Disponível em: <https://smccafe.com.br/conheca-a-empresa/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

⁶⁰ Feira de máquinas, implementos e insumos agrícolas, subsidiada pela COOXUPÉ.

Primeiramente, no que diz respeito ao léxico empregado nas manchetes, a produção de sentido se dá ancorada no espaço empresarial/ de mercado, com vistas ao lucro e à máxima eficiência produtiva: *bolso dos cooperados, mercado internacional, agilidade, compras, lojas, gerando valor, negócios*. Os números são igualmente um sinal de que a FR tem seu discurso situado na racionalidade econômica. A questão da eficiência vem colocada em relação com tecnologias de produção, processamento, compra e venda na cadeia produtiva do café: *estrutura de última geração, unidade demonstrativa⁶¹, sistema implantado, tecnologia digital*; a serviço de um cultivo comercial de exportação: *intercâmbio Agrobrazil, embaixadas de 5 países, etapa internacional do Cup of Excellence, mercado internacional, cafés especiais brasileiros, cafeicultura brasileira*. Nesta série lexical que compõe uma teia de sentidos em que mercado, eficiência produtiva e tecnologia se encontram integrados, a qualidade também aparece: *finalidade, qualidade, os melhores cafés especiais brasileiros*. Um efeito de sequência⁶² e de encadeamento, resultante da *mise en circulation* dessas manchetes (trata-se de uma publicação com periodicidade definida: mensal), acaba por contribuir a forjar a característica *qualidade* do café como aspecto atrelado à lógica mercado/ produtividade/ tecnologia.

Em segunda instância, vale ressaltar que, no eixo sintagmático, a COOXUPÉ aparece com frequência como sujeito de orações na voz ativa (*COOXUPÉ recebe; COOXUPÉ estabelece; COOXUPÉ e SMC recebem*) e como agente no caso de orações na voz passiva (*Sistema implantado pela COOXUPÉ*) de forma explícita; e também de forma a implicitar, como no caso da formulação: *93% do café recebido e classificado desta safra apresenta final qualidade*. O agente das formas verbais “receber” e “classificar” o café é a COOXUPÉ, pois trata-se de atribuições já fixadas das cooperativas cafeeiras em relação a seus cooperados. Esta posição de agência da COOXUPÉ, denotada por posições seja de sujeito de orações ativas, seja de agente de orações passivas é esperado, pois a FR é um mídia institucional que funciona como uma vitrine da cooperativa, concebida por ela mesma. Neste sentido, Gomez e Trinquencoste (1993) propõem o estatuto de “empresa-providência” para dizer da maneira como as empresas se projetam na comunicação institucional. Estamos de acordo com os autores na medida em que podemos perceber nas manchetes uma personificação da COOXUPÉ como agente que provê, via agro tecnologias, eficiência produtiva e qualidade para o café, configurando, em

⁶¹ “A unidade técnica demonstrativa ou unidade de referência tecnológica (URT) é um método complexo de extensão rural que consiste na execução de uma ou mais práticas agronômicas, administrativas ou de economia doméstica de conhecida viabilidade técnica, econômica e social para as famílias rurais, em condições representativas de campo. A metodologia inclui a participação de pesquisadores, agentes de extensão rural e os agricultores de forma articulada e em parceria.” (EMBRAPA, 2011)

⁶² O fio do discurso.

termos de comunicação institucional, uma forma de autopromoção, e, em termos de discurso, um intradiscurso de auto-legitimação.

É importante apontar nas manchetes, ainda, outros sujeitos sintáticos de orações em voz ativa, como seguem: *R\$ 29,4 milhões (vão)*, *Mercado internacional (conhece)*, *Sistema implantado (traz)*, *tecnologia digital (gerando)*, *FEMAGRI 2019 (recebe)*. Ora, trata-se, aqui, da personificação dos agentes que compõem o universo do agronegócio à moda neoliberal, graças à posição sintática de sujeitos de ações verbais ocupadas por eles. Outrora nomeações que designam coisas e estados de coisas, os “agentes do agro”, juntamente com a COOXUPÉ, nome institucional, protagonizam o cenário da cafeicultura projetado pela FR.

Finalmente, um ponto sobre a semântica dos verbos e substantivos presentes nas manchetes: verbos que indicam mudança e movimento (*recebe, traz, vão, gerando*) e verbos de ação (*estabelecer*), bem como substantivos que sugerem uma ação (*abertura, estrutura, sistema implantado*) fornecem uma imagem de uma cooperativa ativa em uma economia moderna.

5.2 Silenciamento e ventriloquia do discurso do outro

Uma das regularidades discursivas encontradas na FR relacionada diretamente ao nosso objeto de pesquisa toca o funcionamento dos discursos reportados da maneira como apresentados na revista. Prática comum no campo jornalístico, a presença desses discursos auxilia na composição do recorte da narrativa feita pelos editores. Na FR, os discursos reportados são testemunhos que versam sobre a mais diversa sorte de eventos e oportunidades conferidas pela COOXUPÉ, a exemplo de feiras, encontros, exposições, concursos de qualidade do café.

5.2.1. Institucionalização, verbos *dicendi* e legitimidade performativa: a agricultura familiar silenciada pelo agronegócio

Neste tópico, desenvolvemos análises de enunciados em discurso reportado que compõem as reportagens de capa da FR, cujas manchetes foram apresentadas no **Quadro 3**. Seja ocupantes de altos cargos administrativos na COOXUPÉ ou em outras instituições que compõem a cadeia produtiva cafeeira, seja cooperados, os entrevistados convidados a falar sobre a cafeicultura propriamente dita são sempre homens. Os recortes que seguem são representativos do funcionamento que buscamos elucidar e compreendem estes testemunhos, bem como a forma como a edição da revista os refere.

E1: “Quando os preços caem, a **tendência natural** é reduzir custos, mas há situações certas para isso acontecer: não **podemos diminuir ou cortar custos** com adubações e nem com tratamentos fitossanitários (controle de pragas e doenças). Este não é **o melhor caminho**, pois reduziria a produção. A redução **deve** ser na parte de mão de obra, principalmente no café de montanha. Por isso é importante investir em tecnologias.”, *aconselhou* Santos Júnior [Superintendente de Desenvolvimento do Cooperado da COOXUPÉ] (Edição 476).

E2: “Poder mostrar para estes países o que **temos** de bom é muito importante para a imagem e o desenvolvimento de todo o País. No campo há profissionalismo, há cooperativismo cumprindo seu papel social e isso precisa ser mostrado. Os consumidores **querem** saber como é o país de origem dos produtos que estão chegando à sua mesa, e **precisamos** apresentar tudo o que **temos** de bom. O agronegócio, em especial, tem muita coisa boa para mostrar. Muito exemplo a ser seguido”, *declarou* Carlos Paulino durante a visita [Presidente da COOXUPÉ] (Edição 477).

E3: **Com a cafeicultura como tradição familiar, herdada de outras gerações**, [Sérgio] **diz que não imaginava chegar tão longe em uma avaliação rigorosa como a do concurso**. Ao lado de familiares, há quatro anos Sérgio “despertou” para o mercado de cafés especiais. “**Comecei** a focar mais no mercado e investir em infraestrutura, como na melhoria do terreiro, secador e manejo”, *conta* [cooperado] (Edição 481).

As constantes linguísticas e enunciativas encontradas nos discursos relatados das reportagens referidas logo acima são: (a) um campo lexical ancorado nas práticas mercadológicas/empresariais (correspondente à formulação das respectivas manchetes, cf. tópico **5.1 A imbricação cafeicultura e agronegócio na FR**), (b) movimentos de nomeação via: descrição definida, nominalização, (c) uso de primeira pessoa do plural (*nós*) na fala atribuída aos homens entrevistados que ocupam cargos importantes na cadeia produtiva cafeeira; uso de primeira pessoa do singular (*eu*) na fala atribuída aos cooperados entrevistados.

As palavras sublinhadas nos testemunhos evidenciam o campo de ancoragem referido no parágrafo anterior: *Queda de preços, redução/corte de custos, produção, mão de obra, investimento, tecnologia, avaliação rigorosa, concurso, mercado, agronegócio, infraestrutura* são itens lexicais que remetem a uma significação concebida sob a lógica da máxima eficiência produtiva a que os cooperados devem estar submetidos, forjando-a. Ora, trata-se de formulações constantes de uma mídia institucional legitimada, vitrine da produção cafeeira no Sul de Minas, que porta a assinatura da maior cooperativa de café do mundo.

Os movimentos de nomeação, por seu lado, também concorrem para o processo de conformação a que os cooperados são submetidos via FR.

(a) As descrições definidas carregam consigo a pressuposição de existência daquilo que elas referem. Com efeito, empregar as expressões “*a tendência natural é*” ou “*não é o melhor caminho*” implica que haja uma tendência, “natural”, que é fazer *x* e não *y*, e que haja

um caminho “melhor” e caminhos que não são bons. O efeito advindo do emprego destas descrições definidas é de bloqueio a possíveis aberturas para a controvérsia, por exemplo, através de questionamentos como “tendência natural para quem?” ou “caminho melhor para quem? para quê?”. Ora, ao pôr a circular uma “tendência natural” ou um “melhor caminho” não só como supostamente existentes, mas como sabidos, conhecidos, as descrições definidas são duplamente eficazes no processo de enquadramento dos sujeitos àquele modo de praticar a cafeicultura.

(b) As nominalizações de formas verbais, notadamente para o infinitivo, como em “diminuir (custos)”, “reduzir (custos)”, “investir (em tecnologia)” prescindem de um sujeito sintático, isto é, corroboram a forjar a impessoalidade daquela ação, no sentido de proporcionar um efeito de objetividade para aquilo que se dá na ordem da subjetividade: ações de reduzir ou diminuir custos ou investir são praticadas por alguém. Melhor dizendo: por um sujeito que ocupa determinada posição social, um sujeito sócio histórico.

(c) O “nós” na fala dos entrevistados que ocupam altos cargos administrativos na cadeia produtiva cafeeira é projetado por um locutor que tira da sua posição social de poder, de saber, a legitimidade performativa, no sentido pragmático do termo, para trazer a “voz” do agronegócio que ele personifica naquela enunciação. Trata-se de um “nós” que menos refere um *eu, porta-voz do agronegócio + vocês, produtores cooperados* do que coloca a funcionar justamente uma injunção tributária dessa performatividade de autoridade de um locutor que é superintendente, presidente, falando do lugar legitimado do agronegócio. Neste sentido, Payer (1995) aponta para um processo de descentramento do sujeito nas práticas enunciativas de lideranças. Para a autora, nestas falas, há “um princípio de distanciamento em relação à representação do ‘eu’ [...] Isto se assinala como uma condição para a sua representação enquanto um ‘nós’ característico das falas das lideranças” (PAYER, 1995, p. 26). Os verbos *dicendi* ou elocutivos⁶³ empregados pelos editores da reportagem, por seu turno, corroboram e elucidam essa visada performativa de autoridade: o superintendente “aconselha”, o presidente “declara”. Na fala atribuída àquele, some-se ao *dicendi* “aconselhar” os verbos em modalidade deôntica (“não **podemos** diminuir ou cortar custos”, “A redução **deve** ser na parte da mão de obra”), que também estão presentes na fala do presidente (“Os consumidores **querem** saber” [...] **precisamos** apresentar tudo o que temos de bom).

Ora:

⁶³ Os verbos *dicendi* são “verbos de dizer” e apontam para a situação da enunciação trazendo a maneira como o locutor enuncia.

É que o discurso das lideranças se encontra embalado na rede dos discursos pedagógicos e, como tal, se sustenta sobre a suposição da possibilidade de um modo certo e único de conhecimento, que poderia ser estendido, em forma de ensino-aprendizagem, do **“concreto” de uma situação imediata [...] ao “abstrato” dessa “mesma” situação**, generalizada nos **conceitos universalizantes** da voz dessa verdade única que, a partir de um universo homogêneo, proporciona o aparecimento de noções como a de “erro” e de “acerto” (PAYER, 1995, p. 58, grifos nossos).

A autora parece apontar para o mito continuísta empírico-subjetivista que propõe Pêcheux (1975) como efeito de sustentação ao funcionamento desse discurso pedagógico de autoridade. A eficácia desse discurso se dá graças à universalização de “um” sentido, que sofreu processos históricos de legitimação, a despeito de outros sentidos possíveis para o mesmo estado de coisas⁶⁴. Trata-se, afinal, de um efeito de *continuum* do agronegócio do café, como se este modo de produção correspondesse às práticas de cultivo que ele refere. Deste modo, é possível instituir um *certo* e um *errado*, já que o efeito é de que “não poderia ser de outra maneira”. Está sendo apontado aqui um mecanismo fundamental para a recriação, logo, para a longevidade do agronegócio como sistema de produção de cultivos no Brasil: a eficácia da evidência, que se dá através e no seio das práticas enunciativas, como as da FR que viemos analisando. E1 e E2 enviam a “um enunciador universal, que é a voz que se apresenta como se **os fatos falassem por si** e que, portanto, podem ser enunciados **por todos e por cada um**” (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989, p. 48, grifos nossos).

Por outro lado, o “eu” projetado na enunciação por um locutor na posição enunciativa de “cooperado” entrevistado, e trazido para a edição da revista sob a forma de discurso direto, não produz efeitos via “injunção pedagógica” sobre os sujeitos, mas via identificação: “eu, cooperado, produtor de café” falando com “você, cooperado, produtor de café”. Ou melhor, “contando”, conforme o verbo *dicendi* empregado pelos editores: Sérgio, o cooperado, “conta”. Deste modo, as reportagens de capa da FR analisadas trabalham dois

⁶⁴ E. Dorlin (2017, p. 207) lembra que o conceito de *agnotologia*, concebido em tradição filosófica anglófona. A filósofa argumenta que este conceito como poderes hegemônicos induzem a uma produção ativa de ignorância. Uma produção complexa, que “passe par la négation d'existences ou de points de vue tiers, par l'universalisation d'un point de vue situé compris comme la réalité elle-même (le réel *en soi*), par des processus de perception erronés, biaisés ou de cécité, par des mystifications, des spoliations de connaissances, des dénégations, des critères de recevabilité, de crédibilité et d'autorité scientifiques socialement centrés, des pratiques archivistiques ou des procédures de vérédiction comportant des doubles standards (définissant ce qui est *digne* d'être conservé, mémorisé, ce qui vrai, objectif, neutre, scientifique, ce qui constitue un événement, un fait) ; et, par conséquent, par de l'amnésie active, du révisionnisme, de la *doxa scientifique*, de la production idéologique à proprement parler. No volume *Agnotology : The making and unmaking of ignorance* (2008, p. 10), os editores, R. N. Proctor e L. Schiebinger, argumentam que uma discussão sobre ignorância é mais do que “o ‘not yet known’ or the steadily retreating frontier. We need to think about the conscious, unconscious, and structural production of ignorance, its diverse causes and conformations, whether brought about by neglect, forgetfulness, myopia, extinction, secrecy or suppression. The point is to question the naturalness of ignorance, its causes and its distribution.

movimentos para conformação dos cooperados: um vertical, via injunção própria à performance de posições de autoridade, sustentada pelo efeito de evidência do agronegócio, que se dá *sobre* o cooperado; um horizontal, via identificação de sujeitos que ocupam uma mesma posição, isto é, uma posição delimitada ideologicamente no interior de uma FD: a do agronegócio, sob um funcionamento que se dá na dissimulação de um processo que se daria *com* o cooperado.

Outras duas ocorrências linguísticas pontuais nos recortes trazidos valem ser notadas. Em E1, na oração subordinada adverbial causal “Quando os preços caem”, a personificação do substantivo “preços”, que é sujeito sintático do verbo “caem”, produz um efeito de passividade e de naturalidade dos eventos econômicos relacionados à atividade produtiva cafeeira. É como se os preços se baixassem eles mesmos, sem que houvesse agentes operando por detrás dessa baixa. Em E2, aparecem argumentos de bem comum: “de todo País”, “papel social”, “os consumidores querem saber”. A FR figura, deste modo, como portadora da voz dos consumidores e em prol do bem comum, e a partir deste argumento se coloca em modalização deontica: “os consumidores *querem* saber e *precisamos* apresentar”.

Apontamos algumas constantes linguísticas e enunciativas observadas nas reportagens de capa das onze edições da Folha Rural analisadas. Uma análise dessas regularidades nos leva a indicar um primeiro nível de silenciamento: praticado pelo agronegócio sobre outras formas de cultivo, notadamente a agricultura familiar. Está posta, assim, uma importante contradição na cafeicultura mineira: ainda que praticada notadamente por famílias de agricultoras e agricultores, o modo de produção tipo agricultura familiar sofre um processo de silenciamento, que tem lugar porque o modo de produção tipo agronegócio foi historicamente tornado universal.

Processos de silenciamento têm como efeito sócio político a invisibilização de certos sujeitos porque ocupantes de determinadas posições sociais deslegitimadas no curso da história. Neste cenário, cafeicultoras e cafeicultores que praticam o cultivo do café no sistema de agricultura familiar, como pudemos observar nas descrições, são “absorvidos” pelo modo de produção do agronegócio. Neste sentido, cabe destacar que, conforme apresentado em outro trabalho (ZOPPI-FONTANA; RESENDE, 2021), a imbricação entre agricultura e economia sempre funcionaram de maneira particular no Brasil. As grandes extensões de terra « a explorar » associadas ao mito da fertilidade do solo brasileiro⁶⁵, bem como a imbricação entre

⁶⁵ Para discurso fundador ver Eni Orlandi, Terra à Vista (2008). Citamos aqui trecho clássico da Carta de Pero Vaz Caminha, escrita em 1500 e destinada ao Rei D. Manuel de Portugal, na qual o escrivão dá conta da “descrição da nova terra”: “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e

os discursos sobre a agricultura e aqueles sobre a economia, também constituem ponto de ancoragem para a estabilização de uma memória em que o discurso do agronegócio funciona como evidência. Ao cabo, “la rationalisation industrielle de la production alimentaire et des pratiques sociales qui l’accompagnent” (MONTLIBERT, 2020), silenciam, a uma só vez, a voz das cafeicultoras e dos cafeicultores que se encontram fora desta lógica forjada e se instituem como um imperativo para a relação dos sujeitos com a terra e com os cultivos.

Um fato histórico ajuda a corroborar tanto este gesto de mostrar o silenciamento praticado pelo agronegócio sobre a agricultura familiar no Brasil quanto a hipótese posta neste capítulo: de que é fundamental uma mediação institucional para a legitimação de discursos e de suas práticas e sujeitos. A agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é institucionalizada no Brasil, via aparato jurídico, em 1995. Um território colonizado há mais de 500 anos (e em que uma agricultura exploratória foi praticada desde então), uma República que conta com mais de 130 anos, tem, contraditoriamente, menos de 30 anos de políticas públicas para a agricultura familiar.

A dicotomia agronegócio \times agricultura familiar parece advir de modos distintos de práticas agrícolas, desempenhadas por diferentes sujeitos, de diferentes posições sociais e históricas. A partir do final do século XIX, é possível notar, de um lado, os cultivos de interesse comercial (notadamente para exportação) praticados por fazendeiros e latifundiários, de outro lado, o cultivo de alimentos, praticados por camponesas e camponeses. Se à época da escravidão, os grandes latifúndios tinham autonomia, isto é, o trabalho escravo se ocupava tanto dos cuidados com o cultivo comercial quanto dos alimentos para manter todos os que viviam sob a égide da casa-grande, o desmonte dessa escravidão implicou uma reorganização dos espaços para a produção desses cultivos para diferentes fins, bem como dos sujeitos que se ocupavam dela. No entanto, é preciso cautela para indicar estes dois regimes como paralelos. É fundamental fazer ver que eles estão relacionados de maneira assimétrica, com a sobreposição das práticas de cultivo comercial em relação às práticas de cultivos de alimentos. Neste sentido, Garcia e Palmeira (2001), ao versarem sobre as transformações ocorridas no mundo rural na virada do século XIX para o século XX até os dias atuais, apontam que:

As vias de transformação das relações sociais no campo não seguem itinerários inexoráveis; há caminhos alternativos, como demonstra o debate recente que salienta o desenvolvimento da “agricultura familiar” em paralelo ao da “agricultura empresarial”, ou ao crescimento do “complexo agroindustrial”. De qualquer forma, é fundamental observar que hoje o

Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

“mundo agrícola” não é mais pensado como um bloco coeso, como uma única corporação implantada ao longo de um imenso território; a representação do mundo agrícola, **a imagem de unicidade** que se buscava no início do século, hoje é **atravessada pela oposição** dos agentes concebidos por categorias como “agricultura familiar”, “complexo agroindustrial”, “agricultura empresarial”, “agricultura tradicional”, a demonstrar a intensidade da competição por terra, por recursos financeiros, por força de trabalho, e, **principalmente, pela legitimidade de designar o futuro das relações no mundo rural [...]** (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 41, grifos nossos).

Vale reiterar que a oposição e a competição de que tratam os Garcia e Palmeira (2001) têm lugar num emaranhado de relações à dominante. A “legitimidade de designar o futuro do mundo rural” passa pela institucionalização de um modo de se relacionar com a terra e com os cultivos. Institucionalização que o agronegócio da cafeicultura conta desde o início do século, juridicamente com o Decreto n. 5.378, de dezembro de 1927, que “autoriza o governo a regular o comércio de café entre os portos do Brasil e os do exterior” (CONSÓRCIO Pesquisa do Café). Para Silva Lima (2019, p. 4, grifos nossos), esta tomada em consideração institucional se dá “em grande parte, em decorrência dos interesses brasileiros no comércio exterior e na geração de superávits em torno das comercializações advindas do agronegócio e que incide **no conjunto das políticas públicas e no senso comum de toda a sociedade.**”

Acreditamos que podemos avançar, deste ponto, apontando para uma consequência deste cenário de disputa em que o agronegócio é dominante, hegemônico: a condição de vulnerabilidade da agricultura familiar no Brasil:

Durante os anos 1970-90, período dito de modernização conservadora da agricultura brasileira, as políticas públicas deram prioridade à grande fazenda e às empresas agrícolas. O apoio à produção proporcionado pelo Ministério da Agricultura, pelos bancos e pelos serviços de extensão (crédito, assistência técnica, formação,...) era concebido a partir de intervenções tecnológicas em grandes unidades de produção, tendo por base a produtividade e a separação total entre empresa e família. Estas modalidades se revelaram ineficazes para a maioria dos agricultores familiares. Tais medidas, entre outras a integração dos pequenos produtores aos complexos agroindustriais [...] levaram numerosos pequenos produtores à falência e ao êxodo rural (SABOURIN, 2014, p. 268).

Se a institucionalização de uma “modernização conservadora da agricultura brasileira” não se faz mais presente em termos de políticas sob esta designação, sentidos para este processo foram sendo recriados ao longo das últimas décadas, dos quais é tributária a posição institucional da agricultura familiar. Estes movimentos de recriação, que se dão porque há silenciamento, garantem a hegemonia do agronegócio no Brasil, que se pretende universal, mas que exclui outras formas de compreender a praticar a relação com a terra, o que pode ser

evidenciado pela contradição presente na maneira como a fala de Sérgio, cooperado, é introduzida pelos editores da reportagem: E3: *Com a cafeicultura como tradição familiar, herdada de outras gerações, [Sérgio] diz que não imaginava chegar tão longe em uma avaliação rigorosa como a do concurso.* A que podemos parafrasear: “Sérgio diz que não imaginava chegar tão longe em uma avaliação rigorosa como a do concurso, **porque produz café sob sistema de agricultura familiar.**”

5.2.2 Quem pode falar o quê? Não legitimidade enunciativa, reiteração do mesmo e o silenciamento do trabalho produtivo das cafeicultoras

Embora as falas reportadas sejam uma regularidade nas reportagens de capa da Folha Rural, conforme já apontado no tópico anterior, não há, nas onze edições analisadas, testemunhos de cafeicultoras dizendo sobre a atividade cafeeira propriamente dita e seus processos, como acontece no caso dos testemunhos atribuídos a homens. Os recortes E5 e E6 abaixo trazem as únicas ocorrências em que a voz das mulheres se presentifica, enquanto E4, embora não traga o testemunho de uma mulher, coloca a funcionar um silenciamento imbricado com os que serão elucidados nos dois outros recortes. Vejamos.

E4: Já pela categoria “Naturals”, tipo natural em que o modo de preparo é via seca, juízes analisaram 40 amostras. O café cultivado por Maria do Carmo Andrade, na Fazenda Paraíso, em Carmo do Paranaíba, no Cerrado Mineiro, foi o campeão com 93,26 pontos. Ismael José de Andrade foi quem recebeu o troféu. “O prêmio é o coroamento de uma vida de trabalho e dedicação minha, da minha família e de todos os envolvidos, muita gente que acredita no café e no potencial dele. É também uma grande responsabilidade. Estou muito feliz”, afirmou (Edição 481).

E5: O local [Espaço Beleza] é exclusivamente voltado para os cooperados e família. Além dos adultos, as crianças também aproveitaram a oportunidade para cuidar da beleza. Foram cerca de 200 procedimentos por dia. Célia Ribeiro da Silva Lima, esposa de cooperado, aproveitou a oportunidade. “Quando a gente cansa de acompanhar o marido, vem correndo para cá, é um sossego”, disse (Edição 484).

E6: O Espaço Kids é destinado às crianças de até sete anos de idade que acompanham os pais na FEMAGRI. [...] “Além de ser um sossego para os pais, as crianças se divertem. Lá na roça onde eu moro não tem tantos brinquedos como aqui”, disse entusiasmada a cooperada Elaine Cristina de Almeida Durante (Edição 484).

Um primeiro aspecto a ser observado em E5 e E6 é que os discursos relatados atribuídos a mulheres, referidas por nomes próprios (E5: Célia Ribeiro da Silva Lima, E6: Elaine Cristina de Almeida Durante), versam sobre o Espaço Beleza e o Espaço Kids,

oferecidos paralelamente a uma exposição de máquinas, implementos e tecnologias para o cultivo do café numa feira agropecuária, a FEMAGRI, assunto da reportagem de capa da edição 484. O Espaço Beleza remete aos cuidados com o corpo, enquanto o Espaço Kids, aos cuidados com as crianças, com os filhos. As designações “Beleza” e “Kids” por elas mesmas enviam, aquela ao estereótipo beleza & mulher, e esta, através do termo “crianças” em inglês, designa crianças “modernas”. Ora, o termo anglófono, “kids”, remete à modernidade estadunidense, de que as crianças presentes na feira podem fazer parte. Ainda, o fato de haver um espaço à parte para as mulheres, o qual não se mistura com o espaço oficial evidente, pois sequer é designado, reproduz a divisão histórica do trabalho desempenhado pelos homens (produtivo) e pelas mulheres (reprodutivo). Ambos espaços recuperam e atualizam, portanto, uma memória histórica socialmente compartilhada de que o espaço social das mulheres é o do *cuidado*: consigo mesmas e com a família. As únicas duas falas atribuídas a mulheres em uma série de discursos relatados, numa sequência de onze edições de reportagens de capa, atestam a não legitimidade das cafeicultoras para falar da atividade produtiva cafeeira, enquanto põem em funcionamento a evidência do trabalho de cuidado feminino ligado às atividades domésticas e familiares. Trabalho reprodutivo, não remunerado, que, em larga medida, não pode ser mecanizado (FEDERICI, 2020), e que é, entretanto, fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura racional, mecanizada, tecnológica, “integrada”, cujos protagonistas projetados pela FR são homens, criados e cuidados pelo trabalho socialmente invisível ou minorado de esposas, mães, irmãs, companheiras.

É notadamente por conta deste protagonismo masculino projetado no agronegócio da cafeicultura que, em E4, Maria do Carmo Andrade, embora produtora de um café vencedor em um concurso de qualidade, como a própria reportagem assere (E4: *O café cultivado por Maria do Carmo Andrade*), não recebe ela mesma o troféu da competição. Quem o faz é o esposo: *Ismael José de Andrade foi quem recebeu o troféu*. A evidência deste protagonismo institucionalizado está presente não somente no recebimento do troféu pelo marido, isto é, na ordem pragmática da situação, mas também nas marcas dêiticas de sua enunciação: “*O prêmio é o coroamento de uma vida de trabalho e dedicação **minha**, da **minha** família e de todos os envolvidos [...] **Estou** muito feliz*”. A legitimidade para enunciar em primeira pessoa do singular, *eu*, provém da posição social ocupada por este homem: protagonista da cafeicultura, chefe da família, condição recuperada e perpetuada pelas reportagens analisadas. O papel da cafeicultora fica, neste cenário, diluído na categoria “família”, a qual pertence ao “eu” que enuncia (**minha** família), e que sucede no eixo sintagmático a também **minha** “vida de trabalho e dedicação”. E a cafeicultora é, neste movimento enunciativo, destituída da posição de sujeito

(que produziu o café vencedor em uma das categorias do concurso) à posição de objeto: ela é referida, falada sobre, por um “eu” legítimo naquela e através daquela enunciação. O protagonismo masculino na cafeicultura no Sul de Minas está inscrito na língua em uso: na enunciação.

É importante destacar que o papel de protagonistas desempenhado pelos homens é tão evidente que eles sequer são assim designados. Eles ocupam naturalmente os espaços oficiais da atividade produtiva cafeeira. Neste sentido, a partir da análise dos recortes vimos que:

- 1 – Há um espaço não identificado ou designado para uns, pois é evidente. Há um espaço nomeado e atribuído a outros como um favor ou uma dádiva;
- 2 – Há ausência da fala de mulheres no discurso oficial da FR e nos discursos reportados dos maridos pela FR; a presença das mulheres, quando constatada, é como personagens secundárias, acessórias.

Foram apresentadas até aqui as únicas duas vezes em que testemunhos são atribuídos a mulheres nas matérias de capa da FR. Dois silenciamentos de naturezas distintas são praticados sobre as cafeeiras pela revista e seus discursos reportados. Um primeiro silenciamento toca a circulação dos dizeres dessas mulheres, visto que ausentes no espaço institucional da revista enquanto cafeeiras. Um outro silenciamento diz a respeito do movimento editorial de reportar as únicas duas falas de mulheres de modo a reiterar os papéis sociais historicamente atribuídos a elas: dos cuidados domésticos e familiares. Este segundo silenciamento se dá, portanto, a nível da constituição e da formulação. Uma memória patriarcal sustenta a evidência das falas dessas mulheres. A FR, enquanto mídia institucional legitimada, corrobora e alimenta o efeito de que o lugar das mulheres “não poderia ser outro”.

5.2.2.1 Fala relatada e reiteração de papéis sociais

Traremos neste tópico recortes de uma outra seção da FR onde estão presentes falas relatadas de mulheres. Também se trata de testemunhos, formulados em discurso direto, e que seriam representativos da fala das cooperadas presentes na Feira do Cerrado, evento de que a COOXUPÉ é um dos patrocinadores e idealizadores, e a que está dedicada uma das seções da edição 474 da revista. Esta feira consiste na exposição e negociação de compra e venda de máquinas e outras tecnologias para a cultura do café. Este é um dos vários eventos desta natureza realizados por instituições que fazem parte da cadeia produtiva do café. Vale reiterar que exposições desta natureza estão geralmente orientadas para a produção de café em larga

escala, isto é, para propriedades que dispõem de recursos de diferentes ordens (financeira, espacial, organizacional) que permitam a implementação de processos de mecanização. Uma análise destes recortes foi publicada na edição número 41 dos *Cahiers ALHIM (Amérique Latine Histoire et Mémoire)*, em dossiê intitulado “Territoires féministes en Amérique Latine: voix périphériques”⁶⁶. O título do artigo é “Discours, agro-industrie et le silencement des femmes dans la production de café au Brésil”, de autoria de Mónica Graciela Zoppi-Fontana e Sheilla Maria Resende. Consideremos os recortes abaixo:

E7: Entrei para a cooperativa há apenas quatro meses por influência do meu pai que já é cooperado. É a segunda vez que venho à feira para ver alguns produtos e fazer um orçamento de máquinas de benefícios. **Márcio Rocha Romano, cooperado de Araguari, acompanhado de Josiane, Antony e Giovana** (Edição 474).

E8: Sou cooperada desde 1998, adorei estar na Feira do Cerrado, eu e minhas filhas aproveitamos o Espaço Beleza, vendo os produtos de maquiagem, enquanto meu marido visitou os estandes. Ele veio decidido a comprar uma máquina. **Sirlei Maria Silva, cooperada de Rio Paranaíba, acompanhada de suas filhas Lívia et Luiza e de seu marido Nivaldo** (Edição 474).

E9: Gosto de vir à Feira do Cerrado principalmente para conversar com outros produtores de café, trocar ideias sobre o mercado, pois acho importante esse evento para unir a classe. Além disso, aproveitei para conhecer as novas tecnologias dos maquinários. **Pieter Cardoso Michels, cooperado de Monte Carmelo** (Edição 474).

Em negrito, encontram-se os traços deixados nos recortes pelos processos de silenciamento que viemos apresentando. Duas operações semânticas principais acontecem no funcionamento destes processos:

1 – O efeito de indeterminação x determinação semântica no SINTAGMA NOMINAL (SN) via ARTIGO DEFINIDO (Art. Def.) presente em um dos SINTAGMAS PREPOSICIONADOS. E, sobretudo, uma especificação da relação familiar, no caso das mulheres, que não aparece no caso dos homens. Vale sublinhar a presença de uma regularidade discursiva na construção do SN, que é distribuída de maneira diversa a depender a quais sujeitos (homens ou mulheres) são atribuídos os discursos reportados entre aspas. Este SN é composto de um NOME PRÓPRIO- núcleo seguido de um ou dois ADJETIVOS (ADJ) + SINTAGMA PREPOSICIONADO (SP). O primeiro ADJ₁ + SP após o nome próprio designa um locativo explicitando a vila de origem do/da cooperado(a) (E7: cooperado de Araguari; E8: cooperada

⁶⁶ <https://journals.openedition.org/alhim/9645>

de Rio Paranaíba; E9: cooperado de Monte Carmelo). O segundo ADJ₂ + SP, por sua vez, designa através da preposição DE quem são os acompanhantes do/da cooperado(a) (E7: acompanhado DE + Ø Josiane, Ø Antony et Ø Giovana; E8: acompanhada DE+AS **filhas** Lúvia e Luíza e DE+O **marido** Nivaldo; E9: Ø). Ora, esses encaixes sintáticos funcionam semanticamente sob os efeitos da determinação do interdiscurso, que trabalha como espaço de memória: é graças a uma memória patriarcal que os efeitos de ligação entre um nome próprio masculino e um SP determinado por um artigo definido são tidos como evidentes. Com efeito, a presença do Art. Def. no SP introduz a menção à relação familiar dos acompanhantes em relação ao locutor a quem o testemunho é atribuído, o que acontece no caso das mulheres a quem se atribui a fala, mas não no caso dos homens. Deste modo, as mulheres são representadas em relação à uma memória discursiva em que seu papel se limita ao espaço doméstico e familiar: papel de mãe, de esposa. Quanto aos homens, ao contrário, o seu lugar e sua presença são tão legítimas no discurso institucional da cadeia produtiva do café que eles podem até mesmo ser reportados na FR sem que menção alguma seja feita àquelas ou àqueles que os acompanham. Eles podem ser referidos sozinhos (E9: Pieter Cardoso Michels, ADJ₁+SP, Ø).

2 – A ancoragem dêitica na primeira pessoa do discurso seguida de predicado, cujo efeito é de reiterar os papéis sócio historicamente atribuídos às mulheres e aos homens. Visto que se trata de testemunhos, as marcas dêiticas na primeira pessoa são esperadas, mas os predicados atribuídos nas sequências a esses “eu” permitem observar os traços de uma memória patriarcal hegemônica no agronegócio. Nos discursos relatados dos homens, os verbos na primeira pessoa enviam a ações ligadas à produção de café (e aos negócios da cooperativa): E7: **Entrei** para a cooperativa; **venho** à feira **para ver alguns produtos e fazer um orçamento de máquinas de benefícios**; E9: **Gosto de vir** à Feira do Cerrado [...] **para conversar com outros produtores de café, trocar ideias sobre o mercado** [...]. Além disso, **proveitei para conhecer as novas tecnologias dos maquinários**. Ao contrário, no discurso relatado das mulheres, assim como explicitado no caso das duas falas reportadas a mulheres nas reportagens de capa, os predicados atribuídos através dos verbos enviam ao espaço familiar, doméstico, de cuidado, de beleza: trata-se do lugar da mulher delimitado por uma memória patriarcal já estabilizada. E8: Sou cooperada desde 1998, **adorei estar** na Feira do Cerrado, **eu e minhas filhas aproveitamos o Espaço Beleza, vendo os produtos de maquiagem**, enquanto **meu marido visitou os estandes. Ele veio decidido a comprar uma máquina**.

Ora, a FR, via discurso relatado, trabalha a oposição clara entre o espaço doméstico/familiar e o espaço da empresa/mercado, bem como a distinção do trabalho dos sujeitos que podem ocupar este e aquele espaço, o que se materializa, nos recortes, pela oposição entre o

que atrai a atenção das entrevistadas e dos entrevistados na Feira: máquinas e tecnologia x produtos de maquiagem. Ademais, vale indicar que a revista destaca que os homens declaram ir ao evento com um objetivo, ao contrário das mulheres, que “aproveitam” o tempo na Feira enquanto seus maridos se ocupam dos negócios.

5.2.2.2 Testemunhos, imagens, anedotas e identidades

Na FR, os testemunhos via discurso direto aparecem seja no corpo das notícias e reportagens, seja em seções dedicadas a este tipo de fala reportada. Segue, abaixo, a seção de onde foram retiradas as falas reportadas analisadas no tópico imediatamente anterior, bem como as imagens que os correspondem na composição editorial desses testemunhos.

Figura 12: Testemunhos na edição 747 da FR

FOLHA RURAL • MARÇO 2018

E ELLES – COOPERADOS - APROVEITARAM A FEIRA DO CERRADO...

“Sou cooperada desde 1998, adorei estar na Feira do Cerrado, eu e minhas filhas aproveitamos o Espaço Beleza, vendo os produtos de maquiagem enquanto meu marido visitou os estandes. Ele veio decidido a comprar uma máquina

SIRLEI MARIA SILVA, COOPERADA DE RIO PARANAÍBA, ACOMPANHADA DAS FILHAS LÍVIA E LUIZA E DO MARIDO NIVALDO

“Entrei para a cooperativa há apenas quatro meses por influência do meu pai que já é cooperado. É a segunda vez que venho à feira para ver alguns produtos e fazer um orçamento de máquinas de benefícios

MÁRCIO ROCHA ROMANO, COOPERADO DE ARAGUARI, ACOMPANHADO DE JOSIANE, ANTONY E GIOVANA

“Gosto de vir à Feira do Cerrado principalmente para conversar com outros produtores de café, trocar ideias sobre o mercado, pois acho importante esse evento para unir a classe. Além disso, aproveitei para conhecer as novas tecnologias das maquinárias

PIETER CARDOSO MICHELS, COOPERADO DE MONTE CARMELO

“Estive em todas as edições da feira, sou cooperado, produzo leite e vim comprar ração, gosto de ver as novidades e passear um pouco

ANTÔNIO PEREIRA DA CUNHA, COOPERADO DE COROMANDEL

“Gostei bastante da feira, fiz pedido de uma máquina, no caso uma adubadeira que estou precisando. E antes de ir embora passei aqui no Empório e vou levar um chapéu

AMIR ALVES MACHADO, COOPERADO DE COROMANDEL

“Vim para fechar negócio, fiz orçamentos de implementos para uma área nova na nossa propriedade, beneficiador, trinchas e trator. Agora vou decidir o que irei levar

RODRIGO GARCIA CARDOSO, COOPERADO DE MONTE CARMELO

“Já estou acostumado a frequentar feiras, antes de ter aqui em Coromandel, estava sempre presente na Femagri. Hoje vim para comprar produtos como Lavadora, Máquinas de Benefícios, carreta e ferramentas

MÁRCIO BRUNO DE XAVIER JÚNIOR, COOPERADO DE SERRA DO SALITRE

“Acho muito importante atualizar o maquinário, porque assim consigo produzir um café com mais qualidade e consequentemente com valor mais alto no mercado. Fiz alguns orçamentos, agora vou estudar para definir o que irei comprar

ADELMIR VIDAL, COOPERADO DE ARAGUARI

“Quero investir em um café com cada vez mais qualidade, por isso, vim comprar máquinas de classificação, as famosas mesas dessimétricas, que evitam as perdas na hora de entregar o grão. Minha ideia é aproveitar a oportunidade de pagamento em sacos de café e irei dividir a máquina com meu irmão, que tem uma fazenda vizinha à minha. Trabalhamos unidos para crescermos mais rápido, gostamos de estar nas feiras para aproveitar as boas oportunidades de compra de maquinários

GERALDO ALVES CORREA E O IRMÃO SANDOVAL ALVES CAIXETA, COOPERADOS DE COROMANDEL

Fonte: Folha Rural, 2018.

No que tange à iconografia (escolha da foto ilustrativa) e o discurso que a acompanha, eles são isotópicos, isto é, apresentam o mesmo tópico. Em se tratando dessa formulação dos testemunhos indicada entre aspas, seguida pelos sintagmas nominais que os

referem juntamente às fotos dos sujeitos entrevistados circulando em uma mídia institucional, G. Cornu (1991) aponta que vale ponderar, de início, sobre a (i) identidade dos sujeitos envolvidos em uma comunicação desta natureza, assim como sobre (ii) o contexto financeiro, político, técnico em que esta comunicação se encontra implicada. A mesma autora vai dizer que, sob uma perspectiva histórica, a publicidade moderna desempenha um papel que era outrora praticado pelo Poder Real ou religioso, a saber: um meio de expressão dos poderes político, econômico, moral. Ora, a publicidade é uma das funções comunicativas da FR enquanto mídia institucional: servir como vitrine da COOXUPÉ, com vistas a exercer uma injunção sobre os interlocutores, qual seja: de adesão à cooperativa. Trata-se da função conativa de R. Jakobson (1963), praticada no sentido de promover uma ação por parte do interlocutor. Com efeito, as fotos têm um papel de agir sobre o outro como se elas fossem, a uma só vez, uma prova do testemunho dos depoentes, uma ilustração (função referencial) e um meio de atingir emocionalmente o outro (função conativa).

Tomemos, então, a identidade dos sujeitos envolvidos na comunicação institucional da COOXUPÉ, via FR. Embora a COOXUPÉ seja a maior cooperativa de café do mundo, e exerça impacto sobre o agronegócio do café a nível nacional, ela é sul mineira, com sua sede localizada no município de Guaxupé. A cafeicultura sul mineira, conforme exposto no início deste capítulo, é praticada sobretudo por famílias de agricultores. Dados oferecidos pela página virtual da COOXUPÉ⁶⁷ dão conta que a cooperativa conta atualmente com 15.000 cooperados, sendo que 95% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar. Dado isso, as identidades dos principais sujeitos envolvidos, que não são apenas alvo, mas também objetos daquela comunicação, são aquelas que remetem à família: são maridos, esposas, pais, mães, filhas, filhos, irmãos, irmãs. Quanto ao contexto financeiro, político e técnico em que esta comunicação se desenrola, estamos falando de uma instituição que, embora tenha surgido em 1932 como uma Cooperativa de Crédito Agrícola, e se tornado, em 1957, uma Cooperativa de Cafeicultores, funciona aos moldes de uma empresa privada. Isso porque a maneira como a prática da cafeicultura se legitima e se institucionaliza no Brasil está fundada sobre bases econômicas e mercadológicas. Assim sendo, ela tem como princípio a otimização da produção do grão de café, através de uma relação custo-benefício favorável, que será “tão maior quanto mais racionalizados forem as etapas produtivas”. Descritas identidades e contexto imbricados na comunicação institucional de que a FR é suporte, vejamos o efeito da combinação entre

⁶⁷ Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

elementos linguísticos e extralinguísticos, isto é, dos testemunhos e imagens, os quais também são uma constante nas edições da revista analisadas.

Para esta análise, utilizaremos a proposta teórica de G. Cornu (1991), em “Sémiologie de l’image dans la publicité”. Isto porque, conforme explicitado mais acima, consideramos a publicidade uma das funções da comunicação institucional da COOXUPÉ, de que se ocupa a FR enquanto mídia institucional. Uma meta-publicidade, já que não há um produto-objeto ou um serviço-objeto de que se queira persuadir à compra os interlocutores. A própria cooperativa e seus valores institucionais são sujeito e objeto que se quer fazer projetar. Tal qual propõe a autora, dividiremos a análise em três unidades: a do tempo, a do lugar e a da ação. A nível metalinguístico o papel e o lugar- no sentido pecheutiano do termo- conferido às mulheres é o mesmo. Trata-se também de uma isotopia, já mencionada anteriormente. A nível descritivo, contudo, as imagens não dizem a mesma coisa que os testemunhos. Vale, então, ressaltar que a articulação entre os testemunhos e as imagens produzem um primeiro efeito de contenção da polissemia das fotos a nível descritivo. À discricção da língua não corresponde uma discricção da imagem, cujo próprio é justamente um dinamismo da significação. Primeira conformação: leia a imagem em acordo com o testemunho que a refere.

*Tempo*⁶⁸. As imagens trazem como plano de fundo diversos cenários que integram uma feira agropecuária de máquinas, implementos e outras tecnologias agrícolas. É possível observar tratores, espaços divididos em *stands* (como o da recepção, por exemplo), pôsteres de conteúdo técnico e/ou publicitário. Em primeiro plano, homens, mulheres e crianças aparecem vestidos de forma a corresponder a uma espécie de convenção de vestuário para o meio rural, ao menos para o Sul de Minas: camisas de botão, listradas ou xadrez, camisetas modelo pólo, chapéus e boné, além dos crachás que permitem a identificação dos visitantes da feira e a circulação deles pelo espaço do evento. Chapéus e bonés, muito antes de ser caracterizados como acessórios que, associados a outros elementos, remetem ao meio rural, servem ao trabalho sob o sol desempenhada por agricultoras e agricultores. No entanto, nos espaços públicos, como o da FR, por exemplo, estes itens são portados frequentemente por homens. Isso não é um acaso. Ele também faz funcionar a diferença entre trabalho rural masculino e trabalho rural feminino. A diferença que se quer produzir via mídia institucional, em todo caso. Eles são apresentados ainda com cortes de cabelo tradicionais, isto é, sem particularidades que remetam a um estilo de época. Cornu (1991) argumenta que as alusões trazidas via imagem devem ser “falantes”, ou seja, devem dizer algo aos destinatários em potencial, para produzir identificação. Todos os

⁶⁸ Entendido no sentido de “história”.

elementos indicados “falam” aos destinatários: aos 95% de cooperadas e cooperados que vivem da agricultura familiar, e também aos destinatários em prospectiva: outras cafeicultoras e cafeicultores que vivam igualmente da agricultura familiar. Apenas um destes elementos, contudo, apresenta temporalidade marcada: o plano de fundo da Feira do Cerrado. Esta temporalidade está fixada e determinada pelo título da seção que introduz as fotos e depoimentos (“E eles – cooperados – aproveitaram a **Feira do Cerrado...**”) lido na Edição 747 da Folha Rural, correspondente à publicação de **março de 2018** da revista. Os demais elementos visuais que compõem a cena enviam à família e ao meio rural, ou seja, a famílias rurais, a homens e mulheres rurais, sem, contudo, fixar precisamente a temporalidade destes componentes, só fazendo projetá-los naquela atualidade da Feira. São cafeicultoras e cafeicultores recortados do tempo e do espaço que os constituem. Evita-se ao máximo a presença de elementos que remetam a uma temporalidade qualquer que seja ela (acessórios, vestimentas, marcas de atualidade no corpo, como cortes de cabelo particulares de uma época, ou maquiagens com a mesma característica) para que estes componentes possam não somente fazer sentido por identificação para os destinatários de qualquer tempo, mas também para que possam servir a bem dissimular a diferença entre a marcação da atualidade projetada da Feira e a indeterminação temporal das agricultoras e agricultores projetados e que constituem seu público-alvo. Trabalha-se o limite entre as determinações da identidade que se quer projetar e a imprecisão da temporalidade a que elas possam remeter, para que elas possam figurar melhor juntas a despeito de suas contradições. Cornu (1991) vai argumentar que “essas referências imagéticas se apresentam como emblemas”:

C'est-à-dire littéralement comme des pièces de marqueterie, détachées de leur contexte scientifique ou historique : **emblèmes porteurs de valeurs affectives**. Ces représentations ponctuelles [...] ne sont pas **pensées** par le destinataire dans leur dimension culturelle, mais elles sont **ressenties** comme des valeurs actuelles : en ce sens, ces éléments jouent le rôle d'emblèmes (CORNU, 1991, p. 50).

Representações imagéticas que circulam como emblemas de agricultoras e agricultores “atuais”, “modernos”, frequentadores de feiras agropecuárias para exposição de tecnologias, produzem efeitos sobre os sujeitos via identificação afetiva. A força com que as fotos preenchem a visão (BARTHES, 1964) joga no sentido de fazer fundir como atualidade imagens heteróclitas, surgidas de temporalidades distintas.

Abaixo, publicidade de uma provedora de internet que também serve a ilustrar o que viemos mostrando em termos de fusão de temporalidades distintas.

Figura 13: Publicidade da provedora de internet HughesNet

AGORA SIM A INTERNET CHEGOU AO CAMPO!

A HughesNet®, líder mundial em internet via satélite, é ideal para você que precisa de conexão em sua casa na área rural para checar a previsão do tempo, cotação da safra, falar com amigos e muito mais.

5 MOTIVOS PARA VOCÊ ESCOLHER HUGHESNET

- LÍDER MUNDIAL EM INTERNET VIA SATÉLITE
- WI-FI DE PRESENTE
- CONEXÃO ESTÁVEL
- INSTALAÇÃO FÁCIL TÉCNICO VAI ATÉ VOCE
- SUPORTE TÉCNICO 24H

PLANOS A PARTIR DE **10 MEGA** DE VELOCIDADE E 30 GIGA DE FRANQUIA

HughesNet
AGORA SIM VOCÊ TEM INTERNET.

SAIBA MAIS
0800 878 5169
viasatelite.com.br

Fonte: Folha Rural, 2018.

Na publicidade, contudo, a contradição entre essas temporalidades é denotada pela frase de efeito que a compõe: “Agora sim a internet chegou ao campo!”. A combinação do advérbio de tempo “agora” e do de afirmação “sim”, juntamente com o verbo “chegar” no pretérito perfeito, dão o tom da atualidade do acontecimento “internet no campo” e da demora e/ou falta de eficiência das provedoras concorrentes para contemplar efetivamente o meio rural com seus serviços. A imagem, que funde o tempo do produtor rural à modernidade significada pelo tablet (com acesso à internet), também trabalha no sentido de dissimular a contradição apontada pelo próprio enunciado da publicidade: ora, as benesses trazidas pela internet, agora acessíveis ao produtor, vão minimizar (senão compensar) a diferença temporal entre o homem

e a mulher do campo e as novas tecnologias digitais. De volta à análise das imagens e depoimentos da Feira do Cerrado, segue abaixo a encenação.

Mise en scène. A cena está posta. O plano de fundo da Feira do Cerrado descrito logo acima está projetado na atualidade daquela enunciação. Qualquer personagem (constituído pelo destinatário da comunicação institucional) deve poder se projetar neste espaço (CORNU, *op. cit.*), mas não de qualquer maneira. Homens sozinhos ocupam a posição central de um primeiro plano. Mulheres dividem este primeiro plano com homens e crianças. Elas não aparecem sozinhas nas imagens, nem nesta seção recortada para análise nem em nenhuma das demais edições da FR que compõem este *corpus* de trabalho. Agricultores sozinhos: “trocamos ideias sobre o mercado”, “gosta de ver as novidades”, “fazem pedidos de máquinas”, “fecham negócio”, “compram produtos como lavadora e máquina de benefício”, “atualiza o maquinário”. Agricultores com suas famílias também se relacionam diretamente com o plano de fundo da Feira: “é a segunda vez que venho à feira ver alguns produtos”, diz Márcio Rocha Ramos, acompanhado de mulheres que compõem sua família; “Ele veio decidido a comprar uma máquina”, diz Sirlei Maria Silva se referindo ao marido. Os dois irmãos agricultores igualmente: Geraldo Alves Correa diz que “quer investir em um café com cada vez mais qualidade”, ele quer “aproveitar a oportunidade de pagamento em sacas de café e dividir a máquina com o irmão, que tem uma fazenda vizinha à dela”, os irmãos “trabalham unidos, para crescerem mais rápido”. Por seu turno, as mulheres mais velhas que aparecem nas duas primeiras imagens não estão diretamente ligadas ao plano de fundo da Feira. Elas estão relacionadas às outras pessoas que dividem com elas o primeiro plano da foto: com o marido, com as filhas, com o filho. Esta relação está projetada nas imagens e nos enunciados articulados a elas: “eu e minhas filhas aproveitamos [...] enquanto meu marido”, diz Sirlei; Márcio Rocha Romano, cooperado, está acompanhado de Josiane, Antony e Giovana, que não se presentificam na fala reportada, mas no enunciado que a reporta e na foto. Se efeitos de pré-construído recuperáveis graças ao trabalho de uma memória patriarcal garantem a evidência das imagens, das falas, dos enunciados que as reportam, e da relação entre estes componentes, cada um dos destinatários identificados com estas projeções deve se sentir lisonjeado pelo reconhecimento (CORNU, 1991) e representação legítima. *Voilà* o que os franceses chamam de *boucle*: o componente extralinguístico em articulação com o componente linguístico da cena materializa via metáfora a memória que sustenta a naturalidade das projeções, enquanto, ao mesmo tempo, concorre para os processos de identidade dos sujeitos que são destinatários daquela publicidade institucional. Na cena atual e moderna da Feira do Cerrado, há personagens: os homens, protagonistas e alvo das tecnologias expostas no evento, as mulheres, acompanhantes, em

relação direta com os protagonistas e com os outros participantes da cena, sem, no entanto, se relacionar diretamente com ela.

Para lançar luz sobre o que viemos argumentando, consideremos a imagem abaixo:

Figura 14: Família de agricultores



Fonte: Acervo da pesquisa.

Nesta imagem, que tem como plano de fundo uma lavoura de café, aparece uma família de agricultores, assim como nas duas primeiras imagens articuladas a depoimentos mostradas acima em edição da FR. Há na imagem uma mulher, um homem e dois meninos: uma mãe, um pai e dois filhos homens. A mulher encontra-se em posição central na fotografia, ocupando o maior espaço na imagem. Ela, juntamente com os dois filhos, estão, respectivamente, no segundo e primeiro plano da foto, encontrando-se o homem num terceiro plano, atrás da mãe e dos filhos. As vestimentas e acessórios que a família porta são camisas-uma delas com estampa xadrez- camisetas, chapéus. Componentes que enviam ao meio rural, e são igualmente atemporais, assim como no caso das outras imagens descritas anteriormente. A relação entre o plano de fundo que mostra os pés de café e os chapéus portados por todas as pessoas que figuram na imagem, bem como a camisa suja do homem, colocam um aspecto da relação cenário-personagens que é comum a todos os ali presentes: o trabalho. Se nas imagens articuladas a testemunhos, da maneira como trazidas pela FR, a relação das personagens com o cenário se dá (i) de forma direta, no caso dos homens, protagonistas de uma agricultura mecanizada, moderna, ou (ii) de forma indireta, no caso das mulheres, que se relacionam diretamente aos outros personagens da cena, não ao plano de fundo, na foto acima, a relação

direta de todas as personagens com o plano de fundo está posta. O chapéu portado por todos e sobretudo pela mulher é o componente visual que abre para a contradição na comparação entre esta foto e as fotos e testemunhos constantes na FR. Caso o plano de fundo desta imagem fosse o mesmo das fotografias que a FR compõe e faz circular (uma feira agropecuária), e articuladas e mantidas as regularidades linguísticas e discursivas dos depoimentos, a significação não seria concebida de forma tão linear quanto na página da revista, na medida em que haveria um descompasso entre plano de fundo, personagens e depoimentos. O chapéu, outrora peça de vestimenta com utilidade prática, qual seja: proteger a cabeça e o rosto do sol enquanto a agricultora e o agricultor, e frequentemente as crianças trabalham no campo, aparece como acessório na página da FR. Este acessório, então, serve a remeter as personagens à condição de pertencimento ao meio rural, e a projetar o protagonismo masculino em um aspecto: o do trabalho produtivo, a ser racionalizado, otimizado, com as tecnologias de produção expostas na Feira do Cerrado. Dizendo de outro modo: a relação entre trabalho produtivo no campo, protagonismo masculino, agricultura, cafeicultura, tecnologias e modernização precisa ser trabalhada institucionalmente, para que ela possa, então, ser forjada e concorrer para a concepção da identidade institucional da FR e dos destinatários desta mídia. Uma mudança de estatuto do chapéu nas diferentes imagens, concebidas em diferentes condições de produção, assim como do plano de fundo delas, aponta para a heterogeneidade que a FR pretende linearizar. “**Gostei bastante da feira, fiz pedido de uma máquina, no caso uma adubadeira que estou precisando. E antes de ir embora passei aqui no Empório e vou levar um chapéu.**” **Almir** Alves Machado, **cooperado** de Coromandel. Sozinho, ocupando posição central na foto, sobre um plano de fundo que seriam estandes da feira. À direita de Amir, um homem de costas, vestindo branco (conforme imagem e depoimento centrais na página da FR trazida mais acima).

Ação. Estabelecidos tempo e espaço de uma narrativa institucional engendrada através da articulação entre imagem e enunciados na FR, o que se segue é a ação, o movimento. Assim como no caso das imagens publicitárias de produtos e serviços, que inundam sobretudo o espaço urbano, estamos argumentando no sentido de demonstrar que as fotos e discursos relatados da maneira como editados e postos a circular na FR:

Raconte des histoires bien connues: la rencontre, l'attente, l'aventure, la satisfaction...; [...] ils (as personagens) agissent comme des marionnettes d'une fable où notre civilisation se contemple avec bonheur. [...] il s'agit de récits exemplaires, qui se déroulent sous nos yeux ou qui sont implicites (CORNU, 1991, p. 52).

A história que a FR nos conta é persuasiva porque ela é contada pela voz das próprias personagens que a encenam. A partir da ventrilocagem das falas dos cafeicultores e cafeicultoras, bem como da composição destas com as imagens que fariam corresponder à enunciação dissimulada à propósito da Feira do Cerrado, a revista, enquanto mídia institucional, faz projetar: (a) uma relação de contiguidade entre um cenário de agricultura tecnológica, mecanizada e a agricultura praticada por famílias, (b) o homem como protagonista deste cenário, (c) as mulheres como coadjuvantes, em relação direta não com o cenário, mas com as outras personagens. O que temos, então, é que a revista assinada pela maior cooperativa de café do mundo trabalha institucionalmente a unidade entre regimes de cultivo de estatutos distintos: o agronegócio e a agricultura familiar. Vale ressaltar que estes dois regimes diferentes não se encontram em paralelo, mas em relação assimétrica no que tange os percursos históricos de um e outro regime, bem como os efeitos sociais e políticos de um e de outro. Ora, o agronegócio, ou, mais precisamente, o que viria a ser o agronegócio cafeeiro, conta com políticas governamentais de implementação desde a década de 1930, conforme discutimos em tópico precedente. A agricultura familiar, com esta designação, legitimada via jurídico, aparece na década de 1990 para denotar um estado de coisas que o agronegócio, hegemônico, não contemplava. Temos aqui, então, mais uma evidência da assimetria referida logo acima: a agricultura familiar é constituída, no Brasil, por sua relação com agronegócio. Neste sentido, para linearizar a decalagem entre cenário e personagens, ou melhor, para promover sob um efeito de *mise à plat* toda a densidade histórica e política dos dois regimes que estão contracenando para que eles possam figurar juntos, sem oportunizar estranhamento, nada melhor do que uma narrativa da vida banal, cotidiana: uma anedota. O dicionário francês Larousse define uma anedota (*anecdote*) como sendo: “Fait de caractère marginal, relatif à une ou à des personnes, inédit ou peu connu, auquel on peut attacher une signification, mais qui reste accessoire par rapport à l'essentiel : **Récit historique qui se perd dans l'anecdote.** » Por este caminho, a FR forja sua identidade institucional e interfere nas relações sociais do público a que se destina. Num primeiro plano, a FR literalmente mostra que agricultura familiar e agronegócio podem caminhar juntos, quando, na realidade, mais adequado seria dizer que famílias de agricultores podem (e devem) praticar o agronegócio da maneira como oportunizado pela cooperativa, logo, o silenciamento da agricultura familiar pelo agronegócio; num segundo plano, na “Ação”, a divisão sexual dessas ações: os homens agem, as mulheres acompanham. Segundo silenciamento: das mulheres pelos homens.

5.3 Discurso direto e silenciamento dissimulado

O discurso direto (DD) carrega uma prerrogativa de objetividade, dado que, por ser relatado “tal e qual”, ele não estaria “contaminado” pelo discurso que o cita. No plano formal, a presença das aspas asseguraria esta não contaminação. Uma tradição escolar de ensino de Língua Portuguesa na educação básica geralmente traz o DD como uma primeira modalidade para reportar o discurso do outro, a mais “fácil”, já que, para citar, basta aprender as regras formais de pontuação e paragrafação para a introdução das falas a compor a enunciação em questão, bem como verbos *dicendi*. Parece-nos que essa “simplicidade” ou “facilidade” para reportar este tipo de discurso é tributária da quebra sintática sob a qual esta modalidade se realiza. A não necessidade de engendrar recursos linguísticos formais para encaixar o discurso do outro na sintaxe da enunciação em curso (no caso, as orações introduzidas pela conjunção subordinativa “que” e verbos no modo subjuntivo) ajudam a corroborar o efeito de objetividade deste tipo de heterogeneidade discursiva.

Neste tópico, após mostrar silenciamentos praticados pela FR sobre as cafeicultoras via discurso reportado, retomaremos alguns aspectos teóricos relacionados a esta forma de trazer a voz do outro. Nosso objetivo é mostrar como a aparência de objetividade deste tipo de discurso dissimula o silenciamento praticado por aquele que reporta, o que ajuda a garantir sua eficácia.

Primeiramente, é importante recuperar a ideia de que a enunciação é a realidade da língua e que seu próprio é ser única, individual e não reiterável (BENVENISTE, 1966). Elementos extra verbais constituem-na e são, portanto, recuperáveis em seu produto: o enunciado (DUCROT, 1984). Estes elementos estão elencados abaixo:

- (a) um horizonte espacial, semântico e avaliativo (axiológico) comum aos interlocutores;
- (b) o conhecimento e a compreensão da situação, igualmente comuns aos interlocutores;
- (c) a avaliação das condições de produção, também comum a eles.

A este respeito, J. Authier-Revuz (1984), questionando-se sobre o estatuto de certas categorias enunciativas para dizer a respeito da heterogeneidade mostrada, tais como: as aspas, as glosas, os discursos reportados, a ironia, problemáticas “a despeito ou em razão de seu caráter ‘natural’, ‘intuitivamente falante’” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 98), argumenta que:

Il me semble que ces notions sont, de fait, nécessairement ancrées dans de l'extérieur à la linguistique **en tant qu'il produit** — de façon naïve ou théorisée — **des conceptions du sujet et de son rapport au langage**; et que, faute pour la linguistique d'explicitier son rapport à cet extérieur, et quelles que soient les précautions qui puissent être prises pour délimiter un champ autonomement linguistique, **l'extérieur fait inévitablement retour implicitement**, dans un domaine comme celui de renonciation, à l'intérieur de la description, et cela, sous la forme « naturelle » de la reproduction, dans l'analyse, **des évidences éprouvées par les sujets parlants quant à leur activité langagière** (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 98, grifos nossos).

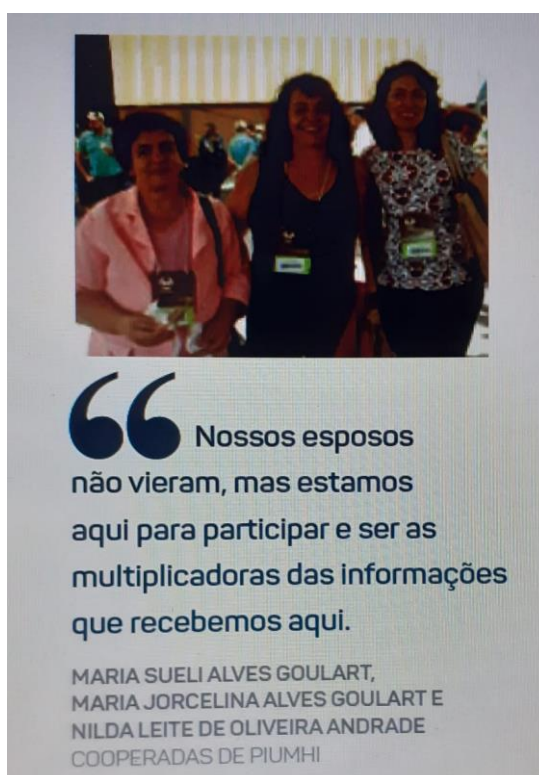
É justamente devido a este exterior que retorna via pré-construído que os discursos diretos trazidos pela FR, a uma só vez, reiteram e se encontram apoiados. Este conteúdo semântico que produz efeitos na enunciação sem ser formulado é possível de ser recuperado em relação às condições de produção. Esta possibilidade de recuperação se dá graças não somente a um horizonte espacial exterior comum e imediato aos interlocutores, mas também a uma memória estabilizada que confere lastro a este horizonte, e que é atualizada na produção de enunciados, determinando a leitura de seus implícitos.

O gesto editorial de conferir espaço na FR às falas atribuídas a homens para dizer do agronegócio do café e das ações da COOXUPÉ no sentido de promovê-lo, enquanto as falas atribuídas às mulheres ocupam um espaço visivelmente menor na revista; os verbos *dicendi* utilizados para introduzir as falas dos homens que ocupam diferentes posições institucionais na cadeia produtiva cafeeira; os sintagmas nominais que referem o locutor de quem se reporta a fala; as formulações selecionadas para ser reportadas, todas estas operações envolvidas na prática de citar, longe de serem formas de manter a “independência de significar do discurso reportado”, sinalizada formalmente por uma quebra sintática, apostam no resgate e na atualização dos pré-construídos que encontram-se sustentados por uma memória de agricultura patriarcal, “racional”, cuja eficácia produtiva deve ser garantida por tecnologias e máquinas agrícolas, sob um modo de funcionamento empresarial. Deslocar um enunciado de suas condições de produção para trazê-lo a significar em uma enunciação outra, ainda que via tomada de distância do enunciado reportado, é movimento que concorre para a construção da identidade da FR. Com efeito:

Au niveau du fil du discours, localiser un point d'hétérogénéité, c'est circonscrire celle-ci, c'est-à-dire poser par différence, pour le reste de la chaîne, l'homogénéité ou l'unicité de la langue, du discours, du sens [...]. En même temps, le renvoi à un ailleurs, à un extérieur explicitement spécifié ou donné à spécifier, *détermine* automatiquement par différence un *intérieur*, celui du discours ; c'est-à-dire que la désignation d'un extérieur spécifique est, à travers chaque marque de distance, une opération de constitution d'identité pour le discours (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 105, grifos da autora).

Ora, o discurso direto (DD) mobilizado na FR trata-se mesmo de uma autonomia, pois ao circunscrever enunciados outros através dos gestos elencados acima e demonstrados nas seções precedentes, o discurso do agronegócio representado pela revista assimila-os em prol da dissimulação de linearidade da sua identidade institucional; isto é, a FR se mostra ela mesma ao reportar o discurso do outro. Ao fazê-lo, a revista, via ventriloquia do discurso reportado materializada através dos funcionamentos que expusemos, simula dar a palavra à agricultura familiar, representada por homens e mulheres que cultivam café sob este regime, para melhor conformá-los ao regime do agronegócio, e simula dar a palavra às mulheres para melhor colocá-las em silêncio, ao reiterar legitimando os espaços doméstico e familiar ocupados por elas. Neste sentido, a imagem e depoimento abaixo, retirados da edição 475 da FR, também ilustra esse silenciamento via DD.

Figura 15: Depoimento na edição 475 da FR



Fonte: Folha Rural, 2018.

Compondo a rubrica “Um giro na UD⁶⁹ em Alpinópolis”, a composição imagem + depoimento acima é a única que mostra somente mulheres e que reporta a fala de uma delas. Designadas pelo FR como “cooperadas de Piumhi”, três mulheres aparecem juntas e o depoimento é atribuído às três. Trata-se de uma construção sintática por coordenação

⁶⁹ Unidade de distribuição.

adversativa via conjunção “mas”: (1) Nossos esposos não vieram, (2) estamos aqui para participar [...]. Uma paráfrase por subordinação adverbial concessiva pode ajudar a lançar luz sobre a divisão sexual do trabalho presente nesta fala reportada: “Embora nossos esposos não tenham vindo, estamos aqui para participar e ser as multiplicadoras das informações que recebemos aqui.” A concessão indicada neste período via conjunção “embora” mostra um redirecionamento da direção argumentativa do enunciado: ora a ausência dos maridos pudesse significar igualmente a ausência das esposas, no enunciado em questão, as esposas compareceram. A oração adverbial final “para participar e [para] ser as multiplicadoras das informações que recebemos aqui” devolve às mulheres o papel que lhes cabe historicamente: não de executoras das informações recebidas num encontro de treinamento para o cultivo de café, mas de transmissoras dessas informações (aos maridos, protagonistas legitimados?). Além dessa concessão e propósito da ida das mulheres ao evento promovido pela COOXUPÉ revelar a divisão sexual do trabalho que pesa sobre elas, o próprio início da fala reportada confere protagonismo aos homens: a oração principal do período dá conta de sua ausência (“Nossos esposos não vieram”).

Desta maneira nós demonstramos o papel da FR como mídia jornalística institucional que intervém nas relações sociais como espaço de regularização, estabilização e perpetuação de uma memória discursiva. Tomar enunciados produzidos em enunciações únicas e não reiteráveis e fazê-los circular em enunciações outras, quaisquer que sejam as formas materiais de trazê-los, antes de dar a conhecer os sujeitos daqueles reportados, lança luz sobre o lugar daquele que reporta: o do agronegócio cafeeiro. À medida em que uma identidade homogênea para a FR vai sendo constituída pelo e através do discurso, as identidades dos sujeitos que se encontram nela representadas também são forjadas, tamanho o poder de uma mídia que atualiza, recria e perpetua uma memória sócio histórica institucionalizada, uma espécie de chave de leitura para a prática da agricultura no país.

5.4 O protagonismo das mulheres na cafeicultura viabilizado por um projeto da COOXUPÉ: análise de uma reportagem sobre o projeto “Flores do Café”

A edição 475 da FR traz uma reportagem excepcional sobre o projeto com cafeicultoras intitulado “Flores do Café”, de iniciativa e responsabilidade da COOXUPÉ. Essa edição é de abril de 2018 e seu caráter excepcional se deve ao fato de que esta é a única reportagem da revista que mostra as cafeicultoras como tais no período compreendido pelas edições que compõem nosso corpus de arquivo.

A reportagem de uma página, intitulada “Projeto da Cooxupé em Caconde une e qualifica mulheres sobre a produção de café”, informa que o projeto Flores do Café foi idealizado pelo Núcleo da COOXUPÉ em Caconde, interior do estado de São Paulo, e data de fevereiro de 2017. Seu objetivo é de “Qualificar, unir e envolver as famílias de cooperados no dia a dia da produção de café” (p. 12).

Como característica da reportagem jornalística, é dada voz às personagens que compõem o tópico da exposição de que ela se ocupa. Neste caso, em coerência com o próprio fim do projeto, é dada voz às mulheres via discurso direto (DD), isto é, sob o formato de testemunhos trazidos entre aspas e atribuídos às participantes do projeto. Os primeiros depoimentos trazidos são atribuídos a uma especialista:

D1⁷⁰: “O principal objetivo foi trazer as mulheres para o protagonismo da produção de café. Aproximá-las dos processos em suas propriedades, levar qualificação e troca de experiências para incentivar a maior participação delas no dia a dia da produção.” Explica Marcela Cristina Marçal, supervisora administrativa do Núcleo da Cooxupé em Caconde, SP. [...] Todo mês, cada reunião é realizada na propriedade de uma das produtoras. Levantamos as práticas dessa propriedade para compartilhar o conhecimento e também agregar informação”, diz Marcela.

Os verbos de movimento “trazer”, “aproximar”, “levar”, bem como o verbo “incentivar”, dos quais “as mulheres” são o objeto reclamado pelas respectivas transitividades, asserem a distância entre essas mulheres e o “protagonismo da produção de café”, “os processos [de cultivo] em suas propriedades”, a “qualificação e a troca de experiências”. Todos esses movimentos configuram um incentivo para que elas tomem parte “no dia a dia da produção”. O agente desses movimentos e ações, que aparecem dissimulados sintaticamente, já que os verbos estão em forma nominal de infinitivo, é a própria Cooxupé, através do projeto promovido e mantido por ela e de seu objetivo.

As mulheres aparecem significadas, a partir da apresentação do projeto Flores do Café via discurso direto de uma especialista, como objeto sintático e factual de uma dádiva, concebida sob a forma de projeto, pela cooperativa, o que configura uma autopromoção da instituição no que diz respeito a práticas visando à equidade de gênero na cafeicultura.

Entendendo a FR como representante do discurso do agronegócio, o processo de produção de sentido para este projeto voltado a mulheres na cafeicultura apresenta em seu cerne mesmo uma contradição: as mulheres, outrora excluídas do processo produtivo do café por uma forma de praticar a agricultura aos moldes neoliberais, forma esta que o discurso da FR

⁷⁰ Depoimento 1.

contribui a reproduzir e perpetuar, são trazidas para tomar parte da atividade pela mesma instituição que contribui para sua exclusão simbólica, com efeitos em suas identidades.

No período “Levantamos as práticas dessa propriedade para compartilhar o conhecimento e também agregar informação.” temos uma enunciação em primeira pessoa atribuída à especialista, que enuncia coletivamente (“levantamos”). Quem compõe esse “nós” com quem Marcela enuncia, pela base de significação em que este enunciado está apoiado, seriam os demais especialistas que trabalham no projeto, e que seriam os representantes da Cooxupé e de seu discurso. Sob o mesmo lastro de sentido, o efeito dos verbos em forma nominal e menos unilateral “compartilhar” (o conhecimento) e “agregar” (informação) é de reafirmação da necessidade dessas mulheres estarem alinhadas à maneira como é significada a cafeicultura: por uma leitura econômica, em que pesa sobre elas a divisão de gênero do trabalho, o que as afastaria das práticas produtivas em suas propriedades, e que um projeto de equidade de gênero no campo poderia resgatá-las e ajudá-las a ressignificar suas práticas. Com efeito, os discursos diretos que seguem, estes atribuídos às cafeicultoras contempladas pelo projeto Flores do Café mostram esse efeito de ressignificação proporcionado pelas intervenções do projeto. A fala de cafeicultoras aparece, nessa reportagem, após a da especialista e de sua apresentação do Flores do Café.

D2: “Posso dizer que o Flores do Café fez uma revolução em minha vida. Abriu meus horizontes para o conhecimento. Hoje, eu que tomo conta de minha propriedade, conta Cláudia Lúcia Junqueira Scali, produtora de Tapiratiba, SP. “É um apoio às mulheres nesse desafio de administrar a produção de café e forma de dividir e propagar o conhecimento”, conclui.

A afirmação dessa ressignificação proporcionada pelo projeto dita pelos seus alvos mesmos (“o Flores do Café fez uma revolução em minha vida”, “hoje, eu que tomo conta da minha propriedade”) produz um efeito de autopromoção da Cooxupé por sua efetividade no cumprimento do objetivo a que foi criado o Flores do Café. E, ao se autopromover pela efetividade em ressignificar a vida de cafeicultoras, oportunizando sua integração à cadeia produtiva cafeeira, a Cooxupé preserva seus cooperados e pode recrutar cooperadas, conforme o atesta a fala atribuída à cafeicultora Isaura:

D3: “Meu contato com o dia a dia da propriedade mudou e a relação com o meu pai, que cuidava sozinho de tudo, também. As mulheres também se aproximaram mais da Cooxupé. O projeto trouxe uma mudança de atitude”, diz Isaura Ando Pezinato.

O depoimento de Isaura atesta igualmente o potencial transformador do projeto Flores do Café, que mudou sua relação com o pai porque a fez “despertar” para o seu potencial

produtivo nessa atividade econômica. Sua fala também escancara a contradição entre um discurso de promoção da equidade de gênero na cafeicultura e os efeitos do agronegócio sobre as mulheres fomentados por esse mesmo discurso (“Meu contato com o dia a dia da propriedade mudou e a relação com o meu pai, que cuidava de tudo sozinho, também.”). Ora, a relativa “que cuidava sozinho de tudo”, cujo referente é “meu pai”, evidencia um sintoma do discurso da mesma Cooxupé através das páginas da Folha Rural: de projeção do homem como protagonista da atividade cafeeira, e da mulher como personagem acessória nesse cenário, conforme mostrado ao longo deste capítulo.

Ao pretensamente mostrar o protagonismo feminino viabilizado pelo Projeto Flores do Café, a mídia institucional Folha Rural lança como protagonista a Cooxupé ela mesma. Protagonismo este evidenciado desde o título da reportagem: “Projeto da Cooxupé em Caconde une e qualifica mulheres sobre a produção de café”. O sujeito-agente personificado “Projeto da Cooxupé”, em oração de voz ativa, “une” e “qualifica” mulheres sobre a produção de café.

SÍNTESE E APONTAMENTOS

Buscamos mostrar nesta seção o que chamaremos de duplo silenciamento praticado sobre as cafeicultoras por um discurso de mídia institucional representante do agronegócio. Apoiado sobre uma memória de divisão sexual do trabalho, que outorga às mulheres um papel restrito ao espaço doméstico/ familiar, o discurso da revista corrobora para a legitimação e perpetuação deste papel sócio historicamente atribuído às mulheres e do papel dos homens como protagonistas da atividade cafeeira.

Foram mostrados até este ponto movimentos de silenciamento que pesam sobre mulheres cafeicultoras no Sul de Minas Gerais. Estes movimentos têm, digamos, duas vias de funcionamentos distintos, mas superpostas e sustentadas por uma memória institucionalizada no Brasil de cultivo da terra sob um sistema de produção patriarcal, latifundiário e escravocrata, legitimado historicamente. Uma primeira via se dá no sentido de silenciar a agricultura familiar como unidade de cultivo do café (discutida na seção precedente), enquanto uma segunda via atua no silenciamento do papel das mulheres na cafeicultura dentro desta unidade familiar. Este duplo silenciamento é de duas ordens distintas mas imbricadas: aquele é de natureza econômica e este, de natureza sócio-cultural.

Essa memória institucionalizada a que nos referimos diz a respeito não de um passado remoto, mas dos efeitos presentes de mais de três séculos de exploração da terra para a produção de cultivos de interesse comercial, notadamente para exportação, por grandes proprietários, gestores das propriedades e chefes de família, que se valiam das mãos de negros escravizados, até o desmonte da escravidão mercantil no Brasil, marcado juridicamente pela Lei do Ventre Livre, de 1977, e pela Lei Áurea, de 1888.

O segundo silenciamento, do papel das mulheres no cultivo do café no seio da agricultura familiar, é tributário dos efeitos desta memória. A unidade familiar no seio da qual as cafeicultoras do Sul de Minas desempenham seu trabalho na cadeia produtiva do café é silenciada logo num primeiro nível, conforme expusemos em tópico anterior. Engolidas pelo agronegócio, deslegitimadas do direito à fala e à circulação legítima desta fala enunciada da posição de cafeicultora, essas mulheres são tornadas objetos deste discurso, e, assim sendo, resta a elas a posição social tradicionalmente outorgada às mulheres brasileiras sobretudo no espaço rural: restrita ao espaço doméstico.

Para pensar essa questão do direito à fala vale trazer Noémie Marignier (2020), que tem proposto uma discussão produtiva acerca da incorporação da noção de agência discursiva num quadro de Análise do Discurso materialista em diálogo com estudos de gênero. Para a

autora, o interesse na integração desse conceito na AD “est qu’elle permet de poursuivre le geste de celle-ci en ce concerne la réflexion sur la constitution discursive du sujet et de son assujettissement, tout en permettant une lecture du discours et du politique plus souple et moins simplement en termes de rapports de classe” (MARIGNIER, 2020, p. 1) Embora a noção de agência possa remeter a um quadro antropológico e anglófono em que o estatuto desse agir seja subjetivo e da ordem da intenção do sujeito, Marignier (2020, p. 3, grifos nossos) deixa claro que:

De la même manière que je souscris à une approche qui laisse de côté la question de l’intention des sujets, il me semble que l’agency telle qu’elle peut être pensée ici au croisement des études de genre et de l’analyse du discours **ne se localise pas dans les individus mais plutôt dans les pratiques sociales et collectives – et plus précisément dans le cadre de cette recherche, dans les discours.**

Essa agência discursiva, portanto, de caráter social e coletivo, é alvo histórico dos silenciamentos apontados acima: um silenciamento praticado pelo discurso econômico, de projeção individual do homem como protagonista da cafeicultura, e um silenciamento de viés cultural, em que pesa sobre as cafeicultoras as determinações históricas dos papéis de gênero no seio da família.

Silenciar é produzir invisibilidade, é este seu efeito social. Ao se retirar dos sujeitos que ocupam determinada posição social o direito à palavra, e de pôr a circular publicamente sua fala (sua agência discursiva), a visibilidade social deste sujeito é também retirada. Retirar o sujeito do direito de enunciar é tirá-lo do campo de sujeito da linguagem para conferir-lhe o estatuto de objeto de dizer de outro, colocando-o, assim, à mercê dos interesses deste outro que o silencia, concorrendo para sua vulnerabilização.

Estrategicamente, a participação feminina na cafeicultura ganha visibilidade em uma reportagem da FR, dentre as 11 edições analisadas, a propósito da divulgação do projeto Flores do Café, de iniciativa da Cooxupé. Não é incomum que instituições agropecuárias que funcionam sob o molde do agronegócio promovam projetos e iniciativas para incluir as mulheres nos processos produtivos. Trata-se de um movimento historicamente contraditório de inclusão de sujeitos historicamente excluídos no próprio regime de leitura que contribuiu para sua exclusão. Esta é, de todo modo, uma forma importante como o agronegócio vem interpelando cafeicultoras e impactando seus processos de subjetivação através das cartas do jogo postas por ele mesmo.

CAPÍTULO VI- O LUGAR DAS CAFEICULTORAS

Eu sou muito feliz com o que eu faço. Eu moro num lugar muito abençoado. Aqui é muito gostoso de se viver, é muito calmo, é muito tranquilo, e eu tenho orgulho em falar que eu e meu esposo somos produtores de café.

(Aline Baquião, cafeicultora)

Coffee growing demands not the contribution of casual labour but indeed, that of 'well constituted' families, of at least three hoes.

(Boletín do departamento do Trabalho Agrícola, XI (72), São Paulo, 1932, p.11, apud STOLCKE, 1988, p. 208)

Este sexto e último capítulo traz a fala das cafeicultoras depoentes que compõe nosso corpus experimental. Serão apontadas algumas regularidades nas falas dessas mulheres as quais serão, a seguir, descritas e interpretadas à luz do escopo teórico e analítico sobre o qual apoiamo-nos.

Os depoimentos e entrevistas foram coletados e registrados, conforme descrito em capítulo anterior, sem mediações institucionais de agentes participantes da cadeia produtiva do café, como é o caso dos depoimentos de cafeicultoras (ou esposas de cafeicultores) presentes nas páginas da Folha Rural.

Seguem as regularidades encontradas e as análises delas nesse *corpus* experimental.

6.1 As falas das cafeicultoras do Sul de Minas e suas regularidades

6.1.1 A predicação do locutor

Uma primeira regularidade observada foi a maneira como as cafeicultoras se apresentam, isto é, como elas predicam a si próprias ao iniciar o depoimento. Abaixo alguns recortes desta primeira etapa dos depoimentos:

E1: Gente, meu nome é Aline, eu tenho trinta e um anos, sou mãe da Heloísa e do Erik, sou casada já há 13 anos [...].

E2: Eu sou a Madalena Baquião de Miranda, tenho cinquenta e cinco anos, sou aposentada, casada com Antônio há trinta e oito anos, mãe de três filhos, que é o Alessandro, Aleílson e Aline [...].

E3: Meu nome é Rosana, eu sou natural de Nova Resende, sou casada, tenho quarenta e um anos, casada há vinte e um ano, sou mãe de três filhos [...].

E4: Meu nome é Rogéria, eu moro na cidade de Divino. Desde que eu nasci eu mexo com café. Nós trabalha aqui com café. [...] desde sempre mexo com café junto com meu pai, com a minha mãe, eu aprendi com eles [...].

E5: Eu sou Luzia Viana, tenho sessenta anos, sou da terceira geração de uma família de cafeicultor.

É uma constante nos depoimentos dessas mulheres a predicação feita a partir de relações familiares. Nos primeiros momentos de uma fala concedida a partir de um depoimento, o que o locutor busca é legitimar o que está sendo dito. Neste sentido, as cafeicultoras projetam esta imagem de esposas, mães, filhas, porque no espaço e nas condições materiais imediatas em que vivem o desempenho desses papéis sociais de gênero conferem legitimidade à fala de uma mulher. No entanto, (1) não são somente as condições materiais imediatas que determinam que a autolegitimação do locutor se dê via papéis sociais familiares; (2) elas falam do lugar social que ocupam, logo, a partir da representação que fazem desse lugar; (3) este lugar, o lugar dessas mulheres, está inscrito na memória discursiva no campo das relações sociais e é por isso que elas se representam dessa maneira. É esta a memória discursiva em funcionamento: a memória da mulher que é trabalhadora no meio rural, e, mais precisamente, da mulher que trabalha com café. Ora, relações de trabalho e de gênero encontram-se imbricadas, e umas produzem efeito sobre as outras. No caso da fala dessas mulheres, que são trabalhadoras rurais, esta imbricação trabalho- família fica ainda mais evidente e complexifica a análise dessa relação.

Nota-se em alguns dos recortes trazidos acima um outro traço dessa relação. Algumas mulheres não dizem “tenho dois filhos” ou “tenho um marido”, mas sim “sou a esposa de”, “sou casada com”. Fazendo deste modo, isto é, não usando o verbo “ter”, elas tomam uma relação complementar ou assimétrica com aos objetos que elas enunciam, ou até mesmo uma posição enunciativa baixa (dominada) em relação a seu esposo e aos filhos e não uma relação simétrica de igualdade com eles (WATZLAWICK, 1972). Nosso corpus experimental não permite afirmar categoricamente se se trata de um traço enunciativo de cafeicultoras ou se seria um modo de enunciar de trabalhadoras do meio rural de forma geral. Nos dois casos, esse modo enviaria a uma memória discursiva patriarcal, mas talvez de diferentes maneiras, de que seria necessário trabalhar com corpus de falas de mulheres trabalhadoras rurais de outras regiões e cultivos.

É importante ressaltar que há uma falta de estudos sobre a cafeicultura no estado de Minas Gerais que contemple a maneira como o cultivo era praticado, como se davam as relações de trabalho e de gênero nas plantações. Apesar disso, uma hipótese pode ser assumida a partir do exame da maneira como se deu a cafeicultura em São Paulo, estado vizinho a Minas Gerais, e igualmente a partir do exame de um período de política oligárquica⁷¹ no Brasil, em que elites agrárias, notadamente cafeeiras, de São Paulo, mas também de Minas Gerais, dominavam a cena política do país. A hipótese é de que, desde o século XIX, e sobretudo após o desmonte da escravidão (1888)⁷², as plantações de café no Sul de Minas Gerais eram conduzidas por famílias. Seja famílias de camponeses locais que conseguiam pedaços de terra, seja famílias de camponeses locais ou imigrantes que eram contratadas para trabalhar nas grandes propriedades dos fazendeiros. Um outro aspecto do Sul de Minas que oferece subsídio a essa hipótese é a característica topográfica e altimétrica desta região: declivosa, com altitude média de 800 metros, o que dificultou e ainda dificulta a mecanização das lavouras. Nesta direção, é plausível supor que mesmo após a década de 1950, em que houve um incentivo para a modernização da agricultura, implementada pelo Presidente Getúlio Vargas, a mecanização da cafeicultura sul mineira encontrou dificuldades, que dizem respeito às condições naturais da região e que terá consequências sociais: uma cafeicultura praticada por famílias e de baixa mecanização.

Se se deseja fazer um movimento no sentido contrário, dos indícios⁷³ ao panorama geral, isto é, do que há de material na fala das cafeicultoras nesta memória do cultivo do café por famílias, as demais regularidades encontradas podem ajudar a sustentar essa hipótese.

Por ora, a predicação do locutor via pertencimento a uma família, a qual, por sua vez, é organizada em função de papéis de gênero, configura o processo de legitimação do locutor que as cafeicultoras projetaram na enunciação, numa relação de imbricação entre trabalho e papéis de gênero.

Finalmente, voltando à primeira regularidade da fala das cafeicultoras, vale pontuar que sete das vinte e uma depoentes possuem nível superior de escolaridade. Destas sete, quatro têm idade entre 20 e 35 anos, e as demais possuem mais de 50 anos. No caso das mais jovens, a predicação familiar não aparece em suas falas introdutórias. Em vez da explicitação de seu lugar no seio da família, elas apresentam suas respectivas escolaridades e competências na

⁷¹ Na historiografia oficial do Brasil, este período denomina-se República Oligárquica, e se estendeu de 1894 a 1930.

⁷² O desmonte da escravidão foi processual no Brasil. Após de mais três séculos de existência de escravidão mercantil no país, ela é abolida em 1888 nas formas da Lei Áurea.

⁷³ Sobre o método indiciário, destaca-se o livro *O Queijo e os Vermes* (2016 [1976]), do italiano Carlo Ginzburg.

gestão do cultivo do café. A predicação familiar pode aparecer ou não após essa predicação técnica através da qual os locutores com os perfis mencionados buscam legitimidade enunciativa. Conforme recortes abaixo:

E6: Meu nome é Renata Gomes, tenho trinta e quatro anos, sou moradora do município de Divino, pertencço à comunidade de Carangolinha de Cima. Nessa comunidade eu nasci, cresci e me criei. Estudei aqui até a quarta série. Logo depois terminei o Ensino Médio na cidade, enfrentando todas as dificuldade da zona rural né, a falta de política pública, falta de transporte escolar, enfim, mas hoje eu sou formada no curso de licenciatura em formação do campo pela Universidade Federal de Viçosa e sou agricultora. Sou agricultora, com muito orgulho, herdei isso da minha família, das minhas tias e da minha vó. Com a minha vó eu aprendi, antes de aprender a ler e a escrever, eu aprendi a plantar e a colher. Hoje ela tem oitenta e cinco anos, ainda é a nossa grande mestra né.

E7: Meu nome é Camila Assis, sou natural de Divino, Minas Gerais. Sou da região das Matas de Minas. Estudei em escola pública a vida toda, fiz meu curso superior, sou enfermeira do trabalho, fiz um MBA em gestão de pessoas. Hoje minha fonte principal de renda é o café, onde eu tive muitos desafios, muitas oportunidades, principalmente com café especial.

E8: Sou a Bruna Carolina da Silva, tenho vinte e um anos, sou brasileira e moro na Fazenda do Baú, em Fervedouro, Minas Gerais. No ano de dois mil e dezenove começamos a produção de café especial. Colhendo esse café manual, seletivo aqui na lavoura, levando para o terreiro, lavando ele, jogando no terreiro suspenso, catando alguns impurezas que ainda foram, algum verde, depois dele seco, esse café é limpo e após eu cato novamente algumas impurezas que ainda ficaram. Após isso, ele é torrado, moído e vendido em embalagens com uma válvula para permanecer essa qualidade desse café, e assim gerando renda familiar e sustentabilidade aqui no campo. É o café especial da Bruna.

Nos recortes acima, a legitimidade enunciativa é buscada, antes de tudo, através da fala especializada a propósito da apresentação ou não do grau de escolaridade. Nestes casos, os locutores estão predicados menos através de predicativos (verbo de ligação + nome) que indicam relações familiares (*sou casada, sou mãe, sou esposa*) e mais através de verbos de ação (até mesmo quando eles aparecem em forma nominal, ou seja, impessoal) e de predicativos que indicam formação técnica (E6: **terminei** o Ensino Médio na cidade, **enfrentando** todas as dificuldade da zona rural; **sou formada** no curso de licenciatura em formação do campo pela Universidade Federal de Viçosa e **sou agricultora**; E7: **Estudei** em escola pública a vida toda, **fiz** meu curso superior, **sou enfermeira do trabalho**, **fiz** um MBA em gestão de pessoas; E8: No ano de dois mil e dezenove **começamos** a produção de café especial. **Colhendo** esse café manual, seletivo aqui na lavoura, **levando** para o terreiro, **lavando** ele, **jogando** no terreiro suspenso, **catando** alguns impurezas que ainda foram, algum verde, depois dele seco, esse café

é limpo e após **eu cato** novamente algumas impurezas que ainda ficaram. [...] **É o café especial da Bruna**).

Vale destacar que, mesmo na fala das cafeicultoras mais jovens e com maior especialização formal no cultivo do café, ainda aparecem marcas enunciativas que podem enviar à relação familiar. Em E6, por exemplo, há menção a relações familiares após a apresentação da formação escolar do locutor: “Sou agricultora[...] herdei isso **da minha família, das minhas tias e da minha vó. Com a minha vó** eu aprendi, antes de aprender a ler e a escrever, eu aprendi a plantar e a colher. Hoje ela tem oitenta e cinco anos, ainda é a nossa grande mestra né.” Interessante observar que apenas mulheres são mencionadas nessa busca de legitimidade enunciativa via relações familiares: tia, avó- “nossa grande mestra”.

Um último recorte para exemplificar que a legitimidade enunciativa via relações familiares ainda pode estar presente na fala das cafeicultoras com perfil mais jovem e de escolarização mais alta:

E9: Tenho vinte e sete anos, sou filha de produtor rural né, e o meu interesse pelo café especial, na verdade pelo café, começou tem uns três anos que eu tinha curiosidade de saber que gosto tinha o café na verdade né, o que era um café especial, o que era um café de bebida fina, o que era um café de bebida dura e o que era um café de bebida ruim, que a gente fala “rio” aqui né.

“Sou filha de produtor rural” antecede a fala especializada sobre o cultivo do café. O lugar que essa cafeicultora ocupa no seio da família (filha de produtor rural), a qual funciona sobre bases patriarcais, atesta na enunciação, a uma só vez e contraditoriamente, sua submissão a esse modo de funcionamento (por que não “filha de produtora rural”?) e, juntamente com a fala especializada, uma fonte de legitimação enunciativa para falar sobre a cafeicultura.

6.1.2 A fala especializada

A fala especializada no manejo do café no campo e no processamento do grão nas mais diversas etapas também é uma regularidade nos depoimentos das cafeicultoras. Independentemente se o aprendizado sobre a cafeicultura se deu na prática ou formalmente em escolas, universidades e outras instituições de ensino (conforme mostrado no tópico anterior), as mulheres apresentam um discurso de especialistas no cultivo do café. Os três recortes abaixo ilustram esta fala especializada:

E10: Desde o pé ele já vem especial, o que atrapalhava era no pós colheita, quando a gente trazia ele pro terreiro, o manejo com que era feito estragava um pouco a qualidade do café. Então através de todo trabalho que tem sido

feito, nós participamos de um projeto do ATG, que é a Assistência Técnica e Gerencial. A Sandy é nossa agrônoma, e ela tem nos orientado desde a florada até o ponto finalzinho lá, que é a retirada dos cafés que ficam no chão [...] a gente tem um carinho muito grande por esse produto.

E11: E esse ano de dois mil e dezenove começamos a produção de café especial. Colhendo esse café manual, seletivo aqui na lavoura, levando para o terreiro, lavando ele, jogando no terreiro suspenso, catando algumas impurezas que ainda foram, algum verde. Depois ele seco, esse café é limpo, e após eu cato novamente algumas impurezas que ainda ficaram. Após isso, ele é torrado, moído e vendido em embalagens com uma válvula para permanecer essa qualidade desse café, e assim gerando renda familiar e sustentabilidade aqui no campo. É o café especial da Bruna.

E12: Eu tinha curiosidade de saber que gosto tinha o café na verdade né... o que era um café especial, o que era um café de bebida fina, o que era um café de bebida dura e o que era um café de bebida ruim, que a gente fala “rio” aqui né [...]. Meu primeiro ano de café especial, esse aqui é uma amostra, tá em processo de secagem né.

As sequências discursivas acima, recortadas dos depoimentos das cafeicultoras, evidenciam falas especializadas de mulheres que participam ativamente da produção do café em suas propriedades. O vocabulário mobilizado por elas trata-se de jargões de área, próprios à cafeicultura. Pós colheita, terreiro suspenso, colheita manual, colheita seletiva, catação de impurezas, torra, moagem, bebida fina, bebida dura, bebida rio, amostra, secagem são todos termos que denotam o contato dessas mulheres com a realidade do trabalho no cultivo do café. E não somente os itens lexicais propriamente ditos, mas também a sequência dos processos que têm lugar na produção e processamento do grão e que vão sendo elencadas pelas cafeicultoras em seus depoimentos. Ademais, há que se observar nesses recortes dois aspectos enunciativos importantes: (1) o “nós” e o “a gente” quase onipresentes, o que sinaliza um coletividade enunciativa, que será trabalhada no próximo tópico, (2) a presença considerável de formas delocutivas, como a forma sintática passiva com supressão do agente (E10: “através de todo trabalho que tem sido feito”; E11: “esse café é limpo [...] ele é torrado, moído e vendido”) ou o uso de formas impessoais: (E10: “o manejo com que era feito; E11: “colhendo esse café manual, levando para o terreiro, lavando ele, jogando no terreiro suspenso, catando algumas impurezas que ainda foram”; E12: “está em processo de secagem”). A partir da análise dessas regularidades, podemos perceber que, embora essas mulheres estejam presentes nas tarefas do cultivo e processamento do café, no trabalho, elas estão por vezes ausentes no discurso via projeção enunciativa do locutor. É como se o trabalho - e o produto, e a produção- fosse mais importante do que a pessoa delas naquela circunstância de enunciação.

Diferentemente do que circula no discurso do agronegócio cafeeiro- a presença de mães e esposas da família devotadas aos cuidados dos filhos, dos maridos, da casa, isto é, desempenhando trabalhos caracterizados como parte de um trabalho reprodutivo- quando as cafeiculturas falam fora desse espaço legitimado do agronegócio, o que se tem são mulheres que cuidam das famílias e que são parte constitutiva deste trabalho familiar, que é a cafeicultura.

Há um aspecto comum entre o discurso do agronegócio cafeeiro e a fala das cafeicultoras: a legitimidade dos sujeitos se dá junto à família. Contudo, naquele, a leitura que se faz dessa legitimidade é a de que os papéis de gênero estejam adequadamente distribuídos de acordo com a chave econômica de trabalho produtivo e reprodutivo. Aquele, dos homens, projetados como chefes de família e protagonistas da atividade cafeeira, e este, das mulheres, coadjuvantes neste cenário, porque não produtivas. O discurso do agronegócio cafeeiro trabalha a legitimidade dos agentes deste segmento no seio da família, porém com papéis individuais e distintos entre si. Neste sentido, a família seria, portanto, um espaço de divisão do trabalho tributária dos papéis de gênero, que ficam, neste cenário, visivelmente marcados. O que se percebe na fala das cafeicultoras é uma legitimidade buscada e asserida também no seio da família, mas que não condiz com uma leitura rasa da cafeicultura através da chave econômica que vai apontar distintamente a função de cuidado das mulheres no sentido reprodutivo do termo. Trata-se de esposas, mães, filhas, que, juntamente com esses papéis sociais, são também especialistas na atividade produtiva de que a família se ocupa, e com quem elas compartilham não somente o trabalho e os cuidados, mas a cena enunciativa. A noção de família, que perpassa a fala de todas as cafeicultoras depoentes, parece ter muito mais a ver com uma unidade de colaboração e compartilhamento, do que com uma instituição social de distribuição individual de trabalho e de papéis de gênero, assunto do tópico a seguir.

6.1.3 A coletividade da enunciação

Uma outra regularidade a ser apresentada toca em pontos antecipados no parágrafo acima: o compartilhamento da cena enunciativa e a família como unidade de sentido, de trabalho e de cooperação.

E13: Gente, eu sou a Lúcia, esposa do Adão. Eu nasci na cidade de Divino. E casei, e hoje tô na luta, né. Comecei com dezessete anos, hoje tenho cinquenta e cinco. Graças a Deus não tenho nada a reclamar. E vou indo até quando Deus quiser. Junto mexendo com café, na luta, sempre com Deus na frente. [...] Nós sempre trabalhou de empregado e graças a Deus temos muito que agradecer [...].

E14: Hoje, eu com o meu esposo, a gente toca onze mil pés de café em parceria com o meu sogro e vou confessar que não tem sido fácil não porque a cafeicultura é algo que a gente ama fazer, mas a gente aprendeu a realmente conhecer nosso produto há uns anos pra cá, porque até então a gente trabalhava o ano todo, simplesmente vendia o produto, a gente nem conhecia o que tava produzindo, não conhecia o que a gente produzia. Mas graças a Deus meu esposo tem feito muito curso, e tem passado pra mim e pras minhas filhas. A gente tem aprendido a produzir um café especial [...].

E15: [...] sempre mexo com café junto com meu pai, com a minha mãe [...] agora graças a Deus compramos nosso terreno lá. Agora temos nossa própria lavoura e graças a Deus temos o nosso agora, mas nunca deixamos de trabalhar em família. [...] dá muito trabalho [...] mas quando a gente mexe porque realmente gosta [...] estando com a família não vejo dificuldade não. Agora nós fizemos essa estufa [...] um projeto que nós estamos tentando aqui para melhorar a qualidade do nosso café [...].

Esta regularidade enunciativa na fala das cafeicultoras toca a unidade entre o locutor-cafeicultora, prediados e legitimados no seio da família, e o cultivo do café, isto é, família e trabalho concebidos enunciativamente em comunhão. O trabalho desempenhado por essas mulheres na cafeicultura a partir da utilização de sujeitos sintáticos como “nós”, “a gente”, “eu com meu esposo”, “[eu] junto com meu pai, com a minha mãe” integra ao centro de referência construído nessa prática de linguagem as pessoas com quem esse locutor quer compartilhar a cena enunciativa. As mulheres não se referem a essas pessoas como terceiros, mas como quem está junto comigo, locutor, na família, no trabalho. Trata-se de forjar na enunciação um acordo para referenciar do mesmo lugar. Com efeito, o “eles”, que remete a esposo, a filhos, aos pais, é colocado em cena não como o objeto de quem o locutor fala, mas como “aquele que fala junto comigo, do mesmo lugar que eu”: é uma coenunciação materializada na fala das cafeicultoras.

Pode parecer contraditório que protagonistas da cafeicultura, tal qual o são essas mulheres, busquem legitimidade enunciativa no seio da família. Protagonismo feminino no trabalho e desempenho de papéis de gênero distribuídos em núcleos familiares patriarcais como o são no Brasil, notadamente no meio rural, parecem contraditórios. Mas não o são. É plausível ponderar que a aparente dificuldade de conciliação entre o que é do domínio da família e do trabalho para as mulheres seria um efeito de uma leitura de ambos pela chave econômica, de produtividade e valor monetário, tal qual o faz o discurso do agronegócio. Ora, se se tem em conta que a modernização da agricultura no Brasil acontece a partir da década de 1950, e que foi aproximadamente desde então que o trabalho no campo é lido através da combinação produção, tempo, valor monetário, salário, sabe-se que é necessário um exame detido das

condições em que as famílias de trabalhadores conduziam os cafezais antes dessa modernização e dessa leitura via chave econômica produção e reprodução e das identidades produzidas neste contexto.

Verena Stolcke (1988) argumenta que as mudanças na condição econômica de produção do café que aconteceram a partir da década de 50 tiveram impacto na maneira como as famílias de trabalhadores nas plantações de café se organizavam, bem como na sua forma de ser. Ora, desde o início do século XIX, famílias de trabalhadores eram contratadas pelos fazendeiros de café como unidade de trabalho, a qual se desdobra entre o café e a produção de alimentos em roças para subsistência e ocasional venda em pequenas feiras locais, cujos adventos do trabalho se davam em percentual sobre o cultivo e venda do café, e apenas ocasionalmente era feito por meio de adventos na forma de um salário monetário. Após essa mudança econômica de gestão do cultivo do café, cada membro da família começou a contar individualmente para o trabalho nos cafezais, o qual era mensurado sob a relação tarefa, tempo e produção. Essa produtividade avaliada era remunerada com salário monetário. No caso das famílias que cultivavam sua própria terra, pode-se supor que essa mudança econômica também tenha tido impactos sociais semelhantes, já que instaurou uma nova concepção de produção agrícola: que é maior quanto maior for a produtividade. Isso implicou uma reorganização do tempo da família para dedicação às atividades produtivas, cuja redistribuição de papéis ficou a cargo do homem, chefe de família. Essa distribuição já era uma tarefa masculina na configuração de família e trabalho com uma unidade, mas agora, pelo caráter individualizante que a produção agrícola vai tomando, acaba por pesar sobre o homem o dever de prover a família, de produzir renda, o que ocorre simultaneamente com o deixar às mulheres o trabalho reprodutivo, não remunerado.

Família e trabalho como unidade, antes da mudança econômica na década de 50, parecia designar, conforme observa Stolcke (1988), um tipo de organização em que a cooperação era entendida por todos e que era fundada no trabalho, diferentemente do que acontece após a mudança, em que o fundamento do trabalho por cada indivíduo da família passa a ser o rendimento de cada um a ser somado e juntado (ou não) ao todo familiar. É a esta memória que as regularidades nas falas das cafeicultoras parecem remeter. Longe de querer saudar um passado em que as condições materiais de existência eram precárias. Trabalhava-se de sol a sol (STOLCKE, 1988). O que é interessante é examinar como a memória de família e de trabalho que se materializa na fala dessas mulheres pode constituir um espaço de visibilidade para as cafeicultoras, porque nesta memória não há uma projeção feminina enquanto materialização de um trabalho reprodutivo, ou, pelo menos, não apenas isso. Trata-se de

mulheres cafeicultoras plenamente identificadas enquanto tais, no seio da família enquanto unidade comum de produção, com suas lutas diárias e desafios que são históricos, e que aparentemente se desenrolam por detrás das contradições do agronegócio cafeeiro no Brasil.

6.2 Memória do trabalho livre (colonato), família, papéis de gênero: que lugar para as cafeicultoras?

O sistema de trabalho livre ou colonato no Brasil significou a transição entre o regime escravista e o trabalho assalariado no campo. De acordo com Dezemone (2009, p. 267):

Do final do século XIX até meados do século XX, o colonato foi o sistema que predominou na organização do trabalho nas áreas cafeeiras do Sudeste brasileiro. [...]

O sistema baseava-se em três pilares. O primeiro era o controle da terra pelos fazendeiros através da propriedade privada, reconhecida pelo Estado e por outros atores, entre os quais colonos (Martins, 1979). A propriedade privada, mesmo quando obtida de forma escusa e por meios ilícitos, conferia aos fazendeiros o poder de império, isto é, de dispor do uso da terra da maneira como julgassem adequada. [...] O segundo pilar do colonato foi o uso da mão de obra juridicamente livre que, ao contrário da mão de obra cativa, teria como possibilidade mais tangível -embora não isenta de implicações- a opção pelo abandono da propriedade (Stolcke e Hall, 1983). Por fim, as condições da agricultura em geral e da atividade cafeeira em particular, que viabilizavam a manutenção e a reprodução do sistema enquanto esse assegurasse retornos materiais e simbólicos considerados satisfatórios tanto pelo proprietários de terras quanto pela mão de obra, mesmo que julgados em parâmetros diferentes (Garcia e Palmeira, 2000). Por tudo isso, os trabalhadores sob o colonato entravam-se numa “condição camponesa tutelada” (Neves, 2008).

Verena Stolcke (1988) argumenta que, no colonato, o trabalho era contratado e executado em unidades familiares, enquanto que o trabalho assalariado, que aparece posteriormente, contrata trabalhadores eventuais, numa base e cálculo individual de produtividade.

O colonato, compreendido por vezes como um sistema produtivo pré-capitalista (LIMA, 1998) por uma leitura apoiada na subsunção trabalho e salário não seria produtiva para a compreensão das relações de trabalho no meio rural, e, mais propriamente, no cultivo do café. Para Lima (1998), nesse sistema, em vez de haver um vendedor da força de trabalho haveria um vendedor de produtos no mercado capitalista. Trata-se, portanto, da atribuição de valor monetário não ao trabalho desempenhado por um indivíduo, mas ao produto resultante do trabalho das famílias de cafeicultores tidas como unidades produtivas. Vale ressaltar que o valor pago ao trabalho desempenhado pelas famílias de cafeicultores era não muito frequentemente monetário, e, quando o era, esse valor era pago ao homem chefe de família. Antes dessa

remuneração, interessava às famílias de cafeicultores poder contar com uma roça onde pudessem plantar e colher seu alimento. Além desses aspectos contra uma designação pré-capitalista para o colonato, Lima (1998, p. 8) argumenta que esse sistema não possuía uma dinâmica social própria, “constituindo efetivamente um desenvolvimento capitalista”.

Ora, no que tange ao estatuto social e de gênero desse sistema, é necessário considerar os efeitos da mudança de regime de exploração do colonato para o trabalho assalariado sobre as famílias de cafeicultores e os papéis de gênero que lhes eram até então característicos. Isso porque tal mudança impacta profundamente as relações familiares no campo. Outrora compreendida como unidade de produção de sentido para o trabalho, os membros da família sentirão o impacto da produtividade compreendida numa base individual.

Para Stolcke (1988, p. 208, grifos da autora):

By contrast with the *colonato* system, when labour was hired and worked in families units, today's casual wage workers sell their labour on an individual basis. Nonetheless, these men and women continue to reproduce themselves as workers within families. Their attitudes to work continue to be mediated by their socially defined and contrasting family responsibilities. [...] changing productive relations have also challenged family morality and gender relationships. The workers' class consciousness was seen to have been informed by their perceptions of the political process that made them into casual labourers. Similarly, because the workers' social identities are shaped also by gender relations, when changing productive relations challenged these, their gender consciousness created new contradictions between women and men within the family. [...] The colonato system drew on and reinforced a family organisation in which cooperation was self-understood, whereas the present system of casual wage labour rests on a family organisation in which not labour but income is pooled.

A predicação do locutor no seio familiar na fala das cafeicultoras, bem como a regularidade de enunciação coletiva podem constituir traços dessa memória de um outro sistema produtivo, em que a família seria uma unidade de trabalho partilhado e não um somatório de diversas fontes individuais de rendimento. Com suas identidades constituídas na contradição entre a memória dessa cafeicultura de cooperação entre os membros da família e uma cafeicultura significada pela chave de leitura econômica- através do discurso dominante do agronegócio, em que os homens são os protagonistas e os indivíduos instituídos a performatizar eficiência e produtividade- o lugar de enunciação dessas cafeicultoras parece se desenvolver no seio dessa contradição.

Certamente, nesse tempo, pesava igualmente sobre essas mulheres a distribuição familiar dos papéis de gênero, fundada em uma lógica patriarcal:

The colonato system as a wage-incentive system put a premium on work commitment by, and cooperation among, family members and reinforced their interdependence. It strengthened the commonality interests of the household but it also underlined an authority structure and sexual division of labour that gave the husband/ father preeminence over all other members (STOLCKE, 1988, p. 212).

O que queremos é lançar luz sobre o fato de que a família, tida pela leitura marxista como unidade de reprodução da força produtiva, graças ao trabalho reprodutivo das mulheres, e que sustenta a superestrutura capitalista, parece ter significado mais do que isso no processo de subjetivação das mulheres do meio rural. Nesta direção, Stolcke (1988, p. 209) traz:

As Barret and McIntosh have argued, there has been an underemphasis on the extent of the cultural hegemony of familial ideology... “the family”... is not only an economic unit, nor merely a kinship structure; it is an ideological configuration with resonance far beyond these narrow definitions. We need to look more closely at these ideological configurations.

No caso das cafeicultoras, a unidade familiar parece representar o lugar de enunciação a partir de onde se desenvolve a fala dessas mulheres e a partir de onde seu trabalho na cafeicultura pode ser vislumbrado. Trabalho produtivo que se dá imbricado com o trabalho reprodutivo desempenhado por elas, e cuja facilidade de categorização acadêmica (produtivo, reprodutivo) não corresponde à maneira como esses trabalhos são significados por essas mulheres e as constituem. É preciso, então, “olhar mais de perto para as configurações ideológicas” da família, sobretudo quando se trata de mulheres do meio rural.

O Brasil foi até a década de 60 um país de população predominantemente rural. A complexidade das relações de trabalho presentes no campo desde o desmonte da escravidão, ao fim do século XIX, até os dias de hoje não autoriza uma leitura marxista fundada na noção de trabalho produtivo atrelada à renda monetária (salário). Não seria esta uma transposição apressada de uma análise aplicável às relações de trabalho no meio urbano transposta ao meio rural? Neste sentido, poderíamos pensar como hipótese para trabalhos futuros e também como convite a outros pesquisadores: as cafeicultoras sofreriam também uma sorte de silenciamento epistêmico por encontrar seu lugar de enunciação (e de resistência) no seio da família como unidade de produção de sentido para si e para seu trabalho e como coletividade em cooperação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objeto a ausência da voz das cafeicultoras do Sul de Minas no discurso do agronegócio. A partir de um *corpus* de naturezas distintas: um *corpus* de arquivo, a revista institucional Folha Rural, tomada por nós como representante do discurso do agronegócio e um *corpus* experimental, composto por depoimentos e entrevistas com cafeicultoras sul mineiras ou que vivem nesta região, foram analisadas as regularidades linguístico-enunciativas de ambos os *corpora*. O quadro teórico mobilizado nesta pesquisa foi o da Análise do Discurso Materialista em articulação com teorias enunciativas.

A hipótese estabelecida para a problemática que constitui o objeto desta pesquisa é de que a ausência das cafeicultoras no discurso do agronegócio seria a resultante de um processo histórico de silenciamento sofrido por essas mulheres, e de que esse silenciamento poderia ser semanticamente descrito. Para dar conta de verificar essa hipótese, lançamos mão da categoria-chave deste trabalho: a noção de silenciamento, proposta pela pesquisadora brasileira Eni Puccinelli Orlandi na década de 1990.

Inicialmente, foi feito um investimento numa discussão teórica acerca dos conceitos que permitiram que Eni Orlandi propusesse um quadro teórico e analítico para a descrição do silêncio e dos processos históricos de silenciamento. Conceitos estes que são nucleares para a disciplina Análise do Discurso em si mesma, quais sejam: Formação Discursiva, Interdiscurso, Pré-construído, Memória. Esse investimento também foi feito numa discussão teórica sobre os estudos enunciativos para recuperar as proposições deste campo disciplinar, mostrando a maneira como elas se articulam à AD (ou de como a AD se articula a elas).

Os resultados desta pesquisa foram evidenciados e discutidos nos dois capítulos de análise que compõem esta tese. A indicação e posterior análise e interpretação das regularidades enunciativas e discursivas que configuram o silenciamento praticado pelo discurso do agronegócio sobre as cafeicultoras permitiram que chegássemos à descrição semântica de um primeiro silenciamento, que é de natureza econômica, praticado por um discurso dominante, o do agronegócio, o qual tem como base uma agricultura aos moldes neoliberais. Um segundo silenciamento foi recuperado a partir da indicação, análise e descrição semântica das regularidades enunciativas presentes nas falas das cafeicultoras. Este outro silenciamento é de natureza cultural e diz respeito à estrutura patriarcal que rege e organiza as famílias, modelo de organização familiar ainda com bastante força sobretudo no meio rural.

Se, por um lado, a noção de silenciamento configura categoria teórica produtiva para, na descrição dos processos de pôr em silêncio, apontar quem o pratica, sobre quem e de que forma, por outro lado, uma análise discursiva da movimentação do sujeito em suas práticas enunciativas cotidianas permitiu vislumbrar uma contradição interessante na fala das cafeicultoras: seu lugar de enunciação, conforme demonstram suas falas, se dá na família enquanto unidade, e seus lugares sociais no seio familiar se confundem com seu trabalho como cafeicultoras. Esta imbricação trabalho-família dificulta uma interpretação categórica em termos de trabalho reprodutivo e produtivo quando se trata de trabalhadoras rurais. A apresentação das condições históricas de produção da cafeicultura no Brasil somadas aos sentidos de trabalho e de família da maneira como trazida pela fala dessas mulheres têm o potencial de dar a conhecer a sobrevivência e a recriação de uma memória de trabalho em cooperação, a qual remete, por sua vez, a uma cafeicultura dita “pré-capitalista”, a qual envia a um período de transição entre o trabalho nos cafezais feito por mão de obra escravizada e o trabalho assalariado no campo.

É neste ponto que reside um apontamento final desta pesquisa para estudos futuros que venham a tomar como objeto o discurso de mulheres trabalhadoras do meio rural. Sendo a língua um lugar privilegiado de observação da atualização de sentidos históricos da maneira como se realizam nos sujeitos e em suas narrativas, a oportunidade de escutar mulheres, mães, esposas que fazem parte da cafeicultura Sul Mineira pode dar a conhecer um outro sentido para trabalho e família.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État (Notes pour une recherche)*. **La pensée**, n. 151, jun. 1970.
- AUSTIN, John Langshaw. [1962]. **How to do things with words**. Eastford: Martino Fine Books, 2018
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, 1984.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. **Communications**, 4, 1964.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Éditions Gallimard, 1966. 1 v.
- BENVENISTE, Émile. L'appareil formel de l'énonciation. **Langages**, n. 17, p. 12-18, 1970.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25 (03), p. 182-201, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-4026>. Acesso em: 03 set. 2020.
- BRANCA-ROSOFF, Sonia. Eni Pulcinelli-Orlandi, Les formes du silence : Dans le mouvement du sens. **Langage et société**, n. 77, p.101-105, 1996.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Anais da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1960.
- BRASIL. **Lei Federal n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BURGER, Marcel. **L'analyse linguistique des discours médiatiques: Entre sciences du langage et sciences de la communication**. Québec: édition Nota Bene, 2013.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.
- CAROLA, Carlos Renato. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. *In*: SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, 8., 2004, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anas8/trabalhos.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. Disponível em:

<http://www.consorcioquisacafe.com.br/>. Acesso em: 30 jun. 2021

COOXUPÉ – Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA, 2022. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FOLHA RURAL. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/folharural/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2626-producao-do-cafe-em-2018-e-recorde-e-supera-61-milhoes-de-sacas>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CORNU, Geneviève. **Sémiologie de l'image dans la publicité**. Paris: Les éditions d'organisation université, 1991.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, n. 62, p. 9-128, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. Le tissu de la mémoire : quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. **Langages**, n. 114, p. 5-12, 1994.

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade ao longo da história**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. p. 73-98.

DIAS, Cristiane. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: DIAS, Cristiane. **e-Urbano: sentidos do espaço urbano/ digital**, 2011. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DORLIN, Elsa. **Se défendre: Une philosophie de la violence**. Paris: Éditions la Découverte, 2017.

DUCROT, Oswald. **Le dire et le dit**. Paris: Éditions de Minuit, 1984.

EMBRAPA. **Embrapa Café**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Genere e capitale**. Roma: Approdi, 2020.

FERNANDES, Maria Imaculada Azevedo. **Interioridade e conhecimento em Agostinho de Hipona**. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11759>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FILETTO, Ferdinando; ALENCAR, Edgard. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. **Revista de Administração da UFLA**, v.3, n.1, jan./jun 2001.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. [1978-1979]). **Naissance de la biopolitique**. Paris: EHESS, Gallimard, Seuil, 2004.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.

GINZBURG, Carlo. Signes, traces, pistes: racines d'un paradigme de l'indice. **Gallimard**, n. 6, p. 3-44, 1980.

GINZBURG, Carlo. [1976] **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

GOMEZ, Michel ; TRINQUECOSTE, Jean-François. La communication institutionnelle : ambiguïtés et dysfonctionnements. **Persée**, n. 20, 1993.

GRICE, Paul. Meaning. **Philosophical Review**. v. 66, n 3, p. 377-388, 1957.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da Linguística**. São Paulo: Global, 1982.

GUILBERT, Thierry. **L'évidence du discours néolibéral**: Analyse dans la presse écrite. Bellecombe-en-bauges: Éditions du Croquant, 2011.

GUILBERT, Thierry. **Évidence discursive et idéologie**. Réflexion anthroposociale sur la constitution des représentations économiques partagées dans les discours de presse., Ssynthèse pour l'Habilitation à diriger les recherches en sciences du langage., Université Paris 13 – Sorbonne Paris Cité, 2013, p. 141-143. Consultable sur HAL :

GUILBERT, Thierry. La “mise en évidence” du discours économique par la presse écrite. In: TEMMAR, Malika; ANGERMÜLLER, Johannes; LEBARON, Frédéric (ed.). **Les discours de l'économie**. Presses Universitaires de France, 2013. p. 139-158.

GUILBERT, Thierry. La dimension sociale du langage chez Bakhtine/Volochinov, *III Jornada Internacional Semântica e Enunciação*. 2021.

GUILBERT, Thierry. L'insistance de la notion d'extérieur du discours dans la pensée de Mónica G. Zoppi Fontana. In : BIZIAK, Jacob dos Santos; PEREIRA, Fernanda; RESENDE-SOARES, Sheila Maria (org.). **Rede de afetos em discurso**: uma homenagem a Mónica Zoppi Fontana. Campinas: Editora Pontes, 2021.

GUILHAUMOU, Jacques. Où va l'analyse de discours ? Autour de la notion de formation discursive. **Marges linguistiques**, M. L. M. S. Publisher, 2005, p. 95-114.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

HENRY, Paul ; HAROCHE, Claudine ; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours. **Langages**, n. 24, 1971.

HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. **Langages**, n. 37, 1975.

INAZAWA, Fernandez Kenji; BAPTISTA, Sofia Galvão 2012. Modelo conceitual de comunicação da informação para estudos de interação informacional baseado em competências conversacionais em serviço de referência. **Perspectivas em Ciência da Informação** 17:169-184

JAKOBSON, Roman. [1963]. **Essais de linguistique générale: Les fondations du langage**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

KAFKA, Franz. **Diários**. São Paulo: Todavia, 2021.

LIMA, Rodne de Oliveira. Parceria e colonato: relações de produção e formas de recrutamento da força de trabalho na agricultura paulista brasileira. **Revista Mediações**, Londrina, v.3, n. 2, p. 7-14, jul-dez 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Pertinence de la notion de formation discursive en analyse du discours. **Langage et société**, n. 135, p. 87-99, 2011.

MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier**. Paris: Éditions des cendres, 1990.

MARANDIN, Jean-Marie. VI. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua**, v. 5, n. 1, 1999.

MARIGNIER, Noémie, 2020. Pour l'intégration du concept d'*agency* en analyse du discours, **Langage et société**, n. 170, p. 15-37, 2020.

MARTIN, Lauren. Censure répressive et censure structurale : comment penser la censure dans le processus de communication ? **Questions de communication**, n. 15, 2009.

MCLUHAN, Marshall. Inside on the Outside, or the Spaced-out American. **Journal of communication**, 1976.

MENDONÇA, Maria Luisa. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, mai./ago. 2015, p. 375-402. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=685&sid=122>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. 2020. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MONTLIBERT, Christian de. Agro-business, multinationales, mondialisation libérale, COVID-19: Le néolibéralisme amplifie la crise. **Éclairages indociles**, Paris, Fondation Copernic, 2020.

MOREIRA, Antônio Carlos. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural; Magma Editora Cultural, 2007.

MOUCHON, Jean. A propos de la notion de “paradoxe de l'observateur” en sciences humaines. **Semen**, n. 2, 1985.

OGER, Claire; OLLIVIER-YANIV, Caroline. Conjurer le désordre discursif. Les procédés de “lissage” Mots. **Les langages du politique**, n. 81, p. 63-77, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes**: Discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. [1990] **Terra à vista**: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **Meditações do Quixote**. São Paulo: Iberoamericana, 1967.

PAVEAU, Marie-Anne. Le préconstruit. Généalogie et déploiements d'une notion plastique. *In*: BRÉCHET, Florent et al. (ed.). **Le préconstruit, approche pluridisciplinaire**, n. 292, 2017a.

PAVEAU, Marie-Anne. **L'analyse du discours numérique**: dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017b.

PAYER, Maria Onice. **Educação popular e linguagem**: Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la palice**. Paris: François Maspero, 1975a.

PÊCHEUX, Michel. Introduction. **Langage**, n. 37.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PEDINI, Sérgio. **Café nas montanhas**: cafeicultura sustentável no Sul de Minas Gerais, Machado, Letra e Imagem, 2013.

POE, Edgar Allan. A carta roubada. *In*: POE, Edgar Allan. **Histórias extraordinárias**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Linda. **Agnotology**: The making and unmaking of ignorance. California: Stanford University Press, 2008.

RANSANZ, Ana Rosa Pérez. Empirismo lógico y contrastación. **Diánoia**, v. 31, n. 31, 1985.

RESENDE, Sheilla Maria; GUILBERT, Thierry. A voz das cafeicultoras do Sul de Minas à luz do Aparelho Formal de Enunciação de Émile Benveniste. *In*: ZOPPI-FONTANA, Mónica G.; BIZIAK, Jacob dos Santos (org.) **Mulheres em Discurso**: Lugares de enunciação e corpos em disputa. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 415-433.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

RUFINO, José Luís dos Santos. Origem e conceito de agronegócio. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 20, n. 199, p. 17-19, 1999.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2017. p.265-291.

SANDRÉ, Marion. **Analyser les discours oraux**. Paris: Armand Colin, 2013.

SÃO PAULO. **Câmara Municipal**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-24-mar-jun2017/no-24-perf-antonio-prado/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. **Cours de linguistique générale**. Paris: Éditions Payot, 2016.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. The mathematical theory of communication. **American Psychological Association**, University of Illinois Press, 1949.

SILVA, Danielle Wagner. **Produzindo prerrogativas de cidadania**: o acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. 2015. 221f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147454>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA LIMA, Mayrá. Agronegócio e neoliberalismo: limitação da democracia através do debate sobre segurança jurídica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., Brasília, 2019. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st09-10/11671-agronegocio-e-neoliberalismo-limitacao-da-democracia-atraves-do-debate-sobre-seguranca-juridica?path=43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st09-10>. Acesso em 14 jun. 2021.

SIMÕES, Juliana Carvalho; PELEGRINI, Djalma Ferreira. **Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais:** Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Série Documentos, 46, Belo Horizonte, 2010.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80- 120, 1983.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura:** homens, mulheres e capital (1850- 1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas-MS, v. 2 – n. 2, p. 21-42, set. 2005.

WATZLAWICK, Paul. [1967]. Une logique de la communication. Paris: Points Seuil, 1972.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 81-105, jan./abr. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_004. Acesso em: 30 jun. 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura**, n. 23, p. 15-24, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, v. 17, n. 35, 2003.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Era Maria vai com as outras; Maria de coser, Maria de casar: um estudo enunciativo sobre a designação produzida a partir de nomes próprios. **Língua, Literatura e Ensino**, v. 6, out. 2011.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos.; BALDINI, Lauro (org.). **Análise de discurso e materialismos:** Historicidade e conceito. Campinas: Editora Pontes, 2017. 1 v.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; RESENDE, Sheilla Maria Resende. Discours, agro-industrie et le silencement des femmes dans la production de café au Brésil. **Cahiers ALHIM**, v. 41, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/9645>. Acesso em: 30 set. 2021.

APENDICE⁷⁴

Thèse: Résumé long/ traduction du portugais

Le silencieux discursif des caféicultrices du Sud de l'État de Minas Gerais

INTRODUCTION

« Coffee is the second commodity after oil in terms of pecuniary value in world trade. About half of the world's population are people who work in agriculture and over a half are women » (STOLCKE, 1988, p. xiii). Au Brésil, la culture du café remonte à la première moitié du XVIII^e siècle. A cette époque déjà cultivé en monoculture, dans de grands domaines, avec une main d'oeuvre esclave, la réorganisation de la production agricole des décennies avant et après le démantèlement de l'esclavage mercantile dans le pays (1888) a impacté et reconfiguré la production locale de café. Le *colonato*, un système de travail juridiquement libre auquel les *fazendeiros*⁷⁵ ont eu recours, prédisant la fin de l'esclavage et cherchant à trouver une autre forme efficace d'exploitation du travail, a historiquement signifié une transition vers le travail salarié dans le milieu rural.

Dans la décennie précédant la période “Brasil República” et dans les décennies suivantes, notamment des années 1880 aux années 1960, une élite du café de São Paulo a joué un rôle de premier plan sur la scène politique du pays et sur la manière dont la production de café était organisée. Cela a eu un grand impact sur les relations sociales et de travail dans un pays à forte tradition agraire. Le café est le produit agricole qui finance l'industrialisation du Brésil et est l'un des produits clés du processus de modernisation de l'agriculture, qui a commencé dans les années 1950, sous le gouvernement du président Getúlio Vargas. Actuellement, le pays est en tête de la production de cette denrée, enregistrant, pour la récolte

⁷⁴ Este apêndice traz a tradução resumida da tese do português para o francês, conforme exigência do contrato de co-tutela doutoral estabelecido entre a UNICAMP e a Université de Picardie Jules Verne (UPJV).

⁷⁵ Le mot *fazendeiros* désigne en portugais le groupe de grands propriétaires de terres.

2020-2021, la production de 48,8 millions de sacs de 60 kg de café, un chiffre qui représente environ 30% de la production mondiale du grain, selon les données de l'EMBRAPA⁷⁶. Dans ce scénario, l'État de Minas Gerais, situé dans le sud-est du pays, est en tête de la production de café. Suivi des États d'Espírito Santo et de São Paulo, l'État de Minas Gerais contribue à hauteur de 21,45 millions de sacs de café à la production susmentionnée.

Parmi les régions productrices de café du Minas Gerais, l'une des plus remarquables est le sud du Minas. Avec une forme de cultivation majoritairement familiale⁷⁷, les femmes jouent un rôle important dans la culture du grain dans cette région, cependant la présence de leurs récits dans les discours hégémoniques sur la caféiculture est encore timide, voire inexistante. Cette contradiction constitue le problème de cette recherche. A partir de cette problématique, nous partons de l'hypothèse que (i) l'absence des caféicultrices dans les discours hégémoniques sur la caféiculture dans le sud du Minas Gerais serait le résultat d'un processus historique de mise au silence subi par ces femmes, et que (ii) ce silence pourrait être sémantiquement décrit.

La discipline dans laquelle ce travail est inséré est l'analyse du discours et pour traiter le problème et la vérification de l'hypothèse exposés plus haut le concept de silencement est central. Ce concept est introduit par la linguiste brésilienne Eni P. Orlandi (2007), théoriquement affilié à l'Analyse Matérialiste du Discours proposée par le philosophe français Michel Pêcheux notamment dans des textes des années 60 et 70 (1969, 1975, 1990⁷⁸). Pour décrire les processus de silencement, des concepts issus du champ des études énonciatives seront également mobilisés en articulation avec ceux de l'Analyse du Discours, puisque cette articulation permet de détacher la notion de sujet d'un point de vue biologique ou psychologique, et de le traiter comme sujet du langage dans ses pratiques énonciatives-discursives.

Comprenant que le discours hégémonique sur l'agriculture au Brésil, et plus spécifiquement sur la production de café, serait le discours de l'agro-industrie, compte tenu de

⁷⁶ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

⁷⁷ La loi 11.326 prévoit que « les agriculteurs familiaux et les entrepreneurs familiaux ruraux sont ceux qui exercent des activités dans les zones rurales, remplissant simultanément les conditions suivantes : I- ne pas détenir, à quelque titre que ce soit, une superficie supérieure à 4 (quatre) modules fiscaux ; II - utilisent principalement la propre main-d'œuvre de la famille dans les activités économiques de leur établissement ou de leur entreprise ; III- a des revenus familiaux principalement issus d'activités économiques liées à l'établissement ou à l'entreprise elle-même ; IV- gérer votre établissement ou votre entreprise avec votre famille (SENADO, 2006).

⁷⁸ Cette référence apparaît au livre *L'inquiétude du discours*, dans lequel la chercheuse française Denise Maldidier présente et apprécie les œuvres du philosophe M. Pêcheux à la lumière de leurs conditions de production et de réception.

la manière dont la production de café est institutionnalisée dans le pays, nous présentons comme *corpus* : (i) 12 (douze) les éditions du magazine agricole *Folha Rural*, considéré comme représentatif du discours agroalimentaire du café dans le sud du Minas Gerais ; (ii) 21 (vingt et un) témoignages de caféiculteurs du Sud de Minas.

Vues la problématique et les questions de recherche, ainsi que du cadre théorique et disciplinaire dans lequel elles s'insèrent ainsi que du *corpus* d'analyse, l'objectif général de cette thèse a été établi: décrire le silencement auquel seraient soumis les caféicultrices, en montrant son effet sur les processus de subjectivation et d'identification de ces femmes; et comme objectifs spécifiques : (i) démontrer la validité et la productivité de la notion de silencement pour répondre aux enjeux actuels qui touchent la question du genre ; (ii) décrire les effets des déterminations historiques sur les caféicultrices à partir de leurs pratiques linguistiques ; (iii) montrer la pertinence d'analyser des pratiques énonciatives pour éclairer les processus d'identification de ces femmes.

Ce travail est organisé en trois parties : une partie théorique, composée de deux chapitres ; une partie expliquant la méthodologie et le *corpus* de travail et décrivant les conditions historiques de production du discours agroalimentaire pour la caféiculture au Brésil, comprenant également deux chapitres ; et une partie d'analyse, qui correspond aux deux derniers chapitres, totalisant 6 chapitres. En voici une brève description de ceux chapitres :

Au chapitre I, intitulé « Discours et silence », nous expliquons notre ancrage théorique et épistémique, pour ensuite présenter et discuter des catégories clés pour l'Analyse du Discours matérialiste et importantes pour la proposition de description discursive du silence faite par Eni Puccinelli Orlandi, à savoir : forme-sujet du discours, pré-construit, mémoire, interdiscours, conditions de production. Nous présentons et discutons également sa proposition de description du silence, basée notamment sur le livre « Les formes du silence », d'E.Orlandi. Les notions de silence fondateur et de silence politique et leurs formes sont contemplées dans la discussion en dialogue avec les formes du non-dit : présupposé et implicite.

Dans le chapitre II, intitulé « Énonciation, sujet, discours », nous présentons des théories énonciatives, ayant comme “fil conducteur” l'évolution de la notion de langage et la contemplation du sujet situé, ou en circonstance, dans la description du sens. Du « Schéma de Communication » de Roman Jakobson et du « Appareil Formel d'Énonciation » d'Émile Benveniste à la notion de lieu d'énonciation de Mónica Zoppi Fontana, nous visons à montrer l'importance des notions dialectiques d'actualisation et de mémoire, concernant le sujet qui

énonce et sa place d'énonciation, afin de mettre en lumière les positions-sujets historiquement "passées sous silence" et d'écouter les voix qui sont issues de ces positions. Le thème de la thèse est justement de montrer la manière dont se définit le sujet du discours lui-même et la manière dont il est défini par les discours (celui de Folha Rural et de l'agrobusiness).

Le chapitre III - "*Corpus* et méthode" traite de la présentation de la méthodologie de travail et du *corpus*. Dans ce chapitre, notre *corpus* d'archive est présenté : la revue institutionnelle Folha Rural, ainsi que notre *corpus* expérimental: des témoignages de caféicultrices. Les procédures d'analyse que nous avons effectuées sont également indiquées.

Le chapitre VI- "Conditions de production et institutionnalisation de la caféiculture brésilienne" a un fort biais historique, car il apporte une trajectoire temporelle du statut politique, social et économique de la production de café au Brésil, plus spécifiquement, de la production de café dans le sud-est du pays, atteignant la production de café au Sud de Minas Gerais. Ce chapitre est une lecture essentielle pour une pleine compréhension des analyses effectuées dans les chapitres V et VI, car il constitue un aspect essentiel pour la description des processus discursifs dans l'Analyse du Discours matérialiste : la contemplation des conditions historiques de la production du discours dans la description des sens.

Dans le chapitre V, intitulé « Les médias institutionnels Folha Rural », nous procédons à l'analyse de Folha Rural, pris par nous comme un représentant du discours agro-industriel. Les régularités du discours FR sont récupérées et les processus de production de sens qui s'y déroulent sont décrits. Mobilisant notre catégorie clé : le silencement, nous montrons comment cela se passe par rapport à ce discours médiatique aligné sur l'agrobusiness.

Dans le VIème et dernier chapitre, également analytique, intitulé « La place des caféicultrices » nous procédons à l'analyse du discours de ces femmes, qui compose notre *corpus* expérimental. De l'indication et de l'analyse des régularités présentes dans les discours de ces femmes, nous arrivons à une mémoire qui soutient la relation de ces femmes avec le travail dans la culture du café. Nous croyons que nous avons réussi à atteindre la place d'où elles énoncent, et nous avons pu les écouter à partir de cette place.

Terminant le travail, nous passons aux considérations finales, où nous reprenons notre hypothèse et les résultats obtenus, et prenons des notes afin de réfléchir avec d'autres chercheurs sur le trinôme *femme, famille et travail rural*.

Chapitre I- Discours et silence : notre geste d'interprétation

Dans ce premier chapitre, le plus long de la thèse, nous avons exposé l'ancrage théorique et épistémologique de cette recherche. Avec cette discussion assez étendue sur des concepts-clés pour l'Analyse du Discours matérialiste (forme-sujet; formations discursives; interdiscours; mémoire), nous avons voulu les récupérer afin de montrer les bases épistémiques qui ont permis à Eni Orlandi de développer un cadre théorique et analytique de sémantisation du silence et de ses formes.

Nous présentons, dans un premier temps, le statut du silence avec lequel nous travaillons, pour présenter ensuite l'épistémè sur laquelle se déploie le silence et ses formes selon Eni Orlandi (2007) : le matérialisme historique. Il s'agit de comprendre le silence non seulement comme un élément structurant du langage, mais comme une condition pour qu'il signifie le même ou signifie différemment dans une conjoncture historique donnée. Cette conjoncture n'est pas seulement un arrière-plan ou un simple contexte sur lequel se déroulent des événements portés par des individus, mais qui est déterminante dans la production de sens et de subjectivités. Autrement dit, c'est grâce à une discipline intermédiaire (*de entremeio*) pour traiter le problème du sens que l'on peut récupérer les « vides », les ratures, les silences pratiqués sur les sens et les sujets au cours de l'histoire. C'est le statut du sens avec lequel nous travaillons : un sens historique, compris comme un effet idéologique.

Nous avons ensuite exposé le cadre théorique d'Eni Orlandi, en prenant plus de temps et en cherchant à mettre l'accent sur la forme de silence fondamentale à cette recherche : le silence constitutif ou le silencement. À travers cette catégorie théorique, jointe au concept de mémoire discursive, il est possible de décrire, ayant le langage comme forme matérielle dans la conception saussurienne du terme, les processus historiques qui soutiennent l'évidence d'un sens au-delà de l'effacement de tant d'autres, en passant par l'identification des agents sociaux, historiques et politiques qui pratiquent ce silence.

Dans la rubrique suivante, où les notions d'implicite et de silence sont amenées pour une comparaison théorique et épistémologique, nous avons voulu montrer que ce qui se trouve dans le champ des implicites est déjà un effet de ces processus historiques de dispute pour légitimation et hégémonie. En ce sens, Eni Orlandi (2007) soutient que le silence est le non-dit littéralement exclu. Ce silence n'est pas disponible pour les locuteurs qui interagissent, car il a été historiquement exclu de cette possibilité. Ce qui remplit le non-dit, ce sont des significations

déjà formulées ou formulables. Le silence est d'un autre ordre : c'est le réel de l'histoire non encore revendiqué pour sens dans des pratiques énonciatives socio-historiquement légitimées. Dès lors, une clé d'analyse appuyée sur le concept pragmatique de l'implicite ne permet pas d'atteindre le silence, étant donné que les sens à impliquer sont déjà des sens formulables.

La discussion qui suit la confrontation entre implicite et silence aborde les catégories fondatrices du cadre théorique du discours de Michel Pêcheux (1971, 1975) : formation discursive et interdiscours, jusqu'à la notion de mémoire proposée par Jean-Jacques Courtine, dans les années 1980 en France. A ce point, quelques remarques sur la notion de formation discursive méritent d'être mentionnées.

Jean-Marie Marandin (2014, p. 129) pose une question fondamentale pour le programme de travail théorique et épistémologique développé par Pêcheux concernant l'articulation entre langage (cf. tradition saussurienne) et discours : étant donné que la notion de valeur est indissociable de la notion de système, « quel est le système dans lequel les expressions en relation de substitution prennent valeur » ? On voit bien dans l'article de 1971, « La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours », écrit par P. Henry, C. Haroche et M. Pêcheux, que la catégorie théorique qui répondra à cette question que pose Marandin est celui de la formation discursive. Ce concept de « double paternité » (Maingueneau, 2011), c'est-à-dire théoriquement travaillé par deux philosophes : M. Foucault et M. Pêcheux, est ce qui lui permet de déplacer le cadre saussurien de la distinction entre valeur et sens. La valeur serait donnée dans le système, le sens serait donné dans les formations discursives. Si Saussure dépasse un rapport entre nom et objet, constant dans les sciences du langage, en proposant un rapport entre concept et image acoustique, qui émane du système de la langue, fondant ainsi la Linguistique comme discipline, Pêcheux travaillera la limite de ce système : la phrase, et apporter le sens conçu au niveau du langage et du discours. Benveniste (1966) a déjà réfléchi à cette limite en soulignant que la phrase est composée de signes, mais n'est pas elle-même un signe. Voyons comment la notion de valeur dans le système langagier est déplacée vers la notion de sens en même temps que les formations discursives autour de la phrase :

De même que le jeu des oppositions entre phonèmes détermine l'ensemble des traits phonétiques ayant une valeur distinctive phonologique, c'est le jeu des oppositions entre unités significatives qui fixe l'ensemble des éléments de signification qui peuvent être manifestés [...] (HENRY, HAROCHE, PÊCHEUX, 1971 : 99)

L'unité significative qui permet le jeu des oppositions dans l'ordre du langage est le système. Les unités significatives qui permettent ce jeu dans l'ordre du discours sont les formations discursives. En fait, ces concepts : de système, de formation discursive, non seulement permettent ce jeu de la différence, mais aussi le déterminent (« qui peuvent être dotées »).

Admettons, avec Henry, Haroche et Pêcheux, que les combinaisons possibles pour ce jeu, du niveau phonétique au niveau de la phrase, ne soient pas épuisées : « on pose que l'ensemble des unités significatives, en tant que groupement d' éléments de signification, n'épuise pas la combinatoire de ses éléments » (*ibid.*). Autrement dit : le tout n'est pas la somme des parties. Alors:

Tout discours comporterait une part de « bruit sémantique » puisque, compte tenu des disponibilités lexicales, chaque unité en tant que groupement est susceptible d'introduire des éléments de signification non essentiels ou redondants par rapport à la manifestation globale de la signification de discours en question. Du même coup, on peut aussi expliquer l'existence de plusieurs « plans de lecture » correspondants à plusieurs enchaînements possibles d'éléments de signification pris dans chaque groupement (*ibid.*, grifos nossos).

Il nous semble que ce bruit sémantique et ces différents plans de lecture sont possibles si l'on admet qu'il y a un silence fondateur, matérialité signifiante par excellence, antérieure à la discrétion du langage et garante de sa condition de sens :

L'existence de ce “bruit sémantique” et de la pluralité des “plans de lecture » représenterait le décalage existant entre l'univers immanent de la signification (celui des éléments de signification) et son univers manifesté (celui des groupements d'éléments manifestés par les unités signifiantes). (*ibid.*, grifos nossos)

Chapitre II- Énonciation, sujet, discours

Ce deuxième chapitre théorique est consacré à la présentation des études énonciatives, dans la mesure où elles sont étroitement liées, voire imbriquées, à l'Analyse du Discours matérialiste. Ceci pour deux raisons immédiates : (1) le sujet de Pêcheux est un sujet d'énonciation; (2) c'est à partir de cet ancrage énonciatif qu'il est possible de contempler les

mouvements identitaires d'un sujet constitué par la mémoire des circonstances qui le constituent.

Ce chapitre théorique centré sur les théories énonciatives vise à montrer des catégories importantes de ce champ disciplinaire dans la mesure où elles apportent la possibilité de travailler les notions de mémoire et d'actualisation dans le champ du discours, c'est-à-dire dans la description des processus discursifs. À travers les théories énonciatives, il a été possible de contempler le sujet et le contexte (immédiat et plus large) dans la description du sens au-delà d'une conception psychologique du premier et pragmatique du second. C'est pour cette raison que nous avons décidé d'apporter ces théories depuis le début, pour faire mieux comprendre l'articulation productive entre les études énonciatives et les études du discours.

En ce sens, certains des auteurs précurseurs de ce que nous appelons aujourd'hui les théories énonciatives ont été amenés à cette discussion théorique, à savoir : Roman Jakobson, Émile Benveniste. Notamment à partir des travaux de ces chercheurs, nous avons voulu montrer l'évolution et le potentiel analytique de l'utilisation des catégories énonciatives pour contempler l'importance de la prise de parole des sujets et l'effet des conditions matérielles de production sur l'énonciation des sujets et sur leur processus de subjectivation : actualisation et mémoire. Ces deux concepts, s'ils sont dialectiques, sont aussi contradictoires : la créativité de l'énonciation *vs* les déterminations d'une mémoire historique. Il faut y penser ensemble car c'est ainsi qu'ils jouent dans chaque discours, dans chaque prise de parole.

On arrive à la fin de ce chapitre à la proposition théorique et analytique de place d'énonciation proposée par la linguiste argentine Mónica Zoppi-Fontana. Nous soutenons que ce concept est important pour "faire voir" les subjectivités historiquement réduites au silence et offrir des opportunités d'écoute de ces voix : si dire les agents qui pratiquent le silence est important, encore plus important est de contempler les voix et les sujets historiquement réduits au silence par eux.

Chapitre III- *Corpus* et méthode

3.1. Présentation du corpus de travail

Le corpus utilisé dans cette recherche est mixte : il y a un *corpus* d'archive et un *corpus* expérimental. Le *corpus* d'archive correspond à une année de publication mensuelle du journal institutionnel *Folha Rural*, signé par la coopérative de café Minas Gerais COOXUPÉ, et pris par nous en tant que représentant de l'agro-industrie, puisqu'il s'agit d'un discours sur la caféiculture qui repose sur l'idée de productivité maximale, grâce à l'utilisation de technologies de cultivation et de la mécanisation agricole. *Folha Rural* est un média institutionnel qui projette la caféiculture comme culture commerciale de base, notamment pour l'exportation. Le *corpus* expérimental correspond à vingt et un entretiens et témoignages de caféicultrices de la région Sud de l'État Minas Gerais, au Brésil, recueillis pour les besoins de cette recherche. Ce *corpus* représente la voix des caféicultrices sans médiation institutionnelle.

Dans les rubriques suivantes, ces deux *corpus* de travail seront décrits.

3.1.1. *Folha Rural- FR*

Douze éditions de la publication mensuelle *Folha Rural* ont été collectées et rassemblées. *Folha Rural* appartient à la Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé-COOXUPÉ. Cette coopérative a son siège dans la municipalité de Guaxupé, située dans le sud de l'État de Minas Gerais, et est la plus grande coopérative de café au Brésil. COOXUPÉ compte, selon le texte « Quem Somos », sur le site de l'institution (<https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>), avec plus de 15 mille membres, dont 95% sont des petits producteurs sous le régime juridique de l'agriculture familiale. Sa position géographique stratégique, qui lui permet de recevoir du café des États de Minas Gerais et de São Paulo, respectivement le premier et le troisième producteur, est déterminante pour son statut de plus grande coopérative de café brésilienne. Ce statut nous a fait choisir la *Folha Rural* da COOXUPÉ comme média institutionnel pour constituer notre *corpus* d'archive.

La capacité de la coopérative en termes de réception du café produit par ses membres est importante, ainsi que l'ampleur des ses autres business issues de cette activité principale de collecte et de commercialisation du café:

La coopérative reçoit du café produit dans plus de 200 municipalités de sa zone d'action, située à Sul de Minas,

Cerrado Mineiro et Vale do Rio Pardo (dans l'État de São Paulo). Pensant à la diversification de son activité, COOXUPÉ a également des projets tels que sa propre torréfaction, une aide à la commercialisation et à la production de maïs, une usine d'aliments pour animaux, un laboratoire d'analyse des sols, une structure pour géotraitement, entre autres investissements. De plus, la coopérative a, au fil des ans, élargi le marché des cafés spéciaux et certifiés. Actuellement, la COOXUPÉ est composée de 37 unités commerciales, à savoir : le siège social (à Guaxupé), les centres, les succursales, les unités avancées et le bureau d'exportation à Santos. La coopérative dispose également d'entrepôts et du complexe industriel Japy, une entreprise logistique à la pointe de la technologie. (COOXUPÉ, Qui sommes-nous, 2022, notre traduction)

Cette robustesse opérationnelle nous fait réfléchir sur la rentabilité de la coopérative, qui, bien que régie légalement par un Statut Social, commun à toutes les coopératives brésiliennes, fonctionne comme une entreprise, qui exerce une influence importante sur l'activité locale du café. COOXUPÉ serait donc une coopérative d'un point de vue juridique et législatif, et une entreprise, d'un point de vue opérationnel, avec son “activité”, “élargissant le marché des cafés spéciaux”, “composée d'unités d'affaires” et “d'une entreprise logistique à la pointe de la technologie”.

Le financement de Folha Rural en tant que média institutionnel officiel de COOXUPÉ provient du Fonds Général de la coopérative (comptabilisé à chaque bilan général, sur une base annuelle, dans lequel les revenus et les dépenses sont comparés), et, plus précisément, de la catégorie Fonds de Développement.

FR représente non seulement un véhicule pour faire circuler les produits, services et actions de COOXUPÉ, mais aussi comme une forme de publicité en soi, puisqu'il s'agit d'un média organisé et soutenu financièrement par l'institution elle-même. .

Selon les statuts de la coopérative, l'un des principaux objectifs tactiques de COOXUPÉ en matière de commercialisation du café est « d'adopter une marque dûment enregistrée pour les produits réceptionnés et/ou industrialisés et d'assurer leur promotion par des publicités et/ou publicités compatibles ». La Folha Rural est une des formes de cette « publicité compatible », comme nous aurons l'occasion de le montrer au cours de cette recherche.

Le public cible du RF hypothétiquement supposé serait les producteurs de café déjà coopérés et les coopérateurs potentiels ainsi que les entrepreneurs du secteur du café.

Les éditions qui composent le *corpus* comprennent la période de mars 2018 à février 2019, totalisant 11 exemplaires, étant donné que les éditions de décembre 2018 et janvier 2019 ont été publiées en une seule édition. Cette période correspond, en termes de pratiques culturelles, à la fin des soins du sol et de la plante du café pour la récolte 2017-2018, jusqu'à la fin des soins pour la récolte suivante, 2018-2019. Il est à noter que la récolte de café 2017-2018 correspondait, selon les données de la *Companhia Nacional de Agricultura e Abastecimento - CONAB-*, à 61,7 millions de sacs, ce qui signifie une production recorde dans toute l'histoire de la production de café au Brésil jusqu'à ce moment là, c'est pourquoi nous avons choisi cette période. Nous avons donc une année de publications d'un média institutionnel réalisées et diffusées par la plus grande coopérative de café du Brésil, dans la période qui comprend la plus grande récolte de café à ce jour.

Folha Rural est disponible en deux formats : la version imprimée, disponible gratuitement au siège de COOXUPÉ, ainsi que dans ses Unités, présentes à Minas Gerais et aussi dans la région de Vale do Rio Pardo, dans l'État de São Paulo, et la version numérique. , disponible sur le site institutionnel de la coopérative dans la rubrique « Actualités ». Les douze éditions qui composent notre *corpus* d'archive ont été mises à notre disposition au format PDF par l'employé responsable du secteur de communication et gestion marketing de COOXUPÉ en mars 2019.

Organisation de Folha Rural

Folha Rural est divisée en sections, comme indiqué dans les tableaux ci-dessous :

	Ed. 480, ano 48, set. 2018		Ed. 481, ano 48, out. 2018		Ed. 482, ano 48, nov/dez 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Mais agilidade
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Balanço geral!
4	A nação do café!	4	Os melhores do mundo!	4	Visitas
5	Um toque feminino!	5	Meio ambiente!	5	Falecimentos
6	Nosso café no mundo!	6	Notícia CNC	6	Notícia CNC

7	Notícia CNC	7	Saúde	7	Um bom café acompanha grandes histórias
8	Balcão de vendas	8	Balcão de vendas	8	Em casa
9	Agro de batom!	9	Informação importante!	9	Receitas
10	Indicadores	10	Cooperado de olho no mercado	10	Meio ambiente
11	Dia a dia no campo	11	Indicadores	11	Reconhecimento
12	Clima	12	Dia a dia no campo	12	Vem aí!
		13	Clima	13	Indicadores
				14	Balcão de vendas
				15	Dia a dia no campo
				16	Clima
	Ed. 477, ano 48, jun. 2018		Ed. 478, ano 48, jul. 2018		Ed. 479, ano 48, ago. 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Visitas
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Falecimentos
4	Preservar é preciso	4	No topo!	4	Marca forte
5	Conhecimento garantido	5	Qualidade do café!	5	História de sucesso
6	Entre as maiores	6	Menino de ouro!	6	O melhor do mundo!
7	Fique ligado!	7	Notícia CNC	7	Falando de café!
8	Falando em café!	8	Café do Brasil para o mundo	8	Balcão de vendas
9	Balcão de vendas	9	Balcão de vendas	9	Informações na palma da mão
10	Saúde	10	Saúde	10	Indicadores

11	Notícias CNC79	11	Indicadores	11	Dia a dia no campo
12	Medalha de ouro	12	Dia a dia no campo	12	Clima
13	Indicadores	13	Clima		
14	Dia a dia no campo				
15	De olho na qualidade				
16	Clima				
	Ed. 480, ano 48, set. 2018		Ed. 481, ano 48, out. 2018		Ed. 482, ano 48, nov/dez 2018
1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente	1	Palavra do Presidente
2	Visitas	2	Visitas	2	Mais agilidade
3	Falecimentos	3	Falecimentos	3	Balanço geral!
4	A nação do café!	4	Os melhores do mundo!	4	Visitas
5	Um toque feminino!	5	Meio ambiente!	5	Falecimentos
6	Nosso café no mundo!	6	Notícia CNC	6	Notícia CNC
7	Notícia CNC	7	Saúde	7	Um bom café acompanha grandes histórias
8	Balcão de vendas	8	Balcão de vendas	8	Em casa
9	Agro de batom!	9	Informação importante!	9	Receitas
10	Indicadores	10	Cooperado de olho no mercado	10	Meio ambiente
11	Dia a dia no campo	11	Indicadores	11	Reconhecimento
12	Clima	12	Dia a dia no campo	12	Vem aí!

⁷⁹ Conselho Nacional do Café. Ver: <https://cncafe.com.br/>.

		13	Clima	13	Indicadores
				14	Balcão de vendas
				15	Dia a dia no campo
				16	Clima

Source: Elaborée par l'auteur.

Comme le montrent les tableaux, le nombre de rubriques du journal est de 8 à 16. Parmi elles, les rubriques suivantes apparaissent dans toutes les éditions: Mot du président, Visites, Décès, Comptoir des ventes, Indicateurs, Au quotidien sur le terrain, Climat, et est récurrent, apparaissant dans 5 des 11 numéros, la rubrique Actualités du CNC. Les autres rubriques sont variables et dépendent de l'actualité de la chaîne du café.

Le tableau ci-dessous montre les gros titres pour chaque numéro:

Tableau 4: Gros lignes des éditions 474 à 484 de *Folha Rural*

Edição n.	Mês/Ano	Manchete
474	Março 2018	R\$ 29,4 milhões vão para o bolso dos cooperados ⁸⁰ da Cooxupé
475	Abril 2018	Estrutura de última geração para o cooperado
476	Mai 2018	Abertura oficial da colheita na área de ação da Cooxupé é anunciada em unidade demonstrativa
477	Junho 2018	Cooxupé recebe intercâmbio Agrobrazil e apresenta seu café para embaixadas de cinco países
478	Julho 2018	93% do café recebido e classificado desta safra apresenta fina qualidade
479	Agosto 2018	Cooxupé estabelece sua identidade corporativa pautada pela qualidade
480	Setembro 2018	Cooxupé e SMC recebem etapa internacional do Cup of Excellence
481	Outubro 2018	Mercado internacional conhece os melhores cafés especiais brasileiros
482	Novembro/Dezembro 2018	Sistema implantado pela Cooxupé traz mais agilidade para você cooperado durante compras nas lojas da cooperativa
483	Janeiro 2019	FEMAGRI 2019: tecnologia digital gerando valor à cafeicultura
484	Fevereiro 2019	FEMAGRI 2019 recebe mais de 30 mil visitantes e movimentando negócios na cafeicultura brasileira

⁸⁰ A Folha Rural utilise le masculin générique.

3.1.2. La voix des caféicultrices⁸¹

Les discours de vingt et une caféicultrices du sud du Minas Gerais ont été recueillis et enregistrés, soit sous forme de témoignages, soit sous forme d'interviews. Toutes les personnes interrogées ont apporté leur contribution volontairement et ont consenti à la divulgation de leurs données à des fins scientifiques. Ce sont de petites productrices de café, c'est-à-dire que, juridiquement, ces femmes détiennent, seules ou en partage avec leur famille, la possession d'un terrain pouvant aller jusqu'à cinquante hectares. L'accès à ces caféicultrices a été possible grâce à l'intermédiation de Helga Andrade, Viviane dos Santos et Alessandro et Aline Baquião. Helga est barista et éducatrice rurale, spécialisée dans les cafés spéciaux; Viviane est caféicultrice et travaille informellement en mobilisant et en motivant d'autres caféicultrices; Alessandro est président d'une coopérative de café : COOPERVITAE, située dans la commune de Nova Resende, Minas Gerais, et proche de COOXUPÉ; Aline est productrice de café et travaille également de manière informelle en mobilisant et en encourageant d'autres caféicultrices.

Le rôle de ces intermédiaires était fondamental pour l'accès aux caféicultrices et à leurs narratives. Ce sont des personnes avec qui elles ont déjà eu une relation professionnelle et/ou plus intime, et avec qui elles établissent un lien de confiance. Le matériel a été collecté entre novembre 2019 et juin 2020, et est enregistré dans des fichiers numériques et dans un journal de recherche.

Les entretiens

Les caféicultrices ont été interrogés par la chercheuse sur leurs propriétés sur rendez-vous. Ce n'était pas une séquence de questions et de réponses, qui correspondrait donc à une alternance constante de tournures de parole. Les caféicultrices ont été invités à parler de leurs activités sur leurs propriétés, et, sur la base de cette demande, une conversation a eu lieu, afin

⁸¹ L'autorisation de collecte, d'utilisation et de diffusion des données est enregistrée auprès du Comité d'Éthique de la Recherche (CEP), processus n. 15570619.9.0000.8142

de faire parler les femmes le plus possible. Quant à l'enregistrement de ces discours, il s'est déroulé de trois manières, au choix des interviewés : (a) enregistrement vocal, (b) enregistrement audiovisuel, (c) notes manuelles dans un journal de recherche. Les entretiens ont été menés en 2018 et 2019.

Deux aspects doivent être exposés concernant l'entretien comme moyen de recueillir la parole de quelqu'un : (i) en termes pragmatiques, la formalité établie à partir d'un « contrat de communication » entre le chercheur et l'interviewé. Un entretien se distingue d'une conversation par rapport à un point fondamental : c'est un face à face avec un propos (SANDRÉ, 2013, p. 35). Un cadre communicatif formel ainsi posé impose déjà des limites aux participants, il est, en ce sens, « un échange soumis à un certain nombre de contraintes » (ibid.), étant de trois types : (i) cadre et rôle de participation (l'intervieweur qui mène l'entretien/l'interviewé qui se soumet et essaie de se conformer aux attentes de l'intervieweur) ; (ii) cadre spatio-temporel (lieu de l'entretien et temps consacré) ; (iii) l'objet de ce discours (donner un propos « intéressant », les thèmes plus ou moins imposés, priorité au discours de l'interviewé, etc.) » (ibid. p. 37-40).

Ce premier aspect concerne précisément le paradoxe de l'observateur soulevé par Labov : « Labov a justement insisté sur le paradoxe de l'observateur qui vise à restituer des éléments au plus près de la réalité vécue alors que cette réalité doit être soumise à l'artificiel de l'« observation systématique » (MOUCHON, 1985) ; (ii) l'impact de la survenance de situations et d'éléments non prévus pour ce cadre de communication. Concernant le recueil d'entretiens avec les caféicultrices, l'échange formel établi avec la chercheuse sur les propriétés de ces femmes a posé le « besoin » de la présence de leurs maris et partenaires, qui intervenaient dans l'interaction en se prenant la parole à soi. Il faut remarquer que ce fait survenu n'est pas anodin lorsqu'il s'agit d'une recherche sur le silencement des caféicultrices et de leur travail. Ces deux aspects nous ont fait repenser les manières de recueillir la parole de ces femmes, à la fois en offrant une situation communicative moins formelle, imposant ainsi moins de contraintes, et en assurant la collecte de la parole des caféicultrices elles-mêmes, sans l'intervention de leurs compagnons. Il s'agissait là d'un moyen trouvé pour réduire non seulement l'impact de la survenance d'imprévus, mais aussi le paradoxe de l'observateur de Labov, évoqué ci-dessus, et consistant à enregistrer les témoignages au moment le plus opportun pour les caféiculteurs sous forme de (i) des selfies vidéo ou (ii) des vidéos enregistrées par des tiers.

Les témoignages

Vingt et un témoignages de caféicultrices ont été recueillis en 2019 et 2020 et enregistrés dans des fichiers numériques audiovisuels. Ces témoignages ont été recueillis à l'occasion de rencontres de formation et d'éducation rurale promues par COOPERVITAE ou directement sur la propriété de ces femmes par le chercheur et aussi par les intermédiaires.

Les caféicultrices ont été invitées à enregistrer des vidéos de 2 à 5 minutes dans lesquelles elles racontaient leurs expériences avec la cultivation du café. Il leur a été demandé d'organiser leur discours selon les mots-clés suivants : « café », « école », « plaisirs », « difficultés ». Le choix de ces mots a été fait afin d'obtenir de ces femmes un récit qui raconterait leur rapport à la caféiculture, leur parcours dans l'éducation de base et les plaisirs et difficultés, déclenchant des souvenirs affectifs à partir de ces deux premiers mots-clés. En effet, nous partons du principe qu'analyser le silence des caféicultrices, c'est nécessairement s'intéresser à un éventuel manque d'opportunités de scolarisation et de formation qui a pu leur peser parce qu'elles sont des femmes, parce qu'elles vivent en milieu rural, et donc parce qu'elles sont encore plus fortement soumises aux rôles de genre : être épouse, être mère.

Les vidéos peuvent être enregistrées par elles-mêmes, au format vidéo-selfie ou par des tiers.

3.2. Description et discussion de la méthodologie

La méthodologie adoptée est qualitative et interdisciplinaire et repose sur le dispositif d'Analyse du Discours proposé par Michel Pêcheux (1969, 1975), et développé de manière fructueuse et conséquente au Brésil par Eni Puccinelli Orlandi (2007), qui propose, à partir de cela, une sémantisation du silence. Une analyse contrastive de *corpora* de travail de cette recherche aura également lieu car nous croyons au potentiel de comparaison entre une analyse du discours d'un média institutionnel sur la caféiculture dans le sud du Minas Gerais, Folha Rural, et un discours non médiatisé institutionnellement, de la façon dont il a été formulé oralement par les caféicultrices d'une même région, dans la même période. Concernant le potentiel d'une analyse contrastive ou comparative, nous sommes d'accord avec Guilbert (2011), qui soutient que :

d'un point de vue épistémologique, permettre la comparabilité dans la constitution des corpus, c'est-à-dire « faire des corpus qui se complètent les uns les autres et dont les conclusions peuvent être comparées », c'est éviter que « les conclusions que l'on en tire [soient] parfois limitées » et c'est conférer un peu d'originalité à l'approche d'une question tout en apportant une contribution à la réflexion collective (Honoré 2002 : 112).

Dans les rubriques suivantes, nous apporterons une brève discussion sur le caractère qualitatif et interdisciplinaire qui sous-tend ce travail.

Une recherche qualitative

Un statut qualitatif et interprétatif de la recherche en Analyse du Discours s'opère non seulement par rapport aux catégories théoriques et analytiques choisies par le chercheur pour tenir la description des processus discursifs qu'il observe, ou des procédures d'analyse engendrées pour rendre compte de ce processus, mais c'est plutôt cette interprétation qui fonde la question de recherche formulée par l'analyste. Saussure (2016 [1916], p. 71, nous soulignons):

D'autres sciences opèrent sur des objets donnés d'avance et qu'on peut considérer ensuite à différents points de vue ; dans notre domaine, rien de semblable. [...] Bien loin que l'objet précède le point de vue, on dirait que **c'est le point de vue qui crée l'objet**, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres.

Cela dit, constatant un phénomène, à savoir : la contradiction entre la pratique de la cultivation du café dans le Sud du Minas Gerais, notamment sous forme d'agriculture familiale, à laquelle participent mères, filles, épouses, bref, femmes, et l'absence de voix de ces femmes dans les discours légitimés de la filière café, la catégorie théorique et analytique qui semblait cohérente pour éclairer ce phénomène était la notion de silencieusement. Dans le mouvement de formulation d'hypothèses, nous supposons, premièrement, qu'il existe un décalage entre les discours légitimés qui traitent des pratiques de cultivation du café et ces pratiques elles-mêmes par rapport à un aspect particulier: la participation des femmes à la production de café; deuxièmement, nous supposons que ce décalage se produit pour des raisons sociales,

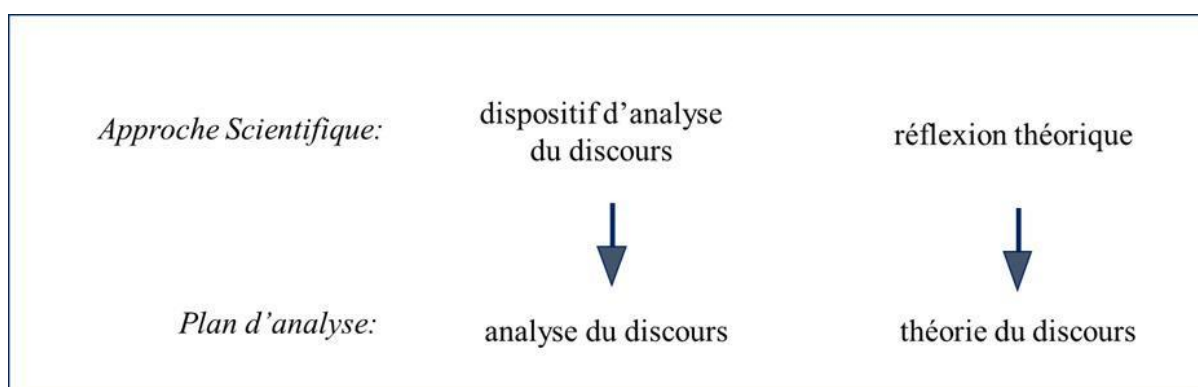
historiques et idéologiques, dans lesquelles le rôle des femmes a longtemps été éloigné des activités productives, reléguées aux tâches domestiques. Nous supposons donc qu'une analyse linguistique peut éclairer ce phénomène, dans la mesure où le cadre théorique sur lequel s'appuie cette analyse entend le sens comme historique; et nous supposons, enfin, que l'Analyse du Discours via les catégories descriptives silence, mémoire, contradiction peut contribuer aux réflexions sur ce phénomène. Notons que ces hypothèses entre phénomène observable et étapes de formulation de la question de recherche sont déjà médiatisées par le cadre théorique qui sous-tend cette recherche. En ce sens, Eni Orlandi, dans *Princípios e Procedimentos* (2015, p. 26), montre que

le dispositif théorique, qui vise à **médiatiser le mouvement entre description et interprétation**, s'appuie sur les principes généraux de l'Analyse du discours comme forme de connaissance avec ses concepts et sa méthode. Elle reste inchangée, selon la théorie du discours, dans la construction des différents dispositifs analytiques. (nous soulignons)

Si le cadre théorique de l'Analyse du Discours se tient, les concepts et procédures utilisés par le chercheur pour analyser le matériel recueilli en fonction de la question de recherche varient selon la question de recherche, et constituent ainsi le travail, toujours tributaire de la question de recherche et de l'hypothèse que l'on souhaite soumettre à vérification dans un mouvement interprétatif - d'aller-et-retour de la question de recherche au *corpus* - qui est typique de la méthode en AD. Pour reprendre la citation de Saussure ci-dessus : si dans d'autres domaines de la connaissance il y a illusion d'un objet a priori, sujet aux controverses nées de son examen selon la discipline au sein de laquelle l'analyse de cet objet a eu lieu, dans le cas de l'objet langage, du fait de son caractère hétéroclite, cette illusion de « capter » un objet a priori par la pratique scientifique est plus facilement déjouée. L'objet est le langage lui-même, c'est-à-dire qu'il n'y a pas de distance entre la cible de l'observation du chercheur - cet objet - et la matérialité qui le décrit - le langage. Faire d'un phénomène observable un objet d'étude en Linguistique est déjà une position, un premier geste vers la conception d'un projet de recherche. Ce geste coupe déjà cet objet, et privilégie une réflexion malgré les autres. A titre d'exemple de comparaison, considérons ce qui est habituellement pris comme objet en agronomie : propriétés chimiques et physiques du sol, morphologie et physiologie des plantes, combat aux insectes et les pathogènes, amélioration génétique, etc. Dans le cas des cultures d'intérêt commercial, la valeur maximale tirée du rapport production/surface plantée est le *a priori* de ces recherches, quel que soit l'objet. Il peut s'ensuivre des controverses sur la méthode utilisée, l'interprétation que fait le chercheur des données empiriques obtenues, les conditions d'expérimentation,

puisque ces objets sont suffisamment éloignés du chercheur qui les prend comme tels, d'où l'effet de l'objet homogène « prêt » à être observé par la raison humaine. En s'agissant du langage comme objet de la pratique scientifique, ce qui est *a priori*, c'est son statut hétéroclite (Saussure, *op. cit.*), car le langage est constitutif de l'être humain. Il faudra alors découper cet objet, essayer de rendre compte d'une ou plusieurs des dimensions de son hétérogénéité. Ce que montrera l'Analyse du Discours telle que a été développée par M. Pêcheux, notamment dans les années 1970 en France, c'est, d'un point de vue épistémologique, le statut opaque (politique et idéologique) du rapport entre les sciences et leurs objets, brisant cette illusion d'une relation directe entre le travail scientifique et les phénomènes à décrire, et, sur le plan théorique et analytique, à faire connaître l'incomplétude inhérente à chaque discipline qui constitue les domaines de connaissance, ce qui a conduit à mettre l'accent sur l'importance d'un entre-deux la discipline. En d'autres termes, l'AD est destinée à remettre en question les hypothèses théoriques de la linguistique, de la sociolinguistique et de la sémantique linguistique, ainsi que d'autres disciplines telles que la psychologie, la sociologie et l'anthropologie, qui reposent sur une notion centrale d'un sujet unique.

Concernant le cadre théorique pour une sémantique du discours développé par Pêcheux, T. Guilbert (2010, évoquant D. Malidier, 1990) souligne que : « le discours et la réflexion théorique dont il est l'objet – en tant que « nœud » et objet non empirique - se déploie sur un « double plan ». Ce double plan est esquissé par Guilbert comme suit :



Source: Guilbert (2010).

Guilbert (*ibid.*) affirme que le dispositif analytique développé par Pêcheux était privilégié par rapport à la théorie du discours proposée par le philosophe. Alors que cette dernière a connu un processus d'oubli à partir de la fin des années 1970 en France, la première a fortement inspiré l'Analyse de Discours ainsi que d'autres disciplines, notamment pour avoir

autorisé une approche interdisciplinaire de la description des phénomènes langagiers. Nous sommes d'accord avec le linguiste lorsqu'il dit que l'AD se présente comme un dispositif de recherche et une méthode heuristique et interprétative. Nous pensons qu'il est pertinent d'ajouter: dans la mesure où elle a réalisé épistémologiquement la possibilité d'un dialogue critique avec d'autres disciplines pour traiter des problèmes complexes ayant pour objet les processus discursifs dont la base matérielle est le langage. En ce sens, E. Orlandi (2015, p. 26), évoquant les principes et procédures en DA, souligne que

Une fois l'analyse effectuée, et ayant compris le processus discursif, les résultats seront disponibles pour que l'analyste puisse les interpréter selon les différents instruments théoriques des champs disciplinaires dans lesquels il s'inscrit et dont il est parti. A ce stade, la manière dont il a construit son dispositif d'analyse est cruciale, car la portée de ses conclusions dépend beaucoup de lui. Une fois l'illusion de la transparence du langage est levée [...], l'analyste revient à sa question initiale. Elle est ainsi au départ, comme élément déclencheur de l'analyse et de la construction du dispositif analytique correspondant, et, à la fin, elle reprend, gérant la manière dont l'analyste doit rapporter les résultats de l'analyse à la compréhension théorique de son domaine disciplinaire spécifique : celui de sa propre Analyse du Discours, le cas échéant, ou celui de la Linguistique, mais aussi celui de la Politique, de la Sociologie, de l'Anthropologie, etc. [...]. Tous ces éléments [...] constituent le dispositif analytique construit par l'analyste. D'où, je pense, la richesse de l'Analyse du Discours, puisqu'elle permet d'explorer de multiples manières ce rapport travaillé au symbolique, sans gommer les différences, à les entendre théoriquement, dans le jeu qui s'instaure entre le dispositif théorique d'interprétation et les dispositifs analytiques. . qui lui correspondent. (nous soulignons)

... et "de entremeio"

Cette possibilité qu'offre l'Analyse du Discours de signifier théoriquement les différences, comme E. Orlandi le soutient, donne à la discipline un caractère dynamique, toujours en reconstruction. En s'agissant d'une discipline intermédiaire, puisqu'elle repose sur l'intersection entre la Linguistique, le Matérialisme Historique et la Psychanalyse, un travail d'analyse est proposé qui s'exerce sur les traits révélés dans la matérialité du langage, visant à retrouver l'ensemble dynamique que ces traits seraient des effets. En effet, "lorsque les causes ne sont pas reproductibles, il ne reste qu'à les induire des effets" (GINZBURG, 1980). Or, comme nous le verrons, une analyse du sens mise en rapport avec les formations discursives, au lieu d'une analyse de la valeur des signes par différence dans le système langagier, comme le postulait l'approche saussurienne (1916), permet de déplacer les limites théoriques d'une Linguistique prise comme discipline du savoir, étant précisément constituée par elle

(MARANDIN, 2014). La récupération des traits linguistiques qui permettraient de décrire un fonctionnement social et politique complexe par lequel les sujets se constituent et à travers lesquels ils se signifient n'est possible qu'à partir de la prise de sens sous un statut historique.

Nous croyons qu'à ce stade réside le plus grand avantage de travailler avec le cadre théorique et le dispositif d'analyse de AD, constitutivement interprétatif et intermédiaire : le renoncement à une description linguistique qui se veut universelle et détachée du regard du chercheur en faveur d'une description particularisante, coupée par le regard du chercheur, pour chercher à éclairer le fonctionnement des sens dans une organisation sociale donnée, dans un lieu donné, à un moment donné.

Enfin, le cadre théorique et analytique de l'Analyse du discours proposé par M. Pêcheux semble assumer scientifiquement le paradigme probatoire traité par C. Ginzburg (op. cit., p. 11) : « derrière ce paradigme indiciel ou divinatoire, on entrevoit le geste probablement le plus ancien de l'histoire intellectuelle du genre humain : celui du chasseur accroupi dans la boue qui scrute les traces d'une proie. »

3.3. Procédures

Compte tenu de notre corpus de travail, le développement de l'analyse se déroule comme suit :

- Récupération des régularités linguistiques présentes dans le corpus ;
- Description linguistique de ces régularités ;
- Interprétation de ces traits au regard de la question de recherche et à la lumière des dispositifs théoriques et analytiques engendrés ;
- Reprise de l'hypothèse pour confrontation avec les descriptions faites, dans le sens de porter une conclusion sur le problème qui constitue l'objet de la recherche.

Chapitre IV- Conditions de production et institutionnalisation de la caféiculture brésilienne

Ce chapitre porte une description des conditions de production dans lesquelles la culture du café au Brésil gagne en force et en importance en tant que produit d'exportation et s'institutionnalise dans le pays. Les archives de la CONAB montrent que des caféiers (qui ont leur origine en Afrique) étaient déjà présents au Brésil depuis le XVIIIème siècle. Cependant, ce n'est qu'à la fin du XIXe siècle que cette culture prendra des proportions importantes tant en termes de superficie cultivée que de participation politique des élites *cafeeiras*, notamment de São Paulo à la période *Brasil República*.

4.1. Café et agro-industrie

Overview

Le café est la troisième boisson la plus consommée au monde, après l'eau et le thé. Dans ce scénario de demande mondiale, le Brésil occupe la première position en tant que producteur de café, notamment de type *arabica*, suivi du Vietnam, avec une production principalement de café de type *conilon*, et de la Colombie, également avec du café *arabica*. Cette position privilégiée du Brésil en tant que premier producteur mondial du café est maintenue depuis plus de 150 ans.

Les données de 2020 de la *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*⁸²(EMBRAPA) montrent que l'État de Minas Gerais reste le plus grand producteur national de café, suivi d'Espírito Santo et de São Paulo. La production en sacs de 60 kg de la récolte 2019-2020 a été enregistrée à 61,62 millions dont 33,46 sacs de café sont issus de Minas. Le tableau ci-dessous (2008) montre la répartition de la production de café par région dans l'État du Minas Gerais, en mettant l'accent sur la région sud/sud-ouest du Minas Gerais :

⁸² <https://www.embrapa.br>

Mesorregião	Área média das lavouras (ha)
Oeste de Minas	25,06
Zona da Mata	27,81
Sul/Sudeste	31,96
Campo das Vertentes	41,25
Triângulo/ Alto Paranaíba	67,79
Total	-

SOURCE: Données recueillies dans le cadre d'enquêtes de terrain, par EPAMIG, en 2008.

La principale caractéristique topographique de la culture du café dans la région Sud de Minas est l'installation de la culture en terrain accidenté, avec une altitude moyenne de 850 mètres (EMATER, 2020). La géomorphologie de la région offre, d'une part, des conditions pédo climatiques idéales pour l'implantation et le développement de la culture, et, d'autre part, freine sa mécanisation. Cette caractéristique géomorphologique, associée à la rentabilité saisonnière de l'activité, a fourni des conditions favorables à la pratique de la cultivation du café, principalement en régime d'exploitation familiale. Ce scénario configure la production de café dans le sud du Minas Gerais, connu sous le nom de Café das Montanhas (PEDINI, 2013).

Brève histoire du café au Brésil

Le caféier est arrivé au Brésil au XVIII^e siècle. Bien qu'il existe des archives qui rendent compte de cette culture en régime de monoculture, avec des traitements utilisés par la main-d'œuvre esclave à cette époque, c'est du tournant du XIX^e siècle au XX^e siècle que la culture du café acquiert une « nouvelle configuration ». En ce sens, pour Stolcke et Hall (1983), un processus de démantèlement de l'esclavage, vérifié depuis le milieu du XIX^e siècle, aboutissant à la *Lei Áurea* de 1888, a fait les *fazendeiros* de l'État de São Paulo expérimenter des formes de travail libre, ce qui a finalement permis que la transition du type de main-d'œuvre employée dans les cultures destinées à l'exportation se fasse sans compromettre la production agricole. Toujours selon Stolcke et Hall (ibid.), une augmentation mondiale de la demande de café, qui a lieu en même temps, et une expansion de la culture du café dans l'ouest de São Paulo, en raison de la baisse de la production dans le Vale do Paraíba, sont des éléments qui contribuent à cette « nouvelle configuration » de la production de café, dans laquelle l'introduction du travail

libre avant le travail salarié est un facteur fondamental. Nous reviendrons sur ce point plus loin, dans le chapitre sur l'analyse du discours des femmes.

S'ajoutent à ces facteurs : la forte demande mondiale de café, l'expansion de cette cultivation dans l'ouest de São Paulo et le passage du travail esclave au travail libre, « entre 1890 et 1907, la production de café à São Paulo a quintuplé . L'État est devenu le principal producteur de café du pays et le Brésil est devenu le principal fournisseur de café sur le marché mondial, une position que les deux conserveront jusqu'aux années 1950. » (STOLCKE, 1986, p. 53). De la culture destinée à la consommation domestique locale au premier produit agricole d'exportation, la culture du café sera désormais fortement soutenue par l'État via l'appareil judiciaire.

Stolcke (ibid., p. 59) montre que la première intervention légale sur la culture du café a eu lieu en 1902, et visait à réduire la plantation de nouveaux caféiers, puisqu'un nombre croissant de nouvelles plantations avait été observé jusque dans les années 1890. Cette mesure a été prise pour réguler la relation entre l'offre et la demande et maintenir des profits élevés du commerce du café. L'auteure soutient que l'efficacité de la mesure n'est pas connue, mais que la manière dont Antônio Prado la décrit – « anti-économique » et « anti-libéral » – reflète l'opinion d'autres *fazendeiros* comme lui. Si la surveillance sur les nouveaux plants de café défavorisait certains *fazendeiros*, la taxe était avantageuse pour ceux qui avaient déjà des plants de café établies. Les aléas de cette taxe s'ajoutent à la forte production attendue pour la récolte de 1906

Enfin, il a produit le premier programme de subvention des prix, approuvé lors de la Convention de Taubaté entre les principaux États producteurs de café, São Paulo, Rio de Janeiro et Minas Gerais. En vertu de l'accord, à l'aide d'une émission de monnaie adossée à un prêt étranger, garantie par une taxe à l'exportation sur chaque sac de café, le gouvernement de l'État de São Paulo a accepté d'acheter le surplus et de stabiliser les prix. (ibid., p. 60)

Selon le *Consórcio Pesquisa Café*⁸³, de 1927 à 2010, il y avait 157 lois, décrets, mesures provisoires, ordonnances, résolutions et instructions normatives qui traitent de la production de

⁸³ « Le *Consórcio Pesquisa Café* pour la recherche et le développement du café - CBP&D/Café - a été créé au moyen d'un *Termo de Constituição* signé en 1997 (DOU du 14/03/97 - Section 3), et son conseil d'administration est composé des cadres supérieurs des institutions suivantes : *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa* ; *Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG*; *Instituto Agrônômico de Campinas - IAC*; *Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR*; *Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER*; *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA*; *Empresa de Pesquisa*

café. Des réglementations allant des mesures de protection, telles que le décret n. 19.688, de 1931, qui prévoit l'achat du café excédentaire par l'État en vue de contrôler son prix sur le marché, jusqu'à la conception d'institutions liées à la chaîne de production du café, cas de la loi n. 1779, de 1952, qui détermine la création de l'*Instituto Brasileiro de Café*, l'IBC, un organisme qui "maîtrisait minutieusement les mécanismes du marché intérieur et était un acteur du marché international jusqu'aux années 1990" et dont la recherche scientifique "était subordonnée aux intérêts des élites professionnelles des grands planteurs » (GARCIA et PALMEIRA, 2001, p. 54 et p. 71). C'est ainsi, et dans cet intervalle de temps pris (de la fin du XIXe siècle au milieu du XXe siècle), que le café se consolide comme culture commerciale d'exportation, dûment institutionnalisée et légitimée au Brésil, avec l'État de São Paulo comme, disons, un "berceau" pour la configuration de la plantation de café telle qu'on l'entend actuellement.

De grandes cultures commerciales et les débuts de ce qui allait devenir l'agro-industrie brésilienne

Pour Garcia et Palmeira (2001), on peut penser aux complexes agro-industriels depuis le début de la colonisation du Brésil, puisque toutes les étapes de la production agricole étaient pratiquées au sein des grandes propriétés, sous le contrôle du grand agriculteur et de ses représentants, étant destiné à cela le profit dérivant de ce système de production, comme ce fut le cas avec la culture de la canne à sucre et du coton, par exemple. Les mêmes auteurs (*ibid.*, p. 44, je souligne) disent encore que

jusqu'au milieu du XXe siècle, l'association entre capital foncier, agricole et industriel prédomine : ceux qui commandent le processus de travail exercent leur commandement à la fois dans les sphères agricole et industrielle ; c'est de toutes ses activités que provient son profit. L'agro-industrie moderne, mise en place au moment de l'industrialisation du Brésil [...] suppose que l'investissement est concentré dans une entreprise industrielle qui met en place un réseau constant de fournisseurs de produits agricoles de qualité établis selon des paramètres bien définis (J. Winkinson, 1996) . L'entreprise industrielle subordonne les unités agricoles à ses besoins, mais ne concentre pas le processus de travail agricole entre ses mains. Le terme agro-industrie subit donc une modification de son sens lorsqu'il se réfère à des unités mises en place depuis la fin du 19e siècle (comme

les moulins à canne à sucre) ou à des usines urbaines créées dans la seconde moitié du 20^e siècle ([...] comme comme *Perdigão* et *Sadia*).

Le café est une grande culture commerciale, institutionnalisée et légitimée, prenant pour matrice de sens les grands agriculteurs, détenteurs de grandes propriétés, sous un régime de « grande entreprise industrielle », qui subordonne les petites unités productives, telles que les familles, par exemple. Or, si l'agrobusiness émerge, notamment dans les années 1960 au Brésil, comme une catégorie ou un concept pour nommer « l'intégration de l'agriculture dans les secteurs industriels de fourniture d'intrants, d'une part, et de transformation et distribution de la production, d'autre part » (EMBRAPA ACRE, 1999), au Brésil, ce fait remonte aux débuts de la colonisation. La recréation de ce régime asymétrique d'imbrication entre les différents processus, pratiques et sujets impliqués dans la production de cultures commerciales se fait de manière institutionnalisée dans le pays.

4.2. Agrobusiness et modernisation rurale au Brésil

C'est un anachronisme d'utiliser le mot agrobusiness au Brésil avant les années 1960. Si un système de cultivation et de transformation agricole concentré dans de grandes propriétés autonomes remonte à l'époque de la colonisation, le terme agrobusiness, qui lie agriculture et économie, via la rationalisation de la production et ses coûts, est une catégorie relativement récente. Dans les périodes antérieures à la décennie précitée, les désignations « *fazendeiro* » et « *latifundiário* » renvoyaient à la personnification de ce mode de rapport à la terre, et notamment la seconde portait déjà une souillure, car elle matérialisait l'hégémonie du pouvoir foncier dans le pays, ainsi que les conflits qu'elle a agglomérés⁸⁴.

⁸⁴ Le député Fernando Ferrari, dans un discours prononcé à la Chambre Législative en mai 1960, formule déjà ce qui nous apparaît comme un processus de construction identitaire à travers la différence entre *fazendeiros* et paysans (ou travailleurs ruraux) : « Si la maison du *fazendeiro* est faite de briques, et recouverte de tuiles, celle du travailleur et de l'agrégat est, généralement, faite de terre battue, de pisé ou de terre battue, recouverte de chaume ou de feuilles de *buriti*. Dans la construction de ces cabanes, le matériau utilisé est limité à ce que la nature peut offrir : bois pour support, y compris les murs, dont l'ossature est constituée par l'entrelacement de bâtons, vignes pour amarrage, remplacement des clous, herbes à la place des tuiles et argile mélangée à des excréments de bétail en l'absence de briques » (Anais da Câmara dos Deputados, 1960, p. 568).

Selon Mendonça (2015), la désignation *agrobusiness* apparaît en 1957, avec la publication de l'ouvrage "A concept of agrobusiness", de John Davis et Ray Goldberg, de Harvard School of Business Administration. Pour l'auteure (ibid., p. 376) :

La publication a comme prémisse centrale l'idée que la campagne subirait des transformations majeures d'une «révolution technologique», basée sur le «progrès scientifique» utilisé dans l'agriculture. Dans cette perspective, il serait nécessaire de formuler des politiques publiques pour soutenir la grande exploitation agricole face à la hausse des coûts de production, de transport, de transformation et de distribution des aliments et des fibres.

Or, une prétendue « rationalisation de l'agriculture » donnant lieu à des « progrès » apparaît dans le scénario brésilien en vue non seulement de rendre compte des transformations que traverse le milieu rural au Brésil, mais surtout de démultiplier cet espace (« obsolète », « arriéré », « en rétrocession »), a également fonctionné comme une sorte de "dicton" qui a fondé le discours de la modernisation rurale du pays, qui s'est opérée à partir des années 1950, connaissant un pic dans les régions du Sud-Est et du Sud aux années 1960 et s'étendant à d'autres régions à partir des années 1970 (TEIXEIRA, 2005). Dans ce contexte, Garcia et Palmeira (*op. cit.*, p. 73) soutiennent que, pendant la période de la dictature militaire brésilienne (1964-1985),

tout l'accent dans l'élaboration des conceptions de l'avenir du monde rural a été mis sur la notion d'entreprise rurale (définie par le statut foncier) ou, dans une version plus récente, sur la modernisation du complexe agro-industriel (CAI). La modernisation technique impliquée par la mécanisation, l'utilisation de produits chimiques et de semences et matrices sélectionnées supposait que l'attrait pour la diffusion de ces innovations était une politique de crédit subventionné. [...] Même les plus fervents partisans du complexe agro-industriel admettent aujourd'hui que le processus de transformation de la campagne brésilienne peut emprunter des voies différentes (cf. R. Abramovay, 1991).

A propos de ce mouvement de modernisation, Teixeira (*op. cit.*) pointe certaines de ses contradictions :

La modernisation a entraîné une augmentation considérable de la production agricole, augmentant les exportations et contribuant à la croissance de l'économie nationale. Cependant, elle se présentait de manière excluante, ne bénéficiant qu'à une partie de la production, notamment celle destinée à l'exportation, répondant aux intérêts de l'élite rurale. De plus, il a causé des impacts environnementaux majeurs dus à l'utilisation de produits toxiques sans les soins nécessaires, en plus de contribuer au chômage rural et à l'exode rural qui en résulte.

Si la production agricole brésilienne trouve dans l'agro-industrie la panacée du « retard rural brésilien », sur lequel des contradictions sont déjà admises, c'est ce discours qui reste encore comme mémoire à l'agriculture pratiquée dans le pays, dans laquelle la matrice de sens pour la cultivation de genres d'exportation sur les grandes propriétés s'étend soit à la cultivation d'aliments, soit aux plantations également commerciales, mais pratiquées sous un autre régime de production, à savoir : l'agriculture familiale. A ce point, nous élevons une hypothèse à vérifier au fil des analyses que cette recherche apporte : les processus discursifs qui contribuent à la stabilisation d'une mémoire au détriment des autres peuvent être décrits, et, pour une telle description, il faut prendre compte de la médiation, cadre institutionnel indispensable à cette légitimation.

Agrobusiness et néolibéralisme

Nous présentons ci-dessus la manière dont la culture du café a été consacrée comme culture d'exportation commerciale depuis la fin du XIXe siècle au Brésil. Les mouvements visant à légitimer non seulement le produit agricole en tant que culture commerciale d'intérêt économique important, mais aussi la manière dont il est organisé, ont un fort soutien de l'État. Un soutien apporté, dans un premier temps, par des lois qui, en plus de réglementer, protègent les bénéfices découlant de l'activité ; et, dans un second temps, par la création d'organismes, comme l'Instituto Brasileiro do Café, qui tentent de garantir, dans d'autres instances (scientifiques, marchandes), l'intérêt des élites du café. La présence de l'État ayant été fondamentale pour la stabilisation de la production brésilienne de café et pour le développement agro-industriel de cette culture et d'autres cultures commerciales, "la plus grande diffusion de ce que l'on entend par agro-industrie répond à la période d'adoption du néolibéralisme comme un modèle économique qui a guidé les gouvernements du Brésil » (SILVA LIMA, 2019). En ce sens, la dite paire d'opposés politico-idéologiques « État x Individu, Marché libre, Entreprise » non seulement ne sont pas opposés, mais l'un travaille pour l'autre. Selon Foucault (2004 [1979]) : pour le néolibéralisme, l'État est mis au service du marché et des entreprises, notamment par les lois qu'il établit. Ce fonctionnement est caractéristique de la politique néolibérale.

A propos des « évidences » libérales à déconstruire, Guilbert (2011, p. 16-19) soutient que la notion même de « marché libre » est un mythe. Le néolibéralisme, autrefois décrit par les discours théoriques comme la défense de la libre entreprise et du marché contre l'interventionnisme de l'État, qui serait « un frein au marché privé, seul véritable producteur de richesse, de bien-être et même de démocratie » (*ibid.*, p. 15).), il ne saurait exister sans cet État dont il voudrait s'affranchir, au plein sens de l'expression. Or, dit Guilbert (*ibid.*, p. 17),

selon Niels Filgstein, même les “entreprises en réseau” de la Silicon Valley ont besoin de l'État, ne serait-ce que pour former leurs futurs ingénieurs: [...] cette antienne [du libre marché] ne correspond en rien à la réalité du fonctionnement de l'économie états-unienne. En Amérique comme en Europe, l'État et les entreprises sont intimement liés et la capacité relative des économies capitalistes à créer richesses, revenus, bien et services dépend directement de ce lien.”

En effet, la subvention de l'État à la modernisation rurale via l'agro-industrie était fondamentale et s'appuyait sur un discours qui

il est empreint de l'unité d'un secteur qui défend ce modèle de développement comme synonyme de réussite et de génération de richesse, fondé sur **une vision entrepreneuriale du développement rural** reposant sur **l'action individuelle sur la propriété privée**. Le « moderne » (Bruno, 1997, p.6), dans ce cas, signifie produire et reproduire à travers une agriculture soumise aux règles du capital, **où le profit est l'objectif principal de la production. Toute alternative tend à être disqualifiée**. Pour maintenir ce modèle, **qui a besoin d'une médiation par des représentations institutionnelles et politiques, tout peut se justifier** [...] (SILVA LIMA, p. 3, nous soulignons)

Cette vision entrepreneuriale, propre aux pratiques néolibérales, est « appliquée à l'ensemble des activités humaines, une vision qui « tend à subordonner toute chose à ses dimensions « strictement économiques » ou la baptiser tout simplement « économisme » » (GUILBERT, 2011, p. 14). Dans cette clé de lecture économique de toutes les dimensions de la vie en société, le profit ne serait pas seulement le résultat de l'efficacité des pratiques correctement réalisées par les individus, mais aussi un symptôme de cette efficacité. également une catégorie importante de la politique néolibérale :

directement liée au rôle hégémonique des mathématiques dans l'économie, elle réactive “la poursuite individuelle et sans contrainte du profit” de la doctrine libérale et se traduit concrètement par une

exigence de rentabilité à court terme qui produit des effets sociaux et écologiques directs. (*ibid.*, p. 20)

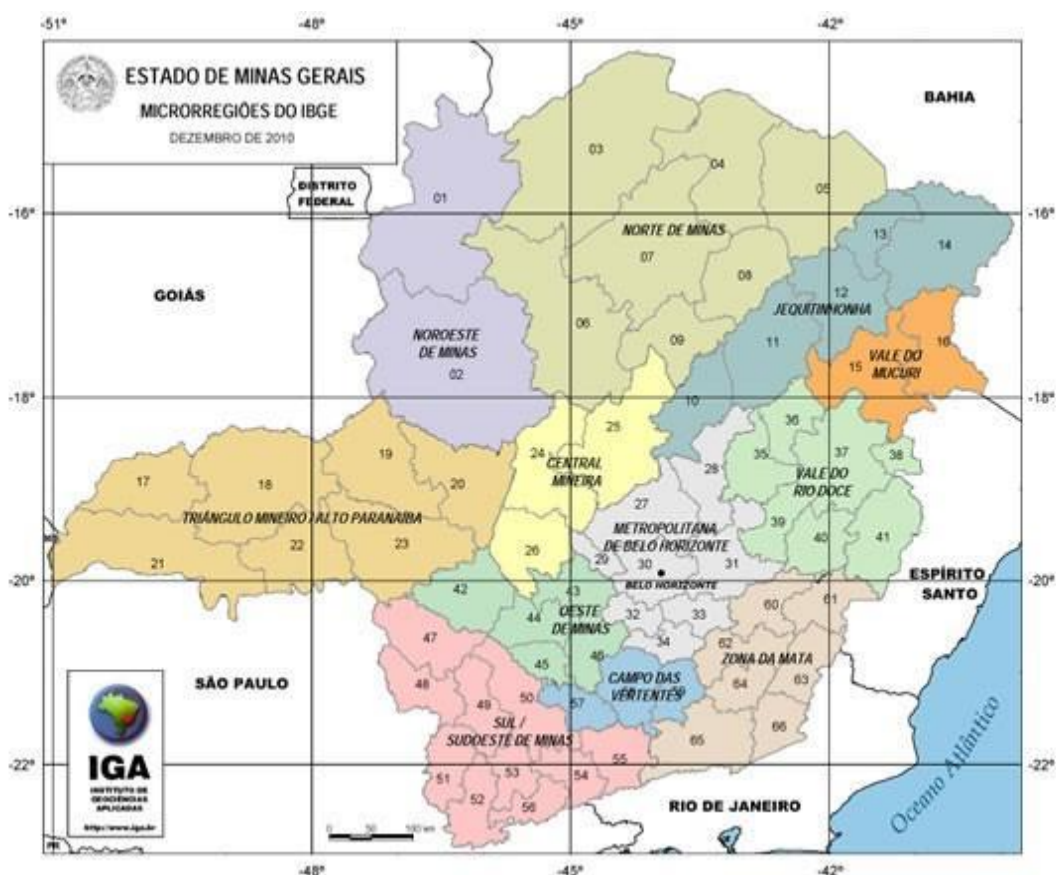
En reprenant la course à la « modernisation » de la campagne au Brésil, on voit donc un effet social important et direct du fonctionnement de l'agriculture dans les moules et les discours néolibéraux, avec l'État au service de l'économie : l'effacement et marginalisation historique des formes de cultivation qui ne sont pas conçues sous la doctrine du « commerce rural » et des sujets qui les pratiquent.

4.3. La caféiculture de São Paulo, la caféiculture du Sud de Minas Gerais

Le café arrive à Minas au début du XVIIIe siècle via *Caminho Novo*, dans la *Zona da Mata*, une route stratégiquement créée pour transporter l'or. Cependant, c'est au XIXe siècle qu'il s'étend dans la province de Minas, puisque la cultivation du café est venue pour remplacer l'exploitation des mines d'or et de pierres précieuses. La région de *Zona da Mata* représentait la région la plus riche de l'État jusqu'au début du XXe siècle en raison de la cultivation du café, jusqu'à ce que la solide production de café à São Paulo, avec les avantages du transport vers les ports, amène l'État de São Paulo « aux têtes » de la production de café (MOREIRA, 2007). Le même auteur souligne qu'à cette époque, de grands caféiculteurs de Minas achètent des terres fertiles, notamment dans l'ouest de São Paulo (*ibid.*).

Dans cette même période, qui comprend la fin du XIXe siècle jusqu'à la seconde moitié du XXe siècle, à la richesse des données sur la caféiculture de São Paulo s'oppose le manque d'informations sur la caféiculture de Minas. C'est dans les années 1970 que la production de café à Minas Gerais prend de l'importance, en raison de trois facteurs distincts : (1) la ferme adhésion de l'État au *Plano de Renovação e Revigoroamento dos Cafezais*, proposé par l'*Instituto Brasileiro do Café* (IBC), (2) l'incorporation de vastes superficies du *Cerrado mineiro* à la production agricole et (3) la présence de gelées massives dans d'importantes régions caféières des États de São Paulo et du Paraná dans les années 1970 (SIMÕES; PELEGRINI, 2010). Les périodes antérieures aux années 70, "probablement parce qu'elles ne présentent pas une dynamique intense par rapport à d'autres zones productrices, ont été peu étudiées. Ce que l'on voit donc est un vide de près de 150 ans dans l'historiographie de la cultivation de café à Minas Gerais." (FILETTO; ALENCAR, 2001).

Dans la période qui suit les années 70, le Sud de Minas connaît une croissance et une position importante dans la production de café. L'un des facteurs fondamentaux de cette croissance a été la position géographique de la région, qui a favorisé un écoulement de la production par le port de Santos (*ibid.*, p. 7). La carte ci-dessous illustre la situation privilégiée de la région Sud de Minas en ce qui concerne la route d'écoulement de la production.



Source: Gouvernement de l'État de Minas Gerais, 2020.

De son côté, la caractéristique principale du café du Sud de Minas a été sa bonne qualité, favorisée par les conditions climatiques et géomorphologiques de la région (climat plus doux, relief accidenté), qui favorisent la production des fruits de café, qui arrivent à obtenir une maturité plus uniforme, ce qui donne des cafés plus raffinés. La photo ci-dessous illustre un scénario typique de la production de café dans le sud des mines : pieds de café plantés sur les collines et cultivés par des familles⁸⁵.

⁸⁵ Toutes les images figurant dans ce travail ont été cédées de plein gré et spontanément par la signature d'un accord de consentement libre et éclairé (processus n. 15570619.9.0000.8142)



Source: Archive de recherche.

À cet égard, Romero et Romero (1997, p. 126, *apud* Filetto et Alencar, 2001, p. 7) soutiennent que

De mon voyage à travers la partie sud de Minas, j'ai pris l'avantage d'être convaincu et de pouvoir exposer comme axiome que les endroits où l'action du gel n'ai pas attendue, bien qu'ils souffrent l'hiver, sont les plus appropriés pour le café; parce qu'il y a là la chute de tout le feuillage dans un temps donné (à l'entrée de l'hiver), et étant donné l'apparition et la floraison à la fois (le début du printemps), on voit que la maturité du fruit vient également à la fois; et donc non seulement facilite la récolte, comme il se spécialise dans l'arôme du café en étant cueilli tout à maturité; ce qui n'arrive pas dans les endroits les plus chauds et humides où règne presque constamment le printemps. [...] L'avenir n'est pas loin, où tout le monde reconnaîtra que les lieux les plus appropriés pour la plantation de café sont les climats de tempéré à froid, où l'on sent le passage des saisons.

Filetto et Alencar (*ibid.*) disent que cette période après les années 70 correspond à la formation d'un complexe agro industriel du café au Sud de Minas. À partir de là, il y a un engagement institutionnel pour produire des technologies pour l'activité économique, mais pas seulement cela. L'action d'organismes liés à la recherche et à l'extension rurale (tels que la *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais* (l'EMATER-

MG, créée en 1948) et la *Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais* (l'EPAMIG, créée en 1974) et d'universités, comme l'Universidade Federal de Lavras (UFLA, créée en 1908)), si elle est particulièrement importante pour le développement et la production de biotechnologies pour la culture du café en vue d'accroître la productivité et la qualité, elle est également essentielle pour la production et la stabilisation d'une mémoire de la production du café dans cette région. En ce sens, pour Garcia et Palmeira (2001, p. 71), il est important de mentionner que

la création d'universités publiques sur tout le territoire brésilien ainsi que d'institutions spécialisées dans la recherche de biotechnologies, comme Embrapa, ou dans leur diffusion, comme Emater. Ces organismes ont contribué à la professionnalisation de scientifiques des disciplines les plus diverses, les sciences sociales ont été aussi favorisées que les "sciences de la terre. C'est ainsi que se sont forgés des instruments pour imprimer de nouvelles directions aux transformations du monde rural.

Effectivement, en s'occupant du développement de la caféiculture du Sud de Minas, ces institutions travaillent à la légitimation et la stabilité référentielle de l'activité, c'est-à-dire : il y a une caféiculture au Sud de Minas, et elle est importante pour la production de café brésilien. Nous parlons ici de production de mémoire légitimée institutionnellement et de l'action de l'État comme instance légitimant des discours de savoir et de pouvoir.

Chapitre V- Le journal institutionnel *Folha Rural* (FR)

La *Folha Rural* (FR) est un média signé par la plus grande coopérative exportatrice de café au monde, la COOXUPÉ, c'est-à-dire il s'agit d'un support pour la diffusion d'informations qui servent à la communication institutionnelle de la coopérative. Gomez et Trinquecoste (1993) ont affirmé que ce type de communication a lieu lorsque l'entreprise fait connaître et fait circuler, vers des cibles internes et externes à elle-même, son système de valeurs, son idéal, son intégration dans le tissu économique et social qui configure son environnement. Autrement dit, quand l'entreprise est, en une seule fois, sujet et objet de ce qui est dit.

Burger (2013, p. 8), dans un ouvrage consacré à une discussion sur l'analyse linguistique des discours médiatiques, soutient que "[...] s'agissant des médias, on conçoit mal comment se passer d'une analyse langagière⁸⁶ quelle qu'en soit la teneur, puisque les pratiques des médias consistent largement en des pratiques discursives, sans bien sûr se confondre avec elles". Il est important de préciser que nous considérons la FR comme le support d'un discours institutionnel qui intervient dans les relations sociales et dans les processus d'identification des sujets⁸⁷, fonctionnant comme espace légitime de régularisation d'une mémoire discursive. Sur l'importance de la recherche du fonctionnement d'un discours institutionnel, B. Mariani (1999, p. 49) montre que:

La place dont on parle constitue le dire, mais cette place (institutionnelle ou non) doit être comprise comme une position énonciative liée au complexe de formations discursives en relation, et constitutives d'un moment historique. Autrement dit, une institution, en se constituant, est régulée par une formation discursive dominante, dans laquelle se configurent les frontières toujours mobiles de la production de sens.

Tel est son statut dans le discours : espace de régularisation d'une mémoire discursive régulée par une formation discursive dominante, ce qui permet de travailler l'effet politique de cette communication institutionnelle, laquelle est celle qui découle :

D'un processus de **cadrage** réalisé par et dans des énoncés métadiscursifs, ceci afin d'opérer un « **lissage** » dont l'**objectif est de gommer l'hétérogénéité et la dimension politique** dans la communication institutionnelle [...] (OGER; OLLIVIER-YANIV, 2006, p. 64, grifos nossos).

5.1 L'imbrication caféiculture et agro-industrie en FR

Prenons les titres des publications de la FR analysées :

⁸⁶ Une "analyse langagière" ne choisit pas entre analyse linguistique et analyse discursive. Le terme comprend les deux, à l'instar d'une analyse sémiologique.

⁸⁷ A cet égard, McLuhan (1976) observe bien que, en ce qui concerne les médias, premier "nous forgeons dans les outils puis dans les outils nous forgent".

Tableau 3 : Gros lignes de la FR analysées

Edição n.	Mês/Ano	Manchete
474	Mar 2018	R\$ 29,4 milhões vão para o bolso dos cooperados da Cooxupé
475	Abr 2018	Estrutura de última geração para o cooperado
476	Mai 2018	Abertura oficial da colheita na área de ação da Cooxupé é anunciada em unidade demonstrativa
477	Jun 2018	Cooxupé recebe intercâmbio Agrobrazil e apresenta seu café para embaixadas de cinco países
478	Jul 2018	93% do café recebido e classificado desta safra apresenta fina qualidade
479	Ago 2018	Cooxupé estabelece sua identidade corporativa pautada pela qualidade
480	Set 2018	Cooxupé e SMC ⁸⁸ recebem etapa internacional do <i>Cup of Excellence</i>
481	Out 2018	Mercado internacional conhece os melhores cafés especiais brasileiros
482	Nov/Dez 2018	Sistema implantado pela Cooxupé traz mais agilidade para você cooperado durante compras nas lojas da cooperativa

⁸⁸ SMC Specialty Coffees, société créée par COOXUPÉ en 2009, "pour vanter le talent et l'effort que les caféiculteurs font pour atteindre l'excellence" (SMC Specialty Coffees). Disponible à l'adresse suivante : <https://smccafe.com.br/conheca-a-empresa/>

483	Jan 2019	FEMAGRI ⁸⁹ 2019: tecnologia digital gerando valor à cafeicultura
484	Fev 2019	FEMAGRI 2019 recebe mais de 30 mil visitantes e movimenta negócios na cafeicultura brasileira

Source : Élaboré par l'auteur.

Tout d'abord, en ce qui concerne le lexique employé dans les gros lignes, la production de sens est ancrée dans l'espace entrepreneurial / de marché, en vue du profit et de la plus grande efficacité productive : *poche des membres* (de la coopérative), *marché international*, *agilité*, *achats*, *magasins*, *créer de la valeur*, *des affaires*. Les nombres sont également un signe que la FR a son discours situé dans la rationalité économique. La question de l'efficacité est posée en relation avec les technologies de production, de traitement, d'achat et de vente dans la chaîne de production du café : *structure de dernière génération*, *unité démonstrative*, *système déployé*, *technologie numérique*; au service d'une culture commerciale d'exportation : *échange Agrobrazil*, *ambassades de 5 pays*, *étape internationale de la Cup of Excellence*, *marché international*, *cafés spéciaux brésiliens*, *caféiculture brésilienne*. Dans cette série lexicale qui compose un réseau de sens dans lequel le marché, l'efficacité de production et la technologie sont intégrés, la qualité apparaît également : *fine qualité*, *qualité*, *les meilleurs cafés brésiliens spéciaux*. Un effet de séquence⁹⁰ et d'enchaînement, résultant de la mise en circulation de ces titres (il s'agit d'une publication à périodicité définie : mensuelle) finit par contribuer à forger la qualité caractéristique du café comme aspect accroché à la logique marché / productivité / technologie.

⁸⁹ Foire aux machines, outils et équipements agricoles, subventionnée par COOXUPÉ.

⁹⁰ Le fil du discours.

Deuxièmement, il convient de souligner que, sur l'axe syntaxique, COOXUPÉ apparaît souvent comme sujet syntaxique dans la voix active (*COOXUPÉ reçoit; COOXUPÉ établit; COOXUPÉ et SMC reçoivent*) et comme agent en cas de sentences dans la voix passive (*Système déployé par COOXUPÉ*) de façon explicite; et aussi de façon à impliquer, comme dans le cas de la formulation : *93% du café reçu et classé de cette récolte présente une qualité fine*. L'agent des formes verbales "recevoir" et "classer" le café est COOXUPÉ, puisqu'il s'agit d'attributions déjà fixées des coopératives du café par rapport à leurs membres. Cette position d'agence de COOXUPÉ, dénotée par des positions soit de sujet de sentences actives, soit d'agent de sentences passives est attendue, car la FR est un média institutionnel qui fonctionne comme une vitrine de la coopérative, conçue par elle-même. En ce sens, Gomez et Trinquecoste (1993) proposent le statut de "société providence" pour dire de la façon dont les entreprises se projettent dans la communication institutionnelle. Nous sommes d'accord avec les auteurs dans la mesure où nous pouvons percevoir dans les titres une personnification de COOXUPÉ comme agent qui fournit, via agro technologies, l'efficacité productive et la qualité pour le café, en définissant, en termes de communication institutionnelle, une forme d'autopromotion, et, en termes de discours, une intervention d'auto-légitimation.

Encore, il est important de noter dans les gros titres d'autres sujets syntaxiques de sentences à la voix active, comme suit : *R\$ 29,4 millions (vont), (le) marché international (connaît), (le) système déployé (porte), (la) technologie numérique (en générant), FEMAGRI 2019 (accueille)*. Or, il s'agit ici de la personnification des agents qui composent l'univers de l'agrobusiness à la mode néolibérale, grâce à la position syntaxique de sujets d'actions verbales occupées par eux. Autrefois nominations désignant des choses et des états de choses, les "agents de l'agro", avec COOXUPÉ, nom institutionnel, incarnent le scénario de la caféiculture projeté par la FR.

Finalement, un point sur la sémantique des verbes et des substantifs présents dans les gros titres : verbes qui indiquent changement et mouvement (*accueille, porte⁹¹, vont, génèrent*) et des verbes d'action (*établir*), ainsi que des substantifs qui suggèrent une action (*ouverture, structure, système implanté*) donnent une image d'une coopérative active dans une économie moderne.

91 *Traz* em portugais, qui indique mouvement.

5.2 Silencement et ventriloquie du discours de l'autre

Une des régularités discursives trouvées dans la FR directement liée à notre objet de recherche touche le fonctionnement des discours rapportés de la manière dont présentés dans le journal. Pratique courante dans le domaine journalistique, la présence de ces discours aide à la composition de la coupure de narration faite par les éditeurs. En FR, les discours rapportés sont des témoignages qui portent sur la plus diverses sorte d'événements et opportunités offertes par COOXUPÉ, à l'exemple des foires, rencontres, expositions, concours de qualité du café.

5.2.1. Institutionnalisation, verbes *dicendi* et légitimité performative : l'agriculture familiale réduite au silence par l'agrobusiness

Dans cette rubrique, nous développons des analyses des énoncés dans les discours rapportés qui composent les reportages de couverture (gros lignes) de FR, dont les titres ont été présentés dans le tableau 3. Que ce soit des occupants de hautes fonctions administratives au sein de COOXUPÉ ou dans d'autres institutions qui composent la chaîne productive du café, soit les membres de COOXUPÉ, les personnes invitées à parler de la caféiculture proprement dite sont toujours des hommes. Les extraits qui suivent sont représentatives du fonctionnement que nous cherchons à élucider et comprennent ces témoignages, ainsi que la façon dont l'édition du journal les mentionne.

E1 : « Quand les prix baissent, **la tendance naturelle** est de réduire les coûts, mais il y a certaines situations pour que cela arrive : ne **nous pouvons** pas diminuer ou réduire les coûts des engrais ni des traitements phytosanitaires (contrôle de fléaux et maladies). Ce n'est pas **le meilleur chemin**, car cela réduirait la production. La réduction **doit être** dans la partie de la main-d'œuvre, principalement dans le café de montagne. C'est pourquoi il est important d'investir dans les technologies. », a conseillé Santos Júnior [Superintendant de Développement de la Coopérative COOXUPÉ] (n° 476)

E2 : « Pouvoir montrer à ces pays ce que **nous avons** de bon est très important pour l'image et le développement de tout le pays. À la campagne, il y a du professionnalisme, il y a des coopératives qui remplissent leur rôle social et cela doit être montré. Les consommateurs **veulent savoir** comment est le pays d'origine des produits qui arrivent à leur table et nous **devons montrer** tout ce que **nous avons** de bon. L'agro-industrie en particulier a beaucoup de bonnes choses à montrer. Beaucoup d'exemples à suivre », a déclaré Carlos Paulino lors de sa visite [Président de la COOXUPÉ]. (n° 477)

E3 : Avec la caféiculture comme tradition familiale, héritée d'autres générations, [Sérgio] dit qu'il n'imaginait pas arriver si loin dans une évaluation aussi rigoureuse que celle du concours. Avec les membres de sa famille, il y a quatre ans, Sérgio s'est « réveillé » pour le marché des cafés spéciaux. « **J'ai commencé** à me concentrer davantage sur le marché et à investir dans l'infrastructure, comme l'amélioration de la cour, du séchoir et de la manutention », raconte-t-il [membre de la coopérative]. (n° 481)

Les constantes linguistiques et énonciatives que l'on retrouve dans les discours rapportés des reportages mentionnés ci-dessus sont : (a) un champ lexical ancré dans les pratiques mercantiles / entrepreneuriales (correspondant à la formulation des titres respectifs, cf. la rubrique **5.1 L'imbrication caféiculture et agrobusiness en FR**), (b) mouvements de nomination via : description définie, nominalisation, (c) utilisation de la première personne du pluriel (nous) dans la parole attribuée aux hommes interrogés qui occupent des postes importants dans la chaîne productive du café; utilisation de la première personne du singulier (je) dans la parole attribuée aux membres de la coopérative interviewés.

Les mots soulignés dans les témoignages mettent en évidence le champ d'ancrage mentionné au paragraphe précédent : *baisse des prix, réduction des coûts, production, main-d'œuvre, investissement, technologie, évaluation rigoureuse, appel d'offres, marché, agro-industrie, infrastructures* sont des éléments lexicaux qui renvoient à une signification conçue sous la logique de l'efficacité productive maximale à laquelle les coopératives doivent être soumises, en la forgeant. Or, il s'agit de formulations constantes d'un média institutionnel légitime, vitrine de la production du café dans le Sud de Minas, qui porte la signature de la plus grande coopérative de café au monde.

Les mouvements de nomination, quant à eux, concourent également au processus de conformation auquel les membres de COOXUPÉ sont soumis via FR.

(a) Les descriptions définies portent sur la présomption d'existence de ce qu'elles mentionnent. En effet, employer les termes "la tendance naturelle est" ou "n'est pas le meilleur chemin" implique qu'il y ait une tendance, "naturelle", qui est de faire x et non y, et qu'il y ait un chemin "meilleur" et des chemins qui ne sont pas bons. L'effet de l'emploi de ces descriptions définies est de bloquer d'éventuelles ouvertures à la controverse, par exemple, par le biais de questionnements comme "tendance naturelle pour qui?" ou "meilleur chemin pour qui? pour quoi?". Or, en faisant circuler une "tendance naturelle" ou un "meilleur chemin" non seulement comme prétendument existantes, mais comme on le sait: connues, les descriptions définies sont doublement efficaces dans le processus d'encadrement des sujets à cette façon de pratiquer la caféiculture.

(b) Les nominalisations de formes verbales, notamment l'infinitif, comme dans "diminuer (coûts)", "réduire (coûts)", "investir (dans la technologie)" dispensent un sujet syntaxique, c'est-à-dire ces formes corroborent à forger l'impersonnalité de ces actions, dans le but de fournir un effet d'objectivité à ce qui se donne dans l'ordre de la subjectivité : les actions de réduire ou de diminuer les coûts ou d'investir sont pratiquées par quelqu'un. Autrement dit : par un sujet qui occupe une certaine position sociale, un sujet socio-historique.

(c) Le "nous" dans le discours des interviewés qui occupent de hautes postes administratives dans la chaîne productive du café est conçu par un locuteur qui tire de sa position sociale de pouvoir, de savoir, la légitimité performative, au sens pragmatique du terme, pour apporter la "voix" de l'agro-industrie qu'il personnifie dans cette énonciation. C'est un "nous" qui fait moins référence à un soi, *porte-parole de l'agro-industrie + vous, les membres de COOXUPÉ*, qu'un "nous" qui fait fonctionner une injonction via performativité d'autorité d'un locuteur qui est surintendant, président, en parlant de la place légitime de l'agro-industrie. En ce sens, Payer (1995) pointe vers un processus de décentralisation du sujet dans les pratiques énonçant des dirigeants. Pour l'auteure, dans ces paroles, il y a "un principe de distanciation par rapport à la représentation du 'je' [...] Ceci est marqué comme une condition pour sa représentation en tant que 'nous' caractéristique des discours des dirigeants" (PAYER, 1995, p. 26). Les verbes *dicendi* ou élocutifs employés par les éditeurs du reportage corroborent et éclairent cette visée performative d'autorité : le surintendant "conseille", le président "déclare". Dans la parole attribuée à celui-ci, ajoutez au *dicendi* "conseiller" les verbes en mode deôntique ("nous ne pouvons pas diminuer ou réduire les coûts", "La réduction doit être dans la partie de la main-d'œuvre"), qui sont également présents dans le discours du président ("Les consommateurs veulent savoir" [...] nous devons présenter tout ce que nous avons de bon).

Or :

En effet, le discours des dirigeants est trouvé dans le réseau des discours pédagogiques et, tandis que tel, s'appuie sur l'hypothèse de la possibilité d'une manière certaine et unique de connaissance, qui pourrait être étendue, sous forme d'enseignement -apprentissage, du **"concret" d'une situation immédiate [...] à l'"abstrait" de cette "même" situation**, généralisé dans les **concepts universalisants** de la voix de cette vérité unique qui, à partir d'un univers homogène, donne l'apparence de notions comme « erreur » et « droit » (PAYER, 1995, p. 58, nous soulignons).

L'auteure semble faire référence au mythe continuiste empirico-subjectiviste que Pêcheux (1975) propose comme effet de soutien au fonctionnement de ce discours pédagogique d'autorité. L'efficacité de ce discours tient à l'universalisation d'« un » sens, qui a subi des

processus historiques de légitimation, malgré d'autres sens possibles pour un même fait⁹². C'est, après tout, un effet de continuum de l'agro-industrie du café, comme si ce mode de production correspondait aux pratiques culturelles auxquelles il se réfère. De cette façon, il est possible d'établir un bien et un mal, puisque l'effet est qu'« il ne pouvait en être autrement ». Un mécanisme fondamental est ici mis en évidence pour la recréation, donc, pour la longévité de l'agro-industrie en tant que système de production agricole au Brésil : l'efficacité de l'évidence, qui se produit à travers et dans les pratiques énonciatives, telles que celles de la FR que nous avons analysé. E1 et E2 envoient à « un énonciateur universel, qui est la voix qui se présente comme si **les faits parlaient d'eux-mêmes** et qui, par conséquent, peut être énoncé **par tout le monde et par chacun** » (ORLANDI ; GUIMARÃES ; TARALLO, 1989, p. 48, nous soulignons).

En outre, le "je" projeté dans l'énonciation par un locuteur issu de la position énonciative de membre de la coopérative interviewé, et apporté à l'édition du journal sous la forme de discours direct, ne produit pas d'effets via "injonction pédagogique" sur les sujets, mais via identification : "moi, le producteur de café" parlant à "toi, le producteur de café". Ou plutôt, "comptant", selon le verbe *dicendi* employé par les éditeurs : Sergio le coopéré, "compte". Ainsi, les reportages de couverture de FR analysés travaillent à deux mouvements pour la conformation des ses membres : un vertical, via injonction propre à la performance de positions d'autorité, soutenue par l'effet d'évidence de l'agro-business, qui se produit *sur* le membre de COOXUPÉ; l'autre horizontal, via l'identification de sujets occupant une même position, c'est-à-dire une position délimitée idéologiquement à l'intérieur d'une FD dominante : celle de l'agrobusiness, sous un fonctionnement qui se produit dans la dissimulation d'un processus qui se déroulerait *avec* ce membre.

Deux autres occurrences linguistiques ponctuelles sur les extraits apportés valent d'être notées. En E1, dans la sentence subordonnée adverbiale de cause "Lorsque les prix tombent", la personnification du substantif "prix", qui est sujet syntaxique du verbe "tombent", produit un

92 E. Dorlin (2017, p. 207) rappelle le concept d'agnotologie, conçu dans la tradition philosophique anglophone. La philosophe soutient que ce concept en tant que pouvoirs hégémoniques induit une production active d'ignorance. Une production complexe qui « passe par la négation des existences ou des points de vue tiers, par l'universalisation du point de vue situé compris comme la réalité elle-même (le réel *en soi*), par des processus de perception erronés, biaisés ou de cécité, par des mystifications, des spoliations de connaissances, des dénégations, des critères de recevabilité, de créer et d'autorité scientifiques socialement centrés, des pratiques archivistiques ou des procédures de véridiction comportant des doubles standards (définissant ce qui est *digne* d'être conservé, pondéré, ce qui vrai, objectif, neutre, scientifique, ce qui constitue un événement, un fait); et, par conséquent, par de l'amnésie active, du révisionnisme, de la *doxa scientifique*, de la production idéologique à proprement parler. Dans le volume *Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance* (2008, p. 10), les éditeurs, R. N. Proctor et L. Schiebinger, soutiennent qu'une discussion sur l'ignorance est plus que « le 'pas encore connu' ou la frontière qui recule régulièrement ». Il faut réfléchir à la production consciente, inconsciente et structurelle de l'ignorance, à ses diverses causes et conformations, qu'elles soient provoquées par la négligence, l'oubli, la myopie, l'extinction, le secret ou la suppression. Il s'agit de questionner la naturalité de l'ignorance, ses causes et sa distribution.

effet de passivité et de naturalité des événements économiques liés à l'activité productive. C'est comme si les prix baissaient eux-mêmes, sans que des agents, des sujets, agissent derrière cette baisse. En E2 apparaissent des arguments de bien commun : "de tout le pays", "rôle social", "les consommateurs veulent savoir". La FR apparaît ainsi comme porteuse de la voix des consommateurs et en faveur du bien commun, et à partir de cet argument elle se place dans une modalisation déontologique : "les consommateurs veulent savoir et nous devons présenter".

Nous relevons quelques constantes linguistiques et énonciatives observées dans les reportages de couverture des éditions de *Folha Rural* analysées. Une analyse de ces régularités nous conduit à indiquer un premier niveau de silence : pratiqué par l'agrobusiness sur d'autres formes de cultivation de café, notamment l'agriculture familiale. Il y a donc une contradiction importante dans la caféiculture du Sud de Minas : bien qu'elle soit pratiquée notamment par des familles d'agriculteurs et d'agricultrices, le mode de production type agriculture familiale subit un processus de silencement, qui a lieu parce que le mode de production de type agrobusiness a été historiquement rendu universel.

Les processus de mise en silence ont pour effet sociopolitique l'invisibilisation de certains sujets parce qu'ils occupent certaines positions sociales délégitimées au cours de l'histoire. Dans ce scénario, les caféiculteurs et les caféicultrices qui cultivent le café dans le système d'agriculture familiale, comme nous l'avons vu dans les descriptions, sont "absorbés" par le mode de production de l'agrobusiness. En ce sens, il convient de souligner que, comme il a été présenté dans d'autres travaux (ZOPPI-FONTANA; RESENDE, 2021), l'imbrication entre agriculture et économie a toujours fonctionné de manière particulière au Brésil. Les grandes étendues de terre « à explorer » associées au mythe de la fertilité du sol brésilien⁹³, ainsi que l'imbrication entre les discours sur l'agriculture et ceux sur l'économie, constituent également un point d'ancrage pour la stabilisation d'une mémoire dans laquelle le discours de l'agro-industrie fonctionne comme évident. Ainsi "la rationalisation industrielle de la production alimentaire et des pratiques sociales qui l'accompagnent" (MONTLIBERT, 2020), mettent en silence, tout d'un coup, la voix des caféiculteurs et des caféicultrices qui se trouvent

⁹³ Pour le discours fondateur, voir Eni Orlandi, *Terra à Vista* (2008). Nous citons ici un extrait classique de la Lettre de Pero Vaz Caminha, écrite en 1500 et adressée au roi Manuel du Portugal, dans laquelle le scribe rend compte de la « description de la nouvelle terre » : « En elle, jusqu'à présent, nous ne pouvait pas savoir qu'il y avait de l'or, ni de l'argent, ni quoi que ce soit de métal ou de fer; nous ne l'avons même pas vu. Cependant, la terre elle-même a un très bon air, aussi froid et tempéré que ceux d'Entre Douro e Minho, car à cette époque, nous pensions qu'ils étaient comme ceux-là. Les eaux sont nombreuses ; sans fin. Et de telle manière, il est gracieux que, voulant en profiter, tout lui soit donné, à cause des eaux dont il dispose.

en dehors de cette logique forgée et qui s'imposent comme un impératif pour la relation des sujets avec la terre et ses formes de cultivation.

Un fait historique aide à corroborer ce geste de montrer le silence pratiqué par l'agrobusiness sur l'agriculture familiale au Brésil et l'hypothèse posée dans ce chapitre : qu'une médiation institutionnelle est fondamentale pour la légitimation des discours et de leurs pratiques et sujets. L'agriculture familiale, par le biais du *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF), est institutionnalisée au Brésil, via l'appareil juridique, en 1995. Un territoire colonisé depuis plus de 500 ans (et dans lequel une agriculture exploratoire a été pratiquée depuis lors), une République qui compte plus de 130 ans, a, contradictoirement, moins de 30 ans de politiques publiques pour l'agriculture familiale.

La dichotomie agrobusiness vs l'agriculture familiale semble résulter de différentes manières de pratiques agricoles, exercées par différents sujets, de positions sociales et historiques différentes. À partir de la fin du XIXe siècle, on peut remarquer, d'une part, les cultures d'intérêt commercial (notamment pour l'exportation) pratiquées par les *fazendeiros* et, d'autre part, la cultivation d'aliments pratiquée par des paysans. Si à l'époque de l'esclavage, les *fazendeiros* avaient une autonomie, c'est-à-dire que le travail esclave s'occupait autant des soins de la culture commerciale que des aliments pour garder tous ceux qui vivaient sous l'égide de la *casa grande*, le démantèlement de cet esclavage a impliqué une réorganisation des espaces pour la production de ces cultures à différentes fins, ainsi que des sujets qui s'en occupaient. Toutefois, il convient de faire preuve de prudence en désignant ces deux régimes comme parallèles. Il est essentiel de montrer qu'ils sont liés de manière asymétrique à la superposition des pratiques de culture commerciale par rapport aux pratiques de culture alimentaire. En ce sens, Garcia et Palmeira (2001), en parlant des changements intervenus dans le monde rural au tournant du XIXe au XXe siècle jusqu'à nos jours, indiquent que :

Les voies de transformation des relations sociales à la campagne ne suivent pas d'itinéraires inexorables; il existe des voies alternatives, comme le démontre le débat récent qui souligne le développement de l'"agriculture familiale" parallèlement à celui de l'"agriculture d'entreprise", ou à la croissance de "complexe agroindustriel". Quoi qu'il en soit, il est fondamental de noter qu'aujourd'hui le "monde agricole" n'est plus considéré comme un bloc cohérent, comme une seule société implantée le long d'un immense territoire; la représentation du monde agricole, l'image d'unicité que l'on recherchait au début du siècle, est aujourd'hui traversée par l'opposition des agents conçus par des catégories telles que "agriculture familiale", "complexe agroindustriel", "agriculture entrepreneuriale", "agriculture traditionnelle", à démontrer l'intensité de la compétition pour la terre, pour les ressources financières, pour la main-d'œuvre, et, surtout, pour la légitimité de désigner l'avenir des relations

dans le monde rural [...] (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 41, nous soulignons).

Il convient de redire que l'opposition et la compétition dont traitent Garcia et Palmeira (2001) ont lieu dans un enchevêtrement de relations à dominante. La "légitimité de la désignation de l'avenir du monde rural" passe par l'institutionnalisation d'une manière de se relier à la terre et aux processus de cultivation. Institutionnalisation que l'agrobusiness de la caféiculture compte depuis le début du siècle, juridiquement avec le décret n. 5.378, décembre 1927, qui "autorise le gouvernement à réglementer le commerce de café entre les ports du Brésil et ceux de l'étranger" (CONSÓRCIO PESQUISA DO CAFÉ). Pour Silva Lima (2019, p. 4), cette prise en compte institutionnelle se donne "en grande partie en raison des intérêts brésiliens dans le commerce extérieur et la génération de surplus autour des débouchés de l'agro-industrie et qui porte sur l'ensemble des politiques publiques et le bon sens de toute la société."

Nous croyons que nous pouvons avancer, à partir de ce point, vers une conséquence de ce scénario de conflit dans lequel l'agro-industrie est dominante, hégémonique : la condition de vulnérabilité de l'agriculture familiale au Brésil:

Pendant les années 1970-90, période dite de modernisation conservatrice de l'agriculture brésilienne, les politiques publiques ont donné la priorité à la grande ferme et aux entreprises agricoles. L'aide à la production fournie par le Ministère de l'Agriculture, les banques et les services d'extension (crédit, assistance technique, formation...) était conçue à partir d'interventions technologiques dans de grandes unités de production, sur la base de la productivité et de la séparation totale entre l'entreprise et le foyer. Ces modalités se sont avérées inefficaces pour la plupart des agriculteurs familiaux. Ces mesures, entre autres l'intégration des petits producteurs aux complexes agro-industriels [...] ont conduit de nombreux petits producteurs à la faillite et à l'exode rural (SABOURIN, 2014, p.).

Si l'institutionnalisation d'une "modernisation conservatrice de l'agriculture brésilienne" n'est plus présente en termes de politiques sous cette dénomination, des sens pour ce processus ont été recréés au cours des dernières décennies, dont est tributaire la position institutionnelle de l'agriculture familiale. Ces mouvements de recréation, qui ont lieu parce qu'il y a des processus de silencement, garantissent l'hégémonie de l'agro-industrie au Brésil, qui se veut universel, mais qui exclut d'autres façons de comprendre les liens des sujets avec la terre, ce qui peut être mis en évidence par la contradiction présente dans la façon dont la parole de Sergio, membre de COOXUPÉ, est introduite par les rédacteurs de l'article : E3 : Avec la caféiculture comme tradition familiale, héritée d'autres générations, [Sergio] dit qu'il

n'imaginait pas aller aussi loin dans une évaluation aussi rigoureuse que celle du concours. Celle que nous pouvons paraphraser : "Sergio dit qu'il n'imaginait pas aller aussi loin dans une évaluation rigoureuse que celle du concours, **parce qu'il produit du café sous le système de l'agriculture familiale.**"

5.2.2 Qui peut dire quoi? Non légitimité énonciative, réitération et le silencement du travail productif des caféicultrices

Bien que les discours rapportés soient une régularité dans les reportages de couverture de Folha Rural, comme déjà mentionné dans la rubrique précédente, il n'y a pas, dans les éditions analysées, de témoignages de caféicultrices sur la caféiculture elle-même et ses procès, comme dans le cas des témoignages attribués à des hommes. Les extraits E5 et E6 ci-dessous apportent les seuls événements où la voix des femmes se présente, tandis que E4, bien qu'il ne porte pas le témoignage d'une femme, il met en place un silencement imbriqué avec ceux qui seront élucidés dans les deux autres extraits. Voyons.

E4 : Quant à la catégorie « Naturels », type naturel dont la méthode de préparation est sèche, les juges ont analysé 40 échantillons. Le café cultivé par Maria do Carmo Andrade, à la Fazenda Paraíso, à Carmo do Paranaíba, au Cerrado Mineiro, a été champion avec 93,26 points. Ismael José de Andrade est celui qui a reçu le trophée. « Ce prix est le couronnement d'une vie de travail et de dévouement de ma part, de ma famille et de toutes les personnes impliquées, de nombreuses personnes qui croient au café et à son potentiel. C'est aussi une grande responsabilité. Je suis très heureux », a-t-il déclaré. (n° 481)

E5 : Le local [*Espaço Beleza*] est exclusivement dédié aux membres de la coopérative et à leur famille. En plus des adultes, les enfants ont également profité de cette opportunité pour prendre soin de la beauté. Il y avait environ 200 procédures par jour. Célia Ribeiro da Silva Lima, épouse d'un membre de la coopérative, en a profité. « Quand on en a assez d'accompagner son mari, on vient vite ici, c'est calme », dit-elle. (n° 484)

E6 : L'*Espaço Kids* est destiné aux enfants jusqu'à 7 ans qui accompagnent leurs parents à la FEMAGRI. [...] « En plus de proposer la tranquillité aux parents, les enfants s'y amusent. Là à la campagne

où je vis, il n'y a pas autant de jeux qu'ici », a dit enthousiaste Elaine Cristina de Almeida Durante, membre de la coopérative. (n° 484)

Un premier aspect à observer en E5 et E6 est que les discours rapportés attribués aux femmes, désignées par leurs noms propres, ne portent pas sur l'activité du café elle-même, mais sur l'*Espaço Beleza* (espace beauté) et l'*Espaço Kids* (espace enfants), proposé en parallèle à une exposition de machines, d'outils et de technologies pour la culture du café lors d'une foire agricole, la FEMAGRI, objet du reportage dans le numéro 484. L'*Espaço Beleza* fait référence aux soins du corps, l'*Espaço Kids* à la garderie d'enfants. Les deux espaces récupèrent et actualisent, par conséquent, des représentations partagées selon lesquelles l'espace social des femmes est celui des soins : pour elles-mêmes et pour la famille. Or, rapporter le discours des femmes pour parler de cet espace (et seulement cet espace) marque la différence irréductible entre l'espace domestique/familial et l'espace de l'entreprise/du marché, occupé par les hommes.

En outre, en plus d'être référencés par leurs noms complets, des prédicats suivent ces noms de femmes : « épouse d'un membre de la coopérative » (E5) ; « membre de la coopérative » (E6). En E5, l'identité de la femme désignée par son nom propre est ancrée, via une phrase nominale, au rôle familial qu'elle y jouerait : celui d'épouse. Cette identité est donc attachée à l'époux, à l'homme. En E6, bien que la désignation « membre de la coopérative » soit un prédicat du nom propre auquel il est articulé syntaxiquement, le discours rapporté ne parle pas de l'activité du café. Autrement dit, bien que membre de la coopérative, étant femme, Elaine Cristina de Almeida Durante ne parle que de l'espace d'accueil des enfants qui accompagnent leurs parents à la foire.

Nous avons, en E5 et E6, un silencier fonctionnant de la manière suivante : le journal, par le moyen du discours rapporté, simule de donner la parole aux femmes pour mieux les silencier. Récupérant des représentations sociales partagées, la une des reportages du journal finit par légitimer et perpétuer des rôles : la femme restreinte à l'espace domestique/familial et l'homme protagoniste de l'activité caféière, comme les analyses de la section précédente l'ont montré.

C'est à cause de ce protagoniste masculin – le mari – dans la caféiculture que Maria do Carmo Andrade, bien que productrice du café et lauréate du concours de qualité comme le

reportage l'affirme (E4 : « Le café cultivé par Maria do Carmo Andrade »), ne reçoit pas elle-même le trophée du concours mais son mari : « Ismael José de Andrade est celui qui a reçu le trophée ». La preuve de ce rôle institutionnalisé est présente non seulement dans la réception du trophée par son mari, c'est-à-dire dans l'ordre empirique de la situation, mais aussi dans les marques déictiques de son énonciation : « Ce prix est le couronnement d'une vie de travail et de mon dévouement, de ma famille et toutes les personnes impliquées [...] Je suis très heureux ». La légitimité à énoncer à la première personne du singulier (« je », « mon », « ma ») vient de la position sociale occupée par cet homme – protagoniste de la caféiculture, chef de famille, condition reprise et perpétuée par les reportages analysés. Le rôle de la caféicultrice est, dans cette configuration, dilué dans la catégorie « famille », qui appartient au « je » qu'il énonce (« ma famille »), et qui suit aussi, dans l'axe syntagmatique, « d'une vie de travail et de *mon* dévouement ». La caféicultrice est, dans ce mouvement, passée de la position de sujet (elle a produit le café gagnant dans l'une des catégories du concours) à la position d'objet, elle est « parlée » par un sujet qui est légitime à prendre la parole à sa place dans cette situation-là : son mari. Le protagoniste masculin de la caféiculture du sud du Minas Gerais est inscrit dans le langage en usage : dans l'énonciation elle-même.

Il est important de souligner que le rôle de protagonistes joué par les hommes est si évident qu'ils ne sont même pas désignés ainsi. Ils occupent naturellement les espaces officiels de l'activité productive dans la caféiculture. En ce sens, d'après l'analyse des extraits nous avons vu que :

1 - Il y a un espace non identifié ou désigné pour les uns, car il est évident. Il ya un espace nommé et attribué à d'autres comme une faveur ou un don;

2 - Il y a l'absence de la parole des femmes dans le discours institutionnel de la FR et dans les discours rapportés des maris par la FR; la présence des femmes, lorsqu'elle est constatée, est comme personnages secondaires, accessoires.

Jusqu'à présent, seuls deux témoignages ont été remis à des femmes dans les reportages de couverture de FR. Deux silencieusement de natures différentes sont pratiqués sur les caféicultrices par le journal et ses discours rapportés. Un premier silencieusement touche la circulation des paroles de ces femmes, puisqu'elles sont absentes dans l'espace institutionnel de journal en tant que caféicultrices. Un autre silencieusement concerne le mouvement éditorial de rapporter les deux seules paroles de femmes afin de réitérer les rôles sociaux qui leur ont été attribués historiquement : les soins domestiques et familiaux. Ce deuxième silencieusement a lieu

au niveau de la constitution et de la formulation. Une mémoire patriarcale soutient l'évidence des paroles de ces femmes. FR, en tant que média institutionnel légitimé, corrobore et nourrit l'effet que la place des femmes "ne pourrait être autre".

5.2.2.1 Discours rapporté et répétition des rôles sociaux

Dans cette rubrique, nous apporterons des extraits d'une autre section de FR où sont présents des discours rapportés de femmes. Il s'agit également de témoignages, formulés en discours direct, et qui seraient représentatifs de la parole des membres de COOXUPÉ présentes à la Foire du Cerrado, événement dont COOXUPÉ est l'un des sponsors et idéalistes, et à laquelle est consacré l'une des sections de l'édition 474 du journal. Cette foire consiste en l'exposition et la négociation de l'achat et la vente de machines et autres technologies pour la cultivation du café. C'est l'un des nombreux événements de cette nature réalisés par des institutions qui font partie de la chaîne productive du café. Il convient de rappeler que les expositions de cette nature sont généralement orientées vers la production de café à grande échelle, c'est-à-dire vers des propriétés qui disposent de ressources de différents ordres (financier, spatial, organisationnel) permettant la mise en œuvre de processus de mécanisation. Une analyse de ces extraits a été publiée dans l'édition numéro 41 des Cahiers ALHIM (Amérique Latine Histoire et Mémoire), dans un dossier intitulé "Territoires féministes en Amérique Latine : voix périphériques". Le titre de l'article est "Discours, agro-industrie et le silence des femmes dans la production de café au Brésil", de Mónica Graciela Zoppi-Fontana et Sheilla Maria Resende. Considérons les extraits ci-dessous :

E1: « J'ai rejoint la coopérative il y a seulement quatre mois sous l'influence de mon père, qui en est déjà membre. C'est la deuxième fois que je viens à la foire pour voir quelques produits et pour faire des simulations du prix de machines ». **Márcio Rocha Romano, membre provenant d'Araguari, accompagné de Josiane, Antony et Giovana** (Édition 474)

E2: « Je suis membre (de COOXUPÉ) depuis 1998, j'ai adoré être à la Foire du Cerrado, mes filles et moi avons profité de l'espace Beauté pour voir les produits de maquillage, pendant que mon mari faisait le tour des étals. Il est venu sûr d'acheter une machine. » **Sirlei Maria Silva, membre provenant de Rio Paranaíba, accompagnée de ses filles Lívia et Luiza et de son mari Nivaldo** (Édition 474)

E3: « J'aime venir à la *Feira do Cerrado* principalement pour discuter avec les autres producteurs, pour échanger des idées sur le marché, car je pense que cet événement est important pour rassembler les caféiculteurs. De plus, j'en ai profité pour découvrir les nouvelles technologies des machines. » **Pieter Cardoso Michels, membre provenant de Monte Carmelo** (Édition 474)

En gras, se trouvent les traces linguistiques laissées dans les séquences par les processus de silencement que nous cherchons à montrer. Deux opérations sémantiques principales ont lieu pour mettre en œuvre ces processus :

1- L'effet de l'indétermination x détermination sémantique au sein du SYNTAGME NOMINAL (SN) via l'ARTICLE DEFINI (Art.Def.) présent dans l'un des SYNTAGMES PRÉPOSITIONNELS. Et, surtout, une spécification de la relation familiale, dans le cas des femmes, qui n'apparaît pas dans le cas des hommes. Nous soulignons la présence d'une régularité discursive dans la construction du SN, qui est distribuée de façon diverse selon à quels sujets (hommes ou femmes) sont attribués les discours rapportés marqués entre guillemets. Ce SN est composé d'un NOM PROPRE-noyau suivi d'un ou deux ADJECTIF (ADJ) + SYNTAGME PRÉPOSITIONNEL (SP). Le premier ADJ₁ + SP après le nom propre désigne un locatif en explicitant la ville d'origine du/de la coopérativisé(e) » (E1: coopérativisé d'Araguari ; E2: coopérativisée de Rio Paranaíba ; E3: coopérativisé de Monte Carmelo). Le deuxième ADJ₂ + SP à son tour, désigne à travers la préposition DE, qui sont les compagnons du/de la coopérativisé(e) (E1: accompagné de DE + Ø Josiane, Ø Antony et Ø Giovana; E2: accompagnée DE+**LES filles** Lívia et Luíza et DE+**LE mari** Nivaldo[1]; E3: Ø). Or, ces emboîtements syntaxiques fonctionnent sémantiquement sur les effets de la détermination de l'interdiscours, qui travaille comme espace de mémoire : c'est par la mémoire patriarcale que les effets de liaison entre un nom propre masculin et un SP déterminé par un article défini sont naturalisés. En effet, la présence de l'Art. Def. dans le SP introduit la mention à la relation familiale des accompagnants par rapport au locuteur dont le témoignage est rapporté, ce qui se produit dans le cas des femmes auxquelles ce témoignage est attribué, et non dans le cas des hommes. De cette façon, les femmes sont représentées par rapport à une mémoire discursive dans laquelle leur rôle social se limite à l'espace domestique/familial : rôle de mère, d'épouse. Quant aux hommes, au contraire, leur place et leur présence sont si légitimées dans les discours institutionnels de la chaîne de production du café qu'ils peuvent être cités dans le journal sans aucune mention à leurs accompagnants (E3: Pieter Cardoso Michels, ADJ₁+SP, Ø).

2- L'ancrage déictique dans la première personne du discours suivi du prédicat, dont l'effet est de réitérer les rôles socio-historiquement attribués aux femmes et aux hommes. Étant donné qu'il s'agit de témoignages, les marques déictiques à la première personne sont attendues, mais les prédicats attribués dans les séquences à ces « je » permettent d'observer les traces d'une mémoire patriarcale hégémonique dans l'agro-industrie. Dans les discours rapportés des hommes, les verbes à la première personne renvoient à des actions liées à la production de café (et aux affaires de la coopérative) : E1 : **Je me suis associé** à la coopérative; **je viens** à l'exposition [objet de l'entretien] **pour voir les nouveaux produits** et **pour faire des simulations du prix de machines** ; E3 : **J'aime venir** à la *Feira do Cerrado* [...] **pour discuter avec les autres producteurs, échanger des idées sur le marché** [...]. **J'en ai profité pour découvrir les nouvelles technologies des machines**. Par opposition, dans les discours rapportés des femmes, les prédicats attribués à travers les verbes renvoient à l'espace familial, domestique, de soins, de beauté : il s'agit de la place de la femme délimitée par une mémoire patriarcale déjà stabilisée. E2: Je suis associée [à la COOXUPÉ] depuis 1998, **j'ai adoré être à la Feira do Cerrado, moi et mes filles avons profité de l'Espaço de Beleza** [Espace de beauté], **on regardait les produits de maquillage**, pendant que **mon mari faisait le tour des étals. Il est venu sûr d'acheter une machine**.

Or, la FR, à travers un discours rapporté, travaille l'opposition claire entre l'espace domestique /familial et l'espace de l'entreprise/marché, ainsi que la distinction du travail des sujets qui peuvent occuper tel ou tel espace, ce qui se matérialise, dans les extraits, par l'opposition entre ce qui attire l'attention des interviewées et des interviewés à la foire : machines et technologie x produits de maquillage. En outre, il convient d'indiquer que le journal souligne que les hommes déclarent aller à l'événement avec un objectif, contrairement aux femmes, qui "profitent" du temps à la Foire tandis que leurs maris s'occupent des affaires.

5.2.2.2 Témoignages, images, anecdotes et identités

En FR, les témoignages par discours direct apparaissent soit dans le texte des nouvelles et des reportages, soit dans des sections consacrées à ce type de discours rapporté. Ci-dessous, la section d'où ont été tirées les paroles rapportées analysées dans la rubrique immédiatement précédent, ainsi que les images qui les correspondent dans la composition éditoriale de ces témoignages.

E ELES – COOPERADOS - APROVEITARAM A FEIRA DO CERRADO...



“Sou cooperada desde 1998, adorei estar na Feira do Cerrado, eu e minhas filhas aproveitamos o Espaço Beleza, vendo os produtos de maquiagem enquanto meu marido visitou os estandes. Ele veio decidido a comprar uma máquina

SIRLEI MARIA SILVA, COOPERADA DE RIO PARANAÍBA, ACOMPANHADA DAS FILHAS LÍVIA E LUIZA E DO MARIDO NIVALDO



“Entrei para a cooperativa há apenas quatro meses por influência do meu pai que já é cooperado. É a segunda vez que venho à feira para ver alguns produtos e fazer um orçamento de máquinas de benefícios

MÁRCIO ROCHA ROMANO, COOPERADO DE ARAGUARI, ACOMPANHADO DE JOSIANE, ANTONY E GIOVANA



“Gosto de vir à Feira do Cerrado principalmente para conversar com outros produtores de café, trocar ideias sobre o mercado, pois acho importante esse evento para unir a classe. Além disso, aproveitei para conhecer as novas tecnologias dos maquinários

PIETER CARDOSO MICHELS, COOPERADO DE MONTE CARMELO



“Estive em todas as edições da feira, sou cooperado, produzo leite e vim comprar ração, gosto de ver as novidades e passear um pouco

ANTÔNIO PEREIRA DA CUNHA, COOPERADO DE COROMANDEL



“Gostei bastante da feira, fiz pedido de uma máquina, no caso uma adubadeira que estou precisando. E antes de ir embora passei aqui no Empório e vou levar um chapéu

AMIR ALVES MACHADO, COOPERADO DE COROMANDEL



“Vim para fechar negócio, fiz orçamentos de implementos para uma área nova na nossa propriedade, beneficiador, trinchas e trator. Agora vou decidir o que irei levar

RODRIGO GARCIA CARDOSO, COOPERADO DE MONTE CARMELO



“Já estou acostumado a frequentar feiras, antes de ter aqui em Coromandel, estava sempre presente na Femagri. Hoje vim para comprar produtos como Lavadora, Máquinas de Benefícios, carreta e ferramentas

MÁRCIO BRUNO DE XAVIER JÚNIOR, COOPERADO DE SERRA DO SALITRE



“Acho muito importante atualizar o maquinário, porque assim consigo produzir um café com mais qualidade e consequentemente com valor mais alto no mercado. Fiz alguns orçamentos, agora vou estudar para definir o que irei comprar

ADELMIR VIDAL, COOPERADO DE ARAGUARI



“Quero investir em um café com cada vez mais qualidade, por isso, vim comprar máquinas de classificação, as famosas mesas dissimétricas, que evitam as perdas na hora de entregar o grão. Minha ideia é aproveitar a oportunidade de pagamento em sacas de café e irei dividir a máquina com meu irmão, que tem uma fazenda vizinha à minha. Trabalhamos unidos para crescermos mais rápido, gostamos de estar nas feiras para aproveitar as boas oportunidades de compra de maquinários

GERALDO ALVES CORREA E O IRMÃO SANDOVAL ALVES CAIXETA, COOPERADOS DE COROMANDEL

En ce qui concerne l'iconographie (choix de l'illustration) et le discours qui l'accompagne, ils sont isotopiques, c'est-à-dire qu'ils présentent le même sujet. En ce qui concerne la formulation des témoignages, indiquée entre guillemets, suivie par les syntagmes nominaux qui les réfèrent, ainsi que les photos des sujets interrogés circulant dans un média institutionnel, G. Cornu (1991) indique qu'il convient d'abord de considérer (i) l'identité des sujets impliqués dans une telle communication, ainsi que (ii) le contexte financier, politique, technique dans lequel cette communication est impliquée. La même auteure va dire que, d'un point de vue historique, la publicité moderne joue un rôle qui était autrefois pratiqué par le Pouvoir Royal ou religieux, à savoir : un moyen d'expression des pouvoirs politique, économique, moral. Or, la publicité est l'une des fonctions de communication de la FR en tant que média institutionnel : servir de vitrine à la COOXUPÉ, en vue d'exercer une injonction sur les interlocuteurs, c'est-à-dire une injonction à l'adhésion à la coopérative. Il s'agit de la fonction conative de R. Jakobson (1963), pratiquée pour promouvoir une action de la part de l'interlocuteur. En effet, les photos ont un rôle d'agir sur l'autre comme si elles étaient, en une seule fois, une preuve du témoignage, une illustration (fonction référentielle) et un moyen d'atteindre émotionnellement l'autre (fonction conative).

Prenons donc l'identité des sujets impliqués dans la communication institutionnelle de la COOXUPÉ via FR. Bien que COOXUPÉ soit la plus grande coopérative de café au monde, et exerce un impact sur l'agro-industrie du café au niveau national, elle est du Sud de Minas, avec son siège dans la municipalité de Guaxupé. La caféiculture de cette région, telle qu'elle est décrite au début de ce chapitre, est pratiquée principalement par des familles d'agriculteurs. Les données fournies par la page virtuelle COOXUPÉ montrent que la coopérative compte actuellement 15.000 membres, dont 95% sont de petits producteurs vivant de l'agriculture familiale. Compte tenu de cela, les identités des principaux sujets impliqués, qui ne sont pas seulement la cible, mais aussi les objets de cette communication, sont ceux qui renvoient à la famille : ce sont des maris, des épouses, des pères, des mères, des filles, des fils, des frères, des sœurs. Quant au contexte financier, politique et technique dans lequel se déroule cette communication, nous parlons d'une institution qui, bien qu'elle soit née en 1932 en tant que coopérative de crédit agricole, est devenue en 1957 une coopérative de caféiculteurs, fonctionne comme une entreprise privée. C'est parce que la façon dont la pratique de la caféiculture se légitime et s'institutionnalise au Brésil est fondée sur des bases économiques et mercadologiques. Ainsi, elle a pour principe d'optimiser la production du grain de café, à travers un rapport coût-bénéfice favorable, qui sera "aussi grand que plus les étapes de

production sont rationalisées". Décrites identités et contexte imbriqués dans la communication institutionnelle dont FR est le support, regardons l'effet de la combinaison entre éléments linguistiques et extralinguistiques, c'est-à-dire des témoignages et images, qui sont aussi une constante dans les éditions du journal analysées.

Pour cette analyse, nous utiliserons la proposition théorique de M. Cornu (1991) dans "Sémiologie de l'image dans la publicité". En effet, comme nous l'avons expliqué plus haut, nous considérons la publicité comme l'une des fonctions de la communication institutionnelle de COOXUPÉ, fonction de FR en tant que média institutionnel. Une méta-publicité, puisqu'il n'y a pas un produit-objet ou un service-objet dont on veut persuader les interlocuteurs d'acheter. La coopérative elle-même et ses valeurs institutionnelles sont sujet et objet que l'on veut faire projeter. Comme le propose l'auteure, nous diviserons l'analyse en trois unités : celle du temps, celle du lieu et celle de l'action. Au niveau métalinguistique, le rôle et la place- dans le sens de Pêcheux du terme- conférés aux femmes sont les mêmes. Il s'agit d'une isotopie, déjà mentionnée précédemment. Au niveau descriptif, cependant, les images ne disent pas la même chose que les témoignages. Il faut ensuite souligner que l'articulation entre les témoignages et les images produisent un premier effet de confinement de la polysémie des photos au niveau descriptif. La discrétion de la langue ne correspond pas à une discrétion de l'image, dont le dynamisme même est un dynamisme de la signification. Première conformation : lisez l'image en accord avec le témoignage qui la mentionne.

Temps. Les images présentent comme arrière-plan divers scénarios qui intègrent une foire agricole de machines, outils et d'autres technologies. On peut observer des tracteurs, des espaces divisés en stands (comme celui de la réception, par exemple), des affiches de contenu technique et/ou publicitaire. Au premier plan, des hommes, des femmes et des enfants apparaissent habillés de façon à correspondre à une sorte de convention de vêtements pour le milieu rural, au moins dans le Sud de Minas Gerais : des chemises aux épaules, des t-shirts type polo, chapeaux et casquette, outre les badges permettant l'identification des visiteurs de la foire et leur circulation à travers l'espace de l'événement. Chapeaux et casquettes, bien avant d'être considérés comme des accessoires qui, associés à d'autres éléments, renvoient au milieu rural, servent au travail sous le soleil exercé par les agricultrices et les agriculteurs. Pourtant, dans les espaces publics, comme celui de la FR, par exemple, ces pièces de vêtements sont souvent portées par les hommes. Ce n'est pas un hasard. Il fait également fonctionner la différence entre travail rural masculin et travail rural féminin. La différence que l'on veut produire via les médias institutionnels, en tout cas. Ils sont encore présentés avec des coupes de cheveux

traditionnelles, c'est-à-dire sans particularités qui renvoient à un style de l'époque. Cornu (1991) affirme que les allusions portées par l'image doivent être "parlantes", c'est-à-dire qu'elles doivent dire quelque chose aux destinataires potentiels, pour produire de l'identification. Tous les éléments indiqués "parlent" aux destinataires : aux 95 % de membres de la coopérative vivant de l'agriculture familiale, ainsi qu'aux destinataires en prospective : autres caféicultrices et caféiculteurs vivant également de l'agriculture familiale. Cependant, un seul de ces éléments présente une temporalité marquée : le plan de fond de la *Feira do Cerrado*. Cette temporalité est fixée et déterminée par le titre de la section qui introduit les photos et les témoignages ("Et ils - membres - ont profité de la Foire du Cerrado...") lu dans l'édition 747 de la FR, correspondant à la publication de mars 2018 de la revue. Les autres éléments visuels qui composent la scène envoient à la famille et au milieu rural, c'est-à-dire aux familles rurales, aux hommes et aux femmes ruraux, sans toutefois fixer précisément la temporalité de ces composantes, en ne les projetant qu'à cette époque de la Foire. Ce sont des caféicultrices et des caféiculteurs coupés du temps et de l'espace qui les constituent. On évite au maximum la présence d'éléments renvoyant à une temporalité quelle qu'elle soit (accessoires, vêtements, marques d'actualité sur le corps, comme des coupes de cheveux particulières d'une époque, ou maquillages ayant la même caractéristique) afin que ces composants puissent non seulement avoir un sens par identification pour les destinataires de tout temps, mais aussi pour qu'elles puissent servir à bien dissimuler la différence entre l'actualité projetée de la Foire et l'indétermination temporelle des agricultrices et des agriculteurs projetés et qui constituent leur public cible. On travaille la limite entre les déterminations de l'identité que l'on veut projeter et l'imprécision de la temporalité à laquelle elles peuvent renvoyer, afin qu'elles puissent figurer mieux ensemble en dépit de leurs contradictions. Cornu (1991) arguera que "ces références imagétiques se présentent comme des emblèmes" :

C'est-à-dire littéralement comme des pièces de marqueterie, détachées de leur contexte scientifique ou historique : **emblèmes porteurs de valeurs affectives**. Ces représentations ponctuelles [...] ne sont pas **pensées** par le destinataire dans leur dimension culturelle, mais elles sont **ressenties** comme des valeurs actuelles : en ce sens, ces éléments jouent le rôle d'emblèmes (CORNU, 1991, p. 50).

Des représentations imagées qui circulent comme emblèmes d'agricultrices et d'agriculteurs "actuels", "modernes", fréquentant des foires agricoles pour l'exposition de technologies, produisent des effets sur les sujets via l'identification affective. La force avec

laquelle les photos remplissent la vision (BARTHES, 1964) joue pour faire fusionner comme actualités des images hétéroclites, issues de temporalités distinctes.

L'analyse qui suit porte également sur la question de la temporalité. Dans ce cas, nous avons analysé une publicité d'internet pour montrer sémantiquement et sémiologiquement la fusion des temporalités distinctes.

Mise en scène. La scène est mise. Le plan de fond de la Foire du Cerrado décrit juste au-dessus est projeté dans l'actualité de cette énonciation-là. Tout personnage (constitué par le destinataire de la communication institutionnelle) doit pouvoir se projeter dans cet espace (CORNU, *op. cit.*), mais pas de n'importe quelle façon. Les hommes occupent la position centrale d'un premier plan. Les femmes partagent ce premier plan avec les hommes et les enfants. Elles n'apparaissent pas seules dans les images, ni dans cette section prise pour l'analyse, ni dans aucune autre édition de FR qui composent ce *corpus* de travail. Les agriculteurs seuls : "échangent des idées sur le marché", "aiment regarder les nouveautés", "commandent des machines", "concluent des affaires", "achètent des produits comme machine à bénéfices", "améliorent les machines". Agriculteurs avec leurs familles sont directement liés au plan de fond de la Foire : "C'est la deuxième fois que je viens à la foire voir certains produits", dit Márcio Rocha Ramos, accompagné de femmes qui composent sa famille; "Il est venu décidé à acheter une machine" Sirlei Maria Silva parle de son mari. Les deux frères agriculteurs : Geraldo Alves Correa dit que "veut investir dans un café de plus en plus de qualité", il veut "saisir la possibilité de paiement dans des sacs de café et de partager la machine avec son frère, qui a une ferme voisine de la sienne", les frères et sœurs "travaillent ensemble pour grandir plus vite". De leur côté, les femmes plus âgées qui apparaissent dans les deux premières images ne sont pas directement liées au plan de fond de la foire. Elles sont liées aux autres personnes qui partagent avec elles le premier plan de la photo : le mari, les filles, le fils. Cette relation est projetée dans les images et les énoncés articulés à elles : "Moi et mes filles profitons [...] comme mon mari", dit Sirlei; Marcius Rocha Romano, membre de la coopérative, est accompagné de Josiane, Antony et Giovana, qui ne se présentent pas dans la parole rapportée, mais dans l'énoncé qui la rapporte et sur la photo. Si des effets de préfabriqué récupérables grâce au travail d'une mémoire patriarcale garantissent l'évidence des images, des paroles, des énoncés rapportant, et de la relation entre ces composantes, chacun des destinataires identifiés par ces projections doit être flatté par la reconnaissance (CORNU, 1991) et la représentation légitime. Voilà la boucle : la composante extralinguistique en articulation avec la composante linguistique de la mise en scène matérialise via métaphore la mémoire qui

soutient la naturalité des projections, alors que, dans le même temps, contribue aux processus d'identité des destinataires de cette publicité institutionnelle. Dans la scène actuelle et moderne de la *Feira do Cerrado*, il y a des personnages : les hommes, les protagonistes et la cible des technologies exposées dans l'événement, les femmes, les accompagnateurs, en relation directe avec les protagonistes et les autres participants de la scène, sans toutefois entrer directement en relation avec elle.

Pour éclairer notre propos, considérons l'image ci-dessous :



Source : Archive de recherche.

Dans cette image, qui a comme arrière-plan une culture de café, apparaît une famille d'agriculteurs, ainsi que dans les deux premières images articulées à des témoignages montrés ci-dessus dans une autre édition de FR. Il y a dans l'image une femme, un homme et deux enfants : une mère, un père et deux enfants hommes. La femme est au centre de la photographie, occupant la plus grande place dans l'image. Elle et ses deux enfants sont respectivement sur le deuxième et le premier plan de la photo, l'homme se trouvant sur le troisième plan, derrière sa femme et ses enfants. Les vêtements et accessoires que la famille porte sont des chemises- l'une

d'entre elles à carreaux- T-shirts, chapeaux. Composants qui envoient au milieu rural, et sont également intemporels, ainsi que dans le cas des autres images décrites ci-dessus. La relation entre l'arrière plan qui montre les pieds de café et les chapeaux portés par toutes les personnes qui figurent sur l'image, ainsi que la chemise sale de l'homme, mettent un aspect de la relation scénario-personnages qui est commun à tous ceux qui y sont présents : le travail. Si dans les images articulées à des témoignages, de la manière dont apportées par FR, le rapport des personnages avec la scène se fait (i) de manière directe, dans le cas des hommes, protagonistes d'une agriculture mécanisée, moderne, ou (ii) de manière indirecte, dans le cas des femmes, qui se rapportent directement aux autres personnages de la scène, pas au fond, dans la photo ci-dessus, la relation directe de tous les personnages avec le fond est présente. Le chapeau porté par tous et surtout par la femme est le composant visuel qui ouvre à la contradiction dans la comparaison entre cette photo et les photos et témoignages constants dans la FR. Si le plan de fond de cette image était le même que celui des photographies que FR produit et fait circuler (une foire agricole), et articulées et maintenues les régularités linguistiques et discursives des témoignages, la signification ne serait pas conçue de manière aussi linéaire que sur la page du journal, dans la mesure où il y aurait un décalage entre l'arrière plan, les personnages et les témoignages. Le chapeau, une fois un vêtement d'utilité pratique, soit : protéger la tête et le visage du soleil pendant que l'agricultrice et l'agriculteur, et les enfants, travaillent à la campagne, apparaît comme accessoire sur la page FR. Cet accessoire sert alors à renvoyer les personnages à la condition d'appartenir au milieu rural, et à projeter le rôle masculin dans un aspect : celui du travail productif, à être rationalisé, optimisé, avec les technologies de production exposées à la Foire du Cerrado. Autrement dit, la relation entre travail productif à la campagne, rôle masculin, agriculture, caféiculture, technologies et modernisation doit être travaillée institutionnellement, pour qu'elle puisse alors être forgée et concourir à la conception de l'identité institutionnelle de FR et des destinataires de ce média. Un changement de statut du chapeau dans les différentes images, conçues dans des conditions de production différentes, ainsi que dans l'arrière plan de celles-ci, indique l'hétérogénéité que FR prétend linéaire. "J'ai apprécié la foire, j'ai commandé une machine: j'aurais besoin d'une grue. Et avant de partir, je me suis arrêté à l'*Empório* et je vais prendre un chapeau." Dit Almir Alves Machado, membre provenant de Coromandel. Tout seul, occupant une position centrale sur la photo, sur un fond qui serait le stand de la foire. A droite d'Amir, un homme sur le dos, vêtu de blanc (selon l'image et le témoignage central sur la page de la FR ci-dessus).

Action. Établis temps et espace d'un récit institutionnel conçus à travers l'articulation entre image et énoncés dans la FR, ce qui suit est l'action, le mouvement. Comme dans le cas des images publicitaires de produits et services, qui inondent surtout l'espace urbain, nous plaçons pour démontrer que les photos et les discours rapportés de la manière dont édités et mis en circulation sur la FR :

Raconte des histoires bien connues: la rencontre, l'attente, l'aventure, la satisfaction...; [...] ils (as personagens) agissent comme des marionnettes d'une fable où notre civilisation se contemple avec bonheur. [...] il s'agit de récits exemplaires, qui se déroulent sous nos yeux ou qui sont implicites (CORNU, 1991, p. 52).

L'histoire que FR nous raconte est persuasive parce qu'elle est racontée par la voix des personnages qui la mettent en scène. A partir du ventriloque des répliques des caféicultrices et des caféiculteurs, ainsi que de la composition de celles et ceux-ci avec les images qu'ils feraient correspondre à l'énonciation dissimulée à propos de la Foire du Cerrado, le journal, en tant que média institutionnel, faire projeter : (a) une relation de contiguïté entre un scénario d'agriculture technologique, mécanisée et l'agriculture pratiquée par les familles, (b) l'homme en tant que protagoniste de ce scénario, (c) les femmes en tant que personnages secondaires, en relation directe non pas avec le scénario, mais avec les autres personnages. Ce que nous avons donc, c'est que la revue signée par la plus grande coopérative de café du monde travaille institutionnellement l'unité entre les régimes de culture de statuts distincts : l'agrobusiness et l'agriculture familiale. Il convient de souligner que ces deux régimes différents ne sont pas parallèles, mais en relation asymétrique avec les parcours historiques de l'un et de l'autre, ainsi qu'avec les effets sociaux et politiques de l'un et de l'autre. Or, l'agrobusiness, ou plus précisément ce qui allait devenir l'agrobusiness du café, compte sur les politiques gouvernementales de mise en œuvre depuis les années 1930, comme nous en avons discuté dans une rubrique précédente. L'agriculture familiale, avec cette désignation, légitimée par voie juridique, apparaît dans les années 1990 pour dénoter un état de choses que l'agro-industrie, hégémonique, n'envisageait pas. Nous avons ici une autre preuve de l'asymétrie mentionnée plus haut : l'agriculture familiale est constituée, au Brésil, par sa relation avec l'agro-industrie. En ce sens, pour linéariser le décalage entre scénario et personnages, ou plutôt, pour promouvoir, sous un effet de mise à plat, toute la densité historique et politique des deux régimes qu'ils sont mises en scène ensemble, sans provoquer étrangement, rien de mieux qu'un récit banal de la vie quotidienne : une anecdote. Le dictionnaire français Larousse définit une anecdote comme étant : "Fait de caractère marginal, relatif à une ou à des personnes, inédit ou

peu connu, auquel on peut attacher une signification, mais qui reste accessoire par rapport à l'essentiel : **Récit historique qui se perd dans l'anecdote.** » Par cette voie, la FR forge son identité institutionnelle et interfère dans les relations sociales du public auquel elle est destinée. Dans un premier temps, FR montre littéralement que l'agriculture familiale et agrobusiness peuvent marcher ensemble, alors qu'en réalité, il serait plus approprié de dire que les familles d'agriculteurs peuvent (et doivent) pratiquer l'agro-industrie de la manière opportune par la coopérative, voire le silencieusement de l'agriculture familiale par l'agrobusiness; dans un second plan, dans l'"Action", la division sexuelle de ces actions : les hommes agissent, les femmes les accompagnent. Deuxième silencieusement : des femmes pour les hommes.

5.3 Discours direct et silence dissimulé

Le discours direct (DD) porte une prérogative d'objectivité, puisque, comme il est rapporté "tel quel", il ne serait pas "contaminé" par le discours qui le cite. Sur le plan formel, la présence des guillemets assurerait cette non-contamination. Une tradition scolaire d'enseignement de langue portugaise comme langue maternelle dans l'éducation de base apporte généralement le DD comme première modalité pour rapporter le discours de l'autre, le plus "facile" parce que, pour citer, il suffit d'apprendre les règles formelles de ponctuation et de paragraphation, ainsi que les verbes *dicendi*, pour l'introduction de la parole d'autres dans l'énonciation en cours de se tenir. Il nous semble que cette "simplicité" ou "facilité" pour rapporter ce type de discours est tributaire de la rupture syntaxique sous laquelle se réalise cette modalité. Pas besoin de créer des ressources linguistiques formelles pour insérer le discours de l'autre dans la syntaxe de l'énonciation en cours (dans le cas, les sentences introduites par la conjonction subordonnante "qui" et verbes en mode subjonctif) contribuent à corroborer l'effet d'objectivité de ce type d'hétérogénéité discursive.

Après avoir démontré les silencieusement subis par les caféicultrices à travers le discours rapporté, nous reviendrons sur quelques aspects théoriques liés à cette manière de faire entendre la voix de l'autre. Notre but est de montrer comment l'apparence d'objectivité de ce type de discours dissimule le silencieusement pratiqué par celui qui rapporte, ce qui contribue à assurer son efficacité.

Il est important de récupérer l'idée que l'énoncé est la réalité de la langue et que son propre est d'être unique, individuel et non réitérable (BENVENISTE, 1966). Des éléments extra

linguistiques la constituent et sont donc récupérables dans leur produit : l'énoncé (DUCROT, 1984). Ces éléments sont énumérés ci-dessous :

- (a) un horizon spatial, sémantique et évaluatif (axiologique) commun aux interlocuteurs;
- (b) la connaissance et la compréhension de la situation, également communes aux interlocuteurs;
- (c) l'évaluation des conditions de production y est également commune.

Sur ce sujet, J. Authier-Revuz (1984), s'interrogeant sur le statut de certaines catégories "en dépit ou en raison de son caractère 'natural', 'intuitivement parlant'" (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 98), soutient que :

Il me semble que ces notions sont, de fait, nécessairement ancrées dans de l'extérieur à la linguistique **en tant qu'il produit** — de façon naïve ou théorisée — **des conceptions du sujet et de son rapport au langage**; et que, faute pour la linguistique d'explicitier son rapport à cet extérieur, et quelles que soient les précautions qui puissent être prises pour délimiter un champ autonomement linguistique, **l'extérieur fait inévitablement retour implicitement**, dans un domaine comme celui de renonciation, à l'intérieur de la description, et cela, sous la forme « naturelle » de la reproduction, dans l'analyse, **des évidences éprouvées par les sujets parlants quant à leur activité langagière** (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 98, nous soulignons).

C'est précisément à cause de cet extérieur que revient via préconstruit que les discours directs apportés par la FR réitèrent et sont soutenus. Ce contenu sémantique qui produit des effets sur l'énoncé sans être formulé peut être récupéré par rapport aux conditions de production. Cette possibilité de récupération se réalise non seulement grâce à un horizon spatial extérieur commun et immédiat aux interlocuteurs, mais aussi grâce à une mémoire stabilisée, qui est actualisée dans la production d'énoncés, en déterminant la lecture de leurs implicites.

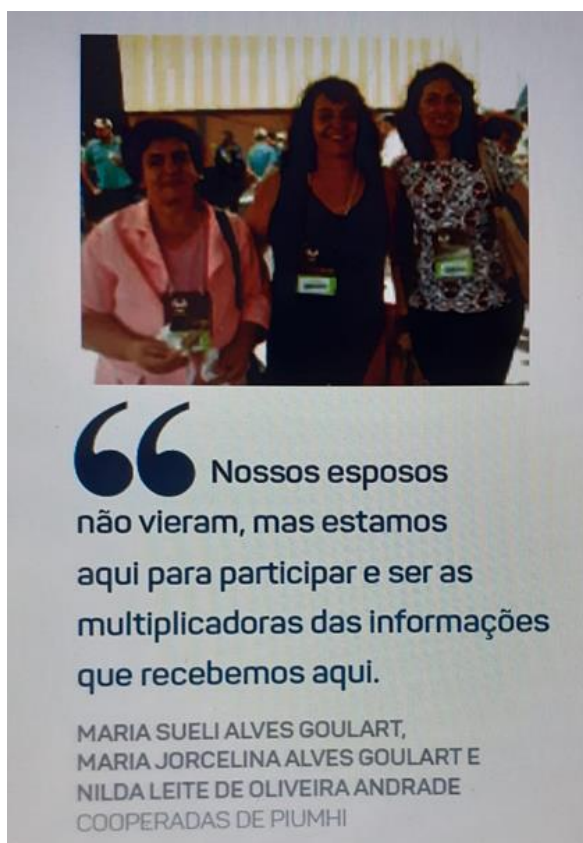
Le geste éditorial de donner de l'espace en FR aux discours attribués aux hommes pour dire de l'agrobusiness du café et des actions de COOXUPÉ pour la promouvoir, tandis que les discours attribués aux femmes occupent une place visiblement plus petite dans le journal; les verbes *dicendi* utilisés pour introduire les paroles des hommes occupant différentes positions institutionnelles dans la chaîne de production du café; les syntagmes nominaux renvoyant au locuteur de qui se rapporte à la parole; les formulations sélectionnées pour être rapportées, toutes ces opérations impliquées dans la pratique de citer, loin d'être des moyens de maintenir "l'indépendance de signifier du discours rapporté", grammaticalement signalée par une rupture syntaxique, récupèrent et actualisent des pré-construits soutenus par une mémoire d'agriculture

patriarcale, "rationnelle", dont l'efficacité productive doit être garantie par des technologies et des machines agricoles, sous un mode de fonctionnement entrepreneurial. Déplacer un énoncé de ses conditions de production pour l'amener à signifier dans une autre énonciation, bien que par une voie de prise de distance de l'énoncé rapporté, est mouvement qui concourt à la construction de l'identité de FR. Effectivement :

Au niveau du fil du discours, localiser un point d'hétérogénéité, c'est circonscrire celle-ci, c'est-à-dire poser par différence, pour le reste de la chaîne, l'homogénéité ou l'unicité de la langue, du discours, du sens [...]. En même temps, le renvoi à un ailleurs, à un extérieur explicitement spécifié ou donné à spécifier, *détermine* automatiquement par différence un *intérieur*, celui du discours ; c'est-à-dire que la désignation d'un extérieur spécifique est, à travers chaque marque de distance, une opération de constitution d'identité pour le discours (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 105, l'auteure souligne).

Or, le discours direct (DD) mobilisé par le journal FR est même une autonomie, car en circonscrivant d'autres énoncés à travers les gestes énumérés ci-dessus et démontrés dans les rubriques précédentes, le discours de l'agrobusiness représenté par le journal les assimile pour la dissimulation de linéarité de leur identité institutionnelle. En effet, le FR se montre elle-même lorsqu'elle rapporte le discours de l'autre. Ce faisant, le journal, via ventriloquisme du discours rapporté matérialisé par les fonctions que nous avons exposées, simule donner la parole à l'agriculture familiale, représentée par des hommes et des femmes qui cultivent du café sous ce régime, pour mieux les conformer au régime de l'agro-industrie, et simule de donner la parole aux femmes pour mieux les mettre en silence, en réitérant et légitimant les espaces domestiques et familiaux occupés par elles. En ce sens, l'image et le témoignage ci-dessous, tirés de l'édition 475 de FR, illustrent également ce silencement via DD.

Figure 15: Témoignage dans l'édition 475 de FR



Source: *Folha Rural*, 2018.

Dans la rubrique "Un tour à l'UD à Alpinópolis", la composition image + témoignage ci-dessus est la seule qui montre seulement les femmes et qui rapporte la parole de l'une d'elles. Désignées par FR comme "membres provenant de Piumhi", trois femmes apparaissent ensemble et le témoignage est attribué aux trois. Il s'agit d'une construction syntaxique par coordination à travers la conjonction "mais" : (1) Nos époux ne sont pas venus, (2) nous sommes ici pour participer [...]. Une paraphrase par subordination adverbial concessive peut aider à éclairer la division sexuelle du travail présente dans cette parole rapportée : "Bien que nos époux ne sont pas venus, nous sommes ici pour participer et être les multiplicateurs des informations que nous recevons ici." La concession indiquée dans la phrase par la conjonction « Bien que » montre une redirection du sens argumentatif de l'énoncé : l'absence des maris pourrait signifier l'absence des épouses, mais, dans l'énoncé en question, les épouses y sont venues. La dernière phrase adverbiale « participer et [être] les multiplicatrices des informations que nous recevons ici » redonne aux femmes leur rôle historique : non pas comme exécutantes des informations reçues lors d'une réunion de formation à la caféiculture, mais comme transmettrices d'informations (aux maris, protagonistes légitimés ?). D'ailleurs, cette concession et le but de la venue des femmes à l'événement promu par COOXUPÉ révèlent la division sexuelle du

travail qui pèse sur elles, le début même de la parole rapportée confère un rôle aux hommes : la sentence principale de la période rend compte de leur absence ("Nos époux ne sont pas venus").

Nous avons ainsi démontré le rôle de la FR en tant que média journalistique institutionnel qui intervient dans les relations sociales comme espace de régularisation, de stabilisation et de perpétuation d'une mémoire discursive. Prendre énoncés produits dans des énonciations uniques et non réitérables et les faire circuler dans d'autres énoncés, quels que soient les moyens matériels de les apporter, avant de faire connaître les sujets de ces rapportés, fait lumière sur la place de celui qui rapporte : celui de l'agrobusiness du café. Dans la mesure où une identité homogène pour la FR est constituée par et à travers le discours, les identités des sujets qui y sont représentés sont également forgées, autant puissante est un média qui met à jour, recrée et perpétue une mémoire socio-historique institutionnalisée, une sorte de clé de lecture pour la pratique de l'agriculture dans le pays.

5.4 Le rôle des femmes dans la caféiculture rendu possible par un projet de COOXUPÉ : analyse d'un reportage sur le projet "*Flores do café*"⁹⁴

L'édition 475 de FR apporte un reportage exceptionnel sur le projet avec des caféicultrices intitulé "Flores do café", proposé et de la responsabilité de la COOXUPÉ. Cette édition est d'avril 2018 et son caractère exceptionnel est dû au fait que c'est le seul reportage de la revue qui montre les caféicultrices en tant que tels dans la période comprise par les éditions qui composent notre *corpus* de archive.

Un reportage d'une page intitulée "Projet de Cooxupé à Caconde unit et qualifie les femmes sur la production de café", indique que le projet *Flores do café* a été conçu par la succursale de COOXUPÉ à Caconde, dans l'État de São Paulo, en février 2017. Son but est de "qualifier, unir et impliquer les familles des membres de la coopérative au quotidien de la production du café" (p. 12).

Commun aux reportages journalistiques, les personnages qui composent le sujet de l'exposition dont elle s'occupe se font entendre. Dans ce cas, en cohérence avec la fin même du projet, il est donné voix aux femmes via discours direct DD, c'est-à-dire sous la forme de

94 Fleurs du café

témoignages rapportés entre guillemets et attribués aux participantes du projet. Les premiers témoignages sont attribués à une spécialiste :

D1⁹⁵ : "L'objectif principal était d'amener les femmes à jouer un rôle dans la production de café. Les rapprocher des processus dans leurs propriétés, apporter la qualification et l'échange d'expériences pour encourager une plus grande participation dans le quotidien de la production." Explique Marcela Cristina Marçal, superviseuse administrative de la succursale de la Cooxupé à Caconde, SP. [...] Chaque mois, chaque réunion se tient dans la propriété d'une des productrices. Nous avons étudié les pratiques de cette propriété pour partager les connaissances et aussi agréger l'information", dit Marcela.

Les verbes de mouvement "apporter", "rapprocher", "prendre", ainsi que le verbe "encourager", dont "les femmes" sont l'objet réclamé par les transitivités respectives, font voir la distance entre ces femmes et le "rôle de la production de café", "les processus [de culture] dans leurs propriétés", la "qualification et l'échange d'expériences". Tous ces mouvements constituent une incitation pour qu'elles prennent part "au quotidien de la production". L'agent de ces mouvements et actions, qui apparaissent dissimulé dans la syntaxe, puisque les verbes sont en forme nominale d'infinitif, est COOXUPÉ elle-même, à travers le projet promu et maintenu par elle et son objectif.

À partir de la présentation du projet *Flores do Café* via discours direct d'un expert, les caféicultrices apparaissent comme objet syntaxique et factuel d'un don, conçu sous forme de projet, par la coopérative, ce qui constitue une autopromotion de l'institution en ce qui concerne des pratiques visant à l'équité de genre dans la caféiculture.

Comprenant FR comme représentant du discours de l'agro-industrie, le processus de production de sens pour ce projet orienté vers les femmes dans la caféiculture présente au cœur même une contradiction : les femmes, autrefois exclues du processus de production du café pour une manière de pratiquer l'agriculture néolibérale, forme que le discours de la FR contribue à reproduire et à perpétuer, sont amenés à prendre part à l'activité par la même institution qui contribue à leur exclusion symbolique.

Dans la phrase "Nous avons étudié les pratiques de cette propriété pour partager les connaissances et aussi agréger l'information" nous avons une énonciation à la première personne attribuée à une spécialiste, qui énonce collectivement ("Nous avons étudié"). Celui

95 Déclaration 1.

qui compose ce "nous" avec qui Marcela énonce, par la base de signification sur laquelle cet énoncé est soutenu, serait les autres spécialistes qui travaillent sur le projet, et qui seraient les représentants de Cooxupé et de son discours. Dans la même direction, l'effet des verbes sous forme nominale et moins unilatéraux "partager" (la connaissance) et "agrèger" (l'information) est de réaffirmer le besoin de ces femmes d'être alignées sur la façon dont COOXUPÉ entend la caféiculture : par une lecture économique, dans laquelle pèse sur eux la division de genre du travail, ce qui les éloignerait des pratiques productives dans leurs propriétés, et qu'un projet d'équité de genre dans ce domaine pourrait les aider à résignifier leurs pratiques. En effet, les discours directs qui suivent, attribués aux caféicultrices envisagées par le projet *Flores do Café*, montrent cet effet de résignification attendu par les interventions du projet. Le discours des caféicultrices apparaît, dans ce reportage, après celui de la spécialiste et de sa présentation du projet *Flores do Café*.

D2 : "Je peux dire que *Flores do Café* a fait une révolution dans ma vie. Il a ouvert mes horizons à la connaissance. Aujourd'hui, c'est moi qui m'occupe de ma propriété, raconte Claudia Lucia Junqueira Scali, productrice de Tapiratiba, SP. "C'est un soutien aux femmes dans ce défi de gérer la production de café et la façon de diviser et de propager les connaissances", conclut-elle.

L'affirmation de cette résignification fournie par le projet dicté par ses objectifs mêmes ("*Flores do café* a fait une révolution dans ma vie", "aujourd'hui, c'est moi qui m'occupe de ma propriété") produit un effet d'autopromotion de Cooxupé par son effectivité dans la réalisation de l'objectif auquel a été créé le projet. En s'auto promouvant par son effectivité à reconstituer la vie de caféicultrices, en profitant de son intégration à la chaîne de production du café, Cooxupé conserve ses membres et peut en recruter d'autres, comme l'atteste le discours attribué à la caféicultrice Isaura :

D3 : "Mon contact avec le quotidien de la propriété a changé et aussi la relation avec mon père, qui s'en occupait seul de tout. Les femmes se sont également rapprochées de Cooxupé. Le projet a apporté un changement d'attitude", dit Isaura Ando Pezinato.

La déclaration d'Isaura atteste également du potentiel transformateur du projet *Flores do Café*, qui a changé sa relation avec son père parce qu'il l'a fait "réveiller" à son potentiel productif dans cette activité économique. Sa parole montre aussi de la contradiction entre un discours de promotion de l'équité de genre dans la caféiculture et les effets de l'agro-industrie

sur les femmes engendrés par ce même discours ("Mon contact avec le quotidien de la propriété a changé, et aussi la relation avec mon père, qui s'en occupait seul de tout"). Or, la relative "qui s'occupait seul de tout", dont le référent est "mon père", met en évidence un symptôme du discours de la même Cooxupé à travers les pages de Folha Rural : de projection de l'homme comme protagoniste de la caféiculture, et de la femme comme personnage accessoire dans ce scénario, comme montré tout au long de ce chapitre.

En montrant le rôle féminin rendu possible par le projet *Flores do Café*, Folha Rural lance comme protagoniste la Cooxupé elle-même. Ce rôle a été mis en évidence depuis le titre du reportage : "Projet de Cooxupé à Caconde unit et qualifie les femmes sur la production de café". Le sujet-agent personnifié "Projet de Cooxupé" dans la sentence active "unit" et "qualifie" les femmes sur la production de café.

Chapitre VI- La place des caféicultrices

Ce sixième et dernier chapitre apporte le discours des caféicultrices qui compose notre *corpus* expérimental. Quelques régularités seront relevées dans les discours de ces femmes, et ensuite, elles seront décrites et interprétées à la lumière du champ théorique et analytique sur lequel nous nous appuyons.

Les témoignages et interviews ont été recueillis et enregistrés, comme décrit dans l'un des chapitres précédents, sans médiations institutionnelles d'agents participant à la chaîne de production du café, comme c'est le cas des témoignages de caféiculteurs (ou épouses de caféiculteurs) présents sur les pages de Folha Rural.

Ils suivent les régularités trouvées et leurs analyses dans ce *corpus* expérimental.

6.1 La parole des caféicultrices du Sud des Minas Gerais et ses régularités

6.1.1 La prédication du locuteur

Une première régularité observée a été la manière dont les caféicultrices se présentent, c'est-à-dire comment elles se prédisent en commençant le témoignage. Ci-dessous quelques extraits de cette première étape des témoignages :

E1 : Je m'appelle Aline, j'ai trente et un ans, je suis la mère d'Héloïsa et d'Erik, je suis mariée depuis 13 ans [...].

E2 : Je suis la Madalena Baquião de Miranda, j'ai cinquante-cinq ans, je suis retraitée, mariée à Antônio depuis trente-huit ans, mère de trois enfants, qui est Alessandro, Aleilson et Aline [...].

E3 : Mon prénom est Rosana, je suis de Nova Resende, je suis mariée, j'ai quarante et un ans, mariée depuis vingt et un ans, je suis mère de trois enfants [...].

E4 : Mon prénom est Rogéria, je vis dans la ville de Divino. Depuis que je suis née, je m'occupe du café. Nous travaillons ici avec le café. [...] Depuis toujours je fais du café avec mon père, avec ma mère, j'ai appris d'eux [...].

E5 : Je suis Luzia Viana, j'ai soixante ans, je suis de la troisième génération d'une famille de caféiculteurs.

C'est une constante dans les témoignages de ces femmes la prédication faite à partir de relations familiales. Dans les premiers moments d'un témoignage, ce que ces femmes cherchent est de légitimer ce qui est dit. En ce sens, les caféicultrices projettent cette image d'épouses, de mères, de filles, parce que dans l'espace et dans les conditions matérielles immédiates dans lesquelles elles vivent, l'exercice de ces rôles sociaux de genre confère une légitimité à la parole d'une femme. Toutefois, (1) ce ne sont pas seulement les conditions matérielles immédiates qui commandent que l'auto légitimation du locuteur se fasse via des rôles sociaux familiaux; (2) elles parlent de la place sociale qu'elles occupent, donc à partir de la représentation qu'elles font de ce lieu; (3) ce lieu, la place de ces femmes, est inscrit dans la mémoire discursive dans le domaine des relations sociales et c'est pourquoi elles se représentent de cette façon. Telle est la mémoire discursive mise en place : la mémoire de la femme qui travaille au milieu rural, et plus précisément de la femme qui travaille avec le café. Or, des relations de travail et de genre sont imbriquées, et les unes produisent des effets sur les autres. Dans le cas du discours de ces femmes, qui sont des travailleuses rurales, cette imbrication travail-famille devient encore plus évidente et complexifie l'analyse de cette relation.

On note dans certains des extraits une autre trace de cette relation. Certaines femmes ne disent pas "j'ai deux enfants" ou "j'ai un mari", mais "je suis mère de", "je suis mariée à". En faisant ainsi, c'est-à-dire en n'utilisant pas le verbe "avoir", elles prennent une relation complémentaire ou asymétrique avec les objets qu'elles énoncent, ou même une position déclarative basse (dominée) par rapport à leur époux et à leurs enfants et non une relation symétrique d'égalité avec eux (WATZLAWICK, 1972). Notre *corpus* expérimental ne permet pas d'affirmer catégoriquement s'il s'agit d'un trait énonciatif des caféicultrices ou si ce serait une manière d'énoncer des travailleuses du milieu rural de manière générale. Dans les deux cas, cette manière renvoyait à une mémoire patriarcale, mais peut-être de différentes façons qu'il faudrait travailler avec des *corpus* de paroles de femmes travailleuses rurales d'autres régions et types de cultivation sinon le café.

Il est important de dire de nouveau qu'il y a un manque d'études sur la caféiculture dans l'État de Minas Gerais qui envisage la façon dont la culture était pratiquée, comment se présentaient les relations de travail et de genre dans les plantations. Néanmoins, une hypothèse peut être retenue à partir de l'examen de la manière dont s'est déroulée la caféiculture à São Paulo, État voisin de Minas Gerais, et également à partir de l'examen d'une période de politique oligarchique⁹⁶ au Brésil, où élites agraires, notamment caféières, de São Paulo, mais aussi de Minas Gerais, dominaient la scène politique du pays. L'hypothèse est que, depuis le XIXe siècle, et surtout après le démantèlement de l'esclavage (1888)⁹⁷, les plantations de café dans le sud de Minas Gerais étaient conduites par des familles. Que ce soit des familles de paysans locaux qui obtenaient des morceaux de terre, que ce soit des familles de paysans locaux ou des immigrants qui étaient embauchés pour travailler dans les grandes propriétés des *fazendeiros*. Un autre aspect du Sud de Minas qui peut soutenir cette hypothèse est la caractéristique topographique et altimétrique de cette région : en pente, avec une altitude moyenne de 800 mètres, ce qui a compliqué et rend encore plus difficile la mécanisation des cultures. Dans ce sens, il est plausible de supposer que même après les années 1950, où il y a eu une incitation à moderniser l'agriculture, mise en œuvre par le président Getúlio Vargas, la mécanisation de la caféiculture du Sud de Minas a rencontré des difficultés, qui concernent les conditions naturelles de la région et qui auront des conséquences sociales : une caféiculture pratiquée par les familles et de faible mécanisation.

96 Dans l'historiographie officielle du Brésil, cette période s'appelle République Oligarchique, et s'est étendue de 1894 à 1930.

97 Le démantèlement de l'esclavage a eu lieu au Brésil après trois siècles d'esclavage dans le pays. Elle a été abolie en 1888 sous la forme juridique de la *Lei Áurea*.

Si l'on veut faire un mouvement dans le sens inverse, des indices au panorama général, c'est-à-dire ce qu'il y a de matériel dans le discours des caféicultrices dans cette mémoire de la cultivation du café par les familles, les autres régularités rencontrées peuvent aider à étayer cette hypothèse.

Pour le moment, la prédication du locuteur par appartenance à une famille, qui est elle-même organisée en fonction de rôles de genre, configure le processus de légitimation du locuteur que les caféicultrices ont projeté dans l'énonciation, dans une relation d'imbrication entre travail et rôles de genre.

Pour en revenir à la première régularité du discours des caféicultrices, il faut noter que sept des vingt-et-une caféicultrices qui ont été interviewées ont un niveau supérieur d'éducation. Sur ces sept, quatre ont entre 20 et 35 ans, et les autres ont plus de 50 ans. Chez les plus jeunes, la prédication familiale n'apparaît pas dans ses discours introductifs. Au lieu d'explicitier leur place au sein de la famille, elles présentent leurs scolarités respectives ainsi que leurs compétences dans la gestion de la caféiculture. La prédication familiale peut apparaître ou non après cette prédication technique par laquelle les locuteurs avec les profils mentionnés cherchent légitimité énonciative. Selon les extraits ci-dessous:

E6 : Je m'appelle Renata Gomes, j'ai trente-quatre ans, j'habite à Divino, j'appartiens à la communauté de Carangolinha de Cima. Dans cette communauté, je suis née et j'ai grandi. J'ai étudié ici jusqu'à l'école. Peu de temps après, j'ai fini le lycée en ville, en faisant face à toutes les difficultés du milieu rural, le manque des politiques publiques, le manque de transport scolaire, enfin, mais aujourd'hui je suis diplômée de l'*Universidade Federal de Viçosa* et je suis agricultrice. Je suis agricultrice [...] j'ai hérité cela de ma famille, de mes tantes et de ma grand-mère. Avec ma grand-mère j'ai appris, avant d'apprendre à lire et à écrire, j'ai appris à planter et à récolter. Aujourd'hui elle a 85 ans, elle est toujours notre grande maîtresse."

E7 : Mon nom est Camila Assis, je suis de Divino, Minas Gerais. Je viens de la région des *Matas de Minas*. J'ai étudié à l'école publique toute ma vie, j'ai fait des études supérieures, je suis infirmière, j'ai fait un MBA en gestion de personnel. Aujourd'hui ma principale source de revenu est le café, où j'ai eu beaucoup de défis, de nombreuses opportunités, principalement avec les cafés spéciaux.

E8 : Je suis Bruna Carolina da Silva, j'ai vingt et un ans, je suis brésilienne et je vis à la *Fazenda do Baú*, à Fervedouro, Minas Gerais. En 2019 nous avons commencé la production de café special. Récolter ce café manuellement, l'amener au terrain du séchage, le laver, jeter

dans [le processus] de séchage suspendue, ramasser quelques impuretés qui y étaient encore, un peu de [fruits] vert, après le séchage, ce café est nettoyé et après je prend à nouveau quelques impuretés qui sont restés. Après cela, il est torréfié, broyé et vendu dans des emballages avec une valve pour maintenir la qualité de ce café, et ainsi générer des revenus familiaux et durables ici à la campagne. C'est le café especial de Bruna.

Dans les extraits ci-dessus, la légitimité énonciative est recherchée avant tout à travers le discours spécialisé à propos de la présentation ou non du degré de scolarité. Dans ces cas, les locuteurs sont prédiés moins par des prédictions (verbe de liaison + nom) qui indiquent des relations familiales (je suis mariée, je suis mère) et plus par des verbes d'action (même quand ils apparaissent sous forme nominale, c'est-à-dire impersonnelle) et de prédictions indiquant une formation technique (E6 : J'ai terminé le lycée en ville, en faisant face à toutes les difficultés du milieu rural; je suis diplômée de l'Universidade Federal de Viçosa et je suis agricultrice; E7 : j'ai fait des études supérieures, je suis infirmière, j'ai fait un MBA en gestion de personnel; E8 : En 2019 nous avons commencé la production de café spécial. Récolter ce café manuellement, l'amener au terrain du séchage, le laver, jeter dans [le processus] de séchage suspendue, ramasser quelques impuretés qui y étaient encore, un peu de [fruits] vert, après le séchage, ce café est nettoyé et après je prend à nouveau quelques impuretés qui sont restés. Après cela, il est torréfié, broyé et vendu dans des emballages avec une valve pour maintenir la qualité de ce café, et ainsi générer des revenus familiaux et durables ici à la campagne. C'est le café especial de Bruna.

Il convient de souligner que, même dans le cas des caféicultrices les plus jeunes et les plus spécialisés dans la culture du café, apparaissent encore des marques d'énonciation qui peuvent envoyer à la relation familiale. En E6, par exemple, il est fait mention à des relations familiales après la présentation de la formation scolaire du locuteur : "Je suis agricultrice [...] j'ai hérité cela de ma famille, de mes tantes et de ma grand-mère. Avec ma grand-mère j'ai appris, avant d'apprendre à lire et à écrire, j'ai appris à planter et à récolter. Aujourd'hui elle a 85 ans, elle est toujours notre grande maîtresse." Il est intéressant de noter que seules les femmes sont mentionnées dans cette recherche de légitimité énonciative via les relations familiales dans la parole de Renara : tante, grand-mère- "notre grande maîtresse".

Un dernier extrait pour illustrer que la légitimité énonciative via les relations familiales peut encore être présente dans le discours des caféicultrices aux profils plus jeunes et de scolarisation plus élevée :

E9 : J'ai vingt-sept ans, je suis fille de producteur rural, et mon intérêt pour le café spécial, en fait par le café, a commencé il y a environ trois ans. J'étais curieuse de savoir quel goût avait le café en fait, ce qui était un café spécial, ce qui était un café de boisson fine, ce qui était un café bon et ce qui était un mauvais, que les gens parlent "*rio*" ici.

"Je suis fille d'un producteur rural" avant le discours sur la cultivation du café. La place que cette caféicultrice occupe au sein de la famille (fille de producteur rural), qui fonctionne sur des bases patriarcales, atteste dans l'énonciation, à une fois et contradictoirement, sa soumission à ce mode de fonctionnement (pourquoi pas "fille de producteur rural"?) et, avec la parole spécialisée, une source de légitimation énonciative pour de la caféiculture.

6.1.2 Le discours spécialisé

Le discours spécialisé dans la gestion du café concernant les étapes les plus diverses est également une régularité dans les témoignages des caféicultrices. Indépendamment de la question de savoir si l'apprentissage de la caféiculture a eu lieu dans la pratique ou formellement dans les écoles, les universités ou d'autres établissements d'enseignement, les femmes présentent un discours de spécialistes dans la cultivation du café. Les trois extraits ci-dessous illustrent ce discours spécialisé :

E10 : Depuis la plante il est déjà spécial, ce qui gênait était après la récolte, quand on l'apportait dans le terrain, la façon dont il était fait gâchait un peu la qualité du café. Ainsi, à travers tout le travail qui a été fait, nous avons participé à un projet ATG, qui est l'Assistance Technique et de Gestion. Sandy est notre agronome, et elle nous a guidés depuis la floraison jusqu'à la fin, qui est le ramassage des cafés qui restent sur le sol [...] nous avons un très grand amour pour ce produit.

E11 : En 2019 nous avons commencé la production de café special. Récolter ce café manuellement, l'amener au terrain du séchage, le laver, jeter dans [le processus] de séchage suspendue, ramasser quelques impuretés qui y étaient encore, un peu de [fruits] vert, après le séchage, ce café est nettoyé et après je prend à nouveau quelques impuretés qui sont restés. Après cela, il est torréfié, broyé et vendu dans des

emballages avec une valve pour maintenir la qualité de ce café, et ainsi générer des revenus familiaux et durables ici à la campagne. C'est le café spécial de Bruna.

E12: J'étais curieuse de savoir quel goût avait le café en fait, ce qui était un café spécial, ce qui était un café de boisson fine, ce qui était un café de boisson fine et ce qui était une boisson dure, un mauvais, que les gens parlent "*rio*" ici. Ma première année de café spécial, celui-ci est un échantillon, il est en cours de séchage.

Les séquences discursives ci-dessus mettent en évidence des discours spécialisés de femmes participant activement à la production du café dans leurs propriétés. Le vocabulaire qu'elles mobilisent est des jargons professionnels, propres à la caféiculture. Après récolte, terrain, terrain suspendu, récolte manuelle, récolte sélective, récolte d'impuretés, torréfaction, broyage, boisson fine, boisson dure, boisson "*rio*", échantillon, séchage sont tous des termes qui dénotent le contact de ces femmes avec la réalité du travail dans la culture du café. Et non seulement les éléments lexicaux proprement dits, mais aussi la séquence des processus qui ont lieu dans la production et le traitement du grain et qui sont énumérés par les caféicultrices dans leurs témoignages. En outre, il convient d'observer dans ces coupures deux aspects déclaratifs importants : (1) le "*nós*" et le "*a gente*" presque omniprésents, qui signale une collectivité énonciative, qui sera discutée dans le rubrique suivante, (2) la présence considérable des formes délocutives, comme la forme syntaxique passive avec suppression de l'agent (E10 : "à travers tout le travail qui a été fait"; E11 : "ce café est propre [...] il est torréfié, broyé et vendu") ou l'utilisation de formes impersonnelles : (E10 : "la façon dont il était fait; E11 : "en ramassant ce café manuel, en le lavant, en le jetant dans le terrain suspendu, en ramassant des impuretés qui étaient encore"; E12 : "est en cours de séchage"). A partir de l'analyse de ces régularités, nous pouvons voir que, bien que ces femmes soient présentes dans les tâches de cultivation du café, en y travaillant, elles sont parfois absentes dans le discours par la projection énonciative du locuteur. C'est comme si le travail - et le produit, et la production- était plus important que leur personne dans cette énonciation.

À la différence de ce qui circule dans le discours de l'agrobusiness- la présence des mères et les épouses de la famille dévouées aux soins des enfants, des maris, de la maison, c'est-à-dire accomplissant les travaux caractérisés comme faisant partie d'un travail reproductif- lorsque les caféicultrices parlent en dehors de cet espace légitime de l'agro-industrie, on a des femmes qui s'occupent des familles et qui font partie intégrante de ce travail familial, qui est la caféiculture.

Il y a un aspect commun entre le discours de l'agrobusiness sur la caféiculture et le discours des caféicultrices : la légitimité des sujets se donne auprès de la famille. Cependant, dans celui-ci, la lecture qui se fait de cette légitimité est que les rôles de genre sont correctement distribués selon la clé économique du travail productif et reproductif. Celui, des hommes, conçus comme chefs de famille et protagonistes de l'activité caféière, et celui-ci, des femmes, aidant dans cette scène, parce que non productives. Le discours de l'agrobusiness travaille la légitimité des agents de ce segment au sein de la famille, mais avec des rôles individuels et distincts entre eux. En ce sens, la famille serait donc un espace de division du travail à partir des rôles de genre, qui restent, dans ce scénario, visiblement marqués.

Ce que l'on perçoit dans le discours des caféicultrices est une légitimité reaffirmée au sein même de la famille, mais qui ne correspond pas à une lecture peu profonde de la caféiculture à travers la clé économique qui va relever distinctement la fonction de soin des femmes au sens reproductif du terme. Il s'agit d'épouses, de mères, de filles, qui, avec ces rôles sociaux, sont aussi des spécialistes de l'activité productive dont la famille s'occupe, et avec qui elles partagent non seulement le travail et les soins, mais la scène d'énonciation. La notion de famille, qui transparait dans le discours de toutes les caféicultrices interviewées, semble avoir beaucoup plus à voir avec une unité de collaboration et de partage, qu'avec une institution sociale de distribution individuelle de travail et de rôles de genre.

6.1.3 La collectivité de l'énonciation

Une autre régularité à présenter touche des points anticipés dans le paragraphe ci-dessus : le partage de la scène énonciative et la famille comme unité de sens, de travail et de coopération.

E13 : Je suis Lúcia, la femme d'Adão. Je suis née dans la ville de Divino. Je me suis mariée et je me bats aujourd'hui. J'ai commencé [à travailler] à dix-sept ans, aujourd'hui j'ai cinquante-cinq ans. Dieu, merci, je n'ai pas à me plaindre. Et j'irai quand Dieu le voudra. Ensemble, en remuant avec le café, dans la lutte, toujours avec Dieu en avant. [...] Nous avons toujours travaillé d'employé et grâce à Dieu nous avons beaucoup à remercier [...].

E14: Aujourd'hui, avec mon mari, on mène 11000 pieds de café en partenariat avec mon beau-père et je vais avouer que ça n'a pas été

facile, non pas parce que la caféiculture est quelque chose que l'on aime faire, mais qu'on a appris à connaître notre produit il y a quelques années, Parce qu'avant ça, on travaillait toute l'année, on vendait le produit, on ne savait même pas ce qu'on produisait, on ne savait pas ce qu'on produisait. Mais, Dieu, merci, mon mari a suivi des cours, et il me les a donnés à moi et à mes filles. Nous avons appris à produire un café spécial [...].

E15 : [...] toujours faire du café avec mon père, avec ma mère [...] maintenant grâce à Dieu nous avons acheté notre terrain là-bas. Maintenant, nous avons notre propre terrain et Dieu, merci, nous avons le nôtre maintenant, mais nous n'avons jamais cessé de travailler en famille. [...] c'est beaucoup de travail [...] mais quand on bouge parce qu'on aime vraiment [...] être avec la famille, je ne vois pas de difficulté, non. Maintenant nous avons fait cette étuve [...] un projet que nous essayons ici d'améliorer la qualité de notre café [...].

Cette régularité énoncée dans le discours des caféicultrices concerne l'unité entre le locuteur-caféicultrice, prédiquées et légitimées au sein de la famille, et la culture du café, c'est-à-dire la famille et le travail conçus en communion énonciative. Le travail accompli par ces femmes dans la caféiculture à partir de l'utilisation de sujets collectifs comme "nous", "on", "moi avec mon mari", "[je] avec mon père, avec ma mère" intègre au centre de référence construit dans cette pratique du langage les personnes avec lesquelles ce locuteur veut partager la scène d'énonciation. Les femmes ne les considèrent pas comme des tiers, mais comme ceux qui sont avec "moi, locuteur, dans la famille, au travail". Il s'agit de forger dans l'énoncé un accord pour référencer à partir de la même place énonciative. En effet, le "eux", qui renvoie l'époux, les enfants, les parents, est mis en scène non pas comme l'objet dont parle le locuteur, mais comme "celui qui parle avec moi, de la même place que moi" : c'est une co énonciation matérialisée dans le discours des caféicultrices.

Il peut sembler contradictoire que des protagonistes de la caféiculture, tels que le sont ces femmes, recherchent une légitimité énonciative dans la famille. Le protagonisme féminin au travail et l'exercice de rôles de genre distribués dans des noyaux familiaux patriarcaux comme le sont au Brésil, notamment en milieu rural, semblent contradictoires. Mais ils ne le sont pas. Il est plausible de considérer que l'apparente difficulté de conciliation entre ce qui est du domaine de la famille et du travail pour les femmes serait un effet d'une lecture des deux par la clé économique, de productivité et de valeur monétaire, comme le fait le discours de l'agro-industrie. Or, si l'on tient compte du fait que la modernisation de l'agriculture au Brésil a lieu à partir des années 1950, et que c'est à peu près depuis lors que le travail rural est lu à

travers la combinaison production, temps, valeur monétaire, salaire, on sait qu'il faut un examen retenu des conditions dans lesquelles les familles de travailleurs conduisaient les plantations de café avant cette modernisation et cette lecture via clé économique, production et reproduction et des identités produites dans ce contexte.

Verena Stolcke (1988) dit que les changements dans l'état économique de production du café qui ont eu lieu à partir des années 50 ont eu un impact sur la façon dont les familles des travailleurs dans les plantations de café s'organisaient, ainsi que sur leur façon d'être. Or, depuis le début du XIXe siècle, des familles de travailleurs étaient embauchées par les *fazendeiros* comme unité de travail, qui se divise entre la cultivation du café et la production d'aliments pour la subsistance et occasionnelle vente dans de petites foires locales, dont les revenus du travail se passaient en pourcentage sur la cultivation et la vente du café, et seulement de temps en temps se faisait sous la forme du salaire monétaire. Après ce changement économique de gestion de la caféiculture, chaque membre de la famille a commencé à compter individuellement pour le travail dans les plantations, qui était mesuré sous la relation tâche, temps et production. Cette productivité évaluée était rémunérée par le salaire monétaire. Dans le cas des familles qui cultivaient leur propre terre, on peut supposer que ce changement économique a également eu des impacts sociaux similaires, puisqu'il a instauré une nouvelle conception de la production agricole. Cela a impliqué une réorganisation du temps de la famille à consacrer aux activités productives, dont la redistribution des rôles est restée à la charge de l'homme, chef de famille. Cette distribution était déjà une tâche masculine dans la configuration de la famille et le travail comme unité, mais désormais, par le caractère individualisant que prend la production agricole, finit par peser sur l'homme le devoir de pourvoir à la famille, de produire des revenus, tout en laissant aux femmes le travail reproductif, non rémunéré.

Famille et travail en tant qu'unité, avant le changement économique dans les années 50, semblait désigner, comme l'observe Stolcke (1988), un type d'organisation dans laquelle la coopération était comprise par tous et qui était fondée sur le travail, contrairement à ce qui se passe après le changement, où le fondement du travail par chaque individu de la famille devient le revenu de chacun d'être ajouté (ou non) à l'ensemble familial. C'est à cette mémoire que les régularités dans les discours des caféicultrices semblent renvoyer. Loin de saluer un passé où les conditions matérielles d'existence étaient précaires. On travaillait de soleil à soleil (STOLCKE, 1988). Ce qui est intéressant c'est d'examiner comment la mémoire de famille et de travail qui se matérialise dans la parole de ces femmes peut constituer un espace de visibilité pour elles, parce que dans cette mémoire il n'y a pas de projection féminine comme

matérialisation d'un travail reproducteur, ou du moins pas que ça. Il s'agit de femmes caféicultrices pleinement identifiées en tant que telles, au sein de la famille en tant qu'unité commune de production, avec leurs luttes quotidiennes et des défis qui sont historiques, et qui se déroulent apparemment derrière les contradictions de l'agrobusiness au Brésil.

6.2 Mémoire du travail libre (*colonato*), famille, rôles de genre : quelle place pour les caféicultrices ?

Le système de travail libre (le *colonato*) au Brésil a signifié la transition entre le régime esclavagiste et le travail salarié dans la campagne. Selon Dezemone (2009, p. 267) :

De la fin du XIXe siècle jusqu'au milieu du XXe siècle, le *colonato* est le système qui a dominé l'organisation du travail dans les zones caféières du sud-est brésilien. [...]

Le système reposait sur trois piliers. Le premier était le contrôle de la terre par les *fazendeiros* à travers la propriété privée, reconnue par l'État et par d'autres acteurs, parmi lesquels des *colonos* (Martins, 1979). La propriété privée, même si elle était obtenue de manière excuse et par des moyens illicites, conférait aux fermiers le pouvoir d'empire, c'est-à-dire de disposer de l'usage de la terre comme ils l'auraient voulu. [...] Le deuxième pilier du *colonato* était l'utilisation de la main-d'œuvre juridiquement libre qui, contrairement à la main-d'œuvre esclave, aurait comme possibilité la plus tangible -même si elle n'est pas sans implications- le choix d'abandonner la propriété (Stolcke et Hall, 1983). enfin, les conditions de l'agriculture en général et de la caféiculture en particulier, qui permettaient le maintien et la reproduction du système tant que celui-ci assurait des retours matériels et symboliques jugés satisfaisants tant par les propriétaires fonciers que par la main-d'œuvre, même s'ils sont jugés selon des paramètres différents (Garcia et Palmeira, 2000). Pour tout cela, les travailleurs sous *colonato* entraient dans une "condition paysanne de tutelle" (Neves, 2008).

Verena Stolcke (1988) pointe que, sous le *colonato*, le travail était engagé et exécuté dans des unités familiales, alors que le travail salarié, qui apparaît ultérieurement, engage des travailleurs occasionnels sur la base et le calcul individuel de la productivité.

Le *colonato*, parfois compris comme un système productif pré-capitaliste (LIMA, 1998) par une lecture qui s'appuie sur la subsomption travail et salaire ne serait pas productive pour la compréhension des relations de travail en milieu rural, et plus précisément dans la caféiculture. Pour Lima (1998), dans ce système, au lieu d'avoir un vendeur de main-d'œuvre, il y aurait un vendeur de produits sur le marché capitaliste. Il s'agit donc de l'attribution d'une

valeur monétaire non pas au travail effectué par un individu, mais au produit résultant du travail des familles de caféiculteurs considérées comme unités de production. Il convient de noter que la valeur payée au travail accompli par les familles de caféiculteurs n'était pas très souvent monétaire et, lorsqu'elle l'était, cette valeur était payée à l'homme, le chef de famille. Au-delà de cette rémunération, il était un intérêt important des familles de caféiculteurs de pouvoir compter sur une *roça*⁹⁸ où elles pourraient planter et récolter leurs aliments. D'ailleurs ces aspects contre une désignation pré-capitaliste pour le *colonato*, Lima (1998, p. 8) affirme que ce système ne possédait pas une dynamique sociale propre, "constituant effectivement un développement capitaliste".

Or, en ce qui concerne le statut social et de genre de ce système, il faut considérer les effets du changement de régime d'exploitation du *colonato* au travail salarié sur les familles de caféiculteurs et les rôles de genre qui leur étaient jusque-là caractéristiques. C'est parce qu'un tel changement affecte profondément les relations familiales. Autrefois comprise comme unité de production pour le travail, les membres de la famille ressentiront l'impact de la productivité comprise sur une base individuelle.

Selon Stolcke (1988, p. 208, l'auteure souligne) :

By contrast with the *colonato* system, when labour was hired and worked in families units, today's casual wage workers sell their labour on an individual basis. Nonetheless, these men and women continue to reproduce themselves as workers within families. Their attitudes to work continue to be mediated by their socially defined and contrasting family responsibilities. [...] changing productive relations have also challenged family morality and gender relationships. The workers' class consciousness was seen to have been informed by their perceptions of the political process that made them into casual labourers. Similarly, because the workers' social identities are shaped also by gender relations, when changing productive relations challenged these, their gender consciousness created new contradictions between women and men within the family. [...] The *colonato* system drew on and reinforced a family organisation in which cooperation was self-understood, whereas the present system of casual wage labour rests on a family organisation in which not labour but income is pooled.

La prédication du locuteur au sein de la famille dans le discours des caféicultrices, ainsi que la régularité de l'énonciation collective peuvent constituer des traces de cette mémoire d'un autre système productif, dans lequel la famille serait une unité de travail partagé et non une

98 Petit morceau de terre.

somme de plusieurs individus comme sources de revenus. Avec leurs identités constituées dans la contradiction entre la mémoire de la cultivation du café en coopération entre les membres de la famille et une cultivation du café signifiée par la clé de lecture économique - à travers le discours dominant de l'agro-industrie, dans laquelle les hommes sont les protagonistes et les individus institués pour effectuer l'efficacité et productivité- la place d'énonciation de ces caféicultrices semble se développer dans cette contradiction.

Certes, à cette époque, pesait également sur ces femmes la distribution familiale des rôles de genre, fondée sur une logique patriarcale :

The colonato system as a wage-incentive system put a premium on work commitment by, and cooperation among, family members and reinforced their interdependence. It strengthened the commonality interests of the household but it also underlined an authority structure and sexual division of labour that gave the husband/ father preeminence over all other members (STOLCKE, 1988, p. 212).

Ce que nous voulons, c'est mettre lumière sur le fait que la famille, considérée par la lecture marxiste comme unité de reproduction de la force productive, grâce au travail reproductif des femmes, et qui soutient la superstructure capitaliste, semble avoir signifié plus que cela dans le processus de subjectivité des femmes en milieu rural. Dans cette direction, Stolcke (1988, p. 209) apporte :

As Barret and McIntosh have argued, there has been an underemphasis on the extent of the cultural hegemony of familial ideology... "the family"... is not only an economic unit, nor merely a kinship structure; it is an ideological configuration with resonance far beyond these narrow definitions. We need to look more closely at these ideological configurations.

Dans le cas des caféicultrices, l'unité familiale semble représenter le lieu d'énonciation d'où se développe le discours de ces femmes et d'où leur travail dans la caféiculture peut être perçu. Travail productif qui s'imbrique au travail reproductif qu'elles accomplissent, et dont la facilité de catégorisation académique (productive, reproductive) ne correspond pas à la façon dont ces travaux sont signifiés par ces femmes et les constituent. Il faut donc "regarder de plus près les configurations idéologiques" de la famille, surtout quand il s'agit des femmes en milieu rural.

Jusqu'aux années 60, le Brésil était un pays à prédominance rurale. La complexité des relations de travail présentes dans la campagne depuis le démantèlement de l'esclavage à la fin du XIXe siècle jusqu'à aujourd'hui n'autorise pas qu'une lecture marxiste fondée sur la notion de travail productif lié au revenu monétaire (salaire). Ne serait-ce pas la transposition d'une analyse applicable aux relations de travail en milieu urbain transposée au milieu rural? En ce sens, on pourrait penser comme hypothèse pour des travaux futurs et aussi comme invitation à d'autres chercheurs : les caféicultrices subiraient-elles une sorte de silencement épistémique pour trouver sa place d'énonciation (et de résistance) au sein de la famille comme unité de production de sens pour leurs identités et pour leur travail et aussi comme collectivité en coopération?

Considérations finales

Cette thèse a eu pour objet l'absence de la voix des caféicultrices du Sud de Minas dans le discours de l'agrobusiness. A partir d'un *corpus* de différentes natures : un *corpus* d'archives, le journal institutionnel *Folha Rural*, pris par nous comme un représentant du discours de l'agrobusiness et un *corpus* expérimental, composé de témoignages et d'entretiens avec des caféicultrices du Sud du Minas Gerais ou qui vivent dans cette région, ont été analysées. Le cadre théorique mobilisé dans cette recherche était l'Analyse Matérialiste du Discours en conjonction avec les théories énonciatives.

L'hypothèse formulée pour la problématique qui constitue l'objet de cette recherche est que l'absence des caféicultrices dans le discours de l'agrobusiness serait la résultante d'un processus historique de silencement subi par ces femmes, et que ce silence pourrait être décrit sémantiquement. Pour vérifier cette hypothèse, nous avons eu recours à la catégorie clé de ce travail : la notion de silencement, proposée par la chercheuse brésilienne Eni Puccinelli Orlandi dans les années 1990.

Au départ, un investissement a été fait dans une discussion théorique sur les concepts qui ont permis à Eni Orlandi de proposer un cadre théorique et analytique pour la description du silence et des processus historiques de silencement. Ces concepts sont essentiels pour la discipline Analyse du Discours lui-même, soit : Formation Discursive, Interdiscours, Pré construit, Mémoire. Cet investissement a également été fait dans une discussion théorique sur

les études énonciatives pour récupérer les propositions de ce champ disciplinaire, en montrant comment elles s'articulent avec l'AD (ou comment l'AD s'articule avec elles).

Les résultats de cette recherche ont été montrés et discutés dans les deux chapitres d'analyse qui composent cette thèse. L'indication, puis l'analyse et l'interprétation des régularités d'énonciation qui définissent le silencement pratiqué par le discours de l'agrobusiness sur les caféicultrices ont permis d'arriver à la description sémantique d'un premier silencement, qui est de nature économique, pratiqué par un discours dominant, celui de l'agrobusiness, qui repose sur une agriculture néolibérale. Un deuxième silencement a été récupéré à partir de l'indication, l'analyse et la description sémantique des régularités énonciatives dans la parole des caféicultrices. Cet autre silence est de nature culturelle et concerne la structure patriarcale qui régit et organise les familles, modèle d'organisation familiale encore assez fort surtout en milieu rural.

Si, d'une part, la notion de silencement constitue une catégorie théorique productive pour, dans la description des processus de mise en silence, indiquer qui le pratique, sur qui et sous quelle forme, d'autre part, une analyse discursive des mouvements du sujet dans ses pratiques énonciatives quotidiennes a permis d'entrevoir une contradiction intéressante dans le discours des caféicultrices : sa place d'énonciation, comme le démontrent ses paroles, se produit dans la famille en tant qu'unité, et leurs rôles sociaux dans le sein familial se confondent avec leur travail comme caféicultrices. Cette imbrication travail-famille rend difficile une interprétation catégorique en termes de travail reproductif et productif lorsqu'il s'agit de travailleuses rurales. La présentation des conditions historiques de production de la caféiculture au Brésil, ajoutées aux sens du travail et de la famille de la façon dont la parole de ces femmes a le potentiel de faire connaître la survie et la recreation d'une mémoire de travail en coopération, qui renvoie, à son tour, à une forme de cultivation dite "pré-capitaliste", laquelle renvoie à une période de transition entre le travail fait par une main-d'œuvre esclave et le travail salarié dans les champs.

C'est sur ce point que se situe une observation finale de cette recherche pour des études futures qui porteront sur le discours des travailleuses rurales. La langue étant un lieu privilégié d'observation de l'actualisation des sens historiques de la manière dont ils se réalisent chez les sujets et dans leurs récits, l'occasion d'écouter les femmes, mères, épouses qui font partie de la caféiculture dans la région du Sud de Minas peut faire connaître mettre lumière sur un autre sens possible pour le travail et la famille.